



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

CLODOALDO FERREIRA DE OLIVEIRA

**AS FLORES DA MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO
CAMPO EM NOVA IGUAÇU (RJ) ATRAVÉS DA ESCOLA MUNICIPALIZADA
JARDIM MONTEVIDÉO**

Nova Iguaçu, RJ

2026





CLODOALDO FERREIRA DE OLIVEIRA

AS FLORES DA MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO
CAMPO EM NOVA IGUAÇU (RJ) ATRAVÉS DA ESCOLA MUNICIPALIZADA
JARDIM MONTEVIDÉO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação, Área de concentração: Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Orientador(a): Dr. Fernando César Ferreira Gouvêa

Coorientador(a): Dr. Ramofly Bicalho dos Santos

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ

2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Central de Processamento Técnico

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48f

Oliveira, Clodoaldo Ferreira de , 1981-
As flores da memória: uma análise da história da
educação do campo em Nova Iguaçu (RJ) através da Escola
Municipalizada Jardim Montevideo / Clodoaldo Ferreira
de Oliveira. - Nova Iguaçu, 2025.
242 f.: il.

Orientador: Fernando César Ferreira Gouvêa.
Coorientador: Ramofly Bicalho dos Santos.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2025.

1. História da Educação. 2. Memória. 3. Educação do
Campo em Nova Iguaçu - RJ. I. Gouvêa, Fernando César
Ferreira , 1961-, orient. II. Santos, Ramofly Bicalho
dos , 1970-, coorient. III Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares. IV. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que seja citada a fonte

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by
the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code
001”.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

CLODOALDO FERREIRA DE OLIVEIRA

AS FLORES DA MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO
CAMPO EM NOVA IGUAÇU (RJ) ATRAVÉS DA ESCOLA MUNICIPALIZADA
JARDIM MONTEVIDÉO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Tese aprovada em 27 de Outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

ATA DE DEFESA DE TESE Nº 658/2025 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)
(Nº do Documento: 210)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/10/2025 21:17)
FERNANDO CESAR FERREIRA GOUVEA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepTE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 888.887-88

(Assinado digitalmente em 06/11/2025 09:40)
MARILIA LOPES DE CAMPOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 888.887-88

(Assinado digitalmente em 31/10/2025 11:32)
GUSTAVO DA MOTA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 888.888.887-88

(Assinado digitalmente em 03/11/2025 21:43)
RENATO DOS SANTOS GOMES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 888.888.627-88

(Assinado digitalmente em 31/10/2025 10:08)
ANDRÉA SIMONI MANARIN TUNIN
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 888.888.087-88

(Assinado digitalmente em 30/10/2025 21:04)
CLODOALDO FERREIRA DE OLIVEIRA
DISCENTE
Matrícula: 2021888882

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrr.br/documentos/> informando seu número: 210, ano: 2025, tipo: ATA DE DEFESA DE TESE, data de emissão: 30/10/2025 e o código de verificação: 1086cb7524

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Jorge de Oliveira (em memória) e Adalgisa Maria Ferreira de Oliveira, que eu tanto amo e que se esforçaram ao máximo para que eu me formasse professor.

À minha companheira de luta e esposa, a quem amo muito, Chrissie Lobato Airoso, e às nossas filhas, Camille Airoso e Lanna Airoso (gêmeas autistas), que transformaram a minha visão de mundo através do amor mais puro e sincero que recebi em toda a minha vida. Aos meus amados irmãos, Jorge Luis Ferreira de Oliveira e Alexandre Ferreira de Oliveira, pelo incentivo e inspiração.

A todos e todas da minha amada Família Oliveira.

À minha amiga Elizabethe Cristina Ramos Corrêa, pela parceria na construção da tese e por ter me apresentado à família Marques (Dona Maria de Lourdes Marques, Beatriz Helena Marques da Silva e Lúcia Reane Marques), que dedicaram longas horas de boas conversas (entrevistas) com muito carinho. Gratidão!

Agradeço às/os professoras/es e funcionários da Escola Municipalizada Jardim Montevideu pelo apoio à minha pesquisa, em especial à diretora Simone Pinheiro, pelas entrevistas.

À Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, à equipe da Escola Municipal Franklin Bolívar Fernandes e à diretora Tânia Leopoldo, pelo apoio à pesquisa.

Aos amigos Rogério Paço (Mineiro), Afrânio Gonçalves, Fernando Marques, Pedro Gonçalves, Maurício Montojos e Samuel Souza, que estão sempre me apoiando.

Aos vizinhos e amigos Hamilton de Souza, Wagner Chinline, Jorge Brito e Leonardo Brito, pelo estímulo e auxílio na pesquisa.

Aos/às companheiros/as da turma de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) de 2021.

Aos/às professores/as do referido programa.

Aos/às companheiros/as do Laboratório de História da Educação Latino-Americana (LHELA), pela troca de experiências e de reflexões. Destaco dois grandes amigos que levarei para a vida: Eduardo Jordan, que conheço desde os tempos de PPGEA, e Wanderson Santi, parceiro de produção acadêmica.

Ao Professor Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes e aos colaboradores do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino em Entretenimento e Mídias (LIPEEM) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) pela disponibilização dos documentos utilizados na pesquisa.

Aos/às companheiros/as militantes do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), do bairro Vila Operária – NI, em especial ao amigo (irmão) Renato dos Santos e à companheira Nathália Santos de Farias, por me auxiliarem na pesquisa documental, bem como na elaboração da planilha contida no Apêndice 1.

Um agradecimento especial à minha amiga e mentora, professora Marília Lopes de Campos, pela contribuição acerca do objeto da pesquisa, por participar desta construção coletiva e por me ensinar que a pesquisa se faz no campo, através da vivência. Gratidão ao meu amigo e coorientador, Ramofly Bicalho dos Santos, por toda paciência, carinho e amizade durante essa trajetória.

Por fim, e com toda a gratidão do mundo, ao meu grande amigo e orientador, Fernando César Ferreira Gouvêa. Esse espaço é pouco para retribuir tudo o que fizeste por mim nesses quatro anos de convivência. Você não me deixou desistir em um momento muito complexo da minha vida e, se consegui concluir a minha tese, foi graças à sua humanidade, que somente pessoas virtuosas, iguais a você, são capazes de proporcionar. Serei eternamente grato por todos os conselhos.

RESUMO

OLIVEIRA, Clodoaldo Ferreira de. **As Flores da Memória: uma análise da História da Educação do Campo em Nova Iguaçu (RJ) através da Escola Municipalizada Jardim Montevideó.** 2026. 242p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2025.

A preservação da memória cultural e coletiva no Brasil é um tema bastante complexo, por demandar uma série de fatores e relações existentes nas experiências entre diversos sujeitos. A sua rememoração e a sua conservação, contidas nas narrativas, são relevantes, principalmente no que diz respeito à construção da identidade dos povos e grupos. Nesse sentido, a presente pesquisa de doutoramento propõe estabelecer reflexões acerca da História da Educação no Brasil, por meio do relevante histórico da Escola Municipalizada Jardim Montevideó, estabelecida como Escola do Campo, situada no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro. Para a viabilidade desta tese, foi estabelecida uma profunda pesquisa mnemônica visando à compreensão dos processos históricos-sociais presentes nas práticas cotidianas dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, definida como campesina, pesquisada. Desta forma, os estudos sobre história e memória foram fundamentais, por representarem a maneira pela qual (ou pelas quais) a humanidade desenvolve mecanismos de conservação das informações, isto é, a forma com que armazenamos, individual ou coletivamente, os conhecimentos selecionados. Sendo assim, a memória coletiva é constituída pelo conjunto de memórias individuais, ou seja, segundo Halbwachs (1990), as lembranças individuais, quando agrupadas, podem contribuir para a evocação da construção histórica de uma determinada população ou sociedade que vão se afixando, ultrapassando os limites coletivos a ponto de promover a construção histórica. Através dessas abordagens, para a realização desta pesquisa qualitativa, foram utilizadas como metodologia: o aporte da História Oral (no âmbito da História da Educação), o levantamento documental e o bibliográfico que permitiram a compreensão das questões necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, o estudo sobre a referida escola do campo revelou uma profusão de múltiplos sujeitos que encontravam-se intrinsecamente ligados ao histórico de resistência das populações periféricas que buscam superar a exploração imposta pelas estruturas de poder dominantes.

Palavras-chave: História da Educação; Memória; Educação do Campo em Nova Iguaçu – RJ.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Clodoaldo Ferreira de. **The Flowers of Memory: an analysis of the history of rural education in Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, through the Jardim Montevideo Municipal School.** 2026. 242p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2025.

The preservation of cultural and collective memory in Brazil is a highly complex issue, demanding a series of factors and relationships existing in the experiences of diverse individuals. Its remembrance and conservation, contained in narratives, are relevant, especially regarding the construction of the identity of peoples and groups. In this sense, this doctoral research proposes to establish reflections on the History of Education in Brazil, through the relevant history of the Jardim Montevideo Municipal School, established as a rural school, located in the municipality of Nova Iguaçu, in the State of Rio de Janeiro. For the viability of this thesis, in-depth mnemonic research was established aiming at understanding the historical-social processes present in the daily practices of the individuals who make up the school community, defined as rural, under study. Thus, studies on history and memory were fundamental, as they represent the way in which (or the ways in which) humanity develops mechanisms for preserving information, that is, the way in which we store, individually or collectively, selected knowledge. Thus, collective memory is constituted by the set of individual memories; that is, according to Halbwachs (1990), individual memories, when grouped together, can contribute to the evocation of the historical construction of a given population or society, which become fixed, surpassing collective limits to the point of promoting historical construction. Through these approaches, for the realization of this qualitative research, the following methodologies were used: the contribution of Oral History (within the scope of the History of Education), documentary and bibliographic research, which allowed for the understanding of the issues necessary for the development of the research. Thus, the study of the aforementioned rural school revealed a profusion of multiple subjects who were intrinsically linked to the history of resistance of peripheral populations seeking to overcome the exploitation imposed by dominant power structures.

Keywords: History of Education; Memory; Rural Education in Nova Iguaçu – RJ.

LISTA DE SIGLAS

- (ABM) Associação de Bairros e Moradores.
- (AI-5) Ato Institucional nº 5
- (APA) Área de Proteção Ambiental
- (CBEPE) Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
- (CEASA – RJ) Central de Abastecimento do Rio de Janeiro
- (CECERJ) Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
- (CEDERJ) Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
- (CESPEB) Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica
- (CGAPB) Coordenação de Gestão de Áreas Protegidas e Biodiversidade
- (CIEPs) Centros Integrados de Educação Pública
- (COBAL) Companhia Brasileira de Alimentos
- (CPT) Comissão Pastoral da Terra
- (CSN) Companhia Siderúrgica Nacional
- (DECAMPD) Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade
- (E. M.) Escola Municipal ou Municipalizada
- (EAD) Educação a Distância
- (EFRO) Estrada de Ferro Rio D'Ouro
- (ENERA) Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
- (EUA) Estados Unidos da América
- (FIS) Faculdades Integradas Simonsen
- (FMI) Fundo Monetário Internacional
- (IBAMA) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- (INCRA) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- (LDBEN) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- (LEC) Licenciatura em Educação do Campo
- (LIPEEM) Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino em Entretenimento e Mídias
- (MAB) Movimento de Amigos de Bairros

- (MABE) Moderna Associação Brasileira de Ensino
- (MDA) Ministério de Desenvolvimento Agrário
- (MDH) Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
- (MOBRAL) Movimento Brasileiro de Alfabetização
- (MST) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- (MUB) Movimento de União de Bairros
- (NI) Nova Iguaçu
- (PCB) Partido Comunista Brasileiro
- (PNA) Plano Nacional de Alfabetização
- (PPGEA) Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
- (PPGEDUC) Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
- (PPP) Projeto Político-Pedagógico
- (PROCAMPO) Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
- (PRONACAMPO) Programa Nacional de Educação do Campo
- (PRONERA) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- (PTB) Partido Trabalhista Brasileiro
- (PVNC) Pré-Vestibular para Negros e Carentes
- (RIMA) Repositório Institucional de Múltiplos Acervos
- (RJ) Rio de Janeiro
- (SAF) Sistema Agroflorestal
- (SECAD) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
- (SECADI) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
- (SEMDETTUR) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo
- (SEMED) Secretaria Municipal de Educação
- (SEPPIR) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- (SIGAA) Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
- (SNUC) Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
- (SPI) Setores de Planejamento Integrado
- (UC) Unidade de Conservação
- (UERJ) Universidade Estadual do Rio de Janeiro

- (UFF) Universidade Federal Fluminense
- (UFPEl) Universidade Federal de Pelotas
- (UFRJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro
- (UFRRJ) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- (UnB) Universidade de Brasília
- (UNIG) Universidade Iguaçu
- (URG) Unidade Regional de Governo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da macrorregião do Estado do Rio de Janeiro	21
Figura 2. Mapa dos principais portos da Baixada Fluminense (Século – XIX)	38
Figura 3. Estrada Real do Comércio (1811).....	44
Figura 4. A Serra do Tinguá	146
Figura 5. Área da Reserva do Tinguá.....	147
Figura 6. Unidade de Conservação do território de Nova Iguaçu	149
Figura 7. Localização das Escolas do Campo de Nova Iguaçu.....	154
Figura 8. Localização do bairro Jardim Montevideú.....	156
Figura 9. Entrada da atual sede campestre da Fazenda Montevideo	159
Figura 10. Capela da Comunidade Católica Nossa Senhora de Aparecida do Jardim Montevideú	173
Figura 11. As irmãs da Comunidade Católica Nossa Senhora de Aparecida do Jardim Montevideú	174
Figura 12. Fonte de captação de água “Biquinha’	178
Figura 13. Localização da Escola Municipalizada Jardim Montevideó.....	181
Figura 14. E. M. Jardim Montevideó (2010)	185
Figura 15. E. M. Jardim Montevideó improvisada nas dependências do sítio Dona Dalva... ..	186
Figura 16. Folder do III Seminário de Educação do Campo em Nova Iguaçu.....	192
Figura 17. Obras de Reforma (2016).....	193
Figura nº 18 – Conclusão das obras de reinauguração da E. M. Jardim Montevideó (2016)	195
Figura 19. Livro da E. M. Jardim Montevideó.....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Freguesias de Iguassú / Municípios atuais	45
Tabela 2. População da região de Iguassú: 1850 e 1872.....	55
Tabela 3. Unidades Regionais de Governo do Município de Nova Iguaçu (URGs).....	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CAPÍTULO I CONHECENDO NOVA IGUAÇU E A BAIXADA FLUMINENSE	21
1.1 Sobre o Recôncavo da Guanabara.....	23
1.2 O Recôncavo, Iguassú e seus quilombos.....	25
1.3 Recôncavo da Guanabara e o conceito de Baixada na contemporaneidade.....	28
1.4 Os caminhos que cortavam Iguassú e o Recôncavo.....	34
1.5 Século XIX, Iguassú e seus caminhos.....	39
1.6 A ascensão de Iguassú.....	46
1.7 Nos trilhos para Maxambomba.....	53
1.8 Da Vila de Maxambomba à Nova Iguassú	64
2 CAPÍTULO II BAIXADA FLUMINENSE: HISTÓRICO DE LUTA DA POPULAÇÃO PERIFÉRICA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO	69
2.1 A História Vista de Baixo: reflexões sobre a História, a História da Educação e a Educação do Campo	71
2.2 O conceito de Região e o diálogo com História da Educação	76
2.3 ‘Periferia’: Baixada Fluminense, território de saberes, resistência e história	81
2.4 Baixada: região, ‘periferia’, educação e segregação	88
2.5 Nova Iguaçu: progresso, racismo e início da Educação Popular	98
3 CAPÍTULO III EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA.....	110
3.1 Educação Popular: os caminhos de um processo revolucionário de educação no Brasil 112	
3.2 A Educação Popular e os caminhos para a Educação do Campo.....	129
4 CAPÍTULO IV O JARDIM DA MEMÓRIA: HISTÓRIA DO BAIRRO E DA ESCOLA MUNICIPALIZADA JARDIM MONTEVIDÉO	140
4.1 Sobre Tinguá	145
4.2 Distribuição territorial das escolas de Nova Iguaçu.....	150
4.3 Conhecendo o bairro Jardim Montevideu.....	155
4.4 A Lógica de Loteamento das Áreas Rurais Igaçuanas	159
4.5 A chegada das primeiras famílias ao Loteamento Jardim Montevideo e a luta pela escolarização	166

4.6	O bairro e a escola.....	177
4.7	A Educação do Campo na Escola Municipalizada Jardim Montevideo	188
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
6	REFERÊNCIAS	206
	Anexo A. Entrevista da Revista Veja sobre Carl Fischer	214
	Anexo B. Planta do Loteamento Cidade Jardim Montevideo	217
	Anexo C. Edital de compra e venda de lotes. Jornal Correio da Lavoura, edição do dia 14 de março de 1948, página 03	220
	Anexo D. Loteamentos Rurais. Jornal Correio da Lavoura, edição do dia 13 de outubro de 1957, páginas 01 e 07	221
	Anexo E. Planta do Loteamento Jardim Parque Estoril.....	222
	Anexo F. Anotações feitas por Renan Marques Da Silva sobre as primeiras atividades da Comunidade Católica Nossa Senhora de Aparecida do Jardim Montevideo	223
	Anexo G. Lei nº 2.739, de 10 de junho de 1996, que cria a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu nas escolas recém-municipalizadas	224
	Apêndice A. Planilha contendo os loteamentos de Nova Iguaçu iniciados com os nomes: ‘Cidade’, ‘Jardim’ e/ou ‘Parque’ entre os anos de 1937 e 1973.....	225
	Apêndice B. Termos de Consentimento Livre e Esclarecido	233

INTRODUÇÃO

Ser professor foi uma meta que busquei desde a adolescência. Desde o ensino médio, me sentia inspirado enquanto assistia às aulas, especialmente às de História e Geografia. Isso alimentava meu desejo de me tornar um educador que, assim como meus/minhas professores/as, conseguisse captar a atenção dos/as estudantes e os/as ajudasse a alcançar o sucesso tanto em suas vidas profissionais quanto pessoais.

Cresci em uma família com um pai militar, que educava de forma rigorosa, mas também era generoso e paciente. Minha mãe, nordestina, natural de Pernambuco, veio para a cidade do Rio de Janeiro na tentativa de sobreviver. Infelizmente, não teve oportunidade de estudar, pois o trabalho doméstico em ‘casas de família’, análogo à escravidão, consumia o seu tempo, suas energias físicas e mentais.

Nesse ambiente cheio de desafios e particularidades, estudar sempre foi, para mim, uma atividade prazerosa e espontânea, nunca uma imposição. Fui ensinado pelos meus pais que a educação é uma forma de libertação, parafraseando os ensinamentos de Paulo Freire, e que é o caminho mais eficaz para a inclusão social.

A vivência como professor despertou-me, no decorrer de mais de duas décadas de trajetória, para uma infinidade de questionamentos acerca da prática docente, tanto pessoal como de maneira coletiva. Essa realidade contribuiu para autorreflexões acerca do aprofundamento e da apropriação de conceitos científicos do campo acadêmico, no intuito de compreender as indagações sobre a educação, bem como a interação entre teoria e prática. Nesse sentido, surgiu o interesse em concorrer a uma das vagas oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Os estudos relativos à História da Educação sempre me instigaram. Entre as incontáveis temáticas dessa área do conhecimento, as demandas populares relativas, em especial, aos movimentos sociais, à luta da classe trabalhadora e às questões étnico-raciais sempre influenciaram a minha formação de vida, profissional e acadêmica. Com isso, a qualificação acadêmico-profissional e a conquista da titulação de doutor na área da Educação, além de um sonho pessoal e familiar, expressam, numa concepção particular e filosófica, a conquista e a ocupação de espaços historicamente relegados aos/às cidadãos/ãs pretos/as, pobres da periferia. Oriundos/as da população africana escravizada no Brasil e na América,

por meio da diáspora, que instaurou, entre inúmeras consequências, todo tipo de desigualdade em nossa sociedade.

Fruto dessa realidade e amante das aulas de História, principalmente durante o período de ensino médio, iniciei a minha trajetória acadêmica, em 2001, no curso de Licenciatura Plena em História, nas Faculdades Integradas Simonsen (FIS), na cidade do Rio de Janeiro. Minha identificação com a disciplina levou-me a participar dos debates referentes à área, além de novos interesses pelos temas relacionados à educação de uma maneira geral. Como monografia, desenvolvi uma pesquisa sobre o tráfico de escravos na região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, durante o século XIX, no seu período de ilegalidade.

Os temas sobre a História do Brasil sempre me intrigaram. Ao mesmo tempo, eu trabalhava como professor em cursos preparatórios em comunidades, onde ganhava experiência em sala de aula e ajudava alunos/as de áreas carentes a entrarem no ensino superior e em concursos públicos.

Em junho de 2006, ingressei no curso de Especialização Lato Sensu em História do Brasil, pela Fundação Euclides da Cunha da Universidade Federal Fluminense (UFF), e, em julho de 2009, defendi o meu Trabalho de Conclusão de Curso com o tema “A Ferrovia D. Pedro II no Contexto da Baixada Fluminense”. À medida que os anos se passavam, a convicção de que meu caminho estava, de algum modo, direcionado a Nova Iguaçu crescia. Não consigo descrever essa conexão, porém correspondia a uma força sobrenatural que me fazia interagir, de maneira prazerosa, com o território e os sujeitos iguaçuanos.

No ano de 2010, fui convocado no concurso da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, lecionando no município de Nova Iguaçu, no qual resido. A partir desse momento, me interessei em dar sequência aos estudos sobre a memória da região, pois percebi que os/as alunos/as, principalmente os/as da região do campo, conheciam pouco sobre a história do município e, conseqüentemente, sobre a sua própria história.

Desde quando comecei a conhecer o município, muitas perguntas surgiram em minha cabeça, como: o surgimento? A origem do seu nome? Os motivos que causam tantas desigualdades no território? Entre outras tantas reflexões que surgiam ao longo do tempo em que frequentava as terras iguaçuanas durante a minha juventude.

Muito me impressionava, ao olhar pela janela do ônibus, a grandiosidade do centro de Nova Iguaçu, cheio de pessoas se movimentando entre ruas e prédios. O trânsito, quase sempre caótico, em uma área próxima à ferrovia que corta o centro, me instigava à reflexão. Numa parte, essencialmente comercial, de grande circulação de pessoas, habitada por uma

parcela de pessoas ricas, proprietárias de apartamentos e casas luxuosas. Em outras, predominantemente periféricas, concentrava-se a maior parte da população, formada em grande parte pelas populações mais pobres, pertencentes à classe trabalhadora. Enquanto a zona urbana define a parte central do município, há também uma extensa área territorial constituída por uma geografia diversificada, onde vislumbram-se cadeias montanhosas como a Serra de Madureira e a Serra de Tinguá.

Ao visitar a linda e rica região do Tinguá, uma série de pensamentos vinha à minha mente e me levava a buscar o aprofundamento acerca de suas histórias. Nesse sentido, percebi que revisitar parte dessa memória local poderia ser muito importante tanto para mim quanto para o município e os/as seus/as moradores/as.

Contudo, a minha identificação aumentou quando ingressei na militância ao lecionar no Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), situado no bairro Vila Operária, em Nova Iguaçu. Desde então, desenvolvo com os/as alunos/as, além de aulas em sala voltadas para a preparação para vestibulares e concursos públicos, trabalhos de campo, visando colocar em prática a reflexão sobre a história iguaçuana, a partir da análise e observação da região e, principalmente, da Reserva Biológica de Tinguá.

No ano de 2016, fui aprovado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRRJ), onde defendi, em dezembro de 2018, a dissertação: “Escolas do Campo, Memórias, Paisagem Geográfica em Nova Iguaçu e Reserva Biológica de Tinguá”, adquirindo, assim, o título de Mestre em Educação.

Devido a essa militância, à formação ao nível de mestrado, bem como ao interesse em prosseguir sobre as temáticas referentes à Educação, em especial à Educação do Campo em Nova Iguaçu, decidi candidatar-me, no ano de 2021, a uma das vagas de doutoramento oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde submeti o pré-projeto de tese denominado: “Educação do Campo: História e Memória das Escolas do Campo de Nova Iguaçu – RJ”.

Por conta desses fatores, verifiquei que a minha proposta dialogava tanto com a linha de pesquisa Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais quanto com os estudos acadêmicos desenvolvidos pelo professor Dr. Fernando César Ferreira Gouvêa, uma vez que o mesmo tinha como base epistemológica a história, a sociologia, a antropologia e as políticas voltadas ao campo da educação.

Nessas perspectivas, concluí que o PPGEDUC e todo o seu corpo acadêmico contribuiriam para a construção das investigações sobre a relação trabalho-educação e suas implicações na luta de classes, ou seja, sobre as diversas experiências de educação popular, na cidade e no campo, em especial as que se relacionam às estratégias de produção do conhecimento promovidas pelos movimentos sociais.

A pesquisa propôs aprofundar os estudos referentes à História da Educação, em especial da Baixada Fluminense, mais especificamente no município de Nova Iguaçu (situado no Estado do Rio de Janeiro), tendo como base epistemológica o conceito de Memória Coletiva e da Educação do Campo. Para isso, foi desenvolvida uma profunda análise documental com o objetivo de levantar informações importantes sobre a história e a memória iguaçuana e da instituição de ensino do campo, denominada Escola Municipalizada Jardim Montevideó. Essa investigação contou com uma ampla análise bibliográfica sobre a história de Nova Iguaçu, do Rio de Janeiro e do Brasil, além das reflexões metodológicas sobre a Memória Coletiva, baseadas no pensamento de Halbwachs (1990) e da Educação do Campo (Caldart, 2012).

Além disso, fizeram parte desse estudo a averiguação dos dispositivos legais referentes à Educação e à Educação do Campo, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). A reflexão sobre o Projeto Político-Pedagógico da referida escola, a análise das documentações arquivadas — como planilhas, diários, fichas cadastrais, fotos, reportagens, trabalhos escolares dos/as educandos/as, dentre outros — permitiram a rememoração de parte do histórico tanto de Nova Iguaçu quanto da escola e do bairro que levam o mesmo nome, Jardim Montevideú. Lembrando que esse tipo de análise tem como foco compreender um processo ainda em andamento ou reconstituir uma situação passada (Mazzotti; Gewandsznajder, 2000).

Ainda sobre essa etapa, a documentação reunida permitiu a compreensão do contexto histórico-social no qual a escola se institucionalizou, por meio da mobilização social dos moradores, até o momento em que passou a ser designada, legalmente, como Escola do Campo. De maneira geral, tornou-se relevante a percepção das vivências dos/as moradores do bairro em relação não só ao cenário político, mas também face às experiências com as suas próprias realidades, ou seja, à maneira como os sujeitos se enxergam e interagem com o próprio meio.

Para isso, a memória da escola, como instituição de ensino do campo, foi observada também por meio das narrativas que demonstraram um recorte do bairro e da realidade da E. M. Jardim Montevideu.

Dessa forma, a metodologia utilizada foi a pesquisa oral, por meio de entrevistas não estruturadas, com o intuito de reconstruir, por meio das narrativas dos sujeitos entrevistados, o contexto no qual a escola se desenvolveu (Thompson, 1992). O levantamento dos relatos das professoras Simone Pinheiro da Silva e Elizabethe Cristina Ramos Corrêa foi essencial, ao revelarem diversas memórias e experiências que estavam imbricadas à história da localidade. Através da investigação oral, foi possível rememorar acontecimentos fundamentais sobre a história local que foram ratificados e complementados com a entrevista de outras duas moradoras. As memórias de Maria de Lourdes Marques e das suas filhas, as professoras Beatriz Helena Marques da Silva e Lucia Reane Marques, foram bastante relevantes, por possibilitarem a reinterpretação mnemônica que serviu de fundamentação teórico-metodológica da tese. Sobretudo acerca da Educação do Campo, na medida em que corroboraram as investigações, documentais e bibliográficas acerca da história de Nova Iguaçu.

As entrevistas ocorreram de maneira livre com o objetivo de obter dos/as entrevistados/as uma maior aproximação ao tema proposto. Os temas abordados giraram em torno das relações da escola com o bairro.

A oralidade esteve diretamente ligada ao exercício da Pesquisa Qualitativa, na medida em que nela encontram-se descritos os recursos a serem utilizados na investigação dos elementos científicos nos quais os sujeitos (objetos da pesquisa) estão mergulhados (Martins, 2000). Seguindo esta lógica, o trabalho de campo, mediante visitas constantes à escola e à residência das moradoras, foi fundamental, por contribuir para uma maior compreensão sobre a história local e a instituição de ensino.

Em consequência desse intenso e extenso trabalho de pesquisa, a tese encontra-se organizada em quatro capítulos cujo objetivo é apresentar e aprofundar os debates e as reflexões sobre diversas temáticas que envolvem os estudos sobre a História da Educação no Brasil. No primeiro capítulo, intitulado: “Conhecendo Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense”, apresento ao/à leitor/a um histórico do município de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense, destacando a atuação das comunidades indígenas e, principalmente, afrodescendentes, na construção e resistência frente ao contexto social escravagista imposto pela nefasta colonização branca-europeia no Brasil e que, também, foi introduzida na sociedade

iguassuana¹ (iguaçuana).

No segundo capítulo, denominado: “Baixada fluminense: histórico de luta da população periférica pelo direito à educação”, apresento um debate teórico sobre as questões relativas à memória, região, ‘periferia’, instrução e educação popular, presente no cenário sociocultural iguaçuano, manifestado nos mais diversos espaços, em especial os educacionais.

O terceiro capítulo, nomeado “Educação Popular e Educação do Campo: uma breve análise Histórica”, tem como cerne o debate sobre a Educação Popular, o seu processo revolucionário e a sua influência epistemológica para a Educação do Campo.

No quarto capítulo, designado “O Jardim da Memória: história do bairro e da Escola Municipalizada Jardim Montevideo”, busco aprofundar os estudos acerca da memória e da Educação do Campo em Nova Iguaçu, tendo como prólogo a pesquisa sobre o histórico do bairro, formado a partir de um loteamento, da Escola Municipalizada Jardim Montevideo. A unidade escolar, escolhida como recorte, faz parte de um conjunto de doze escolas do Campo de Nova Iguaçu. Esse processo de denominação de uma escola como ‘do Campo’ está atrelado à presença de características sociais distintas que fazem com que a unidade se encaixe na categoria e como tal receba atendimento técnico-pedagógico diferenciado, a fim de atender às demandas locais. Nesse sentido para que entenda as reais necessidades dessa escola, entendo que é fundamental desenvolver conhecimentos sobre sua trajetória sócio-histórica.

Dessa forma levantei questionamentos: quais as características que levaram o sistema a conceder a denominação de escola rural a essa unidade? Como tais características foram formadas ao longo do tempo? Que sujeitos/ atores sociais estiveram envolvidos? quais as influências desses sujeitos para a cultura local? quais são os pontos fortes e fracos resultantes de seu processo sócio-histórico? Para responder a tais problemas, me proponho a realizar sondagem acerca da historicidade do local, em que se localiza a escola.

Para tanto, usarei fontes diversificadas: livros, artigos, periódicos, mapas, teses, dissertações e entrevistas com sujeitos que viveram/vivem no local. Ao se incluir entrevistas com pessoas que viveram no entorno da unidade, pretende-se reviver memórias, considerando que essas são fontes ricas de informações que podem desvendar fatos, eventos, dados e outras situações importantes para o processo de formação de um lugar. A análise da narrativa oral de um sujeito leva a histórias de vida e de tempo vivido repletas de significados que trazem fatos

¹ Grafia utilizada desde o período colonial até meados do século XX, quando ocorreram significativas mudanças e acordos ortográficos da Língua Portuguesa. Iguassú ou Iguaçu, significa no idioma Tupi-guarani, rio grande (Peres, 2004).

à tona, de modo que se tem o testemunho vivo do passado. Assim, ao usar a memória como ferramenta metodológica, busquei na reminiscência das entrevistadas o desabrochar da história local. Numa licença poética, podemos dizer que as ‘flores’ da memória surgem a partir de pequenos botões que, silenciosamente, se abrem, revelando o segredo e a beleza que estavam ocultas ou soterradas no interior de um imenso jardim.

Afinal, o contexto histórico de seus sujeitos e instituições (educacionais e científicas), o trabalho docente, a cultura e a formação dos/as profissionais da educação, bem como o funcionamento das suas práticas educativas na dinâmica, são fundamentais para a análise social. Tais processos são instigantes, como professor e pesquisador, ao auxiliarem na compreensão de diversos aspectos referentes às disputas que perpassam pelo histórico da existência humana.

1 CAPÍTULO I

CONHECENDO NOVA IGUAÇU E A BAIXADA FLUMINENSE

O conhecimento sobre a história de um local é muito importante para entendimento da cultura. Nesse sentido, entender como se desenvolveram as características gerais do meio em que se vive, se constitui em um passo para valorização dos aspectos locais e, também para desenvolvimento da percepção de que o homem é agente na natureza, de forma que todas suas ações presentes ou passadas se refletem sobre a paisagem. Dessa maneira neste capítulo, abordamos a configuração geográfica de Nova Iguaçu e seu processo histórico de desenvolvimento, a fim de que perceba que diferentes sujeitos (indígenas, africanos escravizados, europeus) conferiram seus traços à cidade que hoje é uma das mais representativas, em termos econômicos, na Baixada Fluminense.

O município de Nova Iguaçu faz parte da Região da Baixada Fluminense e possui, atualmente, uma extensão territorial de 524 Km² (quinhentos e vinte e quatro quilômetros quadrados), que corresponde a aproximadamente 11,00% da área da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, o que a torna uma área estratégica para o estado devido à proximidade com a capital (Ferreira, 2013).

Figura 1. Mapa da macrorregião do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Nima (2010).

Ocupando uma área geográfica privilegiada dentro do estado, pois, como destacado no mapa, encontra-se limítrofe não só à capital, como também a outros municípios notadamente importantes que integram a macrorregião do Estado do Rio de Janeiro. Além de possuir uma grande extensão territorial, é composta por um contingente populacional numeroso e por uma economia bastante expressiva. Esses e outros elementos mostram, à primeira vista, a pujança de uma região com características típicas de áreas urbanizadas e industrializadas.

Dentro dessa área correspondente à Região Metropolitana, destacada no mapa acima, existe uma outra subdivisão que corresponde aos municípios que compõem a Baixada Fluminense, composta pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

A denominação conceitual de Baixada Fluminense é bastante complexa, pois perpassa por uma série de fatores (políticos, econômicos, sociais, culturais, históricos, geográficos entre outros) que se entrelaçam na construção de uma definição. Nas seções seguintes (1.1 a 1.8) abordamos tais aspectos para que se conheça o processo de formação do município iguaçuano, já que entendemos que o conhecimento da história local é imprescindível para o objeto deste estudo- a educação do campo. A criação dessa modalidade de educação, em Nova Iguaçu, está interligada a memórias, a lutas e à resistência de minorias, que sobreviveram em um espaço de disputas e interesses socioeconômicos entre as classes

detentoras de poder. Nesse contexto, remanescentes desse período, ligados à vida campesina, ainda, sobrevivem e residem no município.

Nesse sentido, a valorização de seus traços culturais sobre o território iguaçuano é uma forma de fazer justiça à opressão que tais sujeitos sofreram com os diferentes processos ‘civilizatórios’, de ‘desenvolvimento’ e de ‘progresso’ impostos pela lógica de exploração capitalista. Sendo assim, indígenas, camponeses, escravizados e pessoas pertencentes à classe trabalhadora foram (e ainda são), historicamente, exploradas, em prol do enriquecimento de uma minoria, que controlava a sociedade.

Tendo como ponto de partida, a Escola Municipalizada Jardim Montevideo, ampliamos o olhar, a fim de desvendar quais sujeitos, ações, hábitos, atitudes e valores se imbricaram, para formar o meio, em que ora se insere a unidade educativa. Assim, nas seções seguintes analisamos aspectos geográficos e demográficos de Nova Iguaçu, observando o seu histórico de formação.

Dessa maneira, analisaremos pontos fundamentais como: a importância dos povos indígenas na construção histórica do território, a presença integrada e de resistência quilombola em suas terras, o conceito de Baixada Fluminense, a importância político-econômica das estradas, dos portos e das ferrovias, bem como a relevância da agricultura (o contexto de disputas territoriais envolvidas na atividade), constantemente presente no histórico iguaçuano.

1.1 Sobre o Recôncavo da Guanabara

Esta seção apresenta fatores históricos e geográficos interligados à formação do conceito de Baixada Fluminense, área composta por treze municípios. Iniciamos com descrição das características gerais do espaço conhecido como Recôncavo da Guanabara que, com o decorrer do tempo e das modificações sócio-históricas e culturais, deram origem à atual Nova Iguaçu.

Apontar, apenas, uma única designação conceitual seria complexo e injusto face à relevância desta região para a história do Brasil. A formação fisionômica é uma característica marcante do território, por isso as terras que se estendiam da capital, a cidade do Rio de Janeiro, à Serra do Mar eram denominadas de Recôncavo da Guanabara.

Recôncavo da Guanabara tinha sua centralidade na Baía e através dela simbolizava e organizava uma forma de ver o território, terminologias como fundo e boca da baía eram utilizadas para dar sentido às relações estabelecidas entre a cidade, o seu entorno e o interior. A baía e os rios eram

utilizados como referências espaciais para organizarem os lugares (Silva, 2013, p. 53-54).

A palavra recôncavo se define como um território localizado à volta de uma cidade ou de um ponto determinado. Neste caso, o ponto de referência consiste na Baía da Guanabara e o recôncavo corresponderia ao território que se estendia até a serra. Vale lembrar que até a primeira metade do século XX² o Recôncavo era dividido em freguesias.

Estas aglomerações, que contavam com atividades agrícolas e citadinas, constituíam-se em núcleos de povoamento e mercados locais. Até o final do século XVIII, dezenas de freguesias haviam sido estabelecidas, partindo do litoral em direção ao sertão. Tais polos cristãos, fundados pela Igreja em parceria com a “nobreza da terra”, apontam para a existência de uma rede urbana e de estratégias territoriais no projeto ultramarino português (Fridman, 2009, p. 91).

As freguesias que compunham o Recôncavo da Guanabara eram: Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora de Piedade de Iguassú, Nossa Senhora de Piedade de Magé, Nossa Senhora de Marapicu, Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, Nossa Senhora do Amparo de Maricá, São João Batista de Meriti, São João Batista de Itaboraí, São João Batista de Niterói, São Gonçalo de Guaxindiba, São Francisco Xavier de Itaguaí, São Nicolau de Surui, Santo Antônio de Jacutinga e Santo Antônio de Sá. Este conjunto de terras vinculado à Igreja, através das dioceses, deu origem ao território da Baixada Fluminense, num sentido mais amplo, à Região Metropolitana (Silva, 2013).

Neste sentido, é bastante pertinente abordar as definições que buscam ampliar o horizonte analítico da região. Numa observação estritamente territorial, Alves (2003) definiu, basicamente, a Baixada Fluminense como região de planícies que se estende entre o litoral e a Serra do Mar, isto é, ramificando-se do município de Campos, extremo norte do estado, até o atual município de Itaguaí.

Notadamente, a parte territorial é fundamental; contudo, não explica, por si só, a fundamentação epistemológica do conceito de Baixada. Grynszpan (1987) utiliza o termo Baixada compreendendo-a enquanto ‘áreas das cercanias do Rio de Janeiro, (que) em sua diversidade, terminaram por conformar uma certa unidade’ (*Ibid.*, p. 21). Para o autor, os municípios limítrofes à antiga capital federal (o município do Rio de Janeiro até 1960) correspondiam a uma espécie de extensão territorial, ou seja, mais ‘abaixo’ ou dependente de uma influência ‘superior’, que seria a cidade principal ou a capital.

² Duque de Caxias foi o primeiro município a se emancipar do município de Nova Iguaçu, em 31 de dezembro de 1943 (Simões, 2007).

Nesse sentido, torna-se primordial enfatizar a influência hegemônica da capital nas dinâmicas sócio-históricas, socioculturais e socioeconômicas, na medida em que as decisões oriundas da Corte Portuguesa (1763-1822), da Corte Imperial Brasileira (1822-1889) e, por fim, da República Brasileira (1889-1960, ano da transferência para Brasília) impactavam diretamente as transformações das demais regiões do Estado do Rio de Janeiro. Esse é o empenho que Alentejano (2005) estabelece ao analisar o contexto geoeconômico e socio-histórico que marcava o Brasil e, especificamente, a região no início do século XX.

Nesse período, podemos reconhecer, basicamente, quatro regiões no estado, produto das formas diferenciadas de ordenamento do território: (1) a região do Vale do Paraíba, dominada pela oligarquia cafeeira e marcada pela ampla destruição da Mata Atlântica produzida pelo avanço extensivo e degradador da cultura do café, num ambiente onde as condições edafo-climáticas originais eram extremamente favoráveis; (2) a região das Baixadas situadas a leste da região da Baixada da Guanabara, estendendo-se até os limites com o Espírito Santo, ao norte, dominada pela oligarquia canavieira e marcada pela existência de inúmeros engenhos de açúcar em meio aos amplos canaviais que se estendiam pelas Baixadas aluviais e tabuleiros litorâneos; (3) a região da Baixada da Guanabara, dominada pelo capital comercial que organizava a agro exportação e a redistribuição interna dos bens e da riqueza, a partir do controle sobre a vasta área navegável da baía e rios que nela desembocavam; (4) uma vasta região cujo elemento de unidade é a topografia acidentada, estendendo-se do litoral sul até o noroeste do estado, passando pela área da Serra dos Órgãos, a qual, por não ser reivindicada por nenhuma fração expressiva do capital, mantinha-se como área de fronteira e como tal, de reprodução do campesinato, dentre eles, antigos escravos recém libertados e imigrantes (principalmente alemães e suíços) (Alentejano, 2005, p. 51-52).

Os elementos descritos revelam que uma das conceituações referente à Baixada se encontra presente no fato desta macrorregião ser uma espécie de celeiro de gêneros agrícolas voltados para o abastecimento do mercado externo (agroexportação), ou seja, a Baixada da Guanabara³ correspondia a um conjunto de municípios que forneciam produtos agrícolas à capital. Esse potencial era possível, pois, a Baixada, era privilegiada pelo fato de possuir diversos componentes que viabilizavam o cultivo (clima, relevo, vegetação, recursos hídricos, mão de obra, dentre outros).

1.2 O Recôncavo, Iguassú e seus quilombos

Desde o período colonial, a escravização tanto de indígenas quanto de africanos/as foi um dos pilares da economia. Sendo assim, a referida região, por se localizar mais afastada da

³ Referência ao antigo Estado da Guanabara e a Baía que carrega o mesmo nome, pois era o principal porto comercial da capital. Ver Alentejano (2005).

sede, serviu como local de refúgio e resistência, durante a escravidão e de sobrevivência pós-abolição.

Os quilombos do Recôncavo da Guanabara, mais propriamente da Baixada iguaçuana, estavam situados nas margens dos rios Iguaçu e Sarapuí, junto às freguesias de Nossa Senhora do Pilar e Santo Antônio de Jacutinga. Esta região, da qual uma parte passaria a constituir o município de Iguaçu, em 1883, e uma outra parte o município de Estrela, em 1862, era composta, em 1780, basicamente — sem contar os desmembramentos e anexações posteriores — das seguintes freguesias: Nossa Senhora do Marapicu, Santo Antônio de Jacutinga, São João de Meriti, Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu e a de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu (Gomes, 1994, p. 2).

O Recôncavo da Guanabara, apesar de não pertencer à região central da sede, desempenhava um papel relevante, especialmente, a partir do final do século XVIII. Segundo Gomes (1994), os atributos hidrográficos contribuíram, não só com o comércio e o deslocamento de mercadorias e com a fixação e formação de núcleos populacionais que se estabeleceram às margens dos rios, seguindo as suas histórias, em paralelo, ao curso das águas.

Dentre as nucleações populacionais se encontravam os mocambos e quilombos. Se tratavam de sociedades altamente organizadas, pois possibilitavam o desenvolvimento alternativo, de sobrevivência, não apenas da população negra (liberta ou escravizada), mas uma esperança de sobrevivência viável e única àqueles e àquelas que compunham as camadas mais pobres da sociedade, independentemente de serem negros/as ou brancos/as.

Desde o século XVI, as comunidades quilombolas se formavam em diversas localidades do Brasil contrariando a escravidão imposta pelos portugueses.

Os quilombos e mocambos se formavam quase sempre a partir dos escravos fugitivos. Dos canaviais e engenhos do Nordeste surgem as primeiras notícias de fugas de escravos e a constituição deles em comunidades. Data de 1575 o primeiro registro de um mocambo, formado na Bahia. A necessidade de mão de obra ficava ainda mais dramática com o aumento continuado das fugas. Ainda em fins do século XVI, o rei de Portugal argumentava que os colonos estavam ficando pobres, pois não conseguiam impedir as sucessivas escapadas de seus cativos (Gomes, 2015, p. 12).

A cultura quilombola aumentava, conforme a cultura agroexportadora e escravagista crescia. As fugas, bem como a formação das comunidades quilombolas, se consolidaram como uma das principais formas de resistência à escravidão, por parte dos negros/as cativos/as, contra a repressão sofrida por parte dos representantes da Corte.

Em resposta, as autoridades coloniais garantiam que havia, de fato, obstáculos considerados inimigos da colonização, sendo o principal deles os ‘negros de Guiné’ (como eram chamados em geral os africanos escravizados), fugitivos que viviam em algumas serras e faziam assaltos às fazendas e engenhos. Havia tantos mocambos e quilombos, e por toda parte atraindo cada vez mais fugitivos, que as autoridades coloniais os chamavam de ‘contagioso mal’. Lavradores enviavam petições, reclamando não suportarem tantas deserções. E havia quem alegasse que tratava bem seus escravos com sustento, vestuário, assistência nas enfermidades e castigos com moderação, mas de nada adiantava, pois, os quilombos/mocambos continuavam a atraí-los (*Ibid.*, p. 12).

A difusão dos quilombos mobilizou a classe mais abastada da Colônia, bem como os proprietários de escravizados/as, de modo geral, a cobrarem das autoridades uma resposta imediata e contumaz para que fosse estancado o esvaziamento causado pelo intenso fluxo de fugas. Este combate foi tão furioso que era comparado a uma doença, ‘contagioso mal’, que acometia os, autodeclarados, ‘benevolentes’, senhores, que nos seus entendimentos e no imaginário construído, a partir de então, eram responsáveis pelo sustento e bem-estar dos/as seus/suas escravizados/as, que em troca deveriam retribuir a ‘bondade’ com trabalho.

O ataque aos mocambos e quilombos contribuiu para a construção negativa, no imaginário, principalmente entre os/as libertos/as, das comunidades que se formavam a partir da migração de fugitivos/as. O medo de que núcleos se fortalecessem a ponto de causar rebeliões locais era uma realidade.

Houve mesmo muitos quilombos originados de insurreições. Se a revolta já atemorizava fazendeiros e autoridades ainda mais nas áreas urbanas, a possibilidade de uma rebelião virar um quilombo ou, pior, um quilombo se transformar num deliberado ataque às vilas, fazendas e cidades era amedrontadora (Gomes, 2015, p. 13).

Não é por acaso que a cultura do combate às comunidades quilombolas se transformou numa política que convergia no interesse dos grupos dominantes que utilizavam toda a brutalidade do aparato estatal para desarticular e destruir os quilombos, bem como capturar os/as fugitivos/as.

Esta análise é pertinente para se entender os motivos que fizeram com que o Recôncavo da Guanabara (dentro dele a Baixada da Guanabara) atraísse uma quantidade significativa de fugitivos/as do trabalho escravo. A região, mais afastada e, ao mesmo tempo acessível, era o cenário adequado à formação de comunidades de pessoas que buscavam escapar da condição de escravizado/a ou para quem procurava sobreviver.

Estes quilombos situados junto aos rios iguaçuanos pareciam ser já velhos conhecidos, não só dos moradores e fazendeiros das localidades, como

também das autoridades, possivelmente desde o final do século XVIII. A propósito, a mais antiga referência que encontramos de quilombos localizados na região iguaçuana data de 1812 (*Ibid.*, p. 8-9).

A região de Iguassú adquiriu, ao final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, uma proeminência no cenário político-econômico dentre as regiões que formavam o Recôncavo da Guanabara. Este destaque teve inúmeras consequências, em especial ao futuro dos quilombos, na medida em que ações policiais se sucediam no intuito de desmobilizar os aquilombados/as, destruindo as comunidades.

Ainda no ano de 1838, Manuel Joaquim de Souza, morador no Porto do Calundu, próximo da freguesia do Pilar, reclamava ao Juiz de Paz local dos frequentes ataques que sofria por parte dos quilombos desta região. No final da década de 50, as ações dos quilombolas de Iguaçu já eram consideradas problemas crônicos da segurança pública da região, segundo os registros das autoridades provinciais fluminenses (*Ibid.*, p. 10).

Mesmo com o relato de insegurança denunciado por uma parcela dos habitantes, a região foi agraciada com a elevação do status para vila em 1833, ou seja, apesar de ser uma área marcada por diversas ações violentas por parte das forças provinciais, tal fator não inviabilizou a referida ascensão da antiga freguesia. Este paradoxo leva-nos a perceber que a riqueza promovida pelo comércio regional não atraiu apenas pessoas abastadas que viviam da agricultura, da escravidão ou do comércio, em geral. As margens dos rios da Baixada da Guanabara possibilitavam a sobrevivência de negros/as fugitivos/as e libertos/as.

1.3 Recôncavo da Guanabara e o conceito de Baixada na contemporaneidade

Ainda sobre os aspectos de definição, num contexto mais próximo à nossa contemporaneidade, Souza (1992) busca compreender as características que marcaram o desenvolvimentismo tecno-industrial que caracterizou as décadas de 1950 e 1960 a fim de construir um conceito de Baixada.

(...) momento em que ocorreram as mudanças nas quais o reordenamento da ideia de Baixada será um dos aspectos. Dentro do contexto da industrialização nacional, em que a acentuação das disparidades regionais foi uma das características (...). Esse período caracterizou-se por um acentuado incremento do deslocamento populacional para o município do Rio de Janeiro e municípios próximos (Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Niterói e São Gonçalo) (...) (*Ibid.*, p. 27).

Assim, o termo Baixada Fluminense sugere a ideia de movimentação de dependência de produtividade, isto é, a Baixada produziria componentes primários que seriam fornecidos

às indústrias da capital ou então seriam escoados pelo centro. Esta dinâmica se assemelha aos procedimentos desenvolvidos nos séculos anteriores (XVIII e XIX) que caracterizavam a dependência das áreas metropolitanas em relação à capital, quando são analisados, unicamente, os aspectos financeiros. Por certo, as demandas capitalistas contribuem para a compreensão conceitual da Baixada, uma vez que a empregabilidade promovida pelas empresas que se instalaram ou surgiram na região, após a segunda metade do século XX, promoveu o intenso fluxo migratório.

A crescente industrialização da cidade do Rio de Janeiro, já nas primeiras décadas do século XX - embora decrescente em relação a São Paulo, no que se refere à participação na economia nacional, levou a região a aumentar sua influência no âmbito estadual. No que tange à sua organização interna, a região passa a estar cada vez mais voltada para uma dinâmica endógena, diferentemente do que ocorria antes, onde era a relação de agroexportação a determinante das formas de organização espacial, redundando num ordenamento do território que privilegiava a ligação com o exterior, dando à atividade portuária papel central na estruturação do espaço urbano da região. No novo contexto, o eixo desloca-se crescentemente para as vias de circulação terrestres que integram a região, produzindo uma interiorização da economia regional (Alentejano, 2005, p. 53).

O processo de industrialização da capital acabou impactando o cotidiano da Baixada da Guanabara (atual Baixada Fluminense). Com o aumento das redes ferroviárias, que escovam produtos e transportavam pessoas, ganhavam espaço, as antigas estruturas de traslado foram sendo abandonadas. A desarticulação do comércio de cabotagem pelos rios da região, a produção agrícola, as comunidades quilombolas, as grandes propriedades de terras foram sendo substituídos gradativamente, entre o final do século XIX até a primeira metade do século XX, por um processo industrial que transformou as realidades regionais moldando as características rurais em urbanas através do fenômeno de metropolização (Alentejano, 2005).

Outra forma de definição da ideia de Baixada é aquela que consta no imaginário coletivo. Numa visão de senso comum, a própria palavra (Baixada) carrega, intrinsecamente, a ideia de oposição, isto é, contrário a um lugar mais alto. Devido à sua configuração fisiográfica, marcada por “uma área plana, rebaixada em relação ao nível do mar ou quando comparada com seu entorno, atravessada por rios e canais meandrados e com extensas planícies de inundação” (Brito; Quintslr; Pereira, 2019, p. 48).

Observa-se que as explicações científicas acerca da formação geográfica contribuíram para a adoção da referida nomenclatura, especialmente, no período que antecedia o século XX.

(...) a Baixada Fluminense não é uma formação homogênea e ao longo dos anos, a compreensão do que é Baixada Fluminense, vem se modificando. Ao falar dessa região é considerado suas características topográficas, por isso o nome Baixada, por estar situada abaixo do nível do mar e localiza-se entre a serra e o mar, já foi chamada de Recôncavo da Guanabara, ou Baixada da Guanabara (Medeiros, 2022, p. 3).

A heterogeneidade topográfica foi fundamental para a criação de uma espécie de consenso identitário que seguia pelo menos duas linhas de concepção. Uma partia do princípio de que a Baixada Fluminense fosse constituída, em grande parte ou na totalidade, por um território de menor elevação, quando comparado à Serra do Mar, e outra, de maior convicção, tinha como justificativa a imensa quantidade de terrenos alagadiços e pantanosos, peculiares da região, a qual localize-se abaixo do nível do mar, quando comparada às terras pertencentes à capital.

Desse modo, a derivação e propagação do termo foi acolhida pela sociedade. Todavia, uma definição baseada, unicamente, em aspectos fisiográficos ou ligados à terra, de acordo com análises geográficas, pode suscitar equívocos, como descreve Souza (1992).

(...) ao conceituar a Baixada segundo critérios fisiográficos, os geógrafos parecem ter incorporado e regulamentado os limites de uma categoria com historicidade e cuja representação usual estava ligada à evocação de um mundo agrário (Souza, 1992, p. 26).

Logo, outras demandas são significativas para a compreensão do debate sobre a conceituação da Baixada, em geral. A segunda metade do século XX, como descrito, foi marcada pelo avanço da industrialização brasileira levando a um processo de intensificação do surgimento de novos núcleos urbanos (segundo à lógica industrial) e, paralelamente, à desmobilização de áreas rurais. Este movimento, provavelmente, contribuiu para o reordenamento das fronteiras regionais e, com isso, para a formação subjetivas de consensos locais, como a ideia de Baixada ser: ‘mais baixa’ que a capital, ser composta por terras alagadas e/ou possuir muitos rios e, em caso extremo, ser mais ‘pobre’ do que o centro administrativo, ou seja, a capital.

Este processo de reordenamento foi descrito por Alentejano (2005) da seguinte maneira.

Percebe-se assim que as marcas do período 1940/1964 são a metropolização e a desruralização, além da diversificação de processos de territorialização do capital, com mais um avanço na perda de influência do capital agrário no estado (*Ibid.*, p. 58).

O crescimento urbano promove o que o autor define como a metropolização e, ao mesmo tempo, a desconstrução do espaço rural, definido como desruralização. Vale lembrar que o conceito de rural não se limita apenas ao manuseio da terra, que também é fundamental. Este conceito está ligado à cultura do campo que foi sendo desmobilizado devido aos interesses defendidos pelo capital empresarial e especulativo (*Ibid.*).

Nesse contexto, ocorreu um processo de constituição fronteiriça bastante complexa que foi sendo estabelecido no decorrer das décadas. Assim, diversos aspectos (políticos, econômicos, sociais, geográficos, históricos e antropológicos) acabaram se fundindo aos elementos fisionômicos ao ponto de influenciar disputas (descritas nas lutas dos quilombolas), definições (conceito de Baixada) e demarcações espaciais (luta pela terra).

A introdução do elemento social ou político na análise produz mais um fator de definição de fronteiras: no caso, por exemplo, do estudo dos movimentos camponeses na Baixada, o recorte se dará tendo em vista os conflitos que ocorriam nas áreas rurais (Alves, 2003, p. 15).

A intensidade e a quantidade de conflitos na Baixada Fluminense marcaram conjuntamente a formação dos municípios que foram sendo fundados nos limites da capital do Estado do Rio de Janeiro. As disputas territoriais, os conflitos pela posse da terra, a busca por áreas agricultáveis e a especulação imobiliária contribuiu, no desenrolar do tempo histórico, para a eclosão de ações violentas.

A dominação dos senhores de engenho e a construção de um poder político público local; as relações destes senhores com os quilombos e a decadência da região; a reincorporação urbana da Baixada como ‘periferia’ e a reestruturação política local, a partir dos anos 30; todos estes tópicos acabam por descrever a história das múltiplas formas de segregação e dominação a que foram submetidos diferentes setores sociais: escravos; não-escravos pobres; pequenos proprietários; trabalhadores rurais; arrendatários; trabalhadores urbanos; eleitores; negros e menores, vítimas preferenciais das execuções sumárias; os grupos políticos derrotados, população desassistida pelo Estado etc. Utilizada no seu sentido amplo, a violência surge aqui como toda e qualquer forma de violação dos direitos humanos, entendidos como o conjunto dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais (Alves, 2003, p. 19).

A segregação de grupos minoritários e excluídos socialmente da lógica governamental promoveu uma série de rupturas evidenciando uma clara separação destes sujeitos de toda e qualquer ação político-social estatal. Ao contrário, as ações promovidas pelo aparato estatal eram orientadas pelo prisma da repressão. Isto é, aqueles/as pertencentes à classe trabalhadora e/ou moradores/as de áreas periféricas, ao invés de serem contemplados pelo Estado com o preenchimento de seus reveses e necessidades, que foram promovidas pela adoção de um

sistema segregador e marginalizante, passaram a ser perseguidos/as e reprimidos/as tendo os seus direitos vilipendiados.

Esse contexto se revelou durante a formação histórica, perpassando pela memória dos moradores e moradoras, frequentadores e frequentadoras e aqueles/as que apenas transitam pela Baixada. O imaginário coletivo, constituído pelo conjunto destas memórias, contribuiu para a construção desse elo, difícil de romper, que associa, quase que instantaneamente, Baixada à violência. Segundo Alves (2003), esta ideia de violência se configura como um fator preponderante para a demarcação fronteiriça entre a ‘civilização’, que seria a capital, ou seja, o Rio de Janeiro, e a ‘barbárie’, neste caso a Baixada Fluminense.

Mesmo se fosse questionada quanto à sua precisão, por estar relacionada a uma noção ontológica de ‘satisfação das necessidades humanas’, não se distinguindo de outros conceitos como ‘miséria’, ‘alienação’ ou ‘repressão’, a violência assim concebida ajuda a demonstrar a complexidade do analisado, as relações entre diferentes esferas que constituem uma determinada sociedade, um pano de fundo no qual passam a vigorar padrões de comportamento que se perpetuam ao longo do tempo e do espaço (Alves, 2003, p. 19-20).

Esta conjuntura complexa, permeada de disputas constantes, apresenta argumentos para a interpretação de ações que afetam a própria humanidade. Na Baixada, as transformações nos campos social, econômico e espacial no decorrer da história nos direcionam ao fio da compreensão desta dinâmica, de violência, bem como a sua conexão com a própria região, com os municípios integrantes e com os bairros incorporados às realidades descritas. Em outras palavras, intencionalmente ou não, a memória coletiva, abre caminho para a interpretação deste cenário e apresenta argumentos que justifiquem a permanência da associação pragmática do binômio: Baixada/violência ou violência/Baixada.

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da ideia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula a sua evolução (Halbwachs, 1990, p. 133).

A inter-relação das diversas memórias coletivas, segundo Maurice Halbwachs, pode indicar-nos um caminho interpretativo sobre as definições que podem suscitar um determinado espaço, neste caso, a Baixada. São os grupos, endógenos ou exógenos, que influenciam a configuração de um certo espaço e, assim, regulam a evolução dessas consciências. O percurso histórico-social brasileiro, pautado na lógica da dinâmica

econômica, contribuiu tanto para a construção quanto para a desconstrução das formas como são delimitados os espaços territoriais, as funções estabelecidas entre as lutas de classes, assim como as relações sociais por ela promovidas. A sistematização dos fluxos intrínsecos à interação humana é, segundo Simões (2007), responsável, dialeticamente, pelas transformações políticas, culturais, ideológicas, jurídicas e espaciais que impactaram a formação e a construção da Baixada Fluminense.

Assim, nesse primeiro momento, não há o objetivo de estabelecer uma definição sobre a Baixada Fluminense; pelo contrário, o cerne deste debate inicial refere-se à apresentação de argumentos que possam nos levar ao caminho de possíveis reflexões sobre uma região que reunia incontáveis elementos (políticos, econômicos, sociais, culturais, históricos, geográficos e naturais) tão fundamentais para a construção não apenas local — do atual município do Rio de Janeiro, desde quando era capitania (1565), passando à capital (Colonial, Imperial e Federal, entre 1763 e 1960) —, mas até a contemporaneidade, em que exerce um papel relevante, vivenciado por uma população que se encontra na área da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

O Recôncavo da Guanabara fazia parte de um conjunto de terras essencial para a produção dos mais diversos gêneros e produtos, para o fluxo da cadeia econômica e, ainda, no trânsito e moradia de pessoas (escravizados/as, libertos/as/, pobres, abastados/as, negros/as, mestiços/as, indígenas, brancos/as, idosos, adultos, jovens e crianças). O transporte terrestre era realizado através da tração animal, e a cabotagem, que eram as principais formas de deslocamento entre os séculos XVI e XIX. A pé, no lombo ou seguindo os animais, bem como nas embarcações, o território brasileiro foi sendo ‘interiorizado’ por vias que ligavam os núcleos populacionais de produção e/ou extração aos portos que seguiam destino em navios rumo a outros reinos e nações, via Atlântico.

A história mundial registra a existência de uma estreita relação entre o processo de ocupação de um território e o da constituição de suas vias de transportes. Há casos em que a constituição de tais vias é apontada como determinante do processo de ocupação territorial e outros em que este último a determina. A experiência brasileira enquadra-se no segundo movimento. Ou seja, a ocupação verificada no período colonial (1500-1822) determinou a configuração das vias de transportes do País. Em verdade, dos diversos caminhos constituídos e não do que se poderia denominar de rede ou sistema de transportes, que denotam ideia de integração. A ocupação do território brasileiro, como se sabe, verificou-se a partir de uma exígua e dispersa população. Isto é, a lógica de ocupação foi a de constituir base de apoio na costa, projetando-se, a partir daí, para o interior, isolando a pequena população em ilhas de povoamento (Natal, 1991, p. 293).

Os transportes característicos de um processo de industrialização surgiram no Brasil a partir da segunda metade do século XIX com o transporte ferroviário e na primeira metade do século XX com as rodovias. Até a observância desta conjuntura, a ocupação territorial era fundamentada em núcleos, denominadas de ‘ilhas’, das quais não se verificava uma convergência de integração de rotas, ao contrário, as vias que cortavam as ‘ilhas’ populacionais seguiam num sentido retilíneo (respeitando as características fisionômicas do relevo de cada região) interior-litoral/litoral-interior. Por isso, diversos caminhos e rotas foram sendo abertas visando ao transporte e ao escoamento, vilarejos e vilas funcionavam como uma espécie de entrepostos comerciais ou pouso de descanso e hospedagem até o destino da viagem.

1.4 Os caminhos que cortavam Iguassú e o Recôncavo

O Recôncavo da Guanabara não se diferenciava desta lógica. Diversas vias foram abertas com objetivo de carrear produtos e pessoas até o principal porto de desagüe, a Baía da Guanabara. Por terra ou pelo leito dos rios, através do comércio de cabotagem, o porto abastecia não somente o Rio de Janeiro (sede administrativa), mas grande parte do território do Brasil. Nos anos finais do século XVII, em decorrência da descoberta do ouro na região das Minas Gerais, foram abertas as primeiras vias voltadas ao comércio das riquezas minerais. Seguindo o interesse da Corte Portuguesa em buscar uma rota que facilitasse a produtividade da extração, o transporte e, fundamentalmente, a fiscalização, foram reunidos esforços para o início da abertura da estrada que ligasse os núcleos auríferos à capital, desembocando na região de Paraty. Segundo Torres (2004) o caminho dos Guaianás⁴ era a única rota que fazia a ligação entre o Rio de Janeiro e as demais regiões mineradoras.

Em 23 de agosto de 1699, partia este do Rio de Janeiro pelo caminho dos ‘Guaianás’ única via de acesso, até então, àquela região. Esse caminho começava na Freguesia de N. Senhora dos Remédios de Paraty, onde, subindo-se a serra do Cunha, chegava-se à Taubaté a caminho das lavras auríferas (*Ibid.*, p. 35).

⁴ (...) o etnônimo Guaianá designou dois grupos distintos, ambos do tronco linguístico macro-jê: um, ligado a um grupo coletor, vivendo na serra do Mar e que faria parte de um complexo cultural, cujos remanescentes seriam os Puri e Coroado do vale do Paraíba e sudeste de Minas; um outro ligado a um grupo horticultor do Sul, ancestral dos atuais Kaingang (Prezia, 1998, p. 155).

Vale lembrar que as primeiras vias coloniais derivavam do acesso das populações indígenas. Os povos originários foram os responsáveis pela abertura dos caminhos que serviam para sua sobrevivência, como afirma Holanda (1994).

Assim como o branco e o mameluco se aproveitaram não raro das veredas dos índios, há motivo para pensar que estes, por sua vez, em muitos casos, simples sucessores dos animais selvagens, do tapir especialmente, cujos carreiros ao longo dos rios e riachos, ou em direção a nascentes de águas, se adaptavam perfeitamente às necessidades e hábitos daquelas populações. Hábitos a que o europeu e seu descendente tiveram de acomodar-se com frequência nas viagens terrestres e que muitos sertanejos ainda conservam (*Ibid.*, p. 34).

Os colonos, especialmente os bandeirantes (responsáveis pela escravização de nativos e exploradores de riquezas), foram, em grande parte, os responsáveis por transformar os caminhos e trilhas que a princípio foram abertos e utilizados pelos indígenas, os quais demonstravam, através destes caminhos, toda a dinâmica dos nativos em período anterior à chegada dos portugueses. É importante salientar que nem todas as etnias possuíam a cultura do deslocamento. Contudo, as inúmeras sociedades indígenas, mesmo distantes ou dispersas no imenso território não viviam totalmente isolados, mantendo algumas formas de comunicação, comprovadamente observadas pelas trilhas de acesso, como no caso dos Guaianás.

Além disso, mesmo desenvolvendo práticas agrícolas, voltadas principalmente para a subsistência, essas sociedades buscavam na floresta, os recursos necessários à sua sobrevivência. Nesse sentido, se evidencia que as populações indígenas abriram vias de acesso e trilhas para atender as suas necessidades cotidianas (comunicação, deslocamento, produção, caça e pesca) e com a chegada dos europeus foram expropriadas e utilizadas como caminho pelos bandeirantes, fato que revela a participação indígena nesse processo de abertura das rotas que enveredavam pelos interiores do Brasil, sem, todavia, a natureza mercantilista pertencente à essência dos bandeirantes (Holanda, 1994).

O caminho dos Guaianás correspondia a uma alternativa importante de acesso, mesmo antes da descoberta do ouro, pois desempenhava uma função de relevância para a sobrevivência dos grupos étnicos que habitavam a Serra do Mar e que, mais tarde, foram sendo capturados e expropriados de seus territórios pela ação dos bandeirantes, visando atender à tríplice demanda: “a busca de mão de obra escrava, o desejo de manter o gado longe das plantações de cana-de-açúcar do litoral e a procura por metais preciosos” (Ribas, 2003, p. 11).

Esse caminho, mesmo sendo uma vereda essencial para a Colônia, era extenuante devido à longa distância e ao alto grau de periculosidade, na medida em que obrigava os tropeiros a transitarem pela Serra do Mar por Paraty, fugindo da perigosa viagem marítima por mar aberto, desbravarem uma intensa subida (ou descida, conforme o sentido) que ligava o litoral de Santos e São Vicente a Piratininga (São Paulo) e, por fim, embarcarem pelo litoral de Paraty até acessarem a Baía de Sepetiba.

O porto de mesmo nome localizava-se, geograficamente, distante do porto do Rio de Janeiro, fazendo com que os comerciantes-navegadores sofressem com os riscos de ataques, tanto por terra quanto através dos mares, de indígenas e piratas que navegavam entre o litoral de Angra e Paraty (Torres, 2004).

Uma solução mais viável seria a abertura de uma rota que demandasse um menor tempo de viagem, fosse mais segura e que facilitasse o acesso de embarque e desembarque ao porto do Rio de Janeiro.

O caminho das Minas, passando por Paraty, era complexo pelo fato de ser constituído tanto por vias marítimas quanto por vias terrestres. Com o aumento da extração aurífera, durante o século XVIII, houve uma verdadeira corrida pela abertura de estradas que facilitassem a ligação entre a região mineradora e o porto da capital.

Coube ao explorador (caçador e escravizador de indígenas) paulista Garcia Rodrigues Paes Betim, filho de Fernão Dias Paes Leme, pioneiro na exploração extrativista de metais preciosos da região, a criação de um novo caminho direto ao porto do Rio de Janeiro. Como alternativa para o escoamento do ouro trazido das Minas Gerais até o destino final, que era a Baía da Guanabara, foi construído o Caminho do Pilar do Iguassú, também conhecido como Caminho Novo das Minas. Cabe ressaltar que esse caminho, após a inauguração de outras estradas, como a do Tinguá, ficou conhecido como ‘Caminho Velho’.

Voltando ao Caminho do Pilar do Iguassú, suas veredas foram entregues à circulação em 1704. Esse fato foi relevante, pois marcou a inauguração da primeira rota de ligação direta entre o Rio de Janeiro e a região das Minas Gerais, transpondo a barreira geográfica formada pela Serra do Mar. Esta construção impactou o cotidiano das localidades adjacentes à área limítrofe do porto da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, uma vez que o trânsito de pessoas e produtos proporcionou o aquecimento da economia da região local.

O ouro descia diretamente para o Rio. As tropas saíam do sertão vergadas de mercadorias. O porto em fim se abria em definitivo como direto escoadouro dos planaltos. A vida carioca atingia um novo ciclo, imposto pelos fatores geográficos a diversamente reagirem numa nova fase cultural a da influência

e da expansão comercial e política da cidade sobre as regiões longínquas da mineração (Torres, 2004, p. 36).

Com isso, a corrida pelo ouro se tornou um objeto de interesse dos colonos e da Coroa portuguesa a fim de explorar, fiscalizar, escoar e comercializar o ouro da região mineradora. Nesse sentido, o caminho dos Guaianás, aberto no século XVII, que nasceu das trilhas dos indígenas, foi expropriada pelos bandeirantes que implementaram uma rota de ligação entre Paraty e Ouro Preto. O Caminho Novo, acessado pela Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, conectou o Rio de Janeiro a Ouro Preto de forma mais célere no escoamento de ouro e diamantes até Lisboa, transformando, significativamente, o contexto dos povoados por onde a riqueza mineral passava.

O século XVIII marcou um recorte de profundas transformações na dinâmica colonial, movidos pela ambição de enriquecimento por meio da exploração do ouro e outros metais preciosos, um significativo contingente populacional migrou de diversas regiões do Brasil no intuito de buscarem algum tipo de conquista. Seja ela a riqueza, o comércio, o emprego ou até mesmo a liberdade, no caso dos escravizados e escravizadas. O sonho do *el dorado*⁵, presente no imaginário dos colonizadores, orientava incontáveis interesses, tanto de colonos quanto da Corte. Entre eles havia, por exemplo, a vontade tácita acerca da celeridade do escoamento de todos os produtos que circulavam na região mineradora, assim, a construção de caminhos⁶ alternativos, que viabilizassem a comercialização do ouro, se tornou o propósito de muitos (proprietários e tropeiros). Esta finalidade contribuiu para a ampliação da cabotagem, bem como do controle dos cursos das águas.

Alcançar a capitania de São Sebastião do Rio de Janeiro era o objetivo da Coroa e dos colonos, pois tais rotas desempenhavam o elo entre os caminhos de terra firme e a Baía da Guanabara. Foi nesta tarefa que, Bernardo Soares Proença, em 1724, entregou para trânsito de comerciantes e animais o Caminho do Inhomirim. Uma rota menos íngreme e menos distante que a do Pilar tornou-se alternativa para o escoamento de produtos e pedras preciosas entre a Guanabara e as Minas Gerais uma vez que reduziu o tempo das viagens. Além disso, a estrada proporcionava aos tropeiros mais segurança devido ao desvio que o ‘Caminho do Proença’,

⁵ Qualquer lugar repleto de riquezas, fartura, prosperidades. Etimologia (origem da palavra eldorado). A palavra eldorado deriva do castelhano ‘*el dorado*’, com o sentido de ‘o dourado’, por alusão ao ritual do cacique que se banhava com o corpo repleto de ouro. Disponível em: < [⁶ Referente ao transporte de pessoas e produtos que utiliza as águas dos mares ou dos rios na ligação entre portos e as vilas.](https://www.dicio.com.br/eldorado-2/#:~:text=Significado%20de%20Eldorado&text=%5BFigurado%5D%20Qualquer%20lugar%20repleto%20de,o%20corpo%20repleto%20de%20ouro.>”. Acesso em: 11 mai. 2025.</p></div><div data-bbox=)

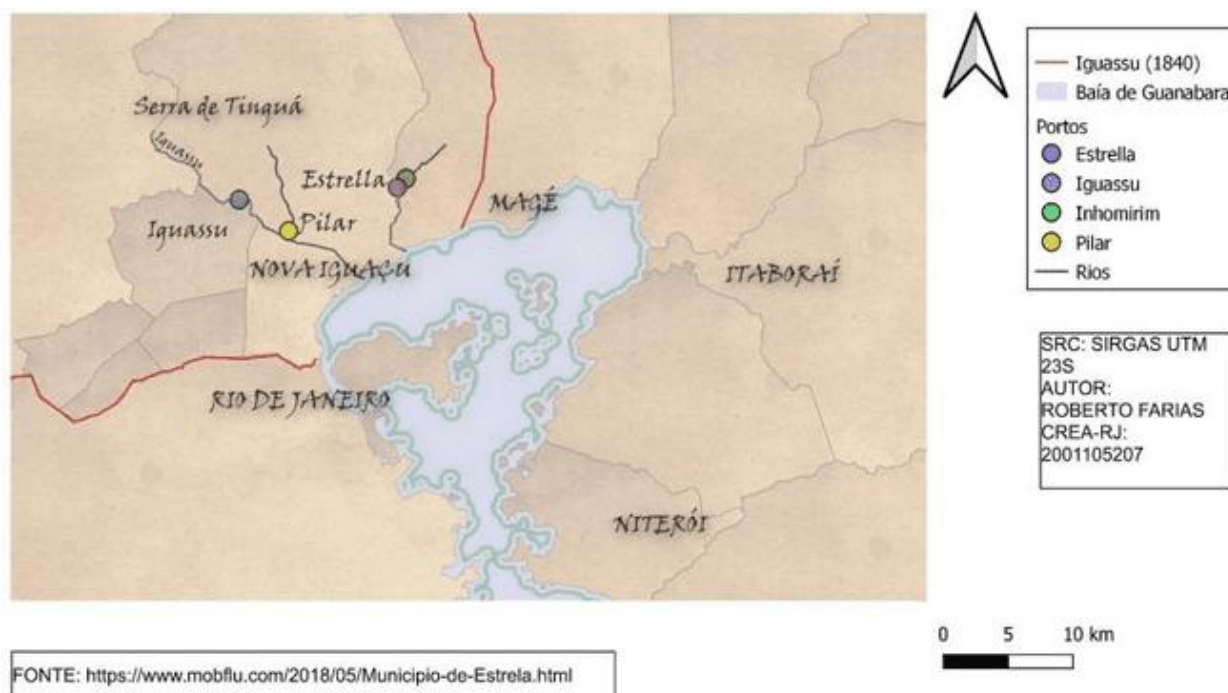
como também era conhecido, fazia em direção ao Porto Estrela, conferindo a região um notável comércio (Torres, 2004).

A busca incessante dos tropeiros em ultrapassar a cadeia a Serra do Mar com o intuito de intensificar o trânsito de pessoas, animais, produtos e pedras preciosas fez com que, em 1728, fosse concluído o caminho, que adentrava pela Serra do Tinguá. Coube a Estevão Pinto a concretização do denominado ‘Caminho Novo do Tinguá’, o qual formava um entroncamento com os caminhos do Pilar (1704) e Inhomirim (1724) seguindo o fluxo à beira do rio Paraíba.

Entretanto só mais tarde, em 1728, este caminho estaria concluído com o trabalho do mestre Estevão Pinto que ficaria conhecido como ‘Caminho Novo do Tinguá’. Este caminho, após galgar a Serra do Mar ia encontrar-se com o ‘caminho de Garcia Pais’, e o ‘caminho de Bernardo Proença’ aberto em 1724 na região ainda hoje denominada de Stº Antônio da Encruzilhada, reunindo-se em um só caminho em direção à margem direita do rio Paraíba (*Ibid.*, p. 40).

Pelas águas seguiam o ouro, as pedras preciosas, os/as escravizados/as, o café (que se tornou no século XIX o principal produto da pauta econômica brasileira) e demais produtos agrícolas. Cabe lembrar que os proprietários de terras já contavam com a mão de obra escravizada e acumulavam, nesta época, fortunas oriundas destas atividades. Os vilarejos, às margens dos rios, representavam a dinâmica deste contexto aumentando a disputa por territórios próximos às estradas, em especial, aqueles que servissem de porto para o escoamento até a capital. Estes fatores fizeram com que fazendas e núcleos populacionais prosperassem economicamente ao ponto de galgarem importância política (Torres 2004).

Figura 2. Mapa dos principais portos da Baixada Fluminense (Século – XIX)



O Recôncavo da Guanabara, a partir do século XVIII, passou a oferecer ao trânsito comercial quatro portos como alternativa de escoamento ao Porto do Rio de Janeiro. Os principais ancoradouros da região serviam como entrepostos comerciais até a chegada ao destino final, que era a Baía da Guanabara. Em destaque vemos a noroeste da Guanabara o ‘Caminho do Paes’ ou ‘Caminho do Pilar’, bem como o porto de mesmo nome. À direita do Pilar e ao norte da Baía da Guanabara se localizavam o ‘Caminho Proença’ ou ‘Caminho do Inhomirim’ que fazia ligação com os portos de Inhomirim e Estrela. A noroeste da Guanabara, estava localizado o porto Iguassú. Essa parada foi responsável pelo desenvolvimento econômico conferido à Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, durante o século XVIII, com a abertura do ‘Caminho Novo do Tinguá’, em 1728. Posteriormente, no século XIX, as cercanias do Iguassú atingiram o seu auge com a abertura do ‘Caminho do Comércio’ (1811), mesmo com o declínio das lavras e da comercialização das riquezas provenientes da região mineradora esta rota apresentou um trânsito significativo, pois, entre outros gêneros, foi responsável pelo escoamento do café, que se tornou, a partir da segunda metade do século, a riqueza e o principal produto da pauta de exportação comercial do Império.

1.5 Século XIX, Iguassú e seus caminhos

O século XIX foi crucial para a economia brasileira. O ouro não minava do solo em igual proporção como no século anterior, as pedras preciosas praticamente desapareceram das

bateias, sendo encontradas, quase que exclusivamente nas mãos dos contrabandistas. O açúcar sofria uma forte concorrência das Antilhas e, por fim, a comercialização de escravizados/as passou por uma série de instabilidades devido às constantes insurreições, às diversas formas de resistências, pressões externas, ao movimento abolicionista e às leis abolicionistas.

Esta conjuntura levou os produtores e comerciantes a elaborarem, progressivamente, uma alternativa econômica que viabilizasse seus lucros conforme os gêneros que puxavam a pauta comercial. Com relação ao café, o efetivo cultivo, segundo Pereira (1997), ocorreu, por volta de 1727 a 1731, nas capitanias do Pará e do Maranhão, anos mais tarde as primeiras mudas chegaram à capital.

Quase cinquenta anos depois de ter sido plantado no Pará, o café chega ao Rio de Janeiro, graças ao desembargador João Alberto Castelo Branco que, em 1774, repartiu as primeiras mudas entre os frades barbadinhos e o holandês João Hoppman. Este possuía uma chácara no atual bairro do Estácio e os religiosos cultivavam um pomar onde é hoje a rua Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro. Foi daí que saíram os espécimes para o estado do Rio e outras fazendas da baía de Guanabara (*Ibid.*, p. 49).

A partir daí o cultivo do café passou a ser estimulado em diversas regiões do Brasil. Com a transferência da Corte Portuguesa, em 1808, sob a regência de D. João VI, as árvores, originárias da Arábia e da Etiópia, conquistaram a simpatia da realeza, dos fidalgos e de boa parte dos súditos da Coroa. O Marquês do Lavradio foi um dos grandes incentivadores da cultura cafeeira no Rio de Janeiro. Sob seus esforços, o Brasil começou a exportar os primeiros grãos, a partir de 1820, além de expandir o plantio dos cafezais para além da capital. São Gonçalo (região pertencente ao Recôncavo da Guanabara) e Resende foram as primeiras terras a experimentarem o plantio em larga escala. Em seguida, as lavouras foram se espalhando em direção à Serra do Mar, tomando a região do Vale do Paraíba até alcançarem São Paulo e Minas Gerais (Pereira, 1977).

A expansão veio a reboque de ampla exploração, não só territorial, mas, essencialmente, da mão de obra negra escravizada na qual a classe senhorial no Império do Brasil assentou as suas bases políticas, econômicas, sociais e culturais do governo que teve início em 1822. Nesse momento, a sede do governo imperial, o Rio de Janeiro e as províncias, de modo geral, tinham as suas bases amparadas pela égide dos interesses dos proprietários rurais escravistas. Na Corte, os latifundiários da Baixada Litorânea e do Recôncavo da Guanabara, mais tarde, os proprietários da Região Serrana, especialmente do Vale do Paraíba, se tornaram, ao longo do tempo, os principais mantenedores comerciais e financeiros da monarquia. Em troca, houve uma pressão desses grupos em manter a lógica vigente (que já

existia anteriormente à monarquia brasileira) como forma de manter os interesses dos grupos dominantes interessados em manter suas lucrativas atividades, mesmo que na contramão dos debates e acontecimentos (internos e externos) que seguiam no caminho da abolição da escravidão.

O concurso do Estado central, das redes comerciais e dos capitais dos comerciantes de grosso trato foi vital para assegurar o suprimento de mão de obra escrava africana necessário à expansão econômica com base na produção de açúcar nas áreas das Baixadas Litorânea e Fluminense, a partir da década de 1790, e à ocupação mais efetiva da região da Serra. Acima, com a produção de café, a partir do início da segunda década do século XIX (Salles, 2008, p. 47).

O próprio Estado era o garantidor da massiva fonte de abastecimento de mão de obra compulsória, isto é, a manutenção do tráfico de africanos e africanas consoante ao imediato comércio de vidas humanas que alicerçou as bases econômicas e imperiais no Brasil. A manutenção e expansão do tráfico internacional de escravizados/as geravam uma enorme fonte de renda capaz de correlacionar os interesses estatais aos interesses dos proprietários e comerciantes. Por sua vez, os representantes da classe dominante fluminense, devido à proximidade com o centro da administração colonial (desde 1763) e, em seguida imperial (1822-1889), gozavam de privilégios em comparação com outros grupos de proprietários do Brasil. A relação de proximidade com a capital, tanto na política como no comércio, que tinham como cenário as águas da Baía da Guanabara (representação da realeza e dos negócios), possibilitaram, entre outras demandas, uma profusão das ambições e articulações dos princípios administrativos, militares, econômicos, políticos e simbólicos praticados pelas classes dominantes (Salles, 2008).

A vigência da monarquia brasileira (1822-1889), para o autor, foi fundamental no sentido de reorientar, administrativamente, a classe dos donos de terras, no sentido de manter os seus privilégios diante das transformações e pressões internas (revoltas, levantes e insurreições) e externas (oposições diplomáticas).

De acordo com Ilmar Rohloff de Mattos, o momento histórico de formação da classe senhorial se deu quando os plantadores escravagistas da região fluminense, intimamente ligados ao aparelho de Estado centralizado, além de seu antagonismo com as Cortes de Lisboa, ampliaram o leque de seus adversários, do qual passaram a constar: o governo inglês com sua política antitráfico; proprietários de terras e escravos em outras regiões de agricultura mercantil-escravagista, com suas pretensões de autonomia regional diante do governo central; produtores interioranos do sul de Minas, ligados ao abastecimento do Rio de Janeiro, interessados em exercer o controle político e administrativo da região; colonos das demais regiões, que buscavam

ampliar seu papel na política e seus espaços econômicos e sociais; escravos insurrectos e a malta urbana, que viam em sua participação no processo de efervescência política uma chance de subverter a ordem vigente (Salles, 2008, p. 48).

O Estado imperial, no decorrer de sua vigência, segundo o autor, não foi centralizado apenas politicamente. Houve, efetivamente, um direcionamento concreto para o atendimento das demandas dos produtores das regiões circunvizinhas à corte Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Estes fatores permitem-nos compreender alguns motivos que levaram à abertura de estradas que ligassem as áreas mercantis (de negócios) à sede administrativa, entre os séculos XVIII e XIX.

A queda na extração do ouro e a escassez de pedras preciosas, em certa medida, alteraram a dinâmica comercial, principalmente, no triângulo Rio de Janeiro – Minas Gerais – São Paulo, na medida em que a atividade mineradora e toda a sua cadeia gerava vultosos lucros aos senhores de terras e comerciantes. Contudo, nas cercanias da capital, as freguesias que formavam o Recôncavo da Guanabara nunca abandonaram a lógica agromercantil pautada na monocultura. Ao contrário, este nexos era o princípio basilar da sociedade local, onde a produção açucareira norteava a produção, seguida de outros gêneros alimentícios (mandioca, banana, leguminosas e hortaliças) até a chegada e consolidação do café.

Quase todos eram plantadores de cana, embora cultivassem outras lavouras e, igualmente, o café. E foram justamente os plantadores de cana que serviram de base a este ciclo econômico de Iguazu. Em grande número, quase todos forneciam cana para os engenhos mais próximos, quer como meeiros quer como participantes do lucro sobre o açúcar produzido. Outros trocavam a cana por gêneros alimentícios e artigos necessários à vida da fazenda, através de intermediários. Outros, ainda, reservavam, para consumo próprio, a cana que daria açúcar, aguardente e melado (Pereira, 1977, p. 26).

Mesmo sendo considerada a maior riqueza agrícola do século XIX, o café e toda a sua estrutura não inviabilizaram a estrutura açucareira. Apesar do conceito de ciclo proporcionar uma ideia de descontinuidade, isto é, para se iniciar qualquer evento é necessário que surja outra como se as circunstâncias ocorressem de forma desconexas ou com objetivo de superar a anterior. Nesse caso, o café não superou a cana e ambas possuíram uma concatenação com o ouro. Segundo Salles (2008), orientado pela administração régia vinculada aos interesses dos senhores de terras. Numa outra perspectiva, é importante salientar que no cerne da história agromercantil do Brasil se encontra a resistência das classes oprimidas, em especial, os/as escravizados/as. Nas freguesias de Iguassú houve um intenso confronto, como debatido anteriormente, entre os quilombolas e o próprio Estado, que defendia os interesses senhoriais,

ou seja, a luta quilombola era na Baixada Fluminense a dos negros e negras pelo acesso à terra “Os pântanos onde ela habitava era o próprio campo negro” (Gomes, 1994, p. 26).

A despeito desse cenário, houve um avanço na busca de novos caminhos que cortassem a região, utilizando seus portos e rios até a chegada à Guanabara. Tendo a provisão da exploração do trabalho compulsório e a proteção governamental para conter, mesmo com intensa resistência de grupos locais (indígenas e quilombolas), o acesso à terra ligando o interior de Minas Gerais ao Rio de Janeiro que passou a ser discutido na própria corte através da Real Junta do Comércio⁷. Cabe lembrar que, desde 1808, a Família Real e toda a Corte Portuguesa foram transferidas para a Colônia portuguesa chamada Brasil no intuito de sobreviverem à invasão das tropas lideradas por Napoleão Bonaparte.

Provavelmente, a desesperança de um retorno breve motivou a realeza a promover investimentos na sua maior Colônia, a qual se tornou uma terra de moradia ao invés de existir, essencialmente, um território de provimento de riquezas, uma vez que, até o presente momento, não existia possibilidade de retorno à Europa.

Desde então, se instauraram os esforços de idealização do traçado da Estrada Real do Comércio a partir de 1811, diante da junção dos interesses locais e administrativos de dinamizar o escoamento da produção do interior de Minas Gerais e São Paulo, principalmente, para a capital. Dentre os gêneros comercializados, o café já dava sinais de ser bastante atrativo aos olhos dos produtores, comerciantes e do Império, pois esta via teve como predileção, a construção de um caminho que facilitasse o transporte de grãos.

O traçado partia do Largo dos Ferreiros, no perímetro urbano da Vila de Iguassú, na Serra do Tinguá, indo até as terras do Barão de Ubá, em Paraíba do Sul. Entre os anos de 1813 e 1817, iniciaram-se as obras do trecho inaugural, ainda sem calçamento de pedra, sendo, mesmo assim, utilizada durante anos por tropeiros. Entretanto, a via era mal conservada, por isso necessitava de um aporte de investimentos para a melhoria na pavimentação e da segurança dos comerciantes. Este fato fez com que a estrada passasse por um período de abandono até o despontamento do café como o produto de maior valor agregado da pauta comercial brasileira.

⁷ Após a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, uma série de medidas foram tomadas com o escopo de transformar a cidade em centro do Império português, no processo de enraizamento do Estado e dos interesses que gravitavam em torno de sua órbita. Criado por Alvará Régio de 23 de agosto de 1808, o tribunal na Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação deste Estado do Brasil e seus domínios Ultramarinos manifestou importância singular na resolução de conflitos judiciais no interior no ‘sistema luso-brasileiro’ (Lopes, 2009, p. 11).

Depois de um período de abandono, é convocado para calçá-la (com pedras e não paralelas) o Coronel de Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer. Trechos antigos são restaurados e novos cortes são feitos. São assentados pontes pontilhões, com estruturas e pisos de ferro; canaletas (para neutralizar a erosão e dar passagem as águas pluviais); paredões de até 28 palmos de altura (para conter as encostas) (Barros, 2004, p. 100).

De acordo com o autor, as vidas humanas dos/as escravizados/as eram aviltadas durante o avanço das obras. Segundo o relato: “Na Cachoeira da Lage, quando de uma exagerada carga de dinamite, vários escravos são vitimados, morrendo (aos pedaços) ou lançados aso despenhadeiros” (*Ibid.*, p. 100). A narrativa comprova que a construção da estrada foi concretizada sobre inúmeros corpos negros, soterrados pelas terras e pedras do caminho e banhada com sangue e suor proveniente da força do trabalho compulsório imposta aos povos escravizados.

Figura 3. Estrada Real do Comércio (1811)



Fonte: Acervo próprio.

Construída com o objetivo de facilitar o escoamento comercial, o calçamento de pedras assentadas com o suor do trabalho escravo, se tornou por anos uma das principais rotas de mercadores do Brasil. Os vestígios possibilitam idealizar como as tropas percorriam, num trânsito intenso, que tinha como destino o porto de Iguassú. Pela imagem se observa a transformação da paisagem local no intuito de instituir, na região, e adjacências, as condições para o favorecimento dos interesses políticos, econômicos e sociais da época, como a comercialização de produtos (cana, mandioca e café) e escravizados/as. A vontade política em aumentar os dividendos comerciais e a participação da população (local e viajante) de lucrar e/ou sobreviver diante desse cenário marcado pela recente emancipação de Portugal e, consecutivamente, a Proclamação do Império Brasileiro (1822).

A dinamização do comércio e a elevação na produção cafeeira fizeram com que a Estrada Real do Comércio alcançasse relevância, pois por ela passavam gêneros e produtos rentáveis à balança comercial do Império, trabalhadores/as, agricultores/as, comerciantes, proprietários/as, escravizados/as, libertos/as e fugitivos/as. Enfim, toda sorte de pessoas que utilizavam a estrada como rota de passagem, de pouso e de moradia. Estes fatores somados à extensa rede de conexão com as vias fluviais, evidenciadas nos portos construídos às margens da Baía da Guanabara, formaram um cenário propício para a criação de uma vila nas localidades.

Num movimento régio de reconfiguração territorial nas freguesias da província do Rio de Janeiro, foi assinado, em 15 de janeiro de 1833, pelo Ministro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, a mando do imperador D. Pedro II, o Decreto nº 10 de 15 de janeiro de 1833 com os limites territoriais, a manutenção, a extinção e a elevação de vilas. Aludido no artigo 7º, a povoação de Iguassú foi elevada à categoria de vila, nascendo assim o município de mesmo nome. Seu território ficou composto por seis Freguesias, que foram desanexadas da Província de São Sebastião do Rio de Janeiro. Eram elas: “Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, São João Batista do Meriti, Santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, Nossa Senhora do Pilar (do Iguassú), Nossa Senhora da Piedade do Iguassú (sede da Vila de Iguassú) e Ribeirão da Lage” (Barros, 2004, p. 96).

Tabela 1. Freguesias de Iguassú / Municípios atuais

ANTIGAS FREGUESIAS	MUNICÍPIOS ATUAIS
--------------------	-------------------

Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim	Magé
São João Batista do Merity	São João de Meriti
Santo Antônio de Jacutinga	Atual Centro - Nova Iguaçu
Nossa Senhora da Conceição de Marapicu	Cabuçu - Nova Iguaçu / até Queimados
Nossa Senhora do Pillar (do Iguassú)	Duque de Caxias
Nossa Senhora da Piedade do Iguassú (sede da Vila de Iguassú).	Tinguá – Nova Iguaçu / até Belford Roxo
Ribeirão da Lage	Piraí

Fonte: Autoria própria com base em Torres (2004) e Barros (2000).

Os dados da Tabela 1 foram estabelecidos a partir da análise de Torres (2004) e Barros (2000) como forma de propor uma observação, didática, entre as antigas freguesias que compunham o Município de Iguassú com a localização das mesmas ou proximidades dentro dos atuais municípios. Lembrando que, contemporaneamente, as cidades e bairros contidos na segunda coluna da tabela resultaram de um longo e complexo processo de desmembramentos e emancipações, que se sucederam na Baixada Fluminense, a partir do município de Nova Iguaçu, em meados do século XX, os quais transformaram radicalmente o território, daquele existente no século XIX, quando comparado à contemporaneidade.

1.6 A ascensão de Iguassú

Meses após o decreto que criou a Vila de Iguassú, no dia 29 de julho de 1833, foi instalada a primeira legislatura, com o cumprimento dos prazos legais e a atuação da recém-formada câmara, empossada pela própria presidência da Câmara da Corte da Província de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Nessa mesma data, assumiram os cargos de vereadores, por indicação, Ignácio Antonio de Souza Amaral, nomeado presidente da Câmara, Antonio Pereira Nunes, Bento Antonio Moreira Dias, Carlos José Moreira Barbosa, Domingos Francisco Ramos, Feliciano José de Carvalho e Francisco Martins Vianna (Barros, 2000).

A elevação do povoado à categoria de vila conferiria uma maior relevância à população, pois, de um lugar de passagem e pouso, Iguassú passaria a contar com uma câmara, com a qual consagraria as decisões legislativas do poder local. Foi nessa conjuntura de disputa pela projeção político-comercial que os interesses regionais começaram a eclodir.

Como as estradas de comércio e os portos de deságue até a capital contaram com a idealização e execução de particulares (lembrando que a construção foi realizada por meio da exploração do trabalho dos/as escravizados/as e populares), havia uma disputa regional entre os proprietários e comerciantes pela possibilidade de galgarem um prestígio que os possibilitasse extrapolar os limites regionais ao ponto de alcançarem a Corte.

Nesse período, prestar serviço ao Império era o mesmo que prestar serviço diretamente ao próprio imperador (neste caso, D. Pedro II) e, ao mesmo tempo, almejar a retribuição da graça, seja pessoalmente, por meio da conferência de um cargo público ou de um título de nobreza, ou ainda, coletivamente, a um grupo dominante, através da transferência de uma sede, elevação ou criação de uma vila.

Essas querelas locais marcaram a disputa nas cercanias de Iguassú, uma vez que, além do porto que deu nome à recém-fundada vila, existiam outros portos, como o de Inhomirim e o de Estrela, que desempenhavam um papel importante para a economia brasileira, pois ambos eram bastante movimentados, por serem uma alternativa ao fluxo mercantil no Recôncavo da Guanabara, garantindo aos proprietários e comerciantes locais uma aproximação relevante à Corte.

A importância da nova rota foi decisiva para o progresso dessa região, desviando todo o transporte do ouro das Gerais em direção à Corte, ou de mercadorias que seguiam para o interior (que antes fazia-se pelo perigoso caminho de Garcia Paes), em subidas mais suaves e encurtando menos quatro dias de viagem (Peres, 2004, p. 92).

Estrela era o destino final do transporte de ouro e de mercadorias oriundos das Minas Gerais, razão pela qual motivou a insatisfação com a criação do município de Iguassú. Convém lembrar que, entre os anos de 1831 e 1840, o Brasil se encontrava numa forma de governo atípica denominada de Governo Regencial, diferente ao instituído desde o domínio colonial, em 1500, e o julgo à monarquia, primeiramente portuguesa (1500-1822) e, posteriormente, luso-brasileira (1822-1889), uma vez que a nossa emancipação político-administrativa foi oriunda da mesma família, Bragança, que governava o Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves.

Para ocupar o poder central, foi eleita uma Regência, posto que, seguindo a linha sucessória, o segundo imperador do Brasil seria Pedro de Alcântara, que na época ainda era uma criança. Porém, os desafios que esses homens teriam pela frente eram bem maiores que a substituição de governantes. A Regência teria que lidar com a falta de um poder forte e representativo, capaz de coibir e acalmar as manifestações públicas, no momento em que surgiam associações políticas, aumentava o número de jornais em circulação e mais festividades cívicas eram levadas às ruas (Fernandes, 2013, p. 10).

Esse período de vazio no centro administrativo, isto é, da figura física de um regente, ostentando no alto da cabeça uma Coroa, vestimentas que representavam a fidalguia e assentado sobre um trono que marcasse a realeza, permitiu que grupos políticos ocupassem espaços dentro e fora do raio administrativo da Corte. Essas associações políticas, vinculadas ao incremento da imprensa, bem como os agrupamentos locais contribuíram para o fortalecimento da representatividade política nas freguesias, ao passo de reivindicarem um maior *status* na conjuntura política nacional.

Dessa forma, a abdicação de d. Pedro I mudou a concepção de política do Império; esta deixou de ser vista como uma questão *áulica*, apenas de domínio palaciano, e se popularizou, tomou as ruas. Podemos dizer que durante essa fase de nossa história houve um processo de politização do cotidiano, a partir do qual tudo gravitava na órbita da política. O novo espaço público foi marcado por uma maior participação das pessoas, pela utilização das ruas para discutir política, festejar datas e desfilar diferentes posicionamentos (Fernandes, 2013, p. 10).

Dessa maneira, a abdicação de D. Pedro I, seu exílio em Portugal e a menoridade de D. Pedro de Alcântara abriram um lapso, o qual foi ocupado por diferentes lideranças, dentro e fora dos palácios, viabilizando também as movimentações locais e em diferentes níveis de estratos sociais. Nessa órbita, se percebe que o acirramento pela localização de uma sede e a eventual elevação de Iguassú à categoria de cidade inflamou as desavenças entre os senhores da referida cercania e os senhores da redondeza de Estrela que tivera expressivo destaque entre os séculos XVIII e XIX.

Apesar do esgotamento das minas de ouro, o Porto Estrela continuava sendo o principal caminho para o interior. Seu progresso não cessava. A vinda da Família Real para o Brasil contribuiria, ainda mais, para o desenvolvimento da região, devido à transferência da Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas para Raiz da Serra de Estrela, considerado local mais adequado (Torres, 2004, p. 94).

Assim como Iguassú, Estrela possuía diversas funções (espaços políticos, disputas de poder, concorrências comerciais, negócios e trânsito de pessoas) os quais evidenciavam a sua pujança local, fato pelo qual motivou, segundo Torres (2003), um movimento político que

culminou com a surpreendente extinção do município de Iguassú, em 13 de abril de 1835 pela Lei nº 14 da Assembleia Legislativa sob a alegação de não cumprimento de seus atributos administrativos. Os argumentos utilizados como justificativa foram a incompatibilidade existente entre o juiz de paz e a câmara e a alegação de que a câmara haveria desapropriado as residências de moradores/as sem que lhes fosse dado o direito à defesa, acarretando um embate entre a casa legislativa e a justiça (Peixoto, 1968; Torres, 2003). Embora os documentos não apontem, efetivamente, as especificidades dos atributos que não foram efetuados, indicam um direcionamento das desavenças e projeções político-econômicas locais que marcaram o contexto do Período Regencial e de seus grupos político-partidários.

Além de ter sido extinto, o Município de Iguassú sofreu outro golpe: o seu território, pela mesma lei, foi fracionado entre Vassouras e Magé. Esta decisão foi o estopim para que ocorresse uma mobilização em torno da revogação da medida. A lei ensejou uma coalizão tanto de grupos políticos, representados pela câmara dos vereadores de Iguassú quanto de grupos populares formados por agricultores e comerciantes.

Em 1836, após uma mobilização popular liderada por Francisco José Soares, comerciante da região, com relações regulares com personagens do cenário político, dentre os quais Paulino José Soares de Souza – o futuro Visconde do Uruguai Foi esse comerciante quem assumiu a presidência da Câmara de Vereadores e a liderança do partido Liberal no plano local. Iguassú retorna ao estatuto de Município (...) (Guedes; Gondra, 2009, p. 140).

A estreita relação entre políticos (locais e da Corte), proprietários (de terras e de escravizados/as) e comerciantes corrobora a tese de que tais atores adquiriram, no Período Regencial, uma relevante projeção política a ponto de perceberem que a conquista de espaços e cargos administrativos significava a manutenção do *status quo* dentro da dinâmica da sociedade escravagista. A manutenção de seus negócios, a garantia dos privilégios geracionais, até mesmo, a própria segurança e de seus familiares, contra insurreições, dependiam do enlace entre os pares, fazendo, assim, com que o aparato estatal funcionasse num pleno favorecimento das vontades e dos interesses privados.

Francisco José Soares, por exemplo, exercia uma grande liderança local no Partido Liberal. Já Paulino José Soares de Souza (futuro Visconde do Uruguai), além da atuação política, mantinha vínculos de parentelas nas cercanias de Iguassú. A atuação política e comercial desses dois núcleos familiares foram marcantes durante o século XIX, não apenas na região como em outras províncias. Tais fatores ajudam a explicar como a influência de

troncos familiares se irradiavam a ponto de intervir até mesmo nas decisões governamentais do Período Regencial.

O sogro de Paulino Soares casara-se com uma prima ligada aos Azeredo Coutinho, família essa proprietária de um número expressivo de terras na Freguesia de Marapicú, pertencente à Comuna de Iguassú. A aliança entre as duas famílias foi decisiva para a época e o próprio Paulino Soares se beneficiou dessa rede que abrangia a Corte, a Província do Rio de Janeiro e algumas cidades brasileiras localizadas no Espírito Santo e Minas Gerais (Guedes; Gondra, 2009, p. 140).

A pressão causada pela mobilização da junção dos interesses de diversos atores sociais teve como consequência a restauração, no dia 10 de dezembro de 1836, do Município de Iguassú. A mesma lei, no art. 2º, aludia que o Presidente da Câmara procedesse imediata eleições para vereadores. O recriado município, pelo art. 3º, ficou sob a jurisdição da Comarca de Niterói, porém, as rusgas locais ficaram evidenciadas, pois o decreto responsável pela restauração consentia a separação de Inhomirim, o qual não foi integrado a Iguassú.

Outro dado interessante ocorreu no ano seguinte à restauração, em torno da imagem de Francisco Soares. O seu protagonismo nas alianças políticas culminou com a reestruturação da Câmara iguassuana, mesmo perdendo as terras de Inhomirim, o capital político de Soares lhe rendeu frutos e, em 1837, foi eleito, por seus pares, representante da câmara, fato que se repetiu até o ano legislativo de 1844⁸. Não foi por acaso que a partir das articulações políticas, do longo mandato, da influência local e na Corte lhe foi concedida a honraria do título de Comendador, sendo conhecido como Comendador Soares, ao mesmo tempo em que foram realizados importantes investimentos de infraestrutura em torno da produção, do comércio, do transporte e da navegabilidade do rio Iguassú.

Pressupõe-se, então, que a implantação do porto na Praça do Comércio tenha ocorrido entre 1837 e 1857, já que uma das principais preocupações da Câmara de Vereadores era a navegação do rio Iguassú. Tal fato foi patenteado pela iniciativa de promover a junção das águas do rio Utum às do Iguassú, à altura do Porto dos Passageiros (Barros, 2003, p. 14).

Mesmo com forte prestígio no cenário político-econômico, Iguassú, em 1846, sofreu mais um revés. Após, aproximadamente, uma década de esplendor e referência local, promovida pelos estreitos laços políticos, pelo desenvolvimento econômico, pela influência social e pela visibilidade auferida pela atuação junto aos legisladores que governavam o Brasil

⁸ Os documentos da Câmara dos Vereadores de Nova Iguaçu são imprecisos, contudo existe a possibilidade de Francisco José Soares ter exercido o mandato de presidente nos anos de 1845 e 1846 (ano em que as vilas de Pilar e Estrela foram desmembradas do município de Iguassú (Barros, 2000).

durante o Período Regencial⁹, a câmara foi notificada, pela lei nº 397, da elevação do arraial do Porto Estrela à categoria de vila. A Vila de Estrela contou, ainda, com a incorporação de Inhomirim e Pilar passaria, com isso, a ser uma grande concorrente dos negócios iguassuanos, na medida em que contaria com duas zonas portuárias de intensa movimentação. Cabe lembrar que ambas localidades (Iguassú e Estrela) possuíam dois dos mais importantes portos do Recôncavo da Guanabara, causando um considerável desmembramento territorial que causaria um prejuízo aos negócios em Iguassú. Este movimento sinalizou não apenas uma consequência da mudança do cenário político, representado pelo retorno da centralização monárquica na figura do imperador D. Pedro II, mas, também, um reflexo das disputas políticas e econômicas dos grupos dominantes locais, que tiveram que se reorganizar após o início do Segundo Reinado Brasileiro (1840 – 1889).

A segunda metade do século XIX marcou uma série de transformações para a sociedade iguaçuana. O imaginário do progresso passou a ser uma constante entre os representantes de setores empresariais urbanos que defendiam uma concepção de ‘civilização’ a partir da adoção de sistemas mais avançados de produção, de transporte, de comércio, de infraestrutura e demais aspectos voltados à mudança dos paradigmas políticos, econômicos e sociais no Brasil. Lembrando que, neste momento, a política imperial se encontrava em alinhamento e dependência político-econômica das decisões impostas pela Inglaterra.

Para os ingleses, a industrialização era considerada o padrão ideal de desenvolvimento, em todos os aspectos, sendo este princípio, de certa forma, imposto ou adotado por diversas nações, que tinham, em seus governos, estreita proximidade e dependência da política do capitalismo industrial conduzido pela Inglaterra desde o final do século XVIII e acentuado durante o século XIX.

O progresso que se verificou no II Reinado na realidade foi a conjunção de fatores na ordem política, social e econômica que acabaram por facilitar e tornar-se favorável tanto do ponto de vista interno como externo para que o Brasil desse um salto de qualidade nas relações econômicas do Império. Estabilidade política, pressão internacional para o fim do tráfico de escravo, a introdução de uma mão de obra assalariada com a imigração estrangeira, o aumento cada vez maior da exportação cafeeira, a acumulação de capital ao lado da 2ª Revolução Industrial na Inglaterra, que avançava com os meios de transporte sobre trilhos – é que o Brasil desperta-se para uma nova realidade.

⁹ No dia 23 de julho de 1840 a Monarquia Brasileira foi restaurada através do movimento político liderado pelos membros do Partido Conservador, o qual coroaram D. Pedro de Alcântara, Imperador do Brasil, antecipando a sua maioridade para 14 anos. Este movimento, denominado de Golpe da Maioridade, permitiu com que o governo fosse centralizado nas mãos do monarca, D. Pedro II, pondo fim ao Período Regencial e consequentemente, causando a diminuição do protagonismo dos políticos que representavam o Partido Liberal.

O transporte por meio de tropeiros já não cabe àquela modernidade (Torres, 2004, p. 118).

Esse contexto gerou no Brasil uma verdadeira corrida pelo progresso, onde os proprietários de terras e de escravizados/as que fizeram fortuna com a agricultura, os grandes comerciantes, os investidores financeiros e o próprio governo passaram a direcionar seus esforços no intuito de se engajar nesse panorama, aumentando seus lucros. Havia uma espécie de competição entre os setores privados e governamentais sobre a primazia da construção das ferrovias no Brasil. De forma velada, empresários da época viam na celeridade das obras ferroviária a oportunidade de aumento de seus lucros mesmo que fosse necessário concorrer contra o governo. Irineu Evangelista de Sousa, por exemplo, inaugurou, antes mesmo que o Império, em 1854, a Estrada de Ferro Barão de Mauá (curiosamente, assim denominada pelo próprio imperador D. Pedro II). Na verdade, seu nome oficial era Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis. A estrada de ferro tinha uma extensão de 14,5 km e seu trecho, inicialmente, era compreendido entre a Praia da Estrela e Frágoso, no Estado do Rio de Janeiro. Em 16 de dezembro de 1856, a ponta dos trilhos chegava a Raiz da Serra, ficando, assim, a ferrovia, com um traçado total de 15,19 km (Torres, 2004).

O Porto da Estrela era frequentado, desde o início do século XIX, por viajantes que procuravam Petrópolis. Com o passar do tempo, a vila se tornou uma das principais rotas de escoamento de produtos, sendo bastante requisitada, pois, na segunda metade do século, alinhada à dinâmica da produtividade industrial, oferecia o transporte de carga e de passageiros, por meio de uma linha de barcos a vapor.

Mauá, de certa maneira, inaugurou a junção de duas modalidades de transporte, marítimo e ferroviário, a partir da concessão da exploração do traslado tanto por terra quanto por mar, da produção das terras da Corte (Petrópolis) às margens de uma das regiões mais movimentadas para os negócios, a Praia da Estrela. A via foi essencial para a região, pois viabilizou a aceleração do transporte de, praticamente, toda a produção de Petrópolis (terras da Família Real) até o Porto Estrela, acelerando o comércio, dando uma nova roupagem para o deslocamento e para as trocas comerciais (Torres, 2004).

Se por um lado a adoção do transporte ferroviário era associado ao preceito de civilização, por outro lado o transporte realizado pelos caminhos abertos em épocas passadas caracterizavam uma noção de atraso na medida em que havia uma necessidade de acelerar o escoamento da própria produção agrícola. Não por acaso o governo imperial se apressou para iniciar, em 1855, as obras do traçado de uma via férrea que fosse capaz de ligar o Vale do Paraíba à capital do Império, o Rio de Janeiro.

Assim, a chegada da ferrovia, inaugurada para trânsito no dia 29 de março de 1858, fez com que o comércio trocasse, gradativamente, as águas dos rios pelos trilhos. O seu traçado inicial ligava o Rio de Janeiro ao Pouso dos Queimados (Freguesia de Nossa Senhora de Marapicu) e contava com outras três estações de parada Cascadura, Venda Grande, ambas na capital e Maxambomba¹⁰ (Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga).

1.7 Nos trilhos para Maxambomba

Conforme a produção e as exportações do café aumentavam, cresciam, também, as lavouras na região do Vale do Paraíba, entretanto esta produção encontrava dificuldades de escoamento pelas antigas rotas, na medida em que parte delas passou a entrar em processo de decadência. Os anos que seguiram à inauguração de vias férreas, que tinham como objetivo facilitar o trânsito dos grãos até a Baía da Guanabara, prejudicaram o comércio e o transporte aquaviário, porém o desencadeamento do abandono foi causado, também, pela obstrução e assoreamento dos rios. Esses fatores dificultavam a sobrevivência de agricultores, dos comerciantes, enfim, de toda a população local. Aliado a este processo erosivo outro conjunto de componentes se somava e contribuía para o fluxo de pessoas para outras localidades, enfraquecendo, assim, a vila.

(...) diante de um fracasso total que se antevia pela soma de das consequências oriundas do trem de ferro (1854-58), da cólera-morbo (1855), da febre amarela (1859-63), da abolição do tráfico escravo (1850) e da carestia dos gêneros alimentícios (1857), que dificultava a manutenção do contingente servil, tudo isso aliado a falta de apoio do governo (...) (Pereira, 1977, p. 90).

Nas palavras de Pereira (1977), observa-se que um dos problemas encontrados para tal processo, além do desenvolvimento ferroviário, foi a falta de investimentos públicos no que diz respeito à saúde, o qual possibilitou a proliferação de doenças, pois o surto de cólera e da febre amarela incidiu, em maior grau, na população mais pobre composta por pequenos agricultores e escravizados/as afetando diretamente tanto a produção alimentícia quanto a exportadora. A situação era calamitosa “(...). Em 1885, na Vila de Iguassú, morreram cerca de 200 pessoas, porque as condições de higiene não eram satisfatórias” (Barros, 2004, p. 106).

¹⁰ Segundo o historiador Ney Alberto Gonçalves de Barros, nas terras do antigo Engenho de Maxambomba, surgiu parte do atual município de Nova Iguaçu. O lugar era constituído por um arraial de pequena proporção, onde habitavam proprietários e poucos moradores que sobreviviam, principalmente, de fortuitas atividades comerciais (Barros, 2004).

A maneira com que a produção agrícola e o extrativismo se desenvolveram no Brasil possibilita-nos pensar a forma como, praticamente, toda a cadeia produtiva, entre elas o transporte, se fundamentava a partir do desgaste e esgotamento dos recursos. A exploração do solo, o desmatamento, a mudança nos cursos dos rios, ao longo do tempo foram causando o assoreamento dos leitos e o estreitamento das margens, dificultando a navegabilidade.

(...) devastação das mattas nas montanhas do contorno iguassuano, ou para o comércio de madeiras ou para o plantio do café; frequentes as chuvas na região serrana sobre a qual se faz a condensação e a precipitação dos vapores d'água, começou a descida de terras de alluvião. A pequena declividade do solo foi produzindo a formação de comoros nos rios estreitos e a elevação do leito. Por outro lado, a falta de navegação, que foi diminuindo sensivelmente, proporcionou a formação de um fundo arenoso e lodoso na foz do Iguassú e na do Pilar, como aconteceu também no Estrella e, em geral, em toda a Baixada fluminense, nos valles do Magé, do Macacú e outros tributários da bahia (Forte, 1933, p. 64).

Os impactos ambientais causados pelo desmatamento das florestas, pela produção agrícola exploratória de recursos (cana de açúcar e café), pelas obras classificadas como de infraestrutura (de barragens, de desvio do curso dos rios e de drenagem das áreas pantanosas) ocasionaram, não somente em Iguassú, mas no Recôncavo da Guanabara um grave problema de saúde pública. O surto das doenças relacionadas ao mau uso do solo e das águas, como a cólera e malária se tornaram, sobretudo um problema de sobrevivência, pois proporcionaram obstáculos na produção de alimentos, no acesso à água, no manuseio do solo. Enfim, trouxe consequências prejudiciais à própria sobrevivência.

(...) grandes chuvas de verão tinham, portanto, de operar o extravasamento das águas dos rios, formando extensos pântanos, que alargaram léguas de terras. A região iguassuana foi se tornando insalubre, inhabitavel. A agricultura, com a falta de braços, ceifados pela malária, quase desapareceu: o commercio, que della vivia, soffreu as consequências da falta de transações (Forte, 1933, p. 64).

As doenças, além de levarem centenas de pessoas a óbito, contribuíram para o a saída dos habitantes para outras regiões mais salubres e que garantissem uma maior segurança à sobrevivência. Nessa conjuntura, os impactos socioeconômicos e socioambientais foram fundamentais na contribuição deste deslocamento populacional.

Como debatido no início deste capítulo, a resistência dos povos escravizados foi marcante em Iguassú, como no Brasil, pois diversos quilombos e mocambos se assentaram na região, em busca, além da liberdade, da criação e da recriação de “um mundo novo e alternativo dentro da escravidão” (Gomes, 1994, p. 2). As resistências dos escravizados,

durante a história do Brasil, passaram a pressionar o legislativo, o qual, em 1850 promulgou a Lei Eusébio de Queirós¹¹. A medida não tinha o objetivo de abolir definitivamente a escravidão no país, contudo, mesmo acarretando o tráfico ilegal de escravizados/as provenientes do continente africano, contribuiu, com o passar do tempo, para a diminuição do número de cativos.

Com o cessar do tráfico negreiro em 1850, provavelmente os fazendeiros e lavradores desta região não conseguiram renovar seus planteis devido ao súbito aumento do preço dos escravos. O grosso da mão-de-obra escrava disponível estava direcionado às áreas cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense. Mesmo com estratégias alternativas de constituição de pequenos planteis, aluguel de escravos, etc, as áreas não voltadas à grande lavoura devem ter tido dificuldades para se abastecerem de braço escravo na segunda metade do século XIX (Gomes, 1994, p. 6 -7).

A falta de braços escravizados para trabalharem nas lavouras de Iguassú seguiam a dinâmica econômica da época, uma vez que o aumento da produção do café no Vale do Paraíba demandava um alto volume de trabalhadores/as e o fornecimento havia encarecido por conta da ilegalidade do tráfico transatlântico. Assim, o contingente populacional de mão de obra compulsória teve uma redução exponencial.

Tabela 2. População da região de Iguassú: 1850 e 1872

LIVRES					ES CRAVA			
FREGUESIAS	1850		1872		1850		1872	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
MARAPICU	3322	47,0	3622	64,4	3753	53,0	2002	35,6
JACUTINGA	2345	42,0	4458	68,0	3290	58,0	2088	32,0
MERITI	3536	58,0	1748	69,0	2606	42,0	776	31,0
IGUASSU	973	44,0	3099	69,0	1235	56,0	1386	31,0
PILAR	2122	48,0	2409	68,0	2375	52,0	1129	32,0
TOTAL	12298	48,0	15336	67,5	13259	52,0	7381	32,5

Fonte: Relatórios de Presidentes de província, 1841 e 1852; e Recenseamento de 1872. Inspirado em Gomes (1994).

¹¹ A lei n. 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>>. Acesso: 21 abr. 2023.

A tabela 2 apresenta o crescimento populacional de Iguassú entre os anos de 1850 e 1872. Os dados contemplam o contingente populacional contabilizado pela Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Iguassu, por isso, Pilar, mesmo pertencendo à Vila de Estrela, ainda fazia parte dos registros paroquiais da Diocese iguassuana. Ela era composta pelas freguesias que formavam a região paroquiana, como um todo, acrescido do intenso movimento do contingente populacional, bastante acentuado durante esta época. Os números, calculados em proporção absoluta e porcentagem, registram que no recorte de tempo, aproximadamente doze anos, houve uma expressiva diminuição da população escravizada desta região em relação à sua totalidade, mesmo Iguassú possuindo um pequeno acréscimo no quantitativo de cativos/as, de 1.235 para 1.386 pessoas no geral, ocorreu uma significativa redução da população de braços escravizados/as, uma vez que, percentualmente, os números mostram que em 1850 esse quantitativo correspondia a 52% da população, ou seja, mais da metade das pessoas que viviam na freguesia ou foram registradas na Paróquia eram escravizadas, já em 1872, a porcentagem diminuiu para 32%, isto é, uma redução de quase 20%.

De certo, se observa que Iguassú, tanto em números absolutos quanto em relativos, perdeu, entre 1850 e 1872, uma grande quantidade de escravizados/as. Esse decréscimo, segundo Gomes (1994), foi acarretado pelo encarecimento da mão de obra escravizada, motivada pela alta do preço causada pela Lei Eusébio de Queirós, bem como pela concentração dos cativos na Região do Vale do Paraíba, a qual correspondia ao atual centro produtor de café do Brasil. Mesmo com estratégias alternativas de constituição de pequenos plantéis, aluguel de escravizados/as, as áreas não voltadas à lavoura tiveram dificuldades para se abastecerem de braço escravo na segunda metade do século XIX.

A obtenção de escravizados/as, após 1850, era uma preocupação que atormentava os proprietários do próprio Vale do Paraíba, pois o aumento de produção das lavouras crescia proporcionalmente ao número de trabalhadores/as cativos/as. Entretanto, o cenário se inverteu, na medida em que foram avançando as reivindicações abolicionistas.

(...) a acumulação da propriedade escrava ocorreu com o crescimento brutal da população cativa da ordem de 34% entre 1840 e 1850, quando passou de 14.333 para 19.210 indivíduos. Tal crescimento, uma vez extinto o tráfico internacional de escravos em 1850, diminuiu significativamente para cerca de 5% num período de 22 anos, entre 1850 e 1872 (...) (Salles, 2008, p. 159).

Esses dados sobre o contexto da população escravizada em Vassouras¹², apresentados por Salles (2008), revelam que a promulgação da legislação ocasionou a redução da população cativa, tanto na região do médio Vale do Paraíba quanto em Iguassú. Contudo, em relação às terras iguassuanas, um outro fator deve ser considerado na análise da diminuição de escravizados/as, a presença dos quilombos. Como abordado, anteriormente, as sociedades quilombolas se avolumavam ao longo do Recôncavo da Guanabara. O que causava efusivas preocupações aos governantes locais, da corte e dos proprietários, pois viam seus negócios ameaçados ao passo que as comunidades quilombolas se desenvolviam.

Em 1856, o conhecido ‘capitão Luiz’, após matar Luiz Gonçalves Pacheco, escravo de Francisco de Mello Souza, formou, com 21 escravos, o Quilombo do Rio Iguassú. Em 1859, estando ainda o quilombo firme, coube ao delegado de polícia de Iguassú, Carlos Augusto D’Oliveira Figueiredo, solicitar ao chefe de polícia da Corte o envio de um bom oficial acompanhado de 10 ou 20 praças, a fim de conter a rebelião dos escravos, já que o efetivo da Vila, composto por oito homens era insuficiente (Barros, 2003, p.15).

A forma de resistência das populações de origem africana revela que os quilombos não eram somente comunidades formadas por escravizados/as fugitivos/as que buscavam uma vida fora do cativeiro. Tais povoamentos estavam inseridos na lógica política, econômica e social, porém numa conjuntura — mesmo que hegemonicamente não reconhecida, marginalizada (conforme a lógica escravagista) —, contudo, fundamental para a manutenção e o funcionamento das interações sociopolíticas, socioeconômicas e socioculturais em Iguassú.

Diante desse contexto, verificam-se as dificuldades de dissolver as comunidades quilombolas, impedir o surgimento de novos agrupamentos e, em especial, reprimir a convivência sistêmica dos quilombolas e quilombos na sociedade iguassuana. Essa avaliação pode ser constatada a partir da análise dos dados da população livre.

Segundo o quadro nº 2, houve um aumento populacional de aproximadamente 20%, de 1850 a 1872. Esses números, associados ao contexto do avanço do transporte ferroviário, à substituição do comércio de cabotagem pelos trilhos, ao assoreamento dos rios, às doenças provenientes dos impactos ambientais, aos ataques aos quilombos e às mobilizações abolicionistas, sinalizam uma mudança no contingente de pessoas livres em proporção ao de escravizadas, que passa a ser de 67,5% contra 32,5%, respectivamente.

¹² Município pertencente ao Vale do Paraíba foi uma área central, durante o século XIX, na produção cafeeira do Brasil (Salles, 2008).

A conjunção desses acontecimentos históricos contribuiu tanto para o êxodo populacional em direção a áreas mais seguras para a sobrevivência.

Após um período de crescimento e desenvolvimento, em 1854 a vila sofre um duro golpe com a instalação da ferrovia na raiz da Serra da Estrela. Uma nova epidemia, dessa vez de cólera, causa várias mortes e leva os moradores a abandonarem a povoação. É necessário destacar que, nesse período, com a falência de vários fazendeiros e o abandono de terras, vários escravos vão se tornando fugitivos. Estes se agruparam em quilombos, seja no alto das serras e maciços, seja nos pântanos, onde os brancos não se aventuravam. Há vestígios de quilombos na Serra de Madureira e várias menções aos históricos ‘campos negros de Iguaçu’ (Simões, 2004, p. 151).

Com o passar dos anos e diante da sucessão de fatores, a vila, que outrora se tornara um dos principais centros de escoamento portuário da província do Rio de Janeiro, foi levada ao abandono. Na medida em que avançavam as perdas relativas à atividade portuária, a vila foi deixando de estabelecer uma série de atividades auxiliares advindas do transporte de mercadorias. Nesse cenário, as margens do imponente rio Iguassú deixaram de ser um privilégio e uma dádiva da natureza concedida aos iguassuanos para se tornar uma pecha que maculava a sobrevivência do seu próprio povo. O abandono do porto, consequência da adoção de técnicas rudimentares de alteração do leito de rios e lagoas, unido à falta de manutenção das bacias hidrográficas, e as grandes áreas que foram se tornando alagadiças e/ou pantanosas, facilitaram a disseminação de doenças, fazendo com que a vila, bem como o entorno de sua sede, se tornasse precários à sobrevivência em comunidade.

Além disso, o ideal de progresso propagado pela chegada da rede ferroviária figurava como uma estratégia não apenas para o escoamento da produção do café. A Estrada de Ferro D. Pedro II trazia a esperança de solucionar os problemas socioeconômicos que afetavam a Vila de Iguaçu. Os agentes do poder público, que representavam a câmara, passaram a juntar esforços no sentido de viabilizar uma nova sede, a qual garantisse, além da viabilidade política, a manutenção da aproximação administrativa com a Corte, logo, com a própria linha de trem, que, nesse momento, representava a monarquia (visto o nome da própria linha ferroviária), o comércio (escoamento dos grãos de café) e a segurança salutar (tentativa de se distanciar das doenças e da ameaça quilombola).

Contudo, a chegada da ferrovia não se caracterizou por um encerramento total das atividades existentes na Vila de Iguaçu. Ao contrário, ela fez parte da tentativa dos habitantes de manterem a sua própria sobrevivência. Dessa maneira, a substituição das estradas de pedra pela estrada de ferro, mesmo sendo determinante para a decadência daquele que era considerado o principal centro do Recôncavo da Guanabara, configurou-se como a solução

oportuna para a expansão e o transporte da cultura do café produzido e exportado no Brasil. Maia (2015) interpreta esse ‘abandono’ não como um processo de desmonte em sua totalidade, mas, sim, como uma reorganização da estrutura fundiária, uma vez que, dentro desse processo, existia a presença da resistência da população negra escravizada.

Além da luta dos/as africanos/as e seus descendentes, a qual resultou em uma série de transformações no Brasil e em Iguassú, a presença das lavouras de subsistência e de produção auxiliar permaneceu entre os agricultores, ainda que os caminhos de terra e as rotas fluviais fossem se tornando obsoletos. O potencial agrícola não permitiu que a região limítrofe à Serra do Tinguá se transformasse em um vazio demográfico.

Lembrando que, antes mesmo de perder a sua supremacia para Maxambomba, a Vila de Iguassú, nas cercanias do Maciço de Tinguá, possuía importância no cenário comercial para o Rio de Janeiro e para o Brasil Imperial, pois, além de ter sido uma importante rota comercial para o escoamento do ouro que vinha das Minas Gerais, no século XVIII, através de seus caminhos de comércio, era também um importante porto responsável pelo escoamento de parte significativa da produção dos principais fazendeiros da região, que produziam, além do café, açúcar, cereais e tubérculos.

No campo político existia um *lobby*¹³ entre os representantes da administração, proprietários e comerciantes para a construção de uma estação de pouso nas terras firmes de Maxambomba. Como analisado, a presença de políticos locais na Corte era marcante fazendo com que Iguassú fosse, por diversas vezes, contemplada com ações governamentais advindas da realeza e que privilegiasse aqueles que tinham na política a possibilidade de amealhar algum tipo de benesse, de graça, de pecúnia, de cargo, de honraria ou simplesmente, um *status* por ter prestado algum serviço à monarquia ou fosse lembrado pelo Império.

Por isso, que o traçado da Ferrovia D. Pedro I segue um fluxo em que os seus direcionamentos atendiam os interesses do capital político local, na medida em que a linha férrea cortava propriedades particulares. Desta maneira, por se tratar de uma construção que demandava um elevado investimento, políticos e proprietários viram nesta empreitada a oportunidade de barganhar algum tipo de vantagem, seja ela financeira ou na forma de prestígio.

Barros (2003) escreve que no dia da inauguração, 29 de março de 1858, ocorreu a primeira viagem partindo da Estação da Aclamação, no Rio de Janeiro, ao destino final, na

¹³ Grupo organizado que busca influenciar as decisões de outras pessoas, especialmente o voto de parlamentares; rede de influência política: lobby político. Fonte: Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/lobby/>>. Acessado em: 02 ago. 25.

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, atual município de Queimados. Após quase duas horas de jornada, a comitiva, contando com a presença do imperador D. Pedro II, fez a sua terceira parada, após a passagem por Cascadura, em Maxambomba. Neste mesmo evento, o imperador e a sua comitiva foram recepcionados por um cortejo que contava com a presença de influentes políticos locais, como o presidente da Câmara de Vereadores do Município de Iguassú, Ignácio Nascimento de Farias, e pessoas pertencentes à classe rica e dominante, como os proprietários e comerciantes João da Costa Pereira, Luiz Pereira, Joaquim José Dias e França Thibau. Lembrando que esses proprietários doaram parte de suas terras para a construção da parada de Maxambomba, auferindo, assim, não apenas um prestígio próprio, mas, também, para a localidade que no momento se constituía num povoado com alguns poucos habitantes.

A manobra passava diretamente pelos interesses e disputas políticas, na medida em que o povoado, o qual não possuía relevância política, econômica, social ou de qualquer outra categoria. Entretanto, contava ao seu favor o fato de ser composto por um lugarejo localizado nas proximidades das terras de influentes proprietários locais, o que acabou contribuindo com a ideia de transformação do território em distrito-sede, além de trazer à tona as divergências entre membros da Câmara dos Vereadores pela transferência da sede de Iguassú (representação do abandono) para Maxambomba (representação da modernidade). Por se localizar próxima à parada de trem, o povoado, em pouco tempo, passou a atrair pessoas de diversos lugares do município. Os membros do clérigo iguassuano investiram esforços para que houvesse uma maior proximidade entre a Matriz da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga e os trilhos da ferrovia. Essa pressão resultou, em 17 de dezembro de 1862, na transferência da sede da matriz paroquial, a partir de um decreto (Decreto nº 1.267) assinado pelo Desembargador e Presidente da Câmara dos Deputados da Província do Rio de Janeiro, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello.

O movimento da Igreja contou com a estratégia política do Deputado da Assembleia Provincial Bento Pinto Pereira Ribeiro de Sampaio. Segundo Barros (2003), o parlamentar articulou a transferência da Matriz Paroquial para Maxambomba a pedido dos paroquianos. Interessante perceber que numa consulta aos arquivos da Câmara de Vereadores de Iguassú o seu nome aparece entre os camaristas um ano antes da transição da sede paroquial. No ano seguinte, data do decreto de transferência, Bento Pinto Pereira Ribeiro de Sampaio, figura

como Deputado Provincial do Rio de Janeiro¹⁴. O cargo e a posição ocupados pelo parlamentar possibilitaram a execução desta manobra que carregava as intenções políticas, na medida em que o texto do decreto lavrado determinava, no artigo nº1, o local onde deveria ser instalada a sede, nas proximidades da estrada de Ferro D. Pedro II, em Maxambomba. No segundo artigo, deixava a cargo da Câmara de Vereadores junto ao pároco, a escolha do terreno onde seriam construídas a Igreja Matriz, bem como o cemitério. Por último, o terceiro artigo, de forma taxativa e outorgante, revogava qualquer disposição que fosse contrário ao decreto. A união dos interesses de religiosos, de políticos e de parte da sociedade civil da época foi fundamental para o sucesso da transferência paroquial.

A partir dessa operação, em 25 de março de 1863, foram iniciadas as obras de edificação da nova Matriz, a pedra fundamental foi erguida à margem direita da ferrovia, conforme o decreto, nas terras de Maxambomba, em terrenos, como abordado, doados à Igreja, o que denota mais uma vez inter-relação de interesses existentes entre as famílias abastadas, políticos e clérigos iguassuanos.

Apesar de contar com a garantia da instalação da sede religiosa em suas terras, o arraial de Maxambomba, ainda estava distante da representatividade (política, econômica e social) que as cercanias da antiga sede, bem como as terras do rio Iguassú representavam para o município. O Brasil, mesmo com a novidade da chegada das ferrovias, além de se manter escravagista e agroexportador, dependia profundamente do transporte terrestre e aquaviário. Ou seja, embora estivesse assolado por uma série de fatores, como doenças, baixa de produção, êxodo de pessoas e conflitos, as cercanias de Iguassú garantiam a subsistência de seus habitantes, bem como a fortuna de muitos proprietários. Essas condições expunham as divergências entre os membros das classes mais abastadas do município.

Ainda que o contexto direcionasse a um caminho de decadência e abandono da região, algumas pessoas gozavam de prestígio, robusta herança, fortunas, centenas de trabalhadores/as escravizados/as, extensos hectares de terras, capital político e — uma das características fundamentais, pelo menos em Iguassú (tanto a Velha Iguassú como a Nova Iguaçu) —, o peso do sobrenome explícito nas composições familiares.

Os conchavos e acordos estão arraigados na história, em especial no Brasil. A sociedade iguassuana do século XIX não era indiferente a esse paradigma sócio-histórico. A relação familiar não garantia somente acesso a porções de terra (ainda mais que terras significavam, e ainda significam, poder), mas também servia como porta de entrada para outras demandas que

¹⁴Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, página 03, ano 1862. Fonte: Arquivo Nacional.

eram expressivas, como a possibilidade de produzir em larga escala os gêneros de maior valor agregado (café e mandioca), negociar mão de obra escravizada, firmar elos políticos e obter demais benesses que favorecessem a proeminência que os sobrenomes carregavam.

Ainda que a Vila de Iguassú estivesse passando por um momento adverso devido às doenças, às tensões sociais, ao assoreamento dos rios de comércio e à concorrência no transporte com o advento da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Outra análise que desperta atenção é o fato de como a vila estava na órbita das decisões da capital e, ao mesmo tempo, agentes públicos, homens de negócio e famílias tradicionais se aproveitavam de decisões centrais (favoráveis ou não à coletividade) para benefício próprio. A escassez de água no centro da capital, Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, inquietava os habitantes da capital, que passaram a reivindicar uma rápida solução por parte da Corte.

(...) a água ainda não havia chegado às torneiras do carioca. Carregada em barris e latas na cabeça dos escravos, vendidas de porta em porta, era colhida em algum dos chafarizes das esquinas, que ainda mantinha o hábito nos hotéis e residências, das pequenas bacias e jarros de louça com água nos quartos, para a lavagem do rosto e ‘adjacências’ (Torres, 2004, p. 125).

A descrição deste cenário se apresentava de maneira incoerente à ideia de progresso que era propagada com a chegada das ferrovias. Com isso, o governo imperial decidiu sanar o problema através da utilização do próprio ‘progresso dos trilhos’. Em 1875, foi autorizada a implantação de uma linha férrea auxiliar à construção da adutora ligando a região do Caju à Serra do Tinguá, nas terras da Vila de Iguassú. No ano seguinte, iniciaram-se as obras da Estrada de Ferro Rio D’Ouro, a ferrovia teria a função transportar os materiais e os operários empregados durante a construção para bastecer a capital expropriando as águas represadas dos rios pertencentes às terras iguassuanas. As decisões imperiais foram determinadas pelo Decreto nº 2.639 de 22 de setembro de 1875 e as obras iniciadas.

Inicialmente, os rios represados para a captação de água foram: São Pedro, Santo Antônio e D’Ouro, mas com o passar do tempo, outras nascentes também foram utilizadas. Partindo do Caju, no Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, e terminando no local chamado Rio D’Ouro, às margens do rio de mesmo nome, a EFRO compreendia 53 quilômetros. Mais tarde passaria a contar com três ramais: o de São Pedro (hoje Jaceruba); o de Tinguá, que partia de Cava, da Estação José de Bulhões e o de Xerém, que iniciava no lugar denominado de Brejo, Estação Belford Roxo (Barros, 2003, p. 18).

A Rio D'Ouro foi concebida com o objetivo de captação de água das nascentes dos rios que formavam a bacia hidrográfica da região através do represamento e canalização do recurso hídrico até as bicas e casas da capital e bairros adjacentes. Porém, ao longo do percurso havia uma série de divergências e conflitos de interesses sobre as terras onde seriam instalados os trilhos, os acampamentos dos trabalhadores e as estações de parada.

Havia uma pressão política interna sobre a condução dos trilhos acerca da cessão e da desapropriação de terras, que além de atrasar a conclusão das obras, encareceu bastante a empreitada. Frias (2021) descreve que o ano de 1883 foi decisivo sobre as disputas territoriais em Iguassú. Mesmo tendo concluído as obras do reservatório do Livramento, as fontes de saída d'água não foram entregues devido ao entrave existente com o Barão de Tinguá, proprietário das terras da Fazenda da Conceição, onde se localizava a obra. A divergência só foi desfeita quando a propriedade do barão foi comprada dando, assim, sequência ao empreendimento.

Outro exemplo foram os pontos de parada, as estações de pouso (que em seguida seriam abertas ao transporte de passageiros) foram palco, na região, de intensas disputas, semelhantes à experiência da implantação da estação de Maxambomba (salvo suas especificidades). Houve por parte política uma pressão para o empenho de uma parada que levasse os trilhos até a Serra do Tinguá. Neste contexto outro representante da Câmara de Iguassú surge como laureado, Francisco de Paula de Bulhões Sayão, proprietário das terras de Cava e parlamentar influente nas cercanias da sede da Vila de Iguassú. A Estação Bulhões era a parada obrigatória para acessar o entroncamento da linha principal de Jaceruba ao ramal que ia ao sentido da estação de Tinguá.

Nesse ano, o rio Iguassú entrou na mira do abastecimento d'água. Iniciou-se um projeto de expansão por empreitada para a localidade de Cava, distante 14 quilômetros do reservatório do Rio do Ouro. Essa expansão do sistema de abastecimento, não mais sob responsabilidade de Antonio Gabrielli, foi o embrião do futuro ramal de Cava da ferrovia do Rio do Ouro (...) (Frias, 2021, p. 114).

Nessas condições, se compreende o porquê, ou os porquês, que o ramal que rumava em direção à Tinguá passava, obrigatoriamente, por determinadas localidades. Sem dúvida, o objetivo central consistia na captação e expropriação da água da região periférica da província para a capital, Rio de Janeiro. Contudo, o empreendimento teve que se moldar aos interesses de políticos e proprietários locais que queriam garantir suas riquezas e privilégios através de pressões sobre o percurso da obra. Não foi por acaso, mas por força desta coerção que foram

erguidas estações, no referido trecho, dentro das propriedade e/ou área de influência daqueles que exerciam o poder local: Estação de Bulhões (Estação Cava), nas terras de Francisco de Paula de Bulhões Sayão, Estação São Bernardino, na propriedade de um dos mais ricos proprietários de terras e de escravizados/as, Bernardino José de Souza e Mello, Estação Iguassú, nas proximidades da área portuária, Estação Barreira e Estação Tinguá, zona de influência de posse de Francisco Pinto Duarte, o Barão de Tinguá.

1.8 Da Vila de Maxambomba à Nova Iguassú

Ainda que houvesse uma tentativa de revitalizar o uso da Estrada de Ferro Rio D'Ouro com a sua abertura ao tráfego de passageiros, além da implantação dos tubos de canalização de água para o centro do Rio de Janeiro, a via férrea não conseguiu se tornar uma rota concorrente, muito menos alternativa, quando comparada à Estrada de Ferro D. Pedro II, definindo uma verdadeira dicotomia na configuração sócio-espacial na Vila de Iguassú.

Ou seja, de um lado, se tinha a prosperidade de um vilarejo localizado às margens dos rios, em especial o rio Iguassú, que, mesmo contando com um ramal ferroviário foi entrando em desuso por causa dos problemas dos desgastes naturais do solo, dos mananciais e dos rios, bem como as doenças que se proliferavam, embora ainda (r)existissem pequenas e grandes propriedades que foram sendo abandonadas pelo contingente de trabalhadores/as livres ex-escravizados/as, que conseguiam suas alforrias conforme as leis abolicionistas ‘avançavam’ (não por interesse dos proprietários e, sim, pela resistência dos negros e negras cativos) até a abolição (1888) e os fugitivos que buscavam outros quilombos e mocambos da região, se deslocavam para as terras firmes.

De outro lado, floresciam as localidades situadas às margens da ferrovia, entre elas o povoado situado ao redor da estação de Maxambomba, o qual cresceu com a passagem da linha férrea. Entretanto, foi a partir da Proclamação da República (1889), quando foi elevada à categoria de vila e logo à de município, que Maxambomba adquiriu um caráter urbano, característico das cidades que surgiam a reboque do processo industrial. Para sua localidade transferiram-se a Câmara Municipal, os Cartórios Judiciais, a Coletoria entre outros órgãos públicos. A vida oficial e outras circunstâncias favoráveis, como a ferrovia, tornaram necessárias modernas construções, o saneamento do povoado, bem como com a fundação de novas casas de negócio.

Oito dias após a Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, foi convocada uma sessão especial, na Câmara municipal de Iguassú. A reunião extraordinária

teve como pauta o reconhecimento do Governo Provisório e a República como forma de governo a partir daquela Assembleia.

Em seguida o referido Presidente disse que em homenagem a tamanho Commettimento levantava a sessão e convidava a todos os cidadãos presentes a acompanharem a manifestação da Câmara, assignando conjuntamente com os Vereadores esta acta. Nesta ocasião foram ouvidos vivas pelo Vice-Presidente, a Republica dos Estados Unidos do Brasil ao Governo Provisório e ao município de Iguassú. (Ata da Reunião...) (Barros, 2000, p. 29).

O trecho final da ata da plenária revela o compromisso com o despontar do novo governo através da vontade dos representantes daquela casa legislativa, isto é, apenas um seletto contingente de pessoas esteve presente à saudação que legitimou os preceitos republicanos na Vila de Iguassú. A solenidade demonstrou, primeiramente, o posicionamento de colaboração entre os vereadores iguassuanos e o governo recém-proclamado; em segundo, o oportunismo por parte da Câmara de transformar a sessão num ato apoteótico com brados de exaltação aos presentes e, por último, a pouca ou quase nenhuma participação popular, uma vez que, a ata trazia o relato e as assinaturas de, aproximadamente, vinte pessoas presentes, dentre eles alguns parlamentares e seus convidados (*Ibid.*, p. 29).

O compromisso em apoiar o governo republicano que se iniciava ia além da superação do antigo regime monárquico. Estava em jogo o preenchimento das lacunas deixados pelo Império, tal como a manutenção dos espaços ocupados antes mesmo da chegada da República. Assim, por forte pressão política, em menos de dois anos, após a sessão de reconhecimento do governo republicano, uma outra manobra política se sucedeu nas terras iguassuanas. No dia 20 de junho de 1891, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Francisco Portella, assinou o termo de Instalação da Vila de Maxambomba e transferência, para a mesma localidade, da sede do Município de Iguassú¹⁵. Estavam presentes, conforme o registro da época, além do governador, o presidente da Câmara de Vereadores, o Tenente-Coronel Pedro Rodrigues dos Santos França Leite e demais membros da Intendência¹⁶, todos militares. Esta cerimônia evidencia uma preocupação do governo republicado em manter o curso da implementação política do regime, garantindo através do uso do aparelho estatal-

¹⁵ A Cerimônia ratificou o decreto nº 204 (1º de maio de 1891) e o decreto nº 263 (19 de junho de 1891), os quais aludiam sobre a elevação de Maxambomba à categoria de vila e a transferência da sede, respectivamente (Barros, 2000).

¹⁶ Após a Proclamação da República foi instituída por decreto a dissolução das Câmaras Municipais (Decreto 107 de 30 de dezembro de 1889). Cabia ao governador indicado a escolha dos representantes das câmaras e intendências (funcionavam como uma espécie de órgão policial local). Em Iguassú se constatou uma grande militarização, pois diversos de seus parlamentares possuíam alguma patente, como no caso do presidente da casa, Pedro Rodrigues dos Santos França Leite, que era Tenente-Coronel (*Ibid.*).

militar a sua governabilidade neste momento de transição, a fim de conter qualquer tipo de insurreição contrária aos ideais republicanos (na ótica dos militares) e favoráveis ao retorno da monarquia.

A câmara de Iguassú, presidida por um político alinhado ao governo federal traria a possibilidade de pacificação entre os diversos sujeitos e agentes da sociedade local (políticos, comerciantes, proprietários, e trabalhadores) com a intencionalidade de superar os princípios e marcas da monarquia através da edificação de elementos simbólicos que pudessem marcar o governo que florescia, porém com fundamentos homólogos, sem consulta ou participação popular, declarando em lugar do povo, o referido acontecimento, sem que este ou algum representante estivesse presente na ocasião.

A transferência estava no bojo deste simbolismo, na medida em que um dos elementos que marcava a chegada ao progresso ao Brasil, a ferrovia, cortava as terras de Maxambomba e não de Iguassú. Ou seja, a nova vila, nascia junto com o alvorecer de um novo governo, e a ideia de progresso, como manifestado na bandeira nacional, era a maneira de superar o atraso deixado pelo antigo governo. Nesta perspectiva, a Vila de Iguassú começou a ser entendida como um lugar bucólico e que trazia a memória de um passado a ser superado. Mesmo possuindo uma estrada de ferro em suas cercanias, a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, sua finalidade e importância não era a mesma que tinha a Estrada de Ferro D. Pedro II (denominada Central do Brasil, em 22 de novembro de 1889), a de transportar a maior riqueza da pauta econômica do Brasil, o café. Esses componentes representativos se encontravam, evidentemente, presentes tanto no espaço político como fora dele, pois pessoas influentes dentro da sociedade iguassuana discordaram da maneira como foi realizada a ascensão de Maxambomba à categoria de vila.

Segundo o ex-vereador Alberto Soares de Souza e Mello, seus familiares à época não viram com bons olhos a transferência da sede do município, pois em 1875 Bernardino José de Souza e Mello inaugurou a sede da suntuosa Fazenda São Bernardino. Ela era genro do Comendador Soares, que se orgulhava de ter sido responsável pela restauração do município. Ambos acreditavam que com a estrada de Ferro Rio D'Ouro, inaugurada em 1883, cortando as terras da Villa de Iguassú, o progresso retornaria àquela região (Barros, 2003, p. 19).

A tentativa de manter a influência de seus redutos políticos e econômicos era (e ainda permanece) marcante entre os membros da sociedade mais abastada e tradicional iguassuana. Observa-se que as ações e acordos giravam em torno de seus interesses e da manutenção de seus privilégios. Quando surgia algum tipo de movimentação que pudesse ameaçar os seus

negócios tratavam de interferir para que não houvesse perdas. A transferência, além de todo o valor simbólico, desvelava os bastidores das divergências políticas, mas, também, das famílias tradicionais e ricas da região.

Nesse momento, havia uma tensão entre a correlação de forças entre diversos grupos da sociedade iguassuana. Esta situação fez com que classes mais antigas e tradicionais litigassem contra as classes ricas vigentes, mesmo que fossem ambas adversas às classes populares, disputando a hegemonia política, econômica e social, tanto em domínio local quanto nacional tornando compreensíveis e evidentes os vínculos que foram sendo pactuados. O fato de não participarem do evento que elevou Maxambomba ao status de Vila não expôs somente a indignação de pessoas que se consideravam, além de ilustres, indispensáveis. A ausência de convite revelou as rusgas políticas de um grupo, encabeçado pelo presidente da Câmara, Pedro Rodrigues dos Santos França Leite (apoiado pelo Governador Francisco Portella) que deseja se aproveitar das benesses do novo governo contra um outro grupo, influenciado pelos Soares e Mello, tradicionais (escravagistas durante o Império) que viam, naquele momento, na República uma ameaça à sua hegemonia política e econômica.

Os anos seguintes marcaram a consolidação da infraestrutura da nova sede do municipal, Maxambomba. Foram iniciadas obras visando à edificação da estrutura administrativa do poder público como construção dos prédios que abrigariam o fórum, o quartel da Força Pública e a cadeia, a partir de 1896. No ano seguinte, as obras avançaram em direção a outras localidades dentro da vila que passou a abrigar, além de espaços públicos, obras de particulares entre residências e casas comerciais que cresciam conforme se intensificavam os negócios provenientes da cultura cafeeira e do fluxo promovido pela Estrada de Ferro Central do Brasil, antiga D. Pedro II. Em 1908, a sede municipal contava com um imóvel próprio para abrigar a Câmara dos Vereadores e um sistema de serviços públicos capaz de atender as demandas públicas, em especial da classe política (Barros, 2003).

Nesse contexto, em mais um ato político, a Câmara dos Vereadores propôs a alteração do nome da sede de Maxambomba para Nova Iguassú, pela lei nº 1.331, de 09 de novembro de 1916. A escolha do desígnio ‘Nova’ constava como referência ao antigo berço do município, ficando a antiga Vila de Iguassú conhecida como ‘Iguaçu Velho’ (Forte, 1933). Este ato também indicava mais uma iniciativa de relegar o passado histórico à ideia de algo ultrapassado, ‘velho’, e ressignificar o presente à concepção de progresso, ou seja, do ‘novo’, possível de ser alcançado pela República. Estando esta construção mnemônica presente no

imaginário coletivo da nossa contemporaneidade. No dia 29 de novembro de 1919, foi decretada a criação da Prefeitura do Município de Nova Iguassú.

Art. 1º - Nos Termos do art. 11, da lei 1614, de 29 de outubro da corrente, serão executados os trabalhos de instalação de rede de esgotos na cidade de Nova Iguassú, de acordo com o projeto e orçamento organizado pela Comissão de Saneamento e aprovados pelo Secretário Geral do Estado e criada a Prefeitura no referido município, exige do art. 31, parágrafo 2º, nº. II, da reforma Constitucional, de 18 de Setembro de 1903 (Barros, 2003, p. 21).

A referida lei aludia ao condicionamento do projeto de obras de instalação da rede de esgoto à criação da prefeitura, isto é, a previsão orçamentária foi aprovada, segundo constava, mediante à instauração da cidade de Nova Iguassú em Maxambomba, numa decisão direta, de nível estadual, assinada pelo próprio presidente do Estado da época, Raul de Morais Veiga.

Desde então, a antiga Vila de Iguassú que perdeu, aos poucos, sua prosperidade e boas condições de habitação deixou a sua condição de sede, perdendo a importância que havia adquirido no transcorrer do século XVIII, quando ostentou o trânsito de um dos principais caminhos de comércio que ligava a região mineradora à capital colonial, quando as rotas se consolidaram e a estrada do Comércio se tornou a principal via comercial do Brasil, ligando o interior do Brasil ao porto da Guanabara.

Por fim, o debate deste primeiro capítulo busca contextualizar a compreensão sobre a história de Nova Iguaçu. Esta análise servirá de base para discussões referentes à configuração do processo de escolarização, como os sistemas educacionais foram progredindo e se capilarizaram nas camadas sociais, nos centros urbanos e rurais, até a configuração das escolas rurais e comunitárias, das quais se originaram grande parte das Escolas do Campo do município. Salientando que as conquistas relacionadas ao âmbito da promoção da educação pública e de qualidade resultaram dos esforços e das ações dos mais diversos movimentos sociais, interessados em afirmar, bem como solucionar as necessidades educacionais.

No campo não foi diferente, durante a história, houve um amplo movimento de trabalhadoras e trabalhadores que buscavam, e ainda buscam, o atendimento das suas especificidades através uma educação que valorizasse os seus saberes. Assim, o estudo da história destas escolas se torna essencial para o campo do conhecimento e, da mesma maneira, fundamental para busca da oferta de uma Educação Pública de qualidade no Brasil.

2 CAPÍTULO II

BAIXADA FLUMINENSE: HISTÓRICO DE LUTA DA POPULAÇÃO PERIFÉRICA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

A Baixada Fluminense ilustra a centralidade política da região, desde os tempos coloniais, passando pelo período monárquico, seguindo na República e permanecendo atualmente. Torna-se relevante a abordagem desta temática para compreender que os estudos

referentes à História da Educação devem levar em consideração os mais diversos contextos que se somam de tal maneira a ponto de instituir uma designada projeção social e, por conseguinte, um modelo educacional.

Ela foi constituída por inúmeras dinâmicas: populacionais, econômicas, políticas, geográficas, sociais e ambientais. Entretanto, vale destacar que tais dinâmicas não devem ser analisadas de forma homogênea, como se tratasse de um território coeso. Por mais óbvia que pareça esta reflexão, permanece presente, principalmente entre os residentes de áreas centrais, que consideram as regiões periféricas como polos de ramificação das demandas dos centros urbanos.

A lógica é compreensível, pois reflete os diversos aspectos da dominação e da hierarquização social, fortemente impostos pelos europeus, tanto na América Espanhola quanto no Brasil, como forma de estruturação dos processos de exploração colonial. A história contada pela ótica do dominador tinha como intencionalidade o apagamento e a ressignificação da história das sociedades dominadas, expondo deliberadamente o interesse de construir um consenso coletivo que exaltasse a idealização de centro, em detrimento da ideia de repulsa às áreas periféricas — sendo estas, quanto mais afastadas, ainda mais relegadas, ao ponto de serem esquecidas.

Esse paradigma, cujo objetivo é estabelecer uma construção histórico-social, segundo os interesses das classes e grupos dominantes, há tempos vem sendo contestado por diversas correntes de pensamento, em especial as pertinentes aos estudos das ciências sociais, que buscam um contraponto por meio da mudança de perspectiva epistemológica, a qual visa ao aprofundamento das análises científicas que resultam na reflexão de sujeitos, instituições, movimentos sociais e de trabalhadores/as, lugares, territórios, entre outros objetos que não são correspondentes aos pertencentes aos espaços de poder ou àqueles/as que, fundamentalmente, se caracterizam como instrumentos passivos de ruptura da estrutura de poder instituída pelas classes detentoras do poder.

A investigação de objetos que se manifestam apartadamente do modelo central determinado pelos grupos dominantes gera uma postura de enfrentamento por parte dos detentores do poder, pois nutre a apreensão, no dominador, acerca da eclosão de movimentos de resistência que possam alterar a estrutura e o ordenamento impostos, rompendo com o modelo de ‘ordem’. Para além da possibilidade de rompimento de modelo estrutural preestabelecido, ocorre também uma tensão pela eventualidade de transformação estruturante, com a qual se propicie a perda do poder.

Nesse sentido, torna-se interessante refletir acerca de questões que possam orientar os interesses relativos à implementação dos sistemas educacionais no Brasil e, especificamente, na Baixada Fluminense, tendo em vista como as escolas do campo, do município de Nova Iguaçu, se instituíram mediante o contexto de inúmeras disputas e resistências, em busca da sobrevivência de seus próprios sujeitos, na luta por seus direitos — enfim, por dignidade.

Com relação ao conceito de região, é importante debater e analisar a complexidade dessa concepção, pois, como referido anteriormente, a noção de região é composta por um conjunto de realidades distintas e heterogêneas (Faria Filho, 2009). Dessa forma, o recorte regional, aqui definido como Baixada Fluminense, adquire uma conceituação amplificada, pois, por se tratar de um território diverso e complexo, inviabiliza qualquer tipo de análise reducionista ou que vislumbre um acondicionamento, como se fosse uma região unitária e que vivesse a despeito dos interesses da capital (a sede administrativa da cidade do Rio de Janeiro, capital entre 1763 e 1960). Essa abordagem torna-se indispensável para a compreensão dos movimentos e dos interesses relativos à implementação das escolas no município de Nova Iguaçu, bem como em suas áreas periféricas.

A conceituação de ‘periferia’ é complexa, por acompanhar o senso comum da ideia de distanciamento (longínquo, remoto ou perdido). A ‘periferia’ se constitui em um lugar (área) de produção cultural, de saberes, de conhecimento e de experiências. Dessa maneira, as seguintes indagações são fundamentais: como as escolas periféricas iguaçuanas produziam esses elementos? Como mantinham as suas memórias? Como resistiam frente aos interesses das estruturas de poder? São questionamentos importantes para o debate da formação das escolas do campo, no campo e para o campo (Arroyo; Fernandes, 1999).

A Educação do Campo, como resultante da educação popular que, a partir da luta pelo acesso à terra, contribuiu para a ampliação da garantia do direito à educação aos povos do campo no Brasil. Para tanto, compreende-se o papel fundamental dos Movimentos Sociais Populares do Campo nesse processo, através da luta não apenas pela garantia dos direitos (que, por si, justificam qualquer mobilização social), mas também na própria organização dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, na luta por uma educação pública e de qualidade, contrariando a concepção hegemônica de educação imposta pelo Estado, em conformidade com os interesses da classe dominante.

2.1 A História Vista de Baixo: reflexões sobre a História, a História da Educação e a Educação do Campo

Uma das mais significativas contribuições ao campo da História face à necessidade de questionamentos e desconstrução da História positivista veio à luz em 1929 com a Escola¹⁷ dos Annales. A escola teve como base de sustentação teórica a revista *Annales d'histoire économique et sociale* sob a direção de March Bloch e Lucien Febvre. Mas, cabe acompanhar Revel no que concerne à ‘tentação’ do ineditismo.

Mas essa data (1929) tão celebrada como uma fundação (ou como um momento de uma ‘revolução historiográfica’), não constitui também um ponto de partida absoluto. Qualquer que tenha sido o efeito de novidade produzido pela nova revista em seu início, o nascimento é compreensível apenas se o colocarmos em um quadro mais vasto e cronologicamente mais amplo: o das transformações que afetaram o mundo acadêmico francês, suas instituições, as disciplinas ensinadas, os programas de pesquisa desde o último quarto do século XIX (...) (Revel, 2010, p. 22).

Além de compreendemos a relevância dos Annales e os movimentos pretéritos de contestação da ‘História Oficial’ no século XIX, é necessário o entendimento do contexto vivido no continente europeu, na primeira metade do século XX, que nos leva a refletir sobre a transformação na maneira de se repensar os estudos científicos.

As nações, principalmente, as populações europeias foram acometidas por diversos processos e eventos, sobretudo: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Fascismo Italiano (1922-1943), a Grande Depressão ou Crise Econômica (1929), o Nazismo Alemão (1933-1945). Notadamente, estes acontecimentos provocaram, segundo os membros da Escola dos Annales, uma significativa transformação pragmática na forma de concepção das análises históricas. O diálogo com outros saberes científicos, a análise de diversas e variadas fontes, como a oralidade, a inferência com ambientes não-acadêmicos (campo), as novas metodologias e, em especial, a investigação de outros sujeitos (camponeses, soldados, mulheres, trabalhadores, entre outros), contribuíram para a construção da concepção mais abrangente do objeto da História, definida como História Total, em oposição às abordagens que privilegiassem as pesquisas voltadas ao enaltecimento economicistas ou concebidos como grandes feitos, isto é, a História Tradicional (Burke, 1992).

O conceito de totalidade da História era alvo de discussão e controvérsias entre os próprios membros e gerações dos Annales como explica Barros (2010).

¹⁷ Cabe esclarecer que se trata de um grupo de estudiosos/as, de diferentes áreas do conhecimento, propondo uma outra visão de história contrária à estabelecida.

A expressão História Total com este sentido de ampliação do campo de possibilidades dos estudos históricos tinha também um interesse certo: o de rejeição da História Política como campo privilegiado da história, tal como ocorrera com o padrão historiográfico estimulado pelos Estados-Nações na Europa do século XIX, e contra o qual os fundadores dos Annales haviam se batido através do tríplice estigma: História Factual, História Política, História Narrativa. De certa maneira, o projeto de realizar uma História Total via-se de alguma maneira comprometido pela recusa estigmatizada da História Política – que mais tarde, nas últimas décadas do século XX, teria o seu retorno bem recebido pelos dirigentes da Revista dos Annales – e pela ênfase, nos primeiros Annales, em apenas algumas dimensões como a Social, a Econômica, a Demográfica. Gradualmente, contudo, dimensões como as Mentalidades, o Imaginário foram assegurando o seu lugar no cenário (*Ibid.*, p. 18).

Entretanto, a despeito das disputas internas, com o desenrolar do século XX, sob a influência das sucessivas gerações dos Annales, o conceito de História Total foi evoluindo ao ponto de estabelecer um consenso à crítica da História meramente factual, ao passo em que, ressignificava as investigações da História Política, as suas dimensões, a apreciação analítica de outros conceitos, como as mentalidades e a oralidade.

A Escola dos Annales propiciou intensas discussões que resultaram em fundamentais transformações na historiografia. Sharpe (1992), destaca a importância desta mudança de paradigma, que se confronta com a perspectiva da história tradicional e que caracteriza a corrente da ‘Nova História’. A diversidade de novas temáticas e sujeitos emergem de um contexto de esquecimento, apagamento ou subalternidade para assumir destaque e protagonismo através dos capítulos textuais.

(...) por mais valiosa que a história vista de baixo possa ser no auxílio ao estabelecimento por identidade das classes inferiores, deve ser retirada do gueto (ou da aldeia de camponeses, das ruas da classe trabalhadora, dos bairros miseráveis ou dos altos edifícios) e usada para criticar, redefinir e consolidar a corrente principal da história (Sharpe, 1992, p. 62).

Integrantes dos Annales, como Peter Burke e Jim Sharpe, além de refletirem sobre os desígnios da história total, se opunham, veementemente, ao paradigma tradicional da historiografia, o qual não permite um aprofundamento dos diferentes contextos historiográficos. Este modelo de produção da história era, até a primeira metade do século XX, considerado como a maneira metodológica de se fazer história, pois se direcionava à história vista de cima, isto é, a que enaltecia os ‘vencedores’, em detrimento aos ‘vencidos’, à exclusividade da análise documental (oficial), à ênfase aos grandes feitos e outros aspectos tipificados como heroicos, classificados pela como “sendo a revelação das opiniões políticas da elite” (Sharpe, 1992, p. 40).

É relevante ressaltar que os autores mencionados, assim como outros/as intelectuais dos Annales, tiveram como base epistemológica os ideais marxistas. O pensamento de Marx serviu como referencial teórico para que, segundo Sharpe (1992), os/as historiadores/as sociais pudessem desenvolver suas teorias e análises historiográficas para revelar as demandas das classes populares. Ou seja, houve uma intrínseca relação entre o marxismo e a história vista de baixo. Nesse aspecto cabe aduzir que a expressão ‘a história vista de baixo’ se tornou uma referência em 1966 ao ser utilizada no artigo “History from Below” do historiador marxista Edward Palmer Thompson no *The Times Literary Supplement*.

É obvio que a contribuição dos historiadores marxistas, aqui ou em qualquer outra parte, tem sido enorme: na verdade, um filósofo marxista declarou que todos aqueles que escrevem a história vista de baixo, assim o fazem na sombra da conceituação marxista da história (*Ibid.*, p. 44).

A filosofia marxista possibilitou uma análise mais aprofundada das questões histórico-sociais, enquanto possibilitava uma observação e compreensão mais ampliada dos contextos e dinâmicas dos atores sociais. Esta perspectiva extrapolava as observações que seguiam os preceitos meramente políticos ou economicistas, por isso, diversos/as pensadores/as, do século XX em diante, buscaram no marxismo a fonte de inspiração ideológica como base de suas próprias concepções.

Entretanto, cabe ressaltar, que as investigações sobre as classes populares não podem se restringir somente aos episódios em que haja o destaque das massas. Em outras palavras, toda a conjuntura que resultou num determinado processo das classes necessita ser compreendida. Por exemplo, uma marcha, um movimento grevista, uma tomada de poder ou um movimento revolucionário não são relevantes apenas pela participação das massas, mas, também, pelo que pleiteiam, pelo que lutam ou questionam frente aos poderes instituídos.

Ainda que pudesse parecer que os historiadores marxistas, antes de outros escritores, que escrevem a partir das tradições diferentes, sugerirem a amplitude da temática que o historiador social poderia estudar, tenham tendido a restringir o estudo da história vista de baixo àqueles episódios e movimentos em que as massas se engajaram na atividade política manifesta ou em áreas familiares de desenvolvimento econômico (Sharpe, 1992, p. 44).

Pelo que sugere o autor, existia uma preocupação de não limitar os estudos exclusivamente às abordagens particulares. Outra exortação consiste na preocupação com a “fragmentação do conhecimento histórico e a despolitização da história” (*Ibid.*, p. 56). Neste ponto, se constata uma apreensão entre os/as pesquisadores/as, adeptos/as da história vista de baixo, com relação ao trato das diferentes fontes históricas (que iam para além das fontes

documentais), como, por exemplo, as fontes orais. Decerto, os/as pensadores/as comungavam da ideia de que os movimentos eclodiam a partir de uma consciência, ou seja, mesmo os estudos de casos específicos, quando contextualizados, poderiam possibilitar a compreensão da análise conjuntural mais ampla.

O problema intelectual que uma técnica desse tipo suscita será familiar aos historiadores sociais: o de situar um acontecimento social dentro do seu contexto social pleno, de forma a ele poder ser estudado mais em um nível analítico que apenas em um nível descritivo (*Ibid.*, p. 44).

Mais do que uma preocupação, as diferentes fontes, principalmente aquelas que não são interpretadas pelos/as pesquisadores/as defensores/as do tradicionalismo histórico, ainda que pareça controverso aos seus olhares investigativos, traduz, aos que utilizam a história vista de baixo, como alternativa ao aprofundamento dos estudos, principalmente os de natureza sociais, divergindo das análises rasas e descritivas.

Em virtude desta mudança paradigmática em direção aos sujeitos das camadas populares da sociedade, de grupos marginalizados e invisibilizados pelo tradicionalismo histórico, por não terem algum tipo de registro julgado como oficial, passaram a ter as suas histórias contadas (a princípio pelos/as investigadores/as, imbuídos/as na concepção revisionista da história, a partir da perspectiva da história vista de baixo, e, no decurso temporal, historicizada por seus próprios atores).

O problema era (como sugeriu Hobsbawm) que os historiadores do movimento trabalhista, marxista ou não, estudaram ‘não exatamente as pessoas comuns, mas as pessoas comuns que poderiam ser consideradas os ancestrais do movimento; não os trabalhadores como tais, porém mais como cartistas, sindicalistas, militantes trabalhistas’ (*Ibid.*, p. 45-46).

Ainda que houvesse obras acadêmicas debruçadas sobre os estudos de classes, sobretudo, referente ao operariado e às massas populares, anteriores à Escola dos Annales (séculos XVIII e XIX, por exemplo), eram intrínsecos os resquícios, preceituais do tradicionalismo histórico, do ato em supremacia ao ator, didaticamente, o herói ou heroína não apresentavam sentido sem a circunstância, sem algum tipo de episódio que marcasse a relevância do feito.

Foi no século XX que indivíduos, grupos étnicos, comunidades, instituições, manifestações culturais, religiosidades e outras incontáveis e variadas demandas emergiram, destacando-se nas produções científicas. Nesse contexto, e as temáticas da contemporaneidade como História da Educação e Educação do Campo (assim como outros

campos do conhecimento) construíram fundamentos teórico-metodológicos com os quais viabilizaram a investigação, bem como a rememoração dos sujeitos que, por séculos, tiveram as suas histórias relegadas e/ou expropriadas pela historiografia tradicionalista e caudatária dos grandes feitos.

Com isso, além de transmutar o modo de observação analítica dos sujeitos, como atuantes da própria história e não apenas passivos de uma circunstância superior, a história vista de baixo abrangeu a correlação (através do diálogo interdisciplinar) do indivíduo com o próprio meio e como este pode influenciar outros contextos. Assim, abre-se espaço para a reflexão de como pessoas e áreas (regiões) vistas e tratadas como periféricas interagem com seus pares que habitavam ou transitavam em lugares determinados como centrais, onde o periférico ora se confunde com o central, mas que, paralelamente, edifica barreiras (físicas, sociais, culturais, geográficas, históricas e antropológicas) para delimitar e segregar as diferenças hierárquicas instituídas durante a formação da sociedade brasileira.

2.2 O conceito de Região e o diálogo com História da Educação

As diversas formas de desigualdade que estruturaram o processo de formação do Estado Brasileiro marcaram, significativamente, a sociedade. Por mais óbvio e evidente que seja esta afirmação, ela direciona pesquisadores/as na busca pela compreensão de como estes processos se inter-relacionaram ao ponto de proporcionar privilégios a uma parcela da população e desigualdades a outros tantos sujeitos de uma mesma nação.

Nação essa que, devido ao sistema colonial implementado pela metrópole portuguesa, tinha como princípio servir de região fornecedora de riquezas que servissem de sustento do Estado lusitano. Dentro da lógica do capitalismo comercial (século XV ao XVIII), dentre diferentes concepções, a Corte Portuguesa inspirava-se na busca por espólios que rendessem lucro aos seus membros, bem como aos que buscavam o enriquecimento, entre eles, os comerciantes que formavam a classe burguesa.

Os colonizadores, apoiados pelas decisões governamentais, não pouparam esforços em explorar e expropriar tudo o que fosse possível do território colonial, desde as riquezas naturais até as vidas humanas (indígenas e africanos, principalmente) num pleno objetivo de acumular capital e bens.

Essa dinâmica, associada a outros diversos sistemas, resultaram nas inúmeras desigualdades no país, mesmo após a nossa ‘emancipação’ (07 de setembro de 1822), gerando, ainda, de maneira mais aprofundada, contrastes dentro delas. Os investimentos em

áreas estratégicas aos interesses do capital, que começaram no período colonial e se mantiveram nos períodos posteriores, privilegiavam, predominantemente, a escolha de lugares que viabilizassem o trânsito de pessoas, sincronicamente ao escoamento de produtos, num sentido latitudinal, seguindo do interior para o litoral¹⁸.

Num olhar desatento, esta análise pode ser considerada fortuita ou circunstancial, seguindo apenas a esteira dos acontecimentos históricos, entretanto, ela nos ajuda a entender, por exemplo, o porquê da grande parte das capitais dos Estados brasileiros, banhados pelo Oceano Atlântico, possuem as suas sedes administrativas, fixadas em áreas litorâneas, ou seja, próximas ao mar.

A faixa costeira, desde a colonização, seguia o fluxo do investimento mercantil agro-exportador e extrativista, com a montagem desta estrutura sistematizada pela exploração comercial e laboral escravagista africana, forjou-se o ideal ou consciência coletiva, entre os agentes públicos onde estas regiões foram constituídas e deveriam ser moldadas a partir dos interesses exclusivos das classes e grupos dominantes. A formação de região abarcava diversos outros interesses, até mesmo antagônicos, que disputavam espaços nesta concorrência de propensões. Isso significa que mesmo com as capitais alocadas nas áreas litorâneas fossem interessantes aos grupos mais abastados não significava que outros grupos não obtivessem vantagem ou, sem pensar de maneira dialética de oposição de classes, mantivessem as suas próprias identidades.

Assim, a ação política, pelo menos desde de a independência, não pode ser entendida sem que enfoquemos a importância que a ideia de regional adquire na retórica e no léxico daqueles que elaboram projetos para o Brasil. A ideia de região é sempre e sempre mobilizada como elemento produtor de identidade e, dessa forma, como componente de uma plataforma política que continuamente produz as ‘outras regiões’ como inimigos a serem combatidos ou cooptados (Faria Filho, 2009, p. 60).

As questões regionais no Brasil, para o autor, revelam muito mais do que apenas as demandas definidas pelas regiões centrais, típicas da constituição territorial. Elas envolvem, entre outras escalas, as relações identitárias e sociais, com as quais geram embates em outros campos, produzindo, assim, as regiões. Para que estas sejam entendidas torna-se necessário compreender de que maneira e sob quais projetos elas foram ocupadas.

O próprio autor observa que, conforme a lógica cultural, pesquisadores/as e intelectuais produziram obras relevantes que estabeleciam intensas reflexões sobre as

¹⁸ No primeiro capítulo, foram descritas diversas rotas comerciais que cortavam o Recôncavo da Guanabara durante o século XIX.

discrepâncias presentes na formação do Brasil como nação e do brasileiro como população. Todavia, como sujeitos pertencentes ao seu tempo, mantiveram, uma postura pouco crítica a respeito da região, ou seja, uma análise privilegiada de uma região (geralmente central), em detrimento de outras, como se esta refletisse o diagnóstico do país em sua totalidade.

Mas não é possível deixar de perceber que, fosse na forma mais de um Euclides da Cunha – para que o Brasil arcaico se articulava fortemente ao Brasil moderno, mesmo que pelo avesso, já que denunciava que o país moderno estava de ‘costas’ para o país arcaico – fosse na forma não menos clássica e muito mais refinada de um Gilberto Freire, ou, ainda, na antropologia militante de Darcy Ribeiro, em todas elas a ideia de fracionamento do país em distintas regiões é um pressuposto analítico que as obras acabaram por demonstrar, reafirmar e reproduzir (Faria Filho, 2009, p. 60).

A crítica proposta pelo autor sugere reflexões acerca do posicionamento das investigações sobre a região a partir de elementos representativos dela própria, isto é, a partir da compreensão das interações micro e macrosociais¹⁹. Esta abordagem dialoga com o conceito da história vista de baixo e apresenta caminhos que possam ser trilhados nas pesquisas históricas, bem como no campo da História da Educação. Os sujeitos sociais estão e sempre estiveram presentes nos contextos regionais, por isso, integram, como sujeitos históricos, as dinâmicas que configuram a realidade vivenciada.

A história vista de baixo e a região interagem e integram-se, conforme suas escalas, ao ponto de configurarem e/ou reconfigurarem os processos histórico-sociais, uma vez que carregam as disputas sobre as propensões dos sujeitos que compõem as alusivas conexões. A região não se configura numa realidade desconexa, separada ou ilógica como um cenário que assume o papel de pano de fundo, ilustrando, tão somente, de maneira coadjuvante, o centro. Ao contrário, representa a função principal, pois reflete as demandas do conjunto de uma sociedade.

Assim, entendo que talvez devêssemos lidar com a noção de região, não como uma realidade a qual vamos estudar, mas como o processo e o resultado de operações políticas e, por que não, acadêmicas, que fundam esta mesma realidade e condicionam o modo de seu entendimento. Ou seja, a região é, ela também, uma representação de uma prática cultural por meio das quais (e nas quais) determinados fenômenos e posições são produzidos, os sujeitos são identificados e ganham visibilidade e as nossas instituições são criadas e mobilizadas para a ação social e política (Faria Filho, 2009, p. 63).

¹⁹ O autor, Luciano Mendes de Faria Filho, cita o livro ‘Jogos de escala’, de Jacques Revel, publicado em 1998, para defender a ideia de que o conceito de região, assim como as escalas, deve seguir ‘conjugadas num mesmo esforço analítico’ (Faria Filho, 2009, p. 64).

Os estudos sobre região correspondem, segundo a citação, a um campo epistemológico no qual as ações e inter-relações sociais são fundamentais para o desenvolvimento das dinâmicas que configuram os aspectos e fenômenos que os representam. Deste modo, não são apenas os fatores econômicos ou políticos que determinam os processos históricos e sociais de uma determinada região mas, sim, o conjunto de interesses, dos mais diversos que influem ao ponto de adquirirem projeção seja de forma institucional, na constituição política, na formação histórico-cultural e na construção de suas memórias.

Nos espaços acadêmicos, a região pode representar um vasto campo analítico, pois engloba uma infinidade de dinâmicas que podem revelar a compreensão de um determinado contexto. A respeito da História da Educação, a perspectiva regional, manifesta uma importante relevância enquanto tende a apresentar, por meio dos métodos e dinâmicas citados, incontáveis demandas a serem desveladas pelo/a pesquisador/a, constituindo uma valiosa “unidade de análise em História da Educação”. (*Ibid.*, p. 63).

Assim, as representações locais ou microsociais, assumem, dependendo do tratamento e da intencionalidade a qual simboliza, nas escalas analíticas, posição de destaque, ao ponto de contribuírem para o entendimento das interações macrosociais. A região, usada como objeto de pesquisa, pode exprimir especificidades e conexões existentes entre os seus sujeitos de modo a propiciar, como resultado de seu fluxo, fontes e referências que orientem as reflexões acerca da História da Educação e seu diálogo com outros campos de saberes, como a Educação do Campo.

(...) os planos local, regional, nacional e internacional, dentre outros, poderiam, também, ser entendidos como posições, como escala analítica a ser produzida, justificada e utilizada pelo pesquisador em História da Educação. Assim, o regional seria uma posição, às vezes com estatuto próprio, às vezes funcionando como mediadora em relação às outras posições, no desenvolvimento de nossos projetos de investigação (Faria Filho, 2009, p. 65).

O regional, por representar os múltiplos jogos de escalas sociais, acolhe recursos suscetíveis à investigação. Na História da Educação do Brasil, cabe ressaltar que a institucionalização conceitual da ideia de regionalidade foi fruto da transformação metodológica do próprio estudo da História, dos diferentes movimentos de classes sociais, das transformações político-econômicas, dos esforços de intelectuais, das organizações institucionais e de outros tantos componentes que se articulavam.

Dentre essas atuações, das quais impactaram diretamente na instituição e instrumentalização conceitual de região no Brasil, bem como as problematizações do cotidiano escolar em âmbito nacional, se destacaram a fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, idealizado por Anísio Teixeira.

A instituição foi responsável, junto aos/às intelectuais que formavam os seus quadros²⁰, pela consolidação e legitimação de planejamentos voltados a solucionar os problemas educacionais de uma sociedade urbano-industrial que nascia do desenvolvimentismo dos anos de 1950 em diante (Gouvêa, 2015). O CBPE, sob a direção de Anísio Teixeira, trouxe ao cerne das discussões debates que aproximassem as temáticas nacionais às questões regionais.

O CBPE estava localizado no Rio de Janeiro e os Centros Regionais, em São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Na estrutura do CBPE, desejo destacar a Divisão de Documentação e Informação Pedagógica que tinha, dentre outras atividades, a elaboração de periódicos e todo o tipo de material impresso que contribuísse para os estudos do magistério nacional, e para a atualização das diferentes instituições educacionais brasileiras (*Ibid.*, p. 146-147).

Mesmo com todas as dificuldades em se estabelecer um diálogo, com a formação dos Centros Regionais, uma vez que ainda persistia a ideia de centralização, houve um nítido esforço em procurar um entendimento das características regionais, posicionando-as num projeto educacional nacional. A partir, de então, os estudos relativos à região passaram a ter os seus diversos componentes presentes numa proporção nacional e internacional, através da publicação dos periódicos e materiais pedagógicos.

Essa ressalva é fundamental para o avanço das nossas discussões, pois a partir deste ponto, se verifica uma escalada acadêmica e de movimentos sociais, que se consolidaram no Brasil, no decorrer da segunda metade do século XX, que propiciaram um enraizamento das questões concernentes aos sujeitos que até então eram apagados e/ou invisibilizados. Atores e de regiões tratadas como marginalizadas ou periféricas emergem, deste modo, alicerçados em seus saberes e em suas memórias.

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro especial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço –

²⁰ Neste ponto, Gouvêa (2015) defende o entendimento, sobre a definição de intelectuais, sendo estes atores políticos.

aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembrança (Halbwachs, 1990, p. 143).

Essas memórias, presentes num determinado espaço (região), associadas às concepções abordadas (história vista debaixo, região, História da Educação, Educação do Campo e outros) são primordiais para as reflexões acerca de uma coletividade, pois as interações dos sujeitos com os espaços em que vivem podem contribuir para a compreensão do desenvolvimento das sociedades e grupos sociais que habitam territórios distantes das áreas centrais e denominadas como periféricas.

2.3 ‘Periferia’: Baixada Fluminense, território de saberes, resistência e história

Refletir sobre as questões que envolvem a História da Educação e relacioná-las com a Educação do Campo significa compreender e problematizar a singularidade dos sujeitos, dos territórios, dos saberes, das tradições, da religiosidade. Enfim, mergulhar na cultura e nas memórias que simbolizam as suas vivências.

Dessa forma, a memória é um campo contínuo de disputas, ou seja, o conflito mnemônico se processa segundo os interesses e as movimentações dos grupos sociais, sejam eles considerados hegemônicos ou tidos como subalternos, opressores ou oprimidos, dominantes ou dominados, centrais ou periféricos. Isto significa que, independente da conceituação dualista da luta de classes, as memórias produzidas pelos grupos sociais podem se confrontar, em busca de permanência e/ou subsistência, requerendo, desta forma, a garantia e a luta por direitos.

Refletir sobre as questões que envolvem a História da Educação e relacioná-las com a memória coletiva, significa compreender e problematizar a singularidade dos sujeitos, dos territórios, dos saberes, das tradições, das religiosidades entre outras tantas especificidades que correspondem a inter-relação humana. Ou seja, consiste num mergulho na cultura e nas memórias que simbolizam as suas vivências.

Assim, verifica-se que a memória coletiva abarca uma abundância de conhecimentos relevantes que podem externar a complexidade existencial de pessoas, de grupos, de instituições, isto é, de bens materiais e imateriais que podem manifestar, estruturalmente, a luta de classes em diferentes níveis e escalas, entre eles o espaço (território).

Ora, um homem ou vários homens somente adquirem o direito de propriedade sobre uma terra ou uma coisa, a partir do momento em que a sociedade da qual são membros admite a existência de uma relação permanente entre eles e essa terra ou essa coisa, ou que essa relação é tão imutável como a coisa em si mesma. Esta é uma convenção, que violenta a realidade, já que os indivíduos mudam incessantemente. Qualquer princípio que invoquemos para fundamentar o direito de propriedade, ele somente adquire algum valor se a memória coletiva intervir para garantir-lhe a aplicação (Halbwachs, 1990, p. 145).

O autor é decisivo sobre como as disputas das memórias coletivas estão diretamente relacionadas com as questões territoriais e que constantemente acarretam, até mesmo violentamente, a luta pelo direito à propriedade. Neste contexto, é importante entender que a memória coletiva dos grupos e povos, qualificados, à revelia, como não-centrais, por imposição do tradicionalismo histórico, foi fundamental para a mudança de paradigma. No momento em que as suas historicidades venham à tona, as memórias dos seus sujeitos, outrora soterrados, invisibilizados ou marginalizados, se subvertem conforme as suas potencialidades.

Assim, o que fora considerado, há tempos, como marginalizado ou periférico, em razão da evolução das inovações epistemológicas e metodológicas, passou a disputar espaço em contradição à centralidade. Estes sujeitos não eram apenas pessoas ou grupos que vivem as suas experiências a despeito das suas vontades. As suas vivências exprimem uma intensa relação dentro das metamorfoses sociais.

Com isso, para aprofundar os estudos sobre a História da Educação, mais especificamente a História da Educação no município de Nova Iguaçu, tendo como foco a Educação do Campo, sob a ótica do conceito de região e de ‘periferia’ mostra-se instigante, pois ambos integram elementos fundamentais (história e memória) que representam o cotidiano das pessoas que vivem nestes territórios e que neles experimentam a lógica da luta de classes presentes no sistema capitalista.

Antes de tudo, é necessário entender que a palavra ‘periferia’ foi utilizada há tempos para designar algum lugar distante do centro. Alcinhada, principalmente, pelos estudos geográficos e urbanos referentes ao crescimento e às transformações que ocorriam nas consideradas grandes cidades.

Em sua acepção urbana, o termo ‘periferia’ deriva dos debates econômicos ocorridos nas décadas de 1950 e 1960 que versavam sobre a relação dos países da ‘periferia’ do capitalismo com as economias centrais. Naquele momento, uma série de estudos analisou os desdobramentos dessa ordem econômica sobre as cidades latino-americanas que passavam por um processo de explosão demográfica. No caso de São Paulo, intelectuais passaram a denominar ‘periferia’ um território geográfico cujas principais

características eram pobreza, precariedade e distância em relação ao centro (D'Andrea, 2020, p. 20).

A citação remete à compreensão do contexto histórico dos anos 1950 e 1960 com o tradicionalismo científico presente em diversas áreas dos saberes. O autor aborda que, até então, a 'periferia' designava um ou o território estigmatizado, em que a pobreza, a falta de infraestrutura e o afastamento em relação ao centro eram algumas das variantes que a definiam. Tal fundamentação seguia a tendência capitalista, sendo assim, frequentemente, via-se, em inúmeros espaços, as abordagens elitistas, preconceituosas e pouco aprofundadas sobre 'periferia' e 'sujeitos periféricos', inclusive na própria academia.

Segundo o próprio autor, durante os anos 1980 pesquisadores/as e agentes sociais foram fundamentais para estruturação e conscientização popular a respeito da ressignificação conceitual da palavra 'periferia'. No campo acadêmico coube aos estudos antropológicos o empenho crítico das demandas sobre os 'sujeitos periféricos', bem como a 'periferia' de fato. No campo social, credita-se ao empenho eclesialístico de movimentos setoriais da Igreja Católica, como a Pastoral das 'periferias' que, desde a década de 1970, utilizava o termo como forma de aproximação entre o catolicismo e seus fiéis (*Ibid.*).

Ainda nos anos de 1970, além do destaque destas duas correntes, a Antropologia manifestando as novas tendências acadêmicas na forma de concepção das pesquisas e a Pastoral, representando o arranjo de movimentos sociais da 'periferia' passaram a se organizar de modo a promover iniciativas voltadas ao atendimento (entendimento) das demandas locais.

Naquele período, o trânsito entre acadêmicos, igreja e movimentos sociais fez com que os moradores, mesmo que de forma incipiente, passassem a conhecer o termo. Na década de 1970, Clubes de Mães e o Movimento Punk, por exemplo, já o utilizavam (*Ibid.*, 2020, p. 21).

Embora ocorresse a organização (ou tentativa) de segmentos sociais que passaram a fazer uso da palavra 'periferia', ela era pouco utilizada entre os anos 1970 e 1980, pois, no imaginário social, independentemente de classe, havia o senso comum, o estigma e o preconceito de relacionar a expressão a outras conjunturas como pobreza, violência, criminalidade, falta de infraestrutura e doenças. Nesse período, o emprego do vocábulo, em questão, desempenhava uma dupla função: a primeira, alertar os/as moradores/as das áreas centrais sobre os 'riscos' que representavam tanto as pessoas quanto os bairros localizados à margem da cidade, pois carregavam, segundo a perspectiva preconceituosa, classista e elitista da formação histórico-social brasileira, uma condição de barbárie; a segunda o estigma, pois a prevalência do uso da palavra 'periferia' para determinar fatos e/ou acontecimentos negativos

e discriminatórios a respeito dela e moradores/as ocasionou a formação de uma visão coletiva e estereotipada destas localidades ao ponto de construir uma imagem vexatória, logo desprezada pela população residente.

Em síntese, nos anos 1980, por mais que o termo *‘periferia’* fosse conhecido pelos moradores, não possuía a importância e nem era utilizado amplamente como outros. Qualitativamente seu significado era também distinto. Esse rechaço à sua utilização fez com que o discurso *preponderante*²¹ sobre *‘periferia’* seguisse sendo proferido pelos distintos agentes da academia (D’Andrea, 2020, p. 21).

A transição dos anos 1980 para os anos 1990 marcou uma guinada na significação e apropriação do conceito de *‘periferia’*. Apesar da academia ter feito uso conceitual, em maior porção, neste intervalo de tempo, do que os próprios *‘sujeitos periféricos’*, que ainda mantinham um certo distanciamento devido à carga de discriminação e preconceito construído, até o momento, para designar o sentido da palavra *‘periferia’*, houve um intenso movimento de grupos sociais que requereram para si a terminologia, ressignificando a sua concepção: de um território meramente representado pelas mazelas sociais para a representação da população de um território resistente aos problemas sociais, produtor de cultura e de saberes.

O artigo publicado por D’Andrea (2020) aborda a realidade do contexto das regiões *‘periféricas’* da Cidade de São Paulo. Observa-se que a construção do conceito de *‘periferia’* foi utilizado para denunciar os abusos e violências cometidas contra os/as moradores/as tanto por criminosos quanto por agentes públicos. As décadas de 1980 e 1990 marcaram uma escalada nos índices de homicídios contra a população periférica, sendo assim, a despeito da condição, este tornou-se um dos fatores que agregaram pessoas e movimentos sociais em torno do objetivo de preservar suas próprias vidas, exigindo a garantia de seus direitos e cobrando das autoridades melhorias de condições de sobrevivência.

Na década de 1990 havia um genocídio em curso. Nunca na história de São Paulo o índice de homicídios foi tão alto, e estes ocorriam principalmente na *‘periferia’*. O principal alvo do genocídio eram (são) corpos negros masculinos. É por isso que a enunciação de *‘periferia’* realizada nos anos 1990 partiu desse setor social, buscando principalmente três objetivos: denunciar as condições sociais, unir as quebradas em guerra e pacificar esses territórios (D’Andrea, 2020, p. 23).

²¹ Grifo feito pelo próprio autor, pois o vocábulo *preponderância* é utilizado *‘como conceito, cujo significado é ter mais peso; ter mais influência ou importância; predominar, prevalecer’* (D’Andrea, 2020, p. 21).

Foram múltiplas as maneiras desenvolvidas pelos ‘sujeitos periféricos’ para se manifestarem, resistindo ao genocídio da população preta periférica paulistana. As diversas expressões (artísticas, culturais e educacionais), os movimentos de grupos, associações de moradores e demais representações identitárias e de intelectuais²², contribuíram para o processo de uma “epistemologia periférica” (*Ibid.*, p. 22).

A apresentação deste debate serve como horizonte para a análise e compreensão de um contexto complexo representado no histórico da Baixada Fluminense. Respeitando as especificidades de cada realidade, preservando as peculiaridades encontradas nos processos de construções histórico-sociais e resguardando as singularidades dos seus sujeitos, observa-se que a discussão apresenta uma série de similaridades que dialogam com a realidade presenciada por uma parcela significativa da população ‘periférica’, mais especificamente, no entorno da capital do Estado.

A região do entorno da capital Fluminense, conhecida como Grande Rio ou Região Metropolitana, configura-se num território bastante complexo. Esta multiplicidade pode ser constada nos mais diferentes campos e abordagens sociais por se tratar de uma região limítrofe à sede administrativa, diversos fatores impactam no cotidiano de suas populações, ao mesmo tempo, em que as ações dos seus agentes influenciaram, conforme a equivalência de suas escalas, nas intervenções dos entes públicos de Estado.

Desse modo, tanto o conceito de região quanto o conceito de ‘periferia’ encontram-se, identificados no contexto da Baixada Fluminense, pois possibilitam, diante de uma concepção regional, a compreensão de um dado fenômeno ao “observá-lo de determinada posição, ou escala, em sua universalidade” (Faria Filho, 2009, p. 65). Presencia-se a maneira como “os sujeitos periféricos” interagem dentro da ‘periferia’ para transformar as suas realidades e resistirem conforme as suas necessidades.

Alves (2003) destaca que a década de 1980 foi fundamental na luta dos setores populares no cenário brasileiro pós-ditadura Civil-Militar. Lembrando que este regime foi instaurado no Brasil em 1964, fez a articulação dos setores representantes dos interesses da classe dominante (empresários, banqueiros, latifundiários e políticos) em associação aos militares foi responsável pela ruptura institucional entre os Poderes de Estado fazendo com que o Executivo, na figura presidencial, centralizasse todas as decisões políticas, subjugando os demais poderes, os opositores do sistema, os representantes da classe trabalhadora, os

²² D’Andrea utiliza o termo intelectuais orgânicos, definido por Antonio Gramsci, para designar a importância do papel político e social das lideranças das classes trabalhadoras na construção do consenso (D’Andrea, 2020, p. 23).

articuladores dos movimentos sociais e a sociedade de modo geral, decretando um Estado de exceção, por meio da supressão dos direitos dos/as cidadãos/ãs.

Ocorreu, nesse período, na Baixada Fluminense, um fortalecimento organizacional de movimentos sociais, cujo objetivo era reivindicar melhorias nas condições de infraestrutura nos bairros que pertenciam aos municípios que constituíam a macrorregião. Houve uma intensa articulação entre grupos que representavam os/as moradores/as de bairros, organizados em associações de moradores/as e setores progressistas das Igreja Católica.

O Movimento de Amigos de Bairros (MAB), de Nova Iguaçu; o Movimento de União de Bairros (MUB), de Duque de Caxias, e a Associação de Bairros e Moradores (ABM), de São João de Meriti, passariam a articular um conjunto crescente de associações de bairros em torno de demandas sociais voltadas, sobretudo, para a obtenção dos equipamentos públicos urbanos (Alves, 2003, p. 115).

Essa correlação institucional entre moradores/as e lideranças religiosas diocesanas locais demonstra como o engajamento político se fortaleceu, após a redemocratização, na maioria dos municípios da Baixada e como esta mobilização coincidia com os interesses dos setores representantes das classes populares na reivindicação por melhorias nas condições de vida, não apenas do Estado do Rio de Janeiro, mas em outros entes da Federação e seus territórios ‘periféricos’.

Melhoria de vida não significava, estritamente, o investimento em obras de infraestrutura mas, sim, uma luta constante pela sobrevivência diante de uma conjuntura marcada pela violência. Assim, os movimentos populares buscaram uma resposta dos agentes públicos, principalmente, do Governo Estadual, sobre políticas públicas que mitigassem a quantidade de mortes e assassinatos que marcavam há décadas a Baixada. Sobre este extremo quadro de violência, Alves (2003) descreve o seguinte:

(...) a impunidade e o comprometimento do aparelho policial permitirão que vários policiais permaneçam à frente dos referidos grupos. O terror assume proporções antes desconhecidas. Chacinas com mais de 5 vítimas tornaram-se mais frequentes, tendo a maior, com 10 mortos, ocorrido no ano de 1990, em Belford Roxo; famílias inteiras, como a do bairro Amapá, em Duque de Caxias, serão trucidadas; decapitações e cremações de vítimas ainda vivas intensificaram-se; aumentavam os índices de menores executados; execuções passavam a ser realizadas com os executores agindo sem máscaras, certos da impunidade e da ‘lei do silêncio’, deixando os corpos de suas vítimas em ruas principais para que todos vissem (Alves, 2003, p. 172-173).

A violência que assola a população das ‘periferias’ é um fator relevante para a construção de um senso comum de que estes territórios seriam inabitáveis devido aos

excessivos casos de mortes violentas, de chacinas e de opressão causados por grupos de extermínio²³ que intimidavam a população. Entretanto, esta mesma violência serviu, entre os anos 1980 e 1990, como marco encorajador para que a população se mobilizasse, socialmente, em torno de um projeto amplo de denúncia e de reivindicação por direitos.

A Igreja Católica, representada pelas Dioceses locais, e Organizações não-governamentais, como as Associações de Moradores (o Movimento de Amigos de Bairros - MAB) dos/as residentes de Nova Iguaçu; o Movimento de União de Bairros (MUB) dos domiciliados de Duque de Caxias e a Associação de Bairros e Moradores (ABM) da população de São João de Meriti, passaram a denunciar os casos de violência e assassinatos na Baixada (*Ibid.*).

Integrantes da sociedade civil local lutava por melhorias, num sentido amplo e universal que tinha como finalidade a defesa da própria sobrevivência mediante à garantia de condições de moradia, pretendendo, com isso, superar o estigma de abandono com que a região era tratada, ao passo em que as exigências por investimentos públicos em setores como saúde, saneamento e educação fossem se materializando.

Dois anos após as eleições, essas três federações já organizavam uma passeata do Centro do Rio de Janeiro até o palácio Guanabara, com duas mil pessoas, a fim de cobrar do governador Leonel Brizola tudo o que ele deveria aplicar, dos recursos enviados pelo governo federal ao estado, no saneamento básico da região. Em meados dos anos 80, a federação de Nova Iguaçu agrupava 170 associações, e a de Caxias, 100, revelando uma mobilização popular sem precedente na história da região. Quanto a Igreja Católica, a diocese de Nova Iguaçu consolidava o seu modelo pastoral com forte envolvimento nas questões sociais. Já a diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti iniciava sua organização em torno de comunidades e pastorais populares, muito embora tivesse conhecido na Paróquia do Pilar um importante precedente desse modelo de Igreja (Alves, 2003, p. 115).

Observa-se que a ampla mobilização popular revelava a maneira encontrada pelas populações dos municípios da Baixada para solucionar os seus problemas imediatos como o saneamento básico. Entretanto, paralelamente a estas reivindicações, existiam pleitos que urgiam por celeridade de investimentos. Como visto, a questão da violência foi uma marca negativa que tanto aterrorizava quanto mobilizava a população a ponto de formarem a criação de organizações não-governamentais capazes de articularem com instituições confessionais e

²³ Pessoas que agiam, segundo os seus interesses, sejam pessoais ou a serviço de outros, no intuito de estabelecer uma espécie de 'ordem' contra grupos rivais ou pessoas consideradas inapropriadas à localidade através do uso da força e da extrema violência como a intimidação, a reclusão, a tortura, os assassinatos, as chacinas e outros métodos que visavam estabelecer o 'respeito' e a falsa sensação de segurança a partir da propagação do medo e da coerção (Alves, 2003).

até mesmo partidos políticos promovendo uma correlação de forças aptas a unirem-se em torno de um projeto.

Esses problemas revisitavam os obstáculos com os quais a população da Baixada convivia cotidianamente em uma complexa formação histórico-social na qual os grupos dominantes locais disputavam, através de seus interesses, a configuração política, econômica, territorial, e educacional do que acreditavam ser a ‘ordem’ social, com as populações que eram reprimidas, as quais necessitavam resistir e se mobilizar para garantir a própria subsistência, ou seja, a própria vida dos seus familiares e da comunidade.

2.4 Baixada: região, ‘periferia’, educação e segregação

O imaginário coletivo formatado na concepção de violência, semelhante à barbárie, com que, automaticamente, são associados os municípios que compõem a região da Baixada Fluminense, de um lado segue a orientação hierárquica social de desqualificar os ‘territórios periféricos’ e seus sujeitos, em ajustamento à lógica de dominação, fomentando um modelo de abstração de abandono onde o cenário inóspito figura, (in)conscientemente, na mentalidade de moradores/as, não-moradores/as, frequentadores/as, transeuntes e demais pessoas que ‘ouviram falar’ algo sobre a Baixada. De outro lado, este discurso pejorativo, carregado de preconceitos, contribui para a manutenção do *status quo* dos grupos dominantes, uma vez que, a manifestação das mazelas sociais reforça a preleção de políticos locais, em torno da resolução dos problemas. Além disso, o contexto de ‘terra arrasada’ coopera para a aparição de lideranças com discurso messiânico de salvação mas que, na verdade, apenas reforçam as estruturas e escalas de lutas, reflexo das disputas de poderes que se fazem presentes na região.

É neste período, também, que a violência ganhará dimensões peculiares. Se por um lado ela caracterizava-se como um instrumento dos setores dominantes na obtenção de terras e poder, utilizada que era nos conflitos pela demarcação e posse de propriedades e na disputa pelo controle da política local, por outro lado ela será utilizada pelos setores populares a fim de superarem seus problemas. Tanto no caso das ocupações de terra por setores organizados do movimento camponês, como na fúria depredadora do saque, o que se viu foi a utilização da violência enquanto estratégia coletiva (Alves, 2003, p. 103).

Os conflitos pela propriedade de terras correspondem a uma das causas centrais e mais sensíveis no processo histórico de formação da Baixada Fluminense. Tais disputas estiveram e estão presentes no período colonial até a contemporaneidade. Cabe destacar que tais conflagrações acarretavam um excessivo contingente de vítimas, gerando um quadro local de

extrema violência que estimulava, do lado dos grupos opressores, o uso cada vez mais elevado e aprimorado do aparato de repressão estatal e a aliança com grupos interessados em prestar algum tipo de serviço em troca de benesses, favores ou privilégios, possibilitava uma concentração elevada, tanto em quantidade quanto em qualidade, de terras ideais à especulação²⁴. Do lado dos grupos oprimidos, a violência se compreendia como uma forma de proteção e sobrevivência, enquanto a população mais empobrecida não possuía alternativas aprazíveis à sua escolha a não ser abandonar o local onde vivia em direção a outro, ainda mais inapropriado ou permanecer e lutar contra as ingerências coercitivas dos grupos dominantes locais.

Essa última opção serve de fio condutor para problematização de diversos aspectos referentes à História da Educação e à História da Educação do Campo em Nova Iguaçu²⁵. Como abordado, não só de violência, pobreza, mazelas e análogos, se constitui a história da Baixada Fluminense. Nela constam infinitas conjunturas auspiciosas que foram determinantes ao desenvolvimento da sociedade local. Além de possuir um vasto território repleto por belezas naturais, uma flora exuberante, uma fauna rica em diversidade, uma formação geográfica inigualável e uma diversidade histórico-cultural, a região foi fundamental no processo histórico do Brasil, desde a colonização até os dias atuais.

A negação da violência no território da Baixada, não pode ser refutada, em razão de que o silenciamento e/ou a ocultação dos casos arbitrários que atentem contra a segurança e preservação da vida podem contribuir para a manutenção do *status* de controle dos agentes sociais dominantes, bem como para robustecer o discurso responsável pela construção de um imaginário repulsivo, pois de certa medida afastava tanto o território quanto seus/suas moradores/as de uma relação proximal com as áreas centrais.

Não se trata de negar a violência e a falta de estrutura, mas sim de entender como historicamente se constituíram, assim como a invisibilidade de aspectos históricos e culturais da região. Violência, pobreza, ausências, invisibilidades têm histórias que precisam ser trazidas para o debate (Borges; Dias, 2022, p. 92).

Todavia, os problemas destacados corroboraram para a estruturação do senso comum, com o qual sintetiza realidade local, sem que haja uma análise das causas que acarretaram os casos de violência cotidiana, generalizando, assim, a região e a população como um todo. As

²⁴ Terras aptas à negociação, rentáveis aos negócios, ou seja, ideais para a compra e a venda e, com isso, favoráveis à obtenção de lucro.

²⁵ Lembrando que Nova Iguaçu foi o município sede do Recôncavo da Guanabara até a emancipação do município de Duque de Caxias, em 31 de dezembro de 1943.

políticas e patrimônios públicos, infelizmente, seguiram esta idealização ao ponto de reproduzir, plenamente, o sentido patológico sofrido pelos habitantes da referida região ‘periférica’.

O senso comum cristalizou esse lugar como ‘periferia’, principalmente, no sentido negativo: lugar de violência, pobreza e da falta – falta de estrutura, saneamento, cultura, educação e história. Um lugar que não teria importância histórica, social e cultural. Esse discurso da ausência justificou - e justifica - a destruição do patrimônio histórico e a falta de preservação dos existentes (Borges; Dias, 2022, p. 91).

Essa ausência, motivada pelo medo e pela ação coercitiva de cooptação de grupos detentores do poder, de um lado foi fundamental para estimular tanto a falta quanto a ineficácia de investimentos e, de outro, essencial na construção da subjetividade de um território à margem (‘marginal’) à capital (centro). Dessa forma, as regiões do entorno (Recôncavo da Guanabara, atual Baixada Fluminense) funcionavam como núcleos integrantes, porém dependentes da influência da sede governamental.

Desse modo, a maneira de se olhar, de se relacionar e de se pensar a Baixada foram sendo permeadas de narrativas e perspectivas que, numa direção, seguiam a concepção de dependência das orientações (políticas, econômicas, históricas, culturais, sociais e educacionais), oriundas dos núcleos administrativos centrais, a partir de políticas estatais, elaboradas na capital, o Rio de Janeiro, para todo o país. Por outro lado, a disputa por espaços dos próprios sujeitos em evidenciar uma contranarrativa que fosse capaz de opor-se aos estigmas presentes e que não representavam a universalidade cotidiana dos habitantes e de seu território.

Não por acaso, a literatura sobre o debate educacional irradiado do Rio de Janeiro, desde fins do século XIX destaca temas originais e perspectivas de combate, perfilando projetos educacionais e de reconstrução nacional em disputa na cena pública (Xavier; Bezerra; Soares, 2019, p. 5).

Os projetos de poder englobam múltiplos interesse capazes de convergirem em processos que privilegiam os grupos que os detêm e, ao mesmo tempo, expropriam e/ou se apropriam das iniciativas dos grupos dominados. Os projetos educacionais, historicamente no Brasil, foram um campo fértil neste terreno de disputas entre as concepções dominantes, que seguiam o arado da sementeira estatal, visando à institucionalização de uma colheita educacional formadora de mão de obra ou fornecedora de um mínimo de instrução às populações mais pobres.

No século XIX, no período imperial, tiveram início as tentativas de estabelecer marcos regulatórios referentes à formação e à instrução no Brasil. O avanço na promoção das primeiras letras era uma das pautas de debates durante o Período Regencial (1831-1840). O vazio de uma centralização governamental gerada pela abdicação do imperador D. Pedro I (1831) gerou uma intensa disputa política na Câmara entre os deputados de tendências liberais, mais inclinados às políticas que propiciassem maior autonomia às províncias e os deputados conservadores, defensores da centralidade política monárquica. Como consequência, três anos após a abdicação, foram instituídas algumas alterações à Constituição de 1824 sob a égide da Lei Geral de 15 de outubro de 1827, a primeira lei de educação do Brasil, que criou as escolas de primeiras letras em todo o país e regulamentou o ensino para meninos e meninas. Antecedendo a normativa editada em outubro de 1827, foi estabelecida, no dia 26 de julho de 1827, a implementação do ensino primário, na freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú. Segundo Matus (2018) a primeira escola pública da região localizava-se às margens do Rio Iguassú, no Porto do Feijão, lembrando que esta região fazia parte do corredor econômico, pois servia como rota de ligação e escoamento de pessoas e produtos que transitavam entre a província de Minas Gerais e o Porto do Rio de Janeiro.

O intenso fluxo Nossa Senhora da Piedade do Iguassú influenciou a iniciativa da fundação da primeira escola na referida localidade, uma vez que as medidas definidas pela Constituição de 1824, que se referiam à implementação da instrução eram incipientes, apesar de garantir a Instrução primária e gratuita a todos os cidadãos²⁶. Não havia qualquer demanda legislativa de caráter imperial que institucionalizasse tais garantias, sendo assim, transferidas as responsabilidades às províncias, após a publicação do Ato Adicional de 1834.

Cabia às Províncias, conforme Gondra e Uekane (2005), o desenvolvimento das políticas pertinentes à implementação dos critérios, por elas definidas, para viabilizar a instrução daqueles que tinham a possibilidade de acesso ao ambiente escolar. Lembrando que, durante este período, a sociedade brasileira era estruturada no patriarcalismo-escravagista. Desse modo, as mulheres, mesmo libertas, eram impedidas de acessarem os bancos escolares e aos escravizados a conjuntura era ainda mais perversa, pois legalmente não existia a previsão de qualquer tipo de política pública voltada aos que não eram considerados como cidadãos devido à condição socialmente imposta de escravização.

Analisando, especificamente, esta norma do Ato Adicional de 1834, pode-se compreender que o adendo constitucional não tinha um caráter tácito de investir na formação

²⁶ Art. 179, XXXII da Constituição de 1824. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1737>>. Acesso em: 08 jul. 2025.

(instrução) da população brasileira. O fato de transmitir a responsabilidade, que deveria ser de caráter imperial para as Províncias, destaca que havia tanto a vontade de descentralizar a obrigatoriedade central — como uma forma de terceirização das responsabilidades sobre a instrução — quanto o interesse político local em apropriar-se dos critérios e condições de estabelecimento das propostas de implementação das medidas acerca da instrução régia.

Essa transmissão de prerrogativas teve como consequência o desinteresse em relação à formação profissional, o que causou um curto período de atividade da Escola Normal Imperial. Após o fechamento da instituição, houve uma precarização ainda maior da formação docente, na medida em que os/as primeiros/as profissionais a concluírem o curso tornaram-se agentes formadores/as, assumindo a responsabilidade de habilitar os seus ouvintes a serem futuros/as professores/as e, assim, lecionarem pelo vasto território imperial brasileiro.

A falta de preocupação com a universalidade instrucional da população seguia o sentido da formação sócio-histórica brasileira. O contexto observado nas extremas desigualdades, evidenciadas pela escravidão, era fundamental para a manutenção dos privilégios dos grupos minoritários, dominantes e detentores das mais diversas escalas de poder (brancos de origem europeia) sobre os desfavorecidos formados pelos grupos dominados e oprimidos (negros e mestiços pobres de origem afro-ameríndia). Dessa maneira, controlar como se instruía tanto as classes mais abastadas, mas, sobretudo, àqueles que pertenciam às classes populares e que, de alguma maneira, conseguiam ter contato com a escolarização, era o objetivo central da política imperial.

Mesmo com as divergências entre os grupos políticos durante o Período Regencial, e o avanço dos ideais liberais em diversas casas legislativas espalhadas pelo Brasil, os ideais conservadores permaneciam arraigados não só entre os políticos, mas também entre os grupos dominantes, ainda fortemente influenciados pelos interesses das oligarquias rurais e escravagistas. Nesse sentido, segundo a mentalidade desses setores mais tradicionais, não havia espaço, muito menos interesse, para o amplo investimento público em setores que não fossem convenientes à manutenção de seus negócios — ainda mais se fosse voltado ao atendimento e à melhoria das condições de segmentos populares. A realidade é que os projetos educacionais foram sistematizados em torno do privilégio das classes mais abastadas.

Jara (2022) analisou a trajetória de professores e professoras primários públicos que regiam em escolas de Nova Iguaçu entre os anos de 1895 e 1925. Vale lembrar que, nesse período, o município correspondia a praticamente todo o território que atualmente é conhecido como Baixada Fluminense. A pesquisa da autora revela uma movimentação entre

professores e professoras que transitavam por diversas regiões do Rio de Janeiro no exercício da profissão, evidenciando diversos processos de operacionalização das escolas, especialmente as iguaçuanas.

As constantes mudanças, tanto de espaços de ensino quanto de profissionais, propiciaram a cunhagem, pela pesquisadora, da expressão ‘tropeiros da instrução’, na medida em que estes/as, por motivos diversos, permaneciam, de forma passageira, nos territórios — semelhantemente aos tropeiros, por conta da ‘itinerância’ —, conduzindo o projeto de instrução primária em diferentes regiões do Estado.

Em vista disso, cunhamos o termo ‘tropeiros da instrução’ para identificar essas professoras e professores, cujas trajetórias apresentam um constante ir e vir de uma escola para outra, de uma cidade para outra no estado fluminense (Jara, 2022, p. 1).

A itinerância não seguia critérios técnicos, ou seja, as movimentações ocorriam conforme a vontade do/a próprio/a professor/a ou por interesse governamental. Neste caso, as relações pessoais e políticas influenciavam a trajetória dos/as docentes, ou seja, aqueles/as que tinham alguma proximidade ou vínculo familiar com representantes políticos logravam êxito nos seus intentos, porém os profissionais que divergiam ou contrariavam os critérios estabelecidos eram geográfica e territorialmente punidos, lançados aos lugares mais afastados, deslocando-se, assim, como os ‘tropeiros’, para exercerem as suas atividades laborais e intelectuais.

Esse ‘tropeirismo’ era gerado pelos mais variados motivos. Em algumas trajetórias, fica evidente o quanto questões políticas locais e de compadrio poderiam ser determinantes na permanência ou não de um docente na escola onde era regente. Em outros casos, as remoções se davam ‘por conveniência do Estado’, em função de fechamento/abertura/transferência de escolas para outros locais ou quando o Estado decidia fazer uma reorganização do quadro de professores. Outra possibilidade de remoção era a que o ocorria a pedido da professora ou do professor (*Ibid.*, p. 1).

A falta de uma política de Estado voltada à institucionalização da prática docente associada ao uso da profissão como moeda de troca entre agentes locais que utilizavam a instrução como forma de manutenção de poder, através do apadrinhamento ou da punição direta, inviabilizavam o desenvolvimento da implementação da instrução pública no Brasil. Como o ensino das primeiras letras não era essencial, na perspectiva da classe dominante brasileira, nos seus diversos níveis, as práticas docentes eram pouco efetivas, restritas e atendiam à parcela mínima da população que possuía renda ou algum tipo de influência, pois

prevalecia as características da sociedade brasileira do século XIX, fundamentada na agricultura (rudimentar), na concentração de terras, na escravidão, nas diferentes formas de preconceito e em todas as formas de desigualdade.

Dessa maneira, a instrução, principalmente pública, além de não ser vista, muito menos entendida, como basilar para a transformação da estrutura socioeconômica estabelecida, durante o seu processo de implementação, passou a representar os antagonismos explícitos nas divergências e embates políticos, econômicos e sociais, na medida em que segmentos partícipes uniam-se conforme suas predileções, isto é, a professora ou ao professor caberia seguir as ordens do Estado.

Nesse sentido, a rotatividade de professoras e professores, bem como seus territórios de trabalho, marcavam a ‘itinerância’ deixando visível que as decisões estatais, sejam elas favoráveis ou, principalmente, desfavoráveis as/aos docentes, orientavam-se através das articulações interpessoais fragilizando politicamente a categoria, visto que a falta de uma formação acadêmica, profissionalmente estruturada, cooperava com a precarização da classe, uma vez que a abertura e fechamento de espaços escolares dependia da caridade de algum agente social (Igreja, proprietários de terras e comerciantes) ou político-estatal para que suas atividades profissionais e laborais fossem garantidas.

Cabe ainda lembrar que na sociedade brasileira oitocentista somente a uma parcela ínfima da população era, minimamente, prevista ou permitido o acesso à instrução ou a níveis mais elevados de formação. As classes mais abastadas da sociedade eram privilegiadas em virtude da possibilidade de financiamento de seus estudos no exterior, através da contratação de professores (tutores) ou oferecendo espaços no intuito de forçar os agentes governamentais a fornecerem docentes contratados/as pelo Estado, para que servissem ao atendimento dos acordos e tratos locais. Nesse contexto, os interesses regionais faziam-se presentes nas realidades educacionais. Assim, as escalas de poder determinavam a forma como a instrução ocorreria e se processava pelo Brasil.

Essas escalas de poderes e de interesses pessoais são centrais para compreensão da evolução da educação no Brasil. As disputas pelo controle dos ajustes políticos, a concentração de bens e de capital, associados à segregação de pessoas, bem como a exclusão das classes populares, foram fatores primordiais para a cisão da sociedade brasileira, no que diz respeito às desigualdades, entre elas a educacional. Esta realidade definiu aqueles/as que poderiam acessar os estudos daqueles/as que não deveriam nem mesmo frequentar qualquer tipo de espaço escolar, alicerçando, assim, os moldes da sociedade vigente.

As motivações para este aparente ‘nomadismo’ são as mais diversas, podendo ir desde questões pessoais, até questões políticas e, principalmente, determinações governamentais. Afinal, nem sempre aquilo que era priorizado pelo Estado como local a ser escolarizado configurava-se também como destino prioritário para os homens e mulheres que encampavam o magistério primário estadual. Essas posições destoantes poderiam gerar a necessidade de um constante ir e vir, até que se encontrasse um lugar de paragem (até que, talvez, o Estado decidisse mudar isso) (Jara, 2022, p. 8).

A divergência entre o Estado e o professorado tinha como consequência um constante deslocamento de profissionais que não conseguiam ou não queriam fixar moradia em áreas periféricas. Além disso, a questão salarial e a falta de investimentos teriam incentivado alguns/mas professores/as que atuavam nas terras iguassuanas a criarem escolas privadas.

Trata-se da existência de uma experiência de escola mista em meados do século XIX, o que sugere a presença de arranjos locais para lidar, inclusive, com a falta de escolas e/ou reduzido número de alunos. Esse fato pode sugerir, também, uma ação privada de professores públicos, procedimento relativamente comum na corporação (Guedes; Gondra, 2009, p. 147).

Os autores exortam a necessidade de aprofundamento desta ação privada de docentes que prestavam serviço público na região do Iguassú, apontando em direção a diversas hipóteses como a falta de escolas. Entretanto, a questão salarial, também, pode servir de tese para entender a abertura de espaços privados, bem como a prestação de serviços particulares dos/as referidos/as profissionais.

Essa breve análise conjuntural de estruturação dos processos educacionais no território do Recôncavo da Guanabara, em especial, as terras iguassuanas, permite observar que apesar de fazer parte de uma área periférica estava intrinsecamente ligada às estruturas centrais da capital. Não apenas os fatores econômicos, como defendia o tradicionalismo historiográfico, mas as diversas interações e níveis de estruturas, como defendem os atuais campos das ciências, são fundamentais para a reflexão acerca da realidade local.

Guedes e Gondra (2009) apontam para a necessidade tanto de reflexão teórica quanto de fontes que revelem, por exemplo, uma maior presença de pessoas pobres e descendentes de escravizados/as e libertos/as nos espaços escolares. Com a flexibilização da escravidão e a abolição ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, as mobilizações abolicionistas foram consagradas. Esse recorte foi significativo, pois, ao mesmo tempo em que um enorme contingente populacional, predominantemente preto e pardo, descendente de africanos, conquistava o seu direito à liberdade, após séculos de resistência, eram negados o acesso aos demais espaços sociais de sobrevivência como terras, moradia, emprego, lazer e

escolarização. Dessa maneira, a despeito da abolição, houve a manutenção do povo negro sob a égide da concepção social escravagista estruturada no Brasil desde a colonização portuguesa.

A singularidade racial dos iguassuanos parece ter sido um ‘agravante’ concernente às decisões tomadas no tocante à escolarização de Iguassú. Dentre os habitantes livres da região, mais da metade é descrita pelos ensaios demográficos feitos pela Província como pardos e pretos. Pode-se compreender que a questão da nomenclatura racial e de quem lhes dava a atribuição são informações complexas, efetivadas em um contexto histórico em que não se pode afirmar, precisamente, quem eram e onde estavam socialmente inseridos. Entre os pretos e pardos livres, muitos configuravam um grupo detentor de algumas condições para a circulação entre os brancos livres, fossem pobres ou não. Donos de pequenas embarcações, pequenos portos e terras, o que sugere, de certo modo, a inserção desse grupo na sociedade local (Guedes; Gondra, 2009, p. 154-155).

Essa concepção é importante para a compreensão não só da própria configuração social brasileira, mas da região periférica²⁷ iguassuna, uma vez que se trata de uma escala da nossa nação em que se observa a complexidade de se estabelecerem critérios excludentes relacionados ao fenótipo da população, isto é, a cor da pele ou os traços de semelhança branca europeia eram capazes de definir quem poderia ou não frequentar os diversos espaços. Transformar estes espaços em ambientes segregados por critério financeiro era efetivo na medida em que a legislação avançava (lentamente) em direção a uma flexibilidade e inserção de uma escolarização pública. Com isso, pessoas mestiças libertas que estivessem, de alguma maneira, integradas ao sistema socioeconômico pactuado, articulado com as aristocracias locais, vislumbrariam assento nos bancos escolares.

Entretanto, não se pode deixar de lado que a configuração da população brasileira, principalmente das áreas periféricas, formou-se da miscigenação dos grupos étnicos-sociais majoritários que se estabeleceram durante o desenrolar histórico que marcou formação da nossa nação. As sociedades indígenas, povos originais do território, e as populações negras das diversas nações africanas, traficadas e escravizadas, ambas exploradas pelos brancos de origem europeia, foram responsáveis pela construção do Brasil nos mais diversos níveis e aspectos.

A metodologia utilizada pelo Censo de 1872 mostra a inexistência de fundamentos técnicos capazes de distinguir a população mediante às características étnicas e raciais, ou seja, pela cor da pele. Esta impossibilidade, limitou a contabilidade apenas ao exame de quem

²⁷ Num sentido de distanciamento do Rio de Janeiro, capital do Império Brasileiro.

era considerado liberto ou cativo. Assim, as freguesias de Iguassú eram constituídas por um número aproximado de 66% de pessoas livres e, aproximadamente, 33% de pessoas escravizadas²⁸. O percentual indica que, a despeito de possuir, até o presente recenseamento, um número maior de pessoas libertas, a presença destas não se refletia, universalmente, nos espaços escolares, pois o quantitativo de vagas, além de restrito, dependia dos mais diferentes tipos de intencionalidades. Isto é, a escola pública atendia os critérios pessoais, quase sempre, satisfazendo as demandas dos grupos mais abastados, uma vez que, por conta da mestiçagem da população brasileira, em especial a iguassuana, distinguir pela cor da pele significaria excluir pessoas ricas, influentes ou que possuísem algum tipo de conexão (social, política, econômica, cultural) em sua rede de sociabilidade.

Lembrando que até a ‘abolição da escravidão’, em 1888, toda pessoa cativa era excluída de qualquer possibilidade de escolarização pública. Após o fim desta, a população descendente dos/as escravizados/as (pretos, indígenas e mestiços) sofreram com as consequências dos impactos que a exclusão, antecedente e, posterior, à Lei Áurea, causaram a todos/as brasileiros/as libertos/as afrodescendentes e/ou descendentes de indígena, dificultando-lhes o acesso aos espaços de predomínio e privilégio socialmente vistos, compreendidos e construídos para aqueles/as que eram preferencialmente libertos/as, brancos/as e de origem europeia.

Pensar a configuração social e étnica da vila, o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da esfera pública, privada, mas também de outros agentes que, eventualmente, tenham tomado para si a competência de formar o outro; observar estratégias, sujeitos, saberes e efeitos da escola em uma vila do recôncavo da Guanabara; miscigenada e marcada pela desigualdade, tudo isso se constitui em desafio aberto (Guedes; Gondra, 2009, p. 155-156).

Portanto, pensando a partir da perspectiva da formação étnico-social da população brasileira que habitava nas cercanias da Vila de Iguassú, durante a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, pode-se compreender que os sujeitos descendentes de indígenas e de escravizados/as africanos/as foram fundamentais no processo de implementação da instrução e escolarização, pois, ao mesmo tempo, em que grande parte destes sujeitos eram excluídos sem que houvesse a menor previsibilidade de acesso ao ensino por pertencerem às camadas mais pobres da sociedade, existiam aqueles/as, que mesmo sendo mestiços/as, conseguiam ingressar em alguma vaga escolar. A escolarização, que era restrita aos membros pertencentes às camadas mais opulentas e privilegiadas da sociedade, passou a

²⁸ Ver as informações contidas na tabela 2.

ser disputada pelos sujeitos integrantes das camadas médias e populares (conforme as suas escalas), ao mesmo tempo que o Brasil se alinhava às dinâmicas sociais (movimento abolicionista e o fim da escravidão), políticas (movimento republicano e o fim da monarquia) e econômico (desenvolvimento tecnológico e a exportação do café) que culminariam na necessidade de expansão do ensino no país, bem como nas regiões periféricas.

Nesse contexto, a análise regional do território, periférico em relação à capital, bem como do perfil populacional, são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento do conceito de escola na Vila de Iguassú, visto que os espaços urbanos e rurais se organizaram de maneira distinta e até mesmo contraditória criando um imaginário paradoxal de que o primeiro representaria o progresso e o segundo marcaria o pregresso. Logo, seus sujeitos estariam socialmente marcados pelas ações que relativizariam o lugar de origem, isto é, o futuro, o avanço e a escolarização para os núcleos urbanos seguiriam uma função de centralidade urbana e o passado, o atraso e a falta escolarização, seguiria a orientação periférica rural.

Assim, os sujeitos, oriundos da cidade ou do campo, estabeleceram nas terras de Iguassú uma disputa pelo ingresso nas exíguas vagas escolares fazendo do contexto educacional mais um espaço de concorrência existente nas escalas de poder em que a definição racial constituía-se num dos critérios vitais para a garantia tanto de escolarização. A análise desses elementos possibilita a compreensão das dinâmicas acerca da História da Educação, bem como do entendimento da Educação do Campo, em virtude da formação étnica, social, cultural e econômica do campo estar diretamente ligada à conjuntura histórico-social brasileira e às suas interfaces, construídas ao longo do tempo, pois representam as tenazes mobilizações dos povos do campo pelo acesso à terra e pela preservação de suas identidades e memórias.

2.5 Nova Iguaçu: progresso, racismo e início da Educação Popular

Os anos finais do século XIX e os primeiros anos do século XX marcaram uma série de transformações na conjuntura brasileira. A transição governamental da política monárquica para a republicana era carregada de uma concepção positivista²⁹ e utópica de que o novo regime faria com que a nação superasse os retrocessos político-sociais característicos dos tempos do Império. Nesse período, devido ao desenvolvimento técnico-científico que marcou

²⁹ O positivismo tinha por objetivo estimular o progresso geral e universal da humanidade mediante intervenção em todas as esferas da vida social a partir de um projeto de gestão científica da sociedade, mas antes seria necessário criar uma ciência dedicada ao estudo da sociedade (Cancian, 2021, p. 6).

o processo de evolução da Segunda Revolução Industrial³⁰, as nações centrais do ocidente passaram a exercer uma influência mais contundente visando expandir a exploração do capitalismo atrelada à concepção de industrialização como padrão econômico e cultural, interferindo imperativamente em diversos países, seja pela ação direta, como nos casos das nações pertencentes à África e à Ásia ou financeiramente por meio de empresas e bancos, como na América Latina.

O Imperialismo foi uma política imposta pelos Estados centrais aos países e reinos periféricos do mundo e que consistia, em linhas gerais, na implementação de políticas governamentais que fossem capazes de atender as ambições financeiras do capitalismo desenvolvido pelas nações europeias e os Estados Unidos da América³¹, entre os anos finais do século XIX e meados do século XX. Esta prática foi marcada pela exploração (das mais diversas formas), pela valorização de concepções tecnológicas, pela industrialização, pela urbanização, acúmulo de bens e capitais e pelo incentivo à competitividade (rivalidade), este último pode ser compreendido como um dos fatores cruciais para a eclosão do conflito bélico que marcou o Velho Continente e o mundo, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Era muito provável que uma economia mundial cujo ritmo era determinado por seu núcleo capitalista desenvolvido ou em desenvolvimento se transformasse num mundo onde os ‘avançados’ dominariam os ‘atrasados’; em suma, num mundo de Império (Hobsbawn, 2005, p. 87).

O cenário internacional, definido pela lógica capitalista, porém com convicções baseados em premissas imperialistas, que se assemelhavam ao colonialismo dos séculos XVI ao XVIII, impunham o ideal de progresso e evolução a partir dos parâmetros de industrialização, mantinham um caráter político de procrastinação, na medida em que grande parte dos governantes, principalmente das nações europeias, mantinha-se no poder sob o manto de governos centralizados e imperiais. Dessa maneira, por trás da ideia de ‘avançado’ havia, na verdade, a centralização política e econômica do capitalismo industrial que se consolidava em detrimento do ‘atraso’ que marcava as nações que, majoritariamente, eram exploradas e, com isso empobrecidas, aprofundando-se, nelas, as diversas formas de desigualdade.

³⁰ A Segunda Revolução Industrial iniciou por volta do final do século XIX e meados do século XX. Teve como característica diversos inventos que passaram a ser produzidos e comercializados em larga escala (automóvel, telefone, televisor, rádio, avião, etc.) num processo acelerado de industrialização.

³¹ Cabe informar que os Estados Unidos ingressam tardiamente no que tange ao Imperialismo em comparação aos países europeus.

Na Europa, os governantes da Alemanha, Áustria, Rússia, Turquia e (em sua qualidade de dirigentes da Índia) Grã-Bretanha reivindicavam esse título. Dois deles (Alemanha e Grã-Bretanha/Índia) eram inovações dos anos de 1870. Eles mais do que compensaram o desaparecimento do ‘Segundo Império de Napoleão’ III, da França. Fora da Europa, os dirigentes da China, Japão, Pérsia e – talvez com maior cortesia diplomática internacional – Marrocos e Etiópia eram normalmente autorizados a usarem esse título, ao passo que, até 1889, sobreviveu um imperador americano, o do Brasil (Hobsbawn, 2005, p. 88).

O autor, em sua análise, disserta sobre a contradição entre o discurso e a prática utilizada como método para a expansão das práticas imperialistas. De um lado, era concebida a convicção da industrialização e da urbanização como a única eficaz para solucionar os problemas ou atrasos do passado. Do outro lado, governos autoritários ou imperialistas (até mesmo de ambas as maneiras) utilizavam esses princípios para reorientar os seus governos, mantendo-se no poder, sustentando os privilégios dos grupos dominantes e conservando as desigualdades.

Mesmo sem abordar o contexto brasileiro, Hobsbawn aponta (a meu ver, ironicamente) para a influência do capitalismo industrial-imperialista na política do governo de D. Pedro II. Ainda dentro dessa conjuntura internacional, pode-se, a partir do uso do seu referencial, estabelecer diálogos entre as disputas locais e os interesses edificados com o intuito de alinhar o Brasil, durante os anos finais do século XIX, às transformações e aos ideais de progresso que ocorriam no mundo imperialista, nas formas de governo e na maneira de idealizar a sociedade capitalista industrial.

Entretanto, analisamos que, a despeito de os fatos externos exercerem uma forte influência no cenário nacional, as disputas locais exprimiram a tônica das análises referentes à nossa conjuntura; ou seja, o contexto internacional foi fundamental, porém, isoladamente, não pode ser entendido como capaz de traduzir todas as demandas sem que haja um diagnóstico profundo sobre os pleitos e reivindicações das demais camadas sociais.

Através desse entendimento, verifica-se que a política local, tratando-se da Vila de Iguassú, interagiu com a política imperial (em seguida, republicana), e ambas integravam-se, consoante às escalas de poder e de interesses de seus sujeitos, com os acontecimentos mundiais. Lembrando que, condizente com os debates do primeiro capítulo, o projeto ferroviário no Brasil foi marcado por diversas disputas que envolveram diferentes atores, entre eles populares e aristocratas, que buscavam, de alguma maneira, amealhar possíveis benesses em troca da condução do traçado, das obras das estradas de ferro, da localização das

estações ou, tão somente, de uma visita — mesmo que de passagem — do Imperador e membros da Corte.

O dinamismo existente entre o conflito de interesses definia a configuração da sociedade iguassuana. Na segunda metade do século XIX, enquanto o governo imperial e setores privados tomavam as primeiras medidas de posicionamento aos fundamentos internacionais (urbanização, fábricas, ferrovias, capital financeiro), mantinham-se as bases coloniais (latifúndio, monocultura e escravidão). Esse conservadorismo pode ser entendido como um dos fatores utilizados para explicar como as relações entre o rural e o urbano se imbricavam na realidade de Iguassú.

As políticas centrais (imperiais e de política externa), como a adoção das concepções do capitalismo industrial, bem como as legislações abolicionistas e de instrução pública, indicavam a intencionalidade política de instituir medidas de natureza popular ou visando satisfazer as determinações diplomáticas internacionais. Desse modo, a legislação funcionava, na prática, como uma sucessão de propostas que não promoviam a liberdade definitiva dos/as cativos/as. A própria Lei Áurea, de 1888, não previa medidas de inclusão dos/as escravizados/as, entre elas o direito à terra, à moradia, ao emprego e à educação.

Esse cenário complexo permite entender como as populações periféricas e escravizadas interagiam com as populações que viviam nos núcleos centrais. Esses territórios encontravam-se em amplo processo de urbanização; suas fundações e seu crescimento foram marcantes entre os anos finais dos oitocentos e o início dos novecentos, pois foram resultado das políticas imperiais, que eram trajadas de princípios progressistas, mas que impediam qualquer tipo de equidade social, sustentando o *status quo* das classes dominantes, representadas pelas oligarquias brancas, de ascendência europeia, acirrando as lutas e mobilizações de setores pertencentes às classes populares.

A diversidade de ocupação, assim como a distribuição de escravos entre elas, denota a existência de serviços do setor urbano e do setor rural: lavradores, assalariados e jornaleiros, serviço doméstico, costureiras, pedreiros, entre outros (Dias, 2014, p. 365).

Os dados estatísticos da época, ainda que carentes de informações mais detalhadas, pois, até a abolição limitava-se, praticamente, a contabilizar de um lado a população livre e de outra a população escravizada, sinalizava a tendência de aumento da população das cidades, bem como a diminuição de cativos/as, principalmente, quando comparada à proporção de habitantes libertos/as e escravos/as contabilizados/as até a primeira metade do século XIX.

Nessa perspectiva, a presença da população de origem negra (pretos e pardos) era visível nos mais variados espaços. Entretanto, cabe ressaltar que os critérios de identidade necessitam de um aprofundamento, isto é, estar presente não significava que o sujeito de pele preta ou descendente de família africana escravizada estivesse engajado com as causas abolicionistas e para serem aceitos ou transitarem em espaços de poder era necessário negar a própria raça, a própria família e até mesmo a própria ancestralidade. Apesar desta constatação, a presença de mulheres e homens afrodescendentes nos mais diversos espaços, segundo as especificidades, era marcante na sociedade e fundamental para a compreensão dos processos desenvolvimento e implementação de políticas públicas, as quais assinalaram a transição do século XIX para o XX, tal como do Império para a República.

Os primeiros anos do governo republicano foram emblemáticos para a evolução da concepção de progresso que se buscava introduzir no imaginário da sociedade brasileira. O discurso de superação do passado era uma ideia comum e necessária para a sustentação da nova política. Como exemplo desse ajustamento entre idealização do discurso e a materialização das diretrizes podem ser lembrados dois atos políticos: o primeiro foi a transferência administrativa da ‘antiga’ sede localizada na Vila de Iguassú para Maxambomba, em 1891, uma vez que a primeira encontrava-se em condições de decadência e a atual em plena expansão promovida pelo ‘novo’ modelo de sociedade (urbano-industrial); o segundo caso, em 1916, quando o município foi rebatizado como o nome de ‘Nova’ Iguaçu. A mudança na grafia ocorreu de maneira intencional e simbolicamente amparada nos diversos movimentos culturais e acadêmicos do período, como a mudança ortográfica da nossa língua, de um português arcaico para uma que fosse capaz de “harmonizar a ortografia com a portuguesa”³² (Xavier, 2010, p. 176). Esse fato comprova que o pensamento político local estava estritamente afinado com os múltiplos projetos que possuíam como motes o abandono do passado e a adoção de futuro, sem que houvesse uma ruptura de classe, impossibilitando as mobilizações que pudessem culminar em atos de caráter revolucionário.

O mosaico da população iguessuana demonstra como o cotidiano do pós-abolição se estruturou entre as camadas sociais. Mesmo antes da liberdade prevista pela Lei Áurea, o povo negro era bastante expressivo e correspondia a mais da metade dos habitantes. O número de quilombos, mocambos, comunidades de senzalas, negros/as libertos/as era tão significativo

³² “Em 1910, com a Implantação da República em Portugal, foi nomeada uma Comissão para estabelecer uma ortografia simplificada e uniforme de modo a ser usada nas publicações oficiais e no ensino. Um ano depois, dá-se a Primeira Reforma Ortográfica, com esse objectivo de uniformizar e simplificar a escrita de algumas formas gráficas (...)” (Xavier, 2010, p. 176).

que nem mesmo o censo do final do século XIX e os seguintes foram capazes de esconder ou soterrar a presença do povo descendente de africanos/as no dia a dia.

Essa conexão foi fundamental para a análise da presença de pessoas negras como parte integrante (conforme as especificidades das escalas de poder exercida por cada sujeito, família e/ou grupo) dos múltiplos espaços presentes na sociedade (iguassuana até 1916, e iguaçuana a partir desta data). Entre estes espaços, os escolares refletiam categoricamente esta dinâmica sócio-interacional, pois o interesse era ‘modernizar’, segundo o discurso, tudo o que fosse possível para fixar os preceitos de progresso defendidos pelo alvorecer da República. Havia a preocupação de instruir a população sem que esta auferisse a capacidade revolucionária ou que fosse capacitada para competir, em pé de igualdade, contra as classes dominantes face aos postos de destaque no mercado de trabalho.

Dias (2014) destaca um acentuado número de estudantes, até mesmo professores e professoras (estes e estas em menor proporção, pois representavam uma profissional intelectualizada e de exercício de poder) negros e negras em escolas primárias espalhadas pelo território de Nova Iguaçu.

Portanto, a partir dos estudos que caracterizam o perfil populacional do município desde meados do século XIX até as primeiras décadas republicanas, e considerando a diversidade de atividades de ocupação na região, que exerciam tanto uma função urbana quanto rurais de bastante dinamismo, é possível sustentar que, naquelas fotografias e naquelas escolas, estiveram presentes egressos do cativeiro e seus descendentes, migrados de regiões do Vale do Paraíba ou que já habitavam em Nova Iguaçu, os descendentes da população dos libertos, os filhos de imigrantes europeus, nordestinos, mineiros. Acrescentem-se os filhos descendentes de quilombolas, de taberneiros, dos jornaleiros, dos barraqueiros, das comunidades de senzala, das mulheres que lidavam com o trabalho doméstico, dos apanhadores de laranja, dos embaladores e artesãos da caixa de acondicionamento do fruto (Dias, 2014, p. 368-369).

Os aspectos estritamente rurais, que marcaram as atividades socioeconômicas iguaçuanas do século XVI até meados do século XIX foram, a partir da segunda metade dos novecentos, dando espaços e/ou recebendo elementos característicos das sociedades urbano-industriais das nações ocidentais. Ao passo em que a presença do capitalismo industrial fixava a relação entre o campo e as cidades que surgiam ou cresciam, assumiam as especificidades urbanocêntricas e mantinham as tradições do campesinato. Novas profissões e ocupações passaram a fazer parte do cotidiano societário e houve a necessidade de preencher estes postos laborais com profissionais tanto para os cargos carentes de uma maior formação quanto daqueles que não exigissem qualquer tipo de instrução. A cidade e campo interligavam-se e

atraíam uma massa de pessoas que buscava e disputava, além de um lugar de moradia, uma função dentro do mercado de trabalho.

Cabe lembrar que grande parte desta população, especialmente os egressos da escravidão e mais pobres, era forçada a exercer as atividades laborais à escravidão, como a agricultura e os serviços de casa. Ainda entre as profissões mais voltadas à rotina urbana, as camadas mais populares desempenhavam as funções de prestação de serviço, possível de ser realizada tanto no campo quanto na cidade, personificando e acentuando a correlação de forças entre o rural e o urbano (Dias, 2014).

Em meio a este contexto, os espaços escolares estavam em constante disputa numa preocupação por meio da política pública da época em promover a escolarização como uma medida de alcance do ideal de ‘progresso’ numa conjuntura (social, política, econômica e cultural) ‘atrasada’, a qual, mesmo ajustada ao capitalismo industrial, mantinha como base a estrutura escravagista e agroexportadora de monocultura. Este princípio, em Nova Iguaçu, foi utilizado como símbolo de poder através da citricultura.

O cultivo da laranja, durante as primeiras décadas do século XX foi utilizado como propaganda de prosperidade e de progresso. O fruto era utilizado como novidade, pois representava a adoção de uma espécie frutífera, praticamente, exclusiva da região, e atípica no restante do país. Mesmo tratando-se de uma atividade tradicional, a monocultura dos laranjais foi utilizada com a intenção de ‘frutificação’ de novos tempos, uma vez que advinha na carona dos trilhos da locomotiva (a antiga Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em 29 de março de 1858 e atual Central do Brasil, rebatizada no dia 22 de novembro de 1889, sete dias após a Proclamação da República), na mesma velocidade com que a República atropelava o ‘atraso’ do Império e em que os laranjais cresciam e substituíam, na região, a crise deixada pela rudimentar produção cafeeira, deslocava-se do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, para o Oeste Paulista.

Nesse projeto republicano de poder havia o esforço tácito em substituir marcas do passado imperial através da adoção e ressignificação de símbolos, bem como a promulgação de leis e decretos que fossem vitais para a construção de um imaginário coletivo formando uma memória coletiva capaz de contribuir com a legitimação dos preceitos republicanos.

José Murilo de Carvalho, na obra intitulada ‘A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil’, aborda as diversas discussões acerca da proclamação da República, os impasses simbólicos provenientes das disputas pela criação e construção do imaginário social

da nação. Entretanto, tal propósito encontrava inúmeras barreiras como o próprio autor aponta.

Substituir um governo e construir uma nação, esta era a tarefa que os republicanos tinham de enfrentar. Eles a enfrentaram de maneira diversificada, de acordo com a visão que cada grupo tinha da solução desejada (Carvalho, 1990, p. 24).

A proporção continental do território brasileiro, somada a incontáveis fatores como as desigualdades regionais, sociais, culturais e econômicas eram prenúncio de como a implementação de um projeto de nação carecia da conjunção de incontáveis interesses os quais se alinhassem à vontade de cada grupo numa sociedade complexa “além de ter surgido em uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, a República brasileira foi proclamada em um momento de intensa especulação financeira” (Carvalho, 1990, p. 29).

Esse cenário de escala nacional teve reflexos nas escalas e no cotidiano da região periférica de Nova Iguaçu. A construção simbólica foi um fator preponderante utilizado pelos grupos político-econômicos locais para viabilizarem os seus projetos de poder e governança. Aproveitando a carona das desigualdades, das crises que se sucediam e da necessidade de controlar as massas populares que buscavam trabalho e/ou residência nas proximidades dos centros urbanos, diversos grupos passaram a disputar ainda mais, não só os projetos, como os símbolos, a construção das memórias e, com isso, os espaços do território iguaçuano onde seus habitantes “experimentaram um cenário em que se buscou articular e revestir urbano e rural de caráter do moderno, do novo, do progresso, para a manutenção de antigas formas de hegemonia” (Dias, 2014, p. 369).

A escolarização representou, neste sentido, um desses projetos que visava estabelecer de um lado o controle dos grupos dominantes, mas de outro apresentava as numerosas resistências dos representantes das camadas populares. Os processos apresentados resultaram em medidas que convergiam com algum tipo interesse, ganho ou benefício que algum programa pudesse proporcionar.

Na confluência entre a lavoura e as letras, os projetos de poder em disputa entre grupos da sociedade local correlacionaram o desenvolvimento da citricultura com a introdução de ‘melhoramentos urbanos’, principalmente no distrito-sede, núcleo administrativo do município. A instrução era um desses equipamentos que, pela ótica dos grupos locais, representava, significava, projetava, atribuía visibilidade ao ‘progresso’ decorrente da lavoura, para qual, portanto deveriam convergir todos os interesses e medidas que a favorecessem (Dias, 2014, p. 370).

A escolarização na cidade representou um desses projetos que visava estabelecer de um lado o controle dos grupos dominantes, mas de outro apresentava as numerosas resistências dos representantes das camadas populares. Os processos apresentados resultaram em medidas que convergiam com algum tipo interesse, ganho ou benefício que algum programa pudesse proporcionar.

As obras de melhoramento do porto eram vistas, portanto, como a ‘base do sistema’, devendo, além do ‘saneamento’, aumentar o ‘comércio’, a ‘arrecadação das nossas rendas’ e as ‘condições de trabalho’, maneira como se refere à necessidade de resgatar a imagem da cidade (...) (Azevedo, 2011, p. 13).

A tendência ditada pela política federal de investir capital em obras de infraestrutura visando ao desenvolvimento econômico e solucionar os problemas de reordenamento urbano e salubres, logo de higiene, foram se capilarizando nas regiões periféricas do Brasil. No município de Nova Iguaçu, esta campanha tinha os seguintes objetivos: estabelecer o desenvolvimento econômico, a partir da melhoria das condições sanitárias, introdução de escolas nas áreas rurais, uma vez que a maioria do território iguaçuano era formado por territórios agrários.

A cobrança por tomadas de decisão de políticas públicas que impactassem o cotidiano da vida rural passou a receber investimento, uma espécie de cruzada propagandista na qual diversos veículos e órgãos de imprensa, como os jornais, passaram a propagandear e/ou cobrar dos governos, de suas esferas e de seus representantes a implementação de medidas que garantissem empregabilidade e renda.

Sob esta ótica, aumentar o cultivo derivava prosperidade para o produtor, para os consumidores e para as finanças nacionais. Transformar a ‘questão agrária’, os problemas e interesses dos proprietários rurais, em problema de interesse ‘nacional’, resultava exigir o empenho e as finanças dos governos, das agências de Estado, e da própria população no desenvolvimento da atividade (Dias, 2014-b, p. 97).

Amália Dias destaca a importância da utilização dos veículos de imprensa da época para a difusão dos ideais de higiene e instrução em Nova Iguaçu. A autora lembra que a produção agrícola do Rio de Janeiro havia entrado em crise na medida em que a produção cafeeira, proeminente durante o século XIX no Estado, sofria com o deslocamento para São Paulo, bem como a perda de mão de obra (escravizada até 1888 e imigrante após a abolição) que se deslocava e concentrava na região do Oeste Paulista. Ressignificar a produção agrícola, dando a ela uma roupagem de modernidade e de progresso, foi a fórmula utilizada para se

ajustar ao pensamento da política federal e atrair investimento e mão de obra ao município. Os noticiários dos veículos jornalísticos, dentre os quais se destacava o *Correio da Lavoura*³³, serviam para reverberar o pensamento dos intelectuais locais sobre os mais diversificados temas do cotidiano da cidade.

Dentre as questões debatidas pela classe política, intelectuais e demais membros da sociedade civil iguaçuana estavam as questões rurais. Garantir a lavoura, bem como a sua estrutura (terras agricultáveis, manejo, mão de obra, lucro, poder e disputa) eram fundamentais tanto para os proprietários como para os/as camponeses/as. Desta maneira, os artigos do jornal serviram como espaço de discussão de diversas temáticas ligadas à propaganda ruralista de higienização e à instrução do campo.

Além de escasso, este trabalhador também não era produtivo. Isto porque era afanado de suas potencialidades devido às doenças contraídas, à falta de estrutura sanitária adequada e à presença majoritária do analfabetismo na população. Em consonância com outros discursos vigentes, emanados de diversos setores sociais, até urbanos, era preciso reformar este brasileiro em suas condições físicas e cognitivas. Pelas ideias estabelecidas, tanto o trabalhador rural quanto a lavoura estavam abandonados pelos poderes públicos, o que resultava na ‘crise’ e no ‘atraso’ da agricultura (Dias, 2014-b, p. 101).

Observa-se a intencionalidade manifestada pelo discurso em que culpabiliza a crise política e, principalmente, econômica, relacionada à precariedade das populações mais carentes, ou seja, as doenças, o analfabetismo, a pobreza, o atraso. Assim, a crise, em que se encontrava a sociedade, era ocasionada pelos problemas presentes na realidade das classes mais empobrecidas como se o descaso fosse o único fator responsável por esta conjuntura geradora de desigualdades.

Pela higiene, pelo saneamento e pela instrução argumentava-se favorecer uma população rural em situação de ‘abandono’, ‘atrasada’, a fim de inseri-la em um projeto de ordenação do campo que interessava à manutenção da dominação dos setores agrários e de suas atividades econômicas (...) (Dias, 2014-b, p. 103).

³³ Jornal Fundado em Nova Iguaçu, no ano de 1917, pelo capitão Silvino de Azeredo. Segundo Dias (2014-b): Coutinho tinha a idade de 58 anos e uma trajetória intelectual relevante. Notas biográficas esparsas, comentários e homenagens feitos por colaboradores do jornal revelam parte de seu percurso, que passou por diversas instituições de ensino e de formação profissional. No efervescente período político da década de 1880, Silvino circulava pelo Rio de Janeiro, ensinando matemática no Liceu Literário Português e trabalhando na revisão do *Diário do Brasil*, fundado e dirigido pelo deputado Antônio Alves de Sousa Carvalho. Segundo Lusirene Ferreira (2010), o *Diário do Brasil* era fortemente conservador, antiabolicionista e representava os interesses dos fazendeiros. Silvino de Azeredo também lecionou na Escola Pública em Paty de Alferes por volta de 1891, onde, já casado, dedicou-se à hotelaria e ao ramo de secos e molhados em Tatuí. Em 1904 tornou-se funcionário da Alfândega e voltou ao Rio de Janeiro, estabelecendo-se, em 1908, em um sítio em Maxambomba, sede administrativa do município de Iguaçu (Dias, 2014-b, p. 92).

A higiene e a instrução do campo adquiriram o status de fórmula para curar as chagas suscitadas pelo abandono e pelo atraso mas, na realidade, revelavam o proveito dos setores dominantes da terra com os ganhos através do aumento da produtividade proveniente dos investimentos governamentais (federal, estadual e municipal).

Essa concepção, pensada durante a política republicana dos primeiros anos do século XX, perpassou a década de 1930 e ganhou força devido à administração intervencionista e autoritária do governo do presidente Getúlio Vargas. O modelo republicano-autoritário resultou no impulso da valorização de medidas que reafirmassem a imagem do progresso. No fundo, um projeto de poder que almejava a urbanização sem abrir mão do controle sobre a população do campo.

Sobre essa perspectiva de desenvolvimento de métodos de ensino voltadas aos sujeitos do campo, Amália Dias (2014-b) apresenta um trecho da cartilha escrita por Renato S. Fleury³⁴ ao Correio da Lavoura no qual tece duras críticas ao modelo educacional implementado pelo governo aos sujeitos do meio rural. O intelectual defendia que “seriam necessários saneamento rural, facilitação de transportes e comunicação, renovação dos processos de trabalho agrário, além de polycultura, reflorestamento, cooperativismo, indústrias, agrícolas e pastoris” (*Ibid.*, p. 103). Na sua visão, o ‘Ruralismo’, como havia denominado no artigo, seria a forma ideal para contrapor-se ao ‘Urbanismo’ e isso só seria possível através da ‘Educação Rural’ que fosse “capaz de orientar exclusivamente para as actividades campestinas” (*Ibid.*, p. 103).

As décadas de 1920 e 1930 foram marcantes para os debates educacionais. Contrariando o momento em que os representantes dos órgãos governamentais favoráveis às concepções higienistas e todos os seus desdobramentos como o da instrução fundamentavam os seus arcabouços teórico-metodológicos na busca pela padronização da formação dos/as brasileiros/as. Surgiam e se fortaleciam correntes ideológicas opostas aos projetos instituídos pelo poder público que reivindicavam a garantia de direitos através da mobilização social.

Os projetos higienistas seguiam regras de uma limpeza étnico-cultural de caráter eugenista. Esse pensamento de fundamentação racista e segregacionista tem como princípios estabelecer um reordenamento social a partir da seletividade de raças, em especial a branca, de origem europeia, sobre as demais que compunham a sociedade.

³⁴ Em 1936, Renato S. Fleury, autor da Cartilha Rural de Alfabetização, lançada no ano anterior, publicava no Correio da Lavoura o artigo ‘Que é ruralismo’. Defendia que a educação da infância deveria ter sentido ‘marcadamente ruralista’ (Dias, 2014-b, p. 103).

O ideário eugenista parece ter influenciado muito algumas áreas, nas quais as ideias de organização e formação de mão de obra eram essenciais, como a área industrial. Os conhecimentos higienistas eram importantes para a "construção" de um *operário padrão*, cuja formação precisava ser minuciosamente elaborada para que toda sua vida estivesse orientada em função da fábrica (Gioppo, 1996, p. 169).

Como vimos, o discurso de modernidade trazido pelo ambiente fabril influenciou diretamente as decisões políticas de regiões predominantemente agrícolas. Em Nova Iguaçu, o ‘operário padrão’, descrito acima, foi inserido no imaginário e no contexto rural como propaganda de progresso e modernidade, mas que serviu para acentuar as desigualdades e explorações. O/A operário/a, no Brasil e em Iguaçu, não era apenas aquele/a que manuseava as máquinas e, sim, que executava todo tipo de serviço, sobretudo o braçal.

A higienização, segundo Gioppo (1996), seguia esta orientação, mesmo não trazendo um enunciado diretamente eugenista. O embasamento científico e os estudos utilizados pelos seus adeptos serviram para ratificar as teses sobre a importância da higiene, em especial das populações mais pobres e periféricas, lembrando que esta era composta, majoritariamente, por pessoas negras (pretas e pardas) egressas da escravidão.

A higienização foi o principal argumento para iniciar esta disciplinarização, que pretendia mudar hábitos e moldar o operário para o seu espaço de trabalho, enfim, criar uma nova mentalidade, a higienização, ou higiene, foi o sinônimo, o termo substitutivo encontrado para a eugenia (*Ibid.*, p. 169).

Modelar e padronizar os seres humanos e seus ambientes, criando uma mentalidade, bem como uma ordem a ser seguida, não era uma novidade no contexto da formação social do Brasil. Nessas condições, a utilização de espaços coletivos era primordial para estabelecer o controle social. Com o avanço da educação, a instrução e a higiene da classe trabalhadora formaram um par perfeito na manutenção do *status quo* social em que as oligarquias rurais mantinham o controle. O ensino foi, durante as duas primeiras décadas do século XX, essencial para a construção da mentalidade republicana agrária e de uma presumível democracia sociorracial. Na década de 1930, a expansão da industrialização instituída por Vargas, aprofundou estes aspectos, visando à segregação e ao racismo (tentando ocultá-lo através da negação) e, assim, “isolar o pobre com o intuito de separá-lo das elites (...)” (Gioppo, 1996, p. 171).

Se de um lado existiam correntes de pensamento eugenistas que utilizavam conceitos científicos higienistas para o embasamento das medidas políticas, do outro lado havia movimentos que seguiam concepções antagônicas e que buscavam reverter o sentido da

implementação das políticas públicas. Como visto anteriormente, diversas correntes tanto populares quanto político-intelectuais defendiam maneiras alternativas de elaboração e execução das leis, ou seja, que não fossem orientadas apenas no sentido *stricto*, tecnicista e produtor de mão de obra. No caso específico das medidas voltadas à escolarização, este discurso era defendido e debatido por setores da sociedade civil (intelectuais, políticos, universidades, imprensa e movimentos sociais) ao passo que a República se estabelecia como forma de governo no Brasil.

3 CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA

A transição do final do século XIX para o século XX acentuou ainda mais os embates e as desigualdades sociais no Brasil pois, com o fim da escravidão, as classes dominantes necessitavam reconfigurar e pôr em prática as novas medidas segregacionistas que substituíssem a escravidão. Somado a este contexto, ocorria uma difusão dos princípios que

embasavam a luta da classe operária que surgia, mesmo que incipiente, com o investimento na industrialização e como forma de enfrentamento pela garantia de direitos.

Em termos gerais, cabe observar que o desenvolvimento do movimento operário nesse período se deu sob a égide das ideias socialistas, na década de 1890, anarquistas (libertárias) nas duas primeiras décadas do século XX, e comunistas, na década de 1920 (Saviani, 2008, p. 181-182).

Esse recorte temporal simbolizou a implementação da concepção de progresso, mas também evidencia a adoção dos ideais que inspiraram diversas classes, principalmente o operariado urbano e setores rurais na prática das medidas e mobilizações nos decênios iniciais da primeira metade do século XX. Os anarquistas propunham a adoção de novas práticas e formatos tanto de trabalho quanto de ensino para a classe operária para que tivessem sentido e atendessem as necessidades do operariado. Defendiam a gestão da escolarização desvinculada das intervenções estatais.

Sendo assim, quando o movimento anarquista, entre 1910 e 1922, assume a condição de principal força da classe trabalhadora, a concepção alternativa de educação dos trabalhadores passa a ter então uma nova orientação, constituindo-se no enfrentamento em contraposição ao Estado, ao capital e à Igreja. Os anarquistas passam a desenvolver práticas pedagógicas profundamente associadas às suas propostas de autogestão e liberdade, no seu entendimento, elementos centrais para organização da nova sociedade (Verdério; Borges; Silva, 2012, p. 4-5).

Essa forma alternativa de adoção de práticas pedagógicas de natureza libertária refletia a maneira como o Estado impunha repressivamente as regras em aliança com outras instituições como a Igreja e o Empresariado sobre a classe trabalhadora ou se omitia a ponto de desamparar as populações mais pobres e periféricas. Com isso, o discurso anarquista firmou-se e fomentou a sua organização sindical.

Esses preceitos ganharam força com o avanço dos ideais comunistas. A fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, nutriu ainda mais os anseios da luta de classes pela conquista de direitos sociais.

Após a Revolução Russa, de 1917, os princípios comunistas foram se espalhando por diversos países. No Brasil, o cenário foi propício para a propagação dos ideais que tinham a organização de um Estado administrado pela classe operária e a extinção do capitalismo burguês. Dessa forma, o movimento operário brasileiro se rearticula junto ao PCB e passa a discutir as demandas do proletariado como o acesso à educação.

Apesar das divergências existentes entre socialistas (queriam formar um Estado do proletariado) e anarquistas (defendiam o fim imediato do Estado), ambos defendiam a união da classe, o que servia para a formulação de ideias e a organização social da classe em torno de temáticas comuns.

(...) os partidos políticos vinculados à luta da classe operária passam a defender o ensino popular gratuito, laico e técnico-profissional, reivindicando e fazendo a luta política pelo ensino público, com críticas contundentes à inoperância estatal, no que se refere à instrução das classes populares, articulando suas forças para a constituição de escolas operárias e de bibliotecas populares. Já para as tendências libertárias, que se expressavam pelas correntes anarquistas e anarcossindicalistas, a educação ocupava posição central (Verdério; Borges; Silva, 2012, p. 4).

A educação popular passou a ser defendida e a tese da viabilização de metodologias e escolas voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras, tanto da cidade quanto do campo tornou-se um consenso para aqueles/as que pensavam o ensino para além da formação tecnicista e de mão de obra para a indústria ou para a agricultura. Há, ainda, neste discurso, um tema bastante importante para se problematizar: a ênfase na defesa de políticas voltadas à implementação do ensino público e gratuito. Vimos que era comum a atividade de ensino privado que visava ao lucro em face da omissão e da ausência do Estado.

A campanha pela educação disputava espaço em diversas frentes, uma vez que se tratava de um período efervescente de ideais. Movimentos que não possuíam vieses estritamente anarquistas ou socialistas faziam coro contrariando a administração republicana e a sua ênfase na adoção de políticas carregadas de princípios de modernidade, mas que serviam na realidade para manter na prática a velha tradição.

3.1 Educação Popular: os caminhos de um processo revolucionário de educação no Brasil

As correntes em torno da cobrança por políticas voltadas à garantia de ensino à população culminaram, em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O documento escrito por intelectuais, durante o segundo ano da junta provisória liderada por Getúlio Vargas, que havia ascendido ao poder em 1930 por meio de um golpe de Estado, tinha como prerrogativa propor a implementação de um modelo de escola que fosse

totalmente pública, gratuita, sem distinção de gênero, laica, universal e obrigatória. Desta maneira, homens e mulheres teriam igualdade de aprendizagem e oportunidades sociais com a extinção dos privilégios de gênero, raça e sociais.

O modelo proposto pelo Estado Varguista permanecia sistematizado pelos processos vigentes de educação. Entretanto, setores da sociedade, tanto das classes trabalhadoras quanto das classes altas e médias urbanas, criticavam o governo, de caráter autoritarista e populista, exigindo espaço dentro da nova política. Esta conjuntura contribuiu com a evolução dos ideais de grupos de intelectuais defensores do pensamento escolanovista.

Contudo, os liberais, dentre eles os Pioneiros da Educação Nova, consideravam que as desigualdades não eram consequência da lógica de organização do modo de produção capitalista, mas estavam atreladas à esfera política e à esfera cultural. Compreendiam que a desigualdade era fruto da distribuição diferenciada de poder e da distribuição desigual das oportunidades educacionais. Sendo estas responsáveis pelas desigualdades sociais, de distribuição de renda e riqueza (Verdério; Borges; Silva, 2012, p. 2).

O projeto de Escola Nova seguia uma perspectiva liberal, por isso, diferentemente das concepções socialistas e anarquistas não previam uma mudança ou ruptura social, mesmo defendendo um maior investimento público na educação. Esta não teria a capacidade de estabelecer uma nova ordem, ao contrário, a ideia da modernidade dar-se-ia a partir da sustentabilidade de “uma força capaz de sedimentar valores culturais que dão coesão ao tecido social no sentido de manutenção da ordem” (*Ibid.*, p. 2).

No entanto, é necessária uma reflexão sobre o contexto histórico no qual estão inseridos os/as intelectuais da Escola Nova. Os anos 1920 e as reformas educacionais realizadas por tais atores foram fundamentais para sedimentar as bases da expansão da oferta de escolas nas diferentes regiões do país. Não cabe desprezar as contribuições de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e outros/as educadores/as por serem liberais e, diga-se de passagem, liberais progressistas que enfrentaram o Estado Novo e tiveram que conviver com o exílio.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova contribuiu para a transformação educacional e deve ser inserido como parceiro dos pensamentos anarquistas e socialistas no tocante ao direito à educação das classes populares e de todos/as excluídos/as.

A Educação Popular, segundo Paludo (2001), emergiu destas interações sociais que disputavam espaço nos mais diversos contextos.

(...) a concepção de Educação Popular emergente vai ter um outro direcionamento. Tratava-se, agora, de ir além da luta empreendida pelos socialistas pela escola pública, universal, laica e gratuita e lutar pela escola ‘unitária’, ou seja, por uma mesma forma de ensino para todos. Igualmente, não se tratava mais de lutar pelo ensino técnico-profissional, e sim para entender e implementar a união do ‘ensino com o trabalho produtivo’, pela ‘formação politécnica’ e pela administração das escolas com participação dos trabalhadores (*Ibid.*, p. 84).

A luta pela oferta da educação pública e gratuita era um dos pontos de convergência entre as mais distintas visões, todavia, a implementação, bem como a oferta de maneira universal era barreira a ser derrubada ou transposta, pois os grupos detentores do poder e representantes do Estado estavam interessados na manutenção de seus privilégios.

Percebe-se que, de alguma forma, essas práticas já associavam a educação escolar ou extra-escolar informal, não-formal ou alternativa com muitas das discussões sobre as quais se debruçam os estudiosos e a sociedade hoje. Por exemplo, a educação era associada aos delineamentos do projeto de sociedade que orientava a intervenção teórico-prática dos agentes de mediação; à esfera do trabalho; à melhoria da qualidade de vida; à dimensão organizativa dos trabalhadores; à ação social reivindicatória e/ou transformadora das classes subalternas; à instrução; à necessidade de mudanças na esfera da política e da economia, além da cultural; aos métodos de ensino; à formação humana e com a possibilidade de construção de uma sociedade onde, além da liberdade, se tivesse justiça social. Enfim, a construção de um projeto de sociedade que se diferenciava daquele que ia se firmando (*Ibid.*, p. 86).

A melhoria da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil, através da educação, adquiriu um novo rumo. Sujeitos outrora invisibilizados pela estrutura vigente conquistaram espaço dentro dos discursos e das ações políticas. A universalização do ensino, a sua gratuidade e a oferta pública feita pelo Estado estavam na pauta das reivindicações sociais. O operariado urbano e os/as trabalhadores/as do campo ocuparam parte significativa desses espaços educacionais graças às mobilizações que tinham o intuito de promover as bases estruturais para a transformação social.

A Educação Popular (que anos mais tarde servirá de embasamento filosófico-metodológico para as discussões acerca da Educação do Campo), surgia, naquele momento, como uma possibilidade de resistência de um projeto de sociedade com qual sejam edificadas as bases epistemológicas da classe trabalhadora, por meio da valorização de suas memórias e da cultura histórica dos povos que foram segregados e excluídos dos processos de construção da sociedade brasileira.

Esse contexto seguia uma tendência revolucionária que se consolidou durante o século XIX em várias nações da América Latina, marcando os movimentos de independência e as

mobilizações de classes pela luta e pela formulação das bases e modelos educativos para as populações das nações que emergiam.

Entretanto, a adoção de um modelo ‘ideal’ para os povos (conforme as suas particularidades territoriais e nacionais) manteve a conjuntura de disputas hegemônicas numa nova conjuntura mediante a heterogeneidade das sociedades. Em linhas gerais, as circunstâncias que se sucediam resultavam no surgimento de reformulações diante do cenário da luta de classes.

A História da Educação dirigida às classes populares na América Latina foi constituída por formas, modelos e agências de produção e execução de ideias, propostas metodológicas e práticas que não se sucedem ordenada e sistematicamente (uma delas para depois de cada ‘Conferência Internacional’). Ao contrário, a possibilidade de variações em um campo político de relações educativas está sempre aberta, mesmo sob regimes autoritários (Brandão; Assumpção, 2009, p. 40).

O cenário político adverso às camadas populares no Brasil serviu como alicerce para a busca e desenvolvimento de práticas educacionais que orientassem no sentido de solucionar os problemas referentes à educação como edificação de espaços escolares e a alfabetização num país que, durante as primeiras duas décadas do século passado, tinha um elevado índice de pessoas analfabetas.

Uma estatística publicada pelos EUA no período desenhava para o Brasil um índice de 85,2% de analfabetos, uma das proporções mais altas entre os inúmeros países estudados. Apenas após a Primeira Guerra Mundial, a partir de 1920, é que acontece entre nós o que se poderia chamar de uma ampla luta em favor de uma primeira educação popular (Brandão, 1986, p. 20).

O contexto socioeconômico brasileiro foi um dos fatores que contribuiu para a manutenção do distanciamento entre a classe dominante (detentora do capital) e a classe dominada (em geral, trabalhadora). Nesse cenário, o afastamento do ambiente escolar, sobretudo em razão da necessidade de trabalhar para sobreviver, afastava o/a cidadão/ã brasileiro/a, oriundo/a das camadas populares, dos exíguos espaços educativos existentes. Além da privação dos sistemas educacionais, as políticas públicas não eram pensadas numa lógica propedêutica de formação, mas, sim, na manutenção do *status quo* da lógica da classe dominante e do capital vigente.

O quantitativo populacional de analfabetos tornou-se uma preocupação dos governos (internacionais e nacionais) conforme as demandas do capital industrial requisitavam maiores exigências, por exemplo, de matéria-prima e mão de obra barata, como consequência da

abertura e ampliação de novos mercados. Com isso, a população brasileira, assim como outras nações da América Latina, sofreu com os efeitos das exigências do capital, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A reorganização do capital, no país, fez com que os agroexportadores passassem a investir os seus lucros nas indústrias e nos centros urbanos elevando a necessidade da ampliação da escolarização, mesmo que básica, visando à formação da massa operária a ser absorvida pelo patronato industrial.

O deslocamento do capital da agricultura para a indústria, da varanda das grandes fazendas para as janelas dos edifícios pioneiros; o surgimento de um empresariado progressista, se comparado com os senhores do café e da cana; a organização de grupos e partidos políticos de tendências liberais colocaram a questão da democratização da educação e da construção, através também de seus efeitos, de uma sociedade democrática, entre os principais temas do período (Brandão, 1986, p. 20-21).

Essa dinâmica gerou diversos movimentos em busca de um objetivo primordial: o combate ao analfabetismo. Esta campanha foi eleita, no imaginário coletivo da sociedade à época, como crucial no confronto contra a desigualdade social. O discurso possuía forte aderência social, pois, praticamente, todos os setores concordavam com a ideia de que a alfabetização da população resultaria na melhoria das condições do país.

Todavia, ter objetivos comuns não significaria resultados práticos, imediatos muito menos satisfatórios, pois as políticas públicas voltadas ao combate do analfabetismo seguiram as concepções e os princípios hegemônicos da classe dominante. Nessa perspectiva, diversos grupos rivalizavam-se por espaços. Tanto os grupos detentores dos poderes político-econômicos quanto os que representavam os setores das classes populares, estes requeriam para si a execução de um modelo em que o ideal de sociedade ou grupo abarcasse as suas especificidades (cabe destacar que o modelo dominante, regularmente, defendia a padronização dos sistemas, incluindo o educacional).

Assim, ao contrário do que parece acontecer, a dinâmica das relações entre diferentes modelos não se dá pela superação pura e simples de alguns em favor de outros, ou em função da produção de uma nova hegemonia educativa. A regra é a coexistência de modelos tradicionais, hegemônicos e emergentes (Brandão; Assumpção, 2009, p. 40).

Essa coexistência de forças e interesses foi essencial para o desenvolvimento da educação popular haja vista que a representação da luta de classes fomentava a mobilização de pessoas e grupos que pertenciam aos mais diversos setores sociais. Como a temática era tida como socialmente consensual, enfrentar o analfabetismo representava combater em favor

de uma causa ampla e justa, a educação do povo brasileiro. Uma ‘luta pela educação’ é então dirigida ao ‘combate ao analfabetismo’ e à expansão imediata da rede escolar centralizada agora pelo governo republicano federal a todos, em todos os lugares (Brandão, 1986).

A erradicação do analfabetismo, bem como a formação educacional da população brasileira, nitidamente evidenciava um espaço de desigualdade existente na sociedade, impossível de ser ocultado, pois, além dos índices elevados de cidadãos e cidadãs não-alfabetizados/as (o que já era gravíssimo) havia uma ampla mobilização da própria classe (constituída de trabalhadores e trabalhadoras) em prol da ampliação da escola pública no Brasil. Aliada aos interesses não apenas econômicos mas, sobretudo sociais, as concepções filosóficas, entre elas as de princípios liberais, as quais estavam em voga durante as primeiras décadas do século XX, foram expressamente adotadas e propagadas, servindo de inspiração entre os/as intelectuais e acadêmicos/as, fundamentando o alicerce ideológico da formulação de políticas públicas voltadas tanto para a provocação das ações do Estado quanto para resposta dos anseios do povo.

Por uma crença que mesclava, entre nós, ideias liberais francesas com realizações sociais norte-americanas, e tinham as suas bases em dois princípios que se completavam. O primeiro: a educação escolar era não só um direito de todos os cidadãos, mas o meio mais imediato, justo e realizável de construção das bases de uma sociedade democrática. O segundo: modificações fundamentais nas formas e na qualidade da participação de inúmeros brasileiros, tanto na cultura quanto na vida econômica e política do país, eram uma condição fundamental para a melhoria dos indicadores de nossa situação de atraso e pobreza; a educação estendida a todos através de uma mesma escola: pública, laica e gratuita é um instrumento indispensável em tudo isto (*Ibid.*, p. 20-21).

A adoção dos princípios liberais foi fundamental, pois reforçava o discurso da obrigatoriedade governamental na elaboração de políticas públicas, bem como na preservação da laicidade do Estado. Contudo, a precariedade socioeconômica que afligia a população, o desinteresse político, o descomprometimento de agentes públicos, os interesses de grupos hegemônicos privados foram fatores determinantes para que a educação popular se enraizasse no seio comunitário dos sujeitos do povo, uma vez que as agendas dominantes não representavam e/ou não atendiam as demandas dos coletivos populares como, por exemplo, os pleitos camponeses.

Não é difícil verificar isto em áreas de ‘tensão social’, onde agências patronais ou oficiais multiplicam esforços para ‘organizar a comunidade’ contra iniciativas de mobilização política de setores das classes populares na comunidade. O poder de cooptar pessoas e grupos e reorganizá-los segundo os padrões da agência de educação é um dos principais indicadores da

diferença entre uma ação pedagógica hegemônica e um trabalho de educação popular (Brandão; Assumpção, 2009, p. 40).

Os conflitos sociais acabavam definindo o modelo e a intensidade com os quais as políticas públicas seriam aplicadas, ou seja, havia uma predileção na elaboração e execução de medidas que, muitas vezes, não saíam do papel, não alcançavam a população ou esvaziavam-se conforme a sua relevância. Esta espécie de vácuo institucional-estatal tornava-se propenso à ocupação por entes ou representantes (em geral, não-governamentais), de setores distintos (educadores, educadoras, lideranças comunitárias, partidos políticos e religiosos.), que buscavam a adoção de procedimentos educacionais e pedagógicas equivalentes a *práxis* dos seus determinados contextos.

Determinado por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, este campo de trabalho de diferentes tipos de agências e educadores diferencia formas e princípios sociais de articulação dos seus elementos. Diferentes agências concorrentes ou aliadas trazem para a educação do povo diferenças de intenções, ideias e projetos, que implicam formas de controle, promoção ou mobilização de grupos populares para fins diferentes, não raro, visivelmente, antagônicos (*Ibid.*, p. 40).

As diversidades configuraram as mobilizações sobre a composição das medidas pertinentes à educação da população brasileira. A educação popular e seus sujeitos afirmavam as desigualdades sociais e a necessidade de um programa amplo de ensino, o qual fosse capaz de atender a sociedade de maneira universal.

A ausência das ações estatais referentes à educação possibilitava a abertura de espaços amplos que impreterivelmente seriam ocupados por algum agente ou instituição articulado/a, ou não com as questões de uma dada coletividade, ou seja, a obrigatoriedade governamental passou a ser executada, em diversas regiões do país, por instituições religiosas, partidos políticos, associações sindicais de classes de trabalhadores/as e movimentos sociais tanto no campo quanto na cidade.

Essa feição de projeto de ensino expressava a falência do poder público no desenvolvimento de um programa educacional de nível nacional, ficando refém de projetos inspirados em modelos de interesses hegemônicos, capitalistas e higienistas ou de movimentação popular, desde que este alcançasse projeção, a ponto de ser reproduzido, adotado ou adequado aos grandes centros urbanos.

Para se contraporem à circunstância, que representava o avanço da produção fabril, os/as trabalhadores/as constataram que havia a necessidade de se organizarem.

Acompanhando a conjuntura as organizações sindicais, mesmo que embora houvesse um amplo controle estatal, previsto pela força da chamada Lei de Sindicalização, de março de

1931³⁵, se estabeleceram até a instauração do período estado-novista de Vargas em que as ações sindicais passaram a ser rigorosamente controladas.

A partir do Estado Novo (1937-1945), novos procedimentos são pensados em relação ao controle sindical. Nesse sentido, em 1939, visando consolidar ainda mais a estrutura sindical subordinada ao Estado, promulgou-se o Decreto-lei n. 1.402, que restaurava a unicidade sindical de 1931 e sepultava, formalmente, a pluralidade sindical presente na Carta de 1934 (embora tal pluralidade tivesse suas limitações) e também reforçou a estrutura sindical mediante a criação de federações regionais e confederações nacionais. Além de instituir o sindicato único por categoria profissional, esse Decreto, pela primeira vez, proibia explicitamente as greves e, ainda, concedia ao governo o direito de controlar as contas, as eleições e as atividades administrativas dos sindicatos (Batistela, 2015, p. 29).

A repressão imposta no Estado Novo, além de regular a atuação sindical, lançou à clandestinidade o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O poder coercitivo dos órgãos e instituições estatais aparelhava as estruturas (como as representações político-partidárias e as instituições militares) que eram utilizadas para reprimir os avanços progressistas, através da reestruturação de um sindicato único. Porém, ainda em meio à proibição, o partido não se desarticulou, sendo fundamental para o processo de redemocratização ocorrida com o término da Era Vargas.

Foi nesse universo, de retorno democrático, que surgiram as primeiras Ligas Camponesas em 1945, este sistema de associação civil ganhou forma com o apoio e a influência do PCB cujo objetivo era superar a exploração no campo a partir do acerto entre operários/as, camponeses/as e a burguesia nacional para sistematizar a luta contra o capitalismo e a inspirada superação do Estado burguês, via comunismo.

A aliança entre os/as trabalhadores/as rurais e o PCB sofreu algumas transformações devido ao retorno, por força do Estado, do partido à ilegalidade, forçando as Ligas Camponesas a se rearranjarem, sem, porém, deixarem de exercer o seu caráter insurgente. De fato, entre os anos de 1948 e 1954, com a manutenção dos conflitos fundiários, as experiências de lutas foram se sucedendo ao ponto de mobilizarem as práticas por diversas regiões do Brasil.

Entre os anos de 1948 e 1954, os conflitos se mantiveram constantes, consolidando a luta de classes à experiência da classe camponesa. Esse fator levou à existência de associações ligadas ou não ao PCB (então, na ilegalidade). Com isso, organizavam-se congressos rurais, que iniciavam um retorno às mobilizações e criavam um vocabulário comum de luta e

³⁵ Decreto nº. 19.770. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 set. 2024.

práticas de resistência. Em 1955, a Liga Camponesa renasce com a mobilização de um fundo mútuo de assistência médica, jurídica e funerária, em um período de “retorno à luta militante e à presença do PCB em Pernambuco” (Brito, 2015, p. 76).

A campanha bem-sucedida simbolizou tanto um avanço na luta pelo acesso à terra quanto um exemplo de redução das desigualdades fundiárias, econômicas e sociais, pois o evento, ocorrido em Pernambuco, serviu de inspiração para que outras ligas se articulassem frente às discrepâncias fundiárias existentes no Brasil. A militância organizada, contando com diversos sujeitos sociais representava para os latifundiários um perigo: o da reforma agrária, pois a perda ou a divisão de suas propriedades reduziria o poder que exerciam sobre os camponeses e as camponesas, proveniente da concentração de extensas áreas rurais.

A desapropriação de Galileia em 1959 expandiu a Liga Camponesa por todo o Brasil, causando um intenso temor nas oligarquias rurais e na burguesia. Justamente pela expropriação ter sido legalizada - como tentativa de impedir um levante ainda maior dos camponeses - o Estado passa a exercer medidas impositivas à forma de reapropriação dos camponeses, nascendo uma nova motivação: a organização camponesa e a reforma agrária radical (*Ibid.*, p. 76).

A geopolítica mundial, nesse momento, passava por uma intensa disputa. A Guerra Fria influenciava uma ampla disputa entre o comunismo e o capitalismo em diversos países. No continente americano, a Revolução Cubana (1959), contando com o apoio do bloco socialista liderado pela União Soviética, desempenhou um papel primordial na mobilização revolucionária das classes trabalhadoras. Para a classe dominante regrada pelos preceitos do capitalismo liberal estadunidense a revolução era vista de forma temerária, uma vez que o alcance da resistência cubana anunciava o avanço dos ideais comunistas e a sua instauração de uma nova ordem política insurgente baseada em preceitos como a tomada de poder, a estatização de empresas, a reforma educacional e a reforma agrária.

A análise desse recorte histórico é fundamental para a reflexão de aspectos que envolvem as tensões políticas, econômicas e sociais no Brasil em relação ao papel desempenhado pela Liga Camponesa, sobretudo, a respeito da luta pelo acesso à terra, bem como tudo aquilo que abarca o seu mote (política, justiça, educação, cultura, trabalho, renda e pertencimento). A liga organizada representava a ameaça de uma ruptura de poder, por meio das classes populares, fato inaceitável à classe dominante brasileira.

Sendo assim, arquitetar um golpe seria fundamental aos intentos dos representantes do capital internacional e nacionalmente, porquanto o sucesso da instauração de um governo de repressão desempenharia uma dupla função. A primeira seria, de maneira concisa, frear,

internacionalmente (mais precisamente na América Latina), o avanço das mobilizações de cunho popular (inspirados nos ideais comunistas, apoiados pela União Soviética) e, em segundo plano (não, obrigatoriamente, nesta ordem), seria manter o *status quo* da classe dominante (inspirados nos ideais do capitalismo liberal), construído desde a colonização portuguesa.

Vislumbra-se, por esta análise de conjuntura, que as Ligas Camponesas e a Educação Popular (assim como os inúmeros movimentos que representavam às reivindicações da classe trabalhadora) convertiam-se em obstáculos aos gananciosos negócios traduzidos pelo capitalismo liberal, assentados pela burguesia e compelidos por intermédio de projetos de poder que conferissem privilégios a uma minoria, opressores, em detrimento da exploração da maioria, oprimidos.

No campo político-econômico, esse quadro vinha sendo acompanhado por um amplo investimento de capital, principalmente, público (em associação aos interesses privados) no desenvolvimentismo industrial, o qual ocorreu de forma bastante acelerada na segunda metade da década de 1950 e na primeira metade da década de 1960.

A política de industrialização, direcionada à cidade, veio acompanhada de um amplo apoio à mecanização do campo, o que acarretou a precarização ainda maior do trabalho agrícola, uma vez que os/as trabalhadores/as rurais (ainda desamparados pela legislação trabalhista), foram sendo substituídos/as pelas máquinas, elevando os índices de desemprego nas lavouras, aumentando a perda de terras entre os pequenos e médios proprietários, devido à concorrência desigual contra os grandes produtores e a progressiva ampliação dos latifúndios.

Na Baixada Fluminense, a articulação de agricultores e agricultoras era representada pela organização de associações³⁶. Todavia, vale lembrar que durante as décadas de 1930 a 1950 a região passou por um acelerado processo de transformação “quando o Governo Federal iniciou a implementação de um amplo programa de recuperação da Baixada que incluía obras de saneamento e drenagem” (Grynszpan, 1987, p. 27). Tida como uma espécie de celeiro de produção de gêneros alimentícios, voltado ao abastecimento da capital, a região recebeu um relevante investimento em infraestrutura que visava à diversificação da produção agrícola, além de viabilizar a fixação da população através do saneamento, atrelando, assim, o agricultor ao próprio território.

³⁶ (...) fundação da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, data de 1948, foi fundada a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. A área vinha sendo ocupada desde o começo dos anos de 1940 e passou a ter a entrada e saída de lavradores regulada por uma comissão formada pelos que ali viviam e trabalhavam e que estavam organizados na Sociedade. Um de seus fundadores foi José Teodoro, conhecido como José Matias, assassinado anos mais tarde por grileiros locais (Maia, 2015, p. 251).

O projeto, iniciado nos anos 1930, no começo da Era Vargas, possibilitou a valorização territorial, uma vez que ocorria interligada ao período de expansão da citricultura. A cultura da laranja destacou-se em Nova Iguaçu, fomentando rentabilidade aos proprietários de terras e produtores, os quais beneficiavam-se tanto com a lucratividade proveniente das exportações, quanto como a especulação fundiária promovida por meio do arrendamento de terras³⁷, resultando, desta maneira, não apenas no aumento do número de estabelecimentos agrícolas, como crescimento populacional e disputas territoriais.

A importância da citricultura não foi apenas a da rentabilidade econômica que proporcionou às firmas de exportação e beneficiamento, setores que mais lucraram com o empreendimento, mas também merece menção o tipo de exploração fundiária desenvolvida por esta atividade. Verificou-se um forte parcelamento de terras com vistas a arrendamentos, largamente empregados na fase de implantação da citricultura e no período de maior produção, os anos de 1930 (Souza, 2004, p. 142).

O desejo governamental de transformar o território num celeiro agrícola, na prática, serviu para agravar um problema histórico, o de acesso à terra. Ao contrário da proposta vislumbrada pelos projetos de cunho político e econômico direcionados às terras da Baixada, a ideia de integração regional visava à manutenção da segregação espacial. O investimento no manejo da diversificação dos gêneros agrícolas foi pensado com a intenção de separar a cidade (centro/capital) do campo ('periferia'/Baixada da Guanabara). Entretanto, este planejamento serviu para acentuar as intensas disputas oriundas dos conflitos entre os interesses dos/as agricultores/as, posseiros/as e lavradores/as, frente aos dos especuladores/as, grileiros/as e administradores/as.

A aparente fonte inesgotável de lucro, de renda e de sobrevivência sofreu um duro golpe que pôs fim ao *el dourado* proveniente da citricultura. Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), a produção entrou em crise, em decorrência das dificuldades na aquisição de financiamento, de comercialização e de exportação. O conflito paralisou as navegações comerciais, acarretando o apodrecimento das frutas nos pomares. O produto se desvalorizou, causando a falência dos/as produtores/as e arrendatários/as. Além disso, os frutos foram prejudicados pelo avanço de uma terrível praga conhecida como 'Mosca do Mediterrâneo', que inviabilizou a produção, levando à decadência os pés de laranja.

Os anos de 1940 foram cruciais para os/as agricultores/as que dependiam da produção da laranja, pois devido à ineficiência no combate à praga, associada à guerra na Europa, as

³⁷ O arrendamento consiste numa espécie de contrato, informal ou celebrado em cartório, em que o proprietário de uma terra (arrendador) cede sua propriedade rural para que um terceiro (arrendatário) possa explorá-la.

exportações do cítrico estagnaram-se, levando-os/as à falência. As pessoas arrendatárias, conhecidas como chacareiros/as, não conseguiram manter-se nas terras. Tal situação se agravou com a chegada da década de 1950, pois, além do endividamento e da decadência de grande parte dos produtores e produtoras, houve uma massiva demissão de trabalhadores e trabalhadoras do campo que estavam envolvidos direta ou indiretamente com a cultura da laranja.

Ao longo dos anos de 1950, quando a produção de laranja entra em declínio, houve uma grande dispensa de trabalhadores, em índices bem maiores que a média do Estado do rio. (...) A desativação desse cultivo, no decorrer dos anos de 1950, foi a meu ver um fator considerável, dentre aqueles que geraram os despejos, ocupações e conflitos camponeses ocorridos na Baixada naquela década (Souza, 2004, p. 143).

O referido processo foi responsável por desencadear uma série de conflitos que marcaram não só a Baixada Fluminense como outras regiões do estado. Todavia, a evolução dos loteamentos inseriu-se em um contexto que marcou, pelo menos no estado do Rio de Janeiro, uma reorganização do espaço rural da Baixada da Guanabara influenciada pelos interesses do capital industrial e imobiliário, os quais, devido ao seu caráter especulativo, impôs significativas transformações no campo em detrimento dos interesses urbanos.

Dessa maneira, vale lembrar que a citricultura promoveu uma série de transformações na cidade, visto que a infraestrutura implantada para o seu cultivo e para o escoamento, previam o investimento em obras para a construção de estradas, de drenagem de áreas alagadas e a viabilização de serviços que pudessem ser oferecidos aos habitantes do entorno, tornando, com isso, rentável a aquisição de loteamentos.

Assim, os setores representantes do capital, contando com os seus privilégios, utilizavam a sua influência especulativa, tanto no auge da cultura da laranja quanto no seu declínio, durante a negociação das propriedades, fazendo com que lotes e chácaras, que antes seguiam a lógica agroexportadora (manifestada pela citricultura), passaram a ser substituídas à negociação de porções de terras territoriais, lotes, segundo os interesses do mercado imobiliário, o qual encontrou, na conjuntura político-econômica, tanto no estado como no município, condições favoráveis para o seu desenvolvimento.

Em âmbito nacional, diversos movimentos irrompiam em várias regiões. Como visto, as últimas décadas traziam uma efervescência de disputas dispare dos quais tornaram a década de 1960 um período de extrema ebulição (política, econômica, social, cultura, educacional, religiosa, ideológica e partidária). Em 1961, o Movimento de Cultura Popular do

Recife criado por intelectuais, entre os quais Paulo Freire fazia parte, e que contava com o apoio de diversos agentes sociais, como educadores e educadoras, representantes da Igreja Católica e partidos políticos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) alcançou projeção no cenário nacional.

Essa junção ideológica de múltiplos intelectuais foi fundamental para a formação de diversos movimentos que se espalharam pelo Brasil, tendo como princípios a valorização da cultura. Como consequência, Paulo Freire trilhou o caminho em direção à garantia básica, porém restrita somente a uma parcela mínima da sociedade e excludente à massa populacional, que era o acesso à alfabetização (Beisiegel, 1989).

Fruto de suas incontáveis e fartas reflexões como professor e pesquisador, a alfabetização possuía um caráter emergencial semelhante a uma ferida aberta, difícil de ser cicatrizada, uma vez que as medidas tomadas para superar o analfabetismo não haviam surtido efeito prático em momento algum no histórico da nossa nação, circunstância que sempre o inquietava.

Há mais de 15 anos vínhamos acumulando experiências no campo da educação de adultos, em áreas proletárias e subproletárias, urbanas e rurais. (...) Sempre confiávamos no povo. Sempre rejeitávamos fórmulas doadas. Sempre acreditávamos que tínhamos algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe. Experimentamos métodos, técnicas, processos de comunicação. Superamos procedimentos. Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos de que só nas bases populares, e com elas, poderemos realizar algo sério e autêntico para elas (Freire, 1967, p. 101-102).

O desenvolvimento da alfabetização, a partir da troca de experiências, constituía-se em um dos pilares do método praticado por Paulo Freire. Esse procedimento tinha como fundamento a valorização dos saberes acumulados durante a vida de cada um de seus educandos e educandas.

Dessa forma, as memórias e vivências individuais eram estimuladas, despertando a conscientização pessoal e de classe, bem como o senso de liberdade, pois “a conscientização significa uma abertura à compreensão das estruturas sociais como modos da dominação e da violência” (Freire, 1967, p. 15).

Nesse sentido, o processo de alfabetização exercia também uma função política, conquanto assumisse uma militância contrária e resistente ao modelo educacional vigente, capitalista, o qual admitia à classe trabalhadora, aos seus filhos e filhas, apenas a possibilidade de serem meros depositários de conhecimento ínfimo, pré-determinado, isto é, ‘bancário’, e

que controlasse os corpos e as mentes, doutrinando-os/as por meio de uma educação domesticadora.

Por intermédio da educação libertadora, os/as educandos/as vislumbrariam a possibilidade de serem os/as protagonistas e/ou partícipes do processo por meio de suas experiências (memórias). Sendo assim, produtores/as de cultura, ao invés de receptores/as carentes de preenchimento, libertando-se das amarras opressoras (*Ibid.*).

A alfabetização, na concepção freiriana, não se limitava à transmissão, à memorização e à reprodução das letras. Alfabetizar significava uma prática de vida, essencial à sobrevivência da própria espécie humana. A negação desse direito seria o mesmo que negar aos nossos pares a prerrogativa de viver em plenitude no seu próprio tempo e espaço, cabendo ao Estado garantir a proteção dos/as seus/suas cidadãos/ãs. A apropriação da leitura era uma obrigatoriedade que lhes foi negada durante séculos no Brasil. Por isso, tratava-se de uma tarefa desafiadora, uma vez que estava ligada a um processo mais amplo e complexo: a histórica luta de classes.

Freire argumenta que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 2005, p. 58). Portanto, para que ocorresse uma ruptura social e uma transformação significativa, seria necessária a comunhão entre os homens. Mas, para que o ideal de sociedade, gerido pelos representantes da classe trabalhadora, fosse alcançado, dever-se-ia erradicar o analfabetismo, promovendo um amplo projeto de formação social.

Através dessa visão de mundo, sob a ótica freiriana, é possível compreender, de forma simples, temáticas complexas, como a contradição de classe existente na sociedade brasileira. Freire afirma que somente por meio de uma educação de natureza libertadora os oprimidos podem romper, diante da análise da conjuntura, com o projeto de educação bancária imposta pelos opressores.

Interessante observar que as suas ideias, nutridas pelos preceitos éticos e humanistas que vertiam à elevação da sua erudição, transbordavam para além das suas particularidades, irrigavam os saberes existentes no âmago dos que comungavam dos seus ensinamentos e frutificavam ao ponto de alimentar a ânsia pela aquisição do conhecimento. Desse modo, a partir da sua compreensão ontológica do próprio ser humano, defendia a promoção, a divisão e a evolução intelectual de todos/as, de forma problematizadora (reflexiva), sem que houvesse o controle das mentalidades, dos corpos e das vidas, sempre através do diálogo, nunca pela repressão.

Com isso, as diversas experiências relativas à educação popular auferiram um status organizacional de grande proporção, tomando um formato político e de cunho social, enquanto visavam ao atendimento dos pleitos dos movimentos sociais — organizados ou não — que buscavam, na educação, a oportunidade de reconhecimento, por meio da luta, o reconhecimento dos seus saberes.

São populares no sentido de sua abertura à diferença de saberes e lutas populares: dos trabalhadores urbanos, dos subempregados, dos desempregados, dos sem teto, dos trabalhadores rurais, dos pequenos camponeses, dos boias-frias, dos sem-terra – unidos na mesma categoria de excluídos. O objetivo primordial desses movimentos populares não se limitava a este ou aquele setor, mas a uma transformação integral dos meios de produção, de poder, de organização sociocultural (Santos; Lima; Gouvêa, 2017, p. 133).

O cenário favorável no qual numerosos movimentos de classe ordenavam-se em prol de um objetivo específico que representasse a garantia da universalização do ensino público, tendo na campanha pela erradicação do analfabetismo e o direito à alfabetização como bandeira ideológica, foi abalado, a partir de meados da década de 1960.

Como visto anteriormente, a ditadura Civil-Militar conseguiu reunir os interesses setoriais da classe dominante (empresários, banqueiros, latifundiários e políticos) sob o comando político, via Executivo, militarista. Essa complexa combinação de forças serve de base, também, para a compreensão dos embates entorno da aquisição de terras que marcaram a história recente da Baixada Fluminense que segue a linha de raciocínio histórico-cultural brasileira estruturado na concentração de terras e de renda, na exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras, na monocultura, na exportação e nos demais processos relativos que privilegiavam os detentores do capital sobre o controle territorial.

A referida sistematização colocava de um lado os/as lavradores/as, que dependiam diretamente da terra para sua sobrevivência e de outro os/as grandes e médios proprietários/as (negociantes, famílias tradicionais, grileiros, agentes públicos e privados) que viviam da negociação dos terrenos, ou seja, do lucro proveniente da especulação territorial.

A valorização das terras da Baixada e o consequente surgimento dos grileiros, muitas vezes diversos deles reivindicando uma mesma área, contribuíram para o enfraquecimento dos já não muito fortes laços de subordinação que prendiam os lavradores. Se estes não se sentiam donos das terras, eles iriam, aos poucos, relativizando sua situação, e desconfiando de que aqueles que se diziam donos também não o eram. Os lavradores tornavam-se, assim, propensos a lutar por uma terra que julgava ser um direito seu e a sua sobrevivência, contra os despejos que lhes pareciam, cada vez mais, injustos e ilegítimos. Destarte, a quebra da subordinação

provocada, em grande parte, pela interposição de um terceiro elemento na relação – o grileiro – foi fundamental para que as lutas dos lavradores se iniciassem a partir da Baixada, e tivessem, ali, seu foco de maior intensidade até o ano de 1964 (Grynszpan, 1987, p. 84).

A organização da associação de lavradores, sobretudo na Baixada, sofreu com a desmobilização causada pela instauração da ditadura Civil-Militar. Lembrando que após o golpe, houve a perseguição dos agentes da repressão às lideranças e às associações fazendo com que a luta pela terra se reestruturasse, pois o aparelhamento do Estado em torno das ações autoritárias (perseguições, prisões, torturas, desaparecimento e execuções) fez com que os espaços utilizados para a reunião dos lavradores e lavradoras encerrassem suas atividades, esvaziadas e desestruturadas (até mesmo em seu caráter político) devido à violência promovida pelos agentes do governo ditatorial³⁸.

Em decorrência deste panorama, os fluxos migratórios do campo para as cidades se intensificaram, neste período, mais do que nas décadas anteriores, em direção às capitais, aos municípios urbanizados e aos que recebiam investimentos em infraestrutura urbana (como a Baixada da Guanabara)³⁹.

Retomando as questões de nível nacional, nos primeiros anos de governo dos militares, houve um endurecimento político, responsável pela desarticulação de diversas políticas públicas que impactavam em ganhos às camadas mais populares, como no caso do Plano Nacional de Alfabetização (PNA).

Logo no dia 1º de abril de 1964 todas as atividades do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), tanto no Nordeste como no Sudeste, foram paralisadas. O ministro Júlio Sambaqui e toda a sua equipe, inclusive Paulo Freire, foram afastados do Ministério da Educação (Teixeira, 2012, p. 6).

O desmonte de políticas e programas, via decretos, bem como a perseguição contra políticos, intelectuais e lideranças fizeram com que muitos/as militantes, ativistas e atuantes de movimentos sociais fossem perseguidos/as, como no caso de Paulo Freire, e fugissem, passando a viver na clandestinidade, na tentativa de sobreviverem. Uma vez que a repressão era marcada por ações violentas: coações, coerções, prisões, torturas, desaparecimentos e até mesmo a morte. Tudo isto amparado por um dispositivo legalista, instituído pelo regime

³⁸ Seu Bráulio, como ainda é chamado, foi – e ainda é, pois aos 92 anos, ainda faz história em Magé – um importante líder, não só de Pedra Liza, mas também da Baixada Fluminense. Posteriormente, na década de 1980, na ambiência da redemocratização, ajudou na ocupação do Assentamento de Campo Alegre e na formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Aguiar, 2018, p. 27).

³⁹ Ver: Grynszpan (1987), Alentejano (2005) e Simões (2007).

militar, que lhes conferia o poder de legislar se sobrepondo à Constituição, estes eram os Atos Institucionais.

(...) a instauração da ditadura militar em 1964 e seu aprofundamento em 1968, culminado com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), levaram ao distanciamento total da população do poder, inibindo qualquer tipo de participação popular (Santos; Lima; Gouvêa, 2017, p. 135).

As ações repressivas do governo militar desmantelaram a atuação dos movimentos sociais, bem como de diversos projetos oriundos da mobilização da classe trabalhadora brasileira. O desmonte institucional e organizacional dos diversos programas deu-se, imediatamente, à operação golpista (com o fechamento do Congresso, por exemplo), escalando degraus mais violentos à medida que o regime consolidava-se, através da intervenção direta em entidades como sindicatos, universidades, escolas, movimentos estudantis, partidos políticos, cooperativas, grupos de luta pelo acesso à terra entre outros.

No plano de desmonte educacional, em substituição ao instinto PNA, idealizado por Paulo Freire, foi implementado um programa de alfabetização da população brasileira cujo objetivo era erradicar o analfabetismo no país. Decerto, o plano denominado de Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) seguia a lógica governamental que tinha na coerção, na repressão e na perseguição, através do uso do aparato governamental (como as instituições de Estado) e de dispositivos legais (como decretos, programas, projetos e Atos Institucionais), a finalidade de exercer o controle social e intelectual da população, bem como coibir a organização dos movimentos dos representantes de classes trabalhadoras e suas lideranças.

Com objetivos políticos de silenciamento dos movimentos de educação popular, em 1967, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). O Mobral fazia restrições claras à concepção político-filosófica de Paulo Freire. Esse movimento estimulava o individualismo e a adaptação à vida moderna, enfatizando a responsabilidade pessoal pelo êxito ou fracasso e tentando afastar a possibilidade de resistência ao modelo instalado (Santos; Lima; Gouvêa, 2017, p. 135).

A implementação do MOBRAL ocorreu em 1967, mas efetivado somente no ano seguinte, em 1968, demonstra o nítido interesse do governo militar, endossado por setores da classe civil dominante, em controlar os projetos de ensino que pudessem estimular a conscientização da população. Ao analisarmos a temporalidade dos fatos, vimos que um dos primeiros atos, logo em seguida ao golpe, em 1964, foi o encerramento das atividades do Plano Nacional de Alfabetização (PNA) e toda a sua concepção humanista, pautada nos princípios político-filosóficos freirianos.

Nos anos seguintes, ocorreu um processo governamental visando preparar o terreno político, social e econômico, contra as possíveis ameaças que contrariavam a ‘ordem’ estabelecida pelos militares, como nas resistências urbanas e camponesas. Somente a partir da garantia do controle autoritarista e sistemático sobre as tensões sociais houve a execução de um projeto alternativo, notadamente alinhado ao modelo governamental vigente.

O MOBRAL só foi instituído quatro anos depois que os militares asseguraram o *status quo* instaurado pelo golpismo, corporificando o controle social, ao afastar qualquer tipo de manifestação da participação dos/as representantes das classes populares.

Entretanto, mesmo em meio ao regime de exceção, a militância armada, os movimentos sociais de trabalhadores/as, de estudantes, de luta pelo acesso à terra, os sindicatos, os partidos políticos, após serem desmobilizados, com o passar dos anos foram se rearticulando entorno tanto de seus respectivos projetos que representava o elo responsável pela coalizão identitária dos diversos coletivos, ou seja, o retorno à Democracia.

3.2 A Educação Popular e os caminhos para a Educação do Campo

A repressão e a resistência marcaram o dualismo concreto, vivenciado ao longo do adverso período de governo civil-militar que se instaurou no Brasil entre a segunda metade da década de 1960 e a primeira metade da década de 1980. A sociedade experimentou duas décadas de uma governança manifestadamente comprometida e alinhada com a manutenção das estruturas que sustentavam a soberania dos grupos dominantes, compromissados com a imutabilidade de seus privilégios. Cabe lembrar que tais privilégios foram confiscados, historicamente, mediante a exploração da sociedade aqui formada, sendo esta, em maioria, constituída por pessoas pobres e trabalhadoras, descendentes dos povos africanos escravizados.

Os portugueses construíram, durante a colonização, uma estrutura de poder baseada na exclusão social na qual o acesso aos bens e as riquezas eram possíveis a uma parcela minoritária da população, enquanto a maioria era relegada à própria sorte de sobrevivência ou apartada (no caso da população escravizada) de qualquer tipo de oportunidade. Esta condição foi mantida durante a vigência do governo imperial, conservada na era republicana e assegurada pelo autoritarismo dos militares, guardados os devidos contextos históricos.

Portanto, restringir todas as formas de acesso aos sujeitos das camadas populares, por meio da repressão política, foi imprescindível à classe burguesa na manutenção de suas estruturas de poder, herdadas há gerações, pois ela, além de simbolizar, à época, as diretrizes

do capital (empresarial-financeiro) e suas diversas faces, expressas tanto na cidade quanto no campo, personificava o conservadorismo de uma sociedade classista (racista, machista e preconceituosa) e intolerante à promoção de medidas estatais que pudessem dirimir ou erradicar as desigualdades sociais.

A análise do contexto histórico revela a constante luta de classes existente no Brasil. A ingerência dos grupos hegemônicos sobre o Estado resultava em ações contrárias às forças coercitivas, por meio da articulação de setores da sociedade, na matriz da autodefesa da própria existência, ou seja, a mobilização social, para além de ser uma resposta à opressão, fundamentava-se como o desígnio da própria existência humana, pois visava à garantia de sobrevivência pessoal e coletiva.

Nesse sentido, o acesso à terra, na nossa realidade, significa a garantia do direito à moradia, à preservação sociocultural e à alimentação (digna e de qualidade), essenciais às estruturas físicas e psicossociais. O acesso à educação consiste na formação cognitiva, intelectual e socioemocional, ou seja, através dela é possível compreender os processos, as experiências e as vivências naturais no relacionamento humano. Contudo, esse nexo expõe não apenas a afável interação entre os seres, mas também atesta os antagonismos semeados, nutridos e colhidos pela própria humanidade, em detrimento de predileções, particularidades e/ou individualidades capazes de promover a rivalidade.

Essa reflexão serve de base para a compreensão da organização de inúmeras articulações de pessoas e de movimentos sociais em busca da garantia de seus direitos frente às desigualdades — muitas promovidas pelo próprio Estado. Nessa perspectiva, nota-se uma relação natural entre os segmentos organizados, representados pelos movimentos sociais, e a educação, nos quais a reivindicação da garantia dos direitos das classes perpassava a histórica luta pelo direito básico da educação do povo brasileiro.

Contrariando o que seria uma lógica inata ao ser humano (preservação da própria humanidade), a configuração da sociedade brasileira, controlada por uma parcela minoritária detentora dos elementos de poder, idealizou incontáveis dispositivos e aparatos que propiciaram, ao longo dos séculos, a exclusão da massa popular do acesso aos múltiplos meios e/ou recursos que pudessem promover o equilíbrio, bem como a ascensão social dos/as cidadãos/ãs.

Essa realidade conflituosa é responsável por sustentar as incontáveis disputas nos mais diferentes espaços e territórios — entre eles, o campo (territórios rurais) — pois, assim como os demais territórios, segundo as suas especificidades, apresenta as heterogeneidades

humanas, os antagonismos de classes e as disputas acerca dos projetos (políticos, econômicos, sociais e culturais), influenciados pelo capital e por toda a sua estrutura de sistematização de poder.

Na prática, o sucesso do desenvolvimento industrial, juntamente com o crescimento dos centros urbanos, estava ligado à desestruturação e/ou à expansão de mecanismos que causassem ou acentuassem a dependência do campo em detrimento da cidade.

Esse cenário desenhou-se no traçado da repressão e do endurecimento político, como escopo de governabilidade até, aproximadamente, a segunda metade da década de 1970, quando as transformações e acontecimentos internos e externos modificaram os rumos sociais. Nos anos finais, o governo ditatorial, enfraquecido pela rearticulação dos movimentos sociais, pela reorganização política, pelas campanhas por liberdade, pela reaproximação aos ideais de redemocratização e por conta da crise econômica que assolava a sociedade, viu-se curvado à obrigatoriedade de consumir o processo de abertura política.

A década de 1980, além de circunscrever o fim do regime militar no nosso país, nos reaproximou dos ideais democráticos e nos alinhou aos preceitos relativos aos Direitos Humanos. A promulgação da Constituição Federal, em 1988, alcunhada como ‘Constituição Cidadã’, foi um marco na concretização do processo de transição da ditadura para a redemocratização, pois, segundo o seu fundamento, tentou garantir, desde então, o direito à cidadania plena; ou seja, as pessoas que outrora não eram reconhecidas na sociedade — como analfabetos, indígenas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, por exemplo — tiveram os seus direitos garantidos por lei (Henrique et al., 2007).

Se, por um lado, os brasileiros e brasileiras que, há séculos, não recebiam qualquer tipo de amparo político-estatal garantiram, via mobilização social, o acesso aos direitos essenciais à sobrevivência (direito à saúde e à educação, por exemplo), por outro, a lógica sistêmica do capital, representado pela burguesia, utilizava as políticas públicas — isto é, o próprio Estado e suas esferas (âmbito federal, estados e municípios) — no intuito de diminuí-lo, em substituição do funcionamento da iniciativa privada.

Ou seja, esse contexto do final dos anos 1980 veio acompanhado pelo contrassenso: de um lado, o Estado era obrigado a garantir os direitos à sociedade, num conjunto universal, mediante a presença das ações do poder público; porém, de outro lado, tais medidas eram submetidas às agendas de caráter neoliberal, estimuladas tanto pela abertura política quanto pela abertura econômica, que limitavam a presença pública por meio das privatizações nos

mais variados setores, entre eles a “privatização da Educação Básica pública brasileira” (Oliveira; Silva; Benigno, 2021, p. 3).

Conforme as agendas neoliberais avançavam na sociedade, diversos movimentos sociais que se fortaleciam após o realinhamento democrático surgiam como resistência na luta pela garantia dos direitos previstos por força de lei. Nessa perspectiva, as múltiplas mobilizações sociais representavam, dentro da lógica neoliberal, um empecilho aos avanços das pautas idealizadas pelos organismos internacionais e nacionais. Em geral, as mobilizações atuavam tanto na resistência frente às investidas sistêmicas impostas pelo Estado (como a diminuição ou retirada de direitos), quanto na busca pela garantia ou aquisição de direitos, fazendo uso da legalidade de suas demandas.

Vale lembrar que as pautas eram legitimadas, pois se originaram dos ideais populares, dentro do campo da diversidade e em reação à opressão presumida pelo sistema — nesta fase, representada pelo capitalismo neoliberal.

(...) contraditoriamente, a modernização capitalista empreendida pelo Estado, sob a orientação burguesa, ofereceu as pré-condições objetivas para que a classe trabalhadora, no final desse período, com diferentes níveis de consciência política, edificasse na sociedade civil uma significativa rede de aparelhos privados de hegemonia (partidos, sindicatos, movimentos sociais, etc.) com vistas a difundir e consolidar uma proposta contra-hegemônica de sociabilidade para a sociedade brasileira (Neves, 2005, p. 88).

A autora define, segundo o conceito gramsciano, como a rede de aparelhos privados de hegemonia é capaz de reunir os mecanismos necessários à aglutinação dos grupos que representam a classe trabalhadora. Para que isso não ocorra, cabe ao coletivo do operariado, em termos ideológicos, a compreensão da mobilização como dispositivo a ser utilizado frente aos projetos hegemônicos burgueses visto que representavam os interesses do capital e utilizavam o Estado como dispositivo para a exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Dentre os diversos aparelhos privados de hegemonia, vale destacar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual foi responsável por uma série de conquistas voltadas às garantias de direitos aos sujeitos do campo, entre o final dos anos 1980 e no decorrer dos anos 1990.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra,

que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná (Caldart, 2001, p. 207).

Como visto, a conjuntura complexa, repleta de contradições, foi propícia, por conta do retorno da democracia, para a estruturação de movimentos sociais, como o MST, que tinha centralidade na luta pela garantia de direitos básicos (neste caso específico o direito à terra) como meio de sobrevivência. Sendo assim, o avanço neoliberal no Brasil não inviabilizou os avanços sociais.

Por exemplo, a pauta educacional logrou êxito, em meados dos anos 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9.394/96). A referida lei resultou num ganho coletivo, tendo em vista que abrangeu os direitos à educação escolar a todos, sem distinção. Ao menos na letra da Lei.

Esse avanço foi possível graças à luta dos movimentos sociais organizados que reivindicavam os seus direitos. Nesse caso específico, o MST mobilizou a sua luta pelas questões agrárias pelo caminho do direito à educação escolar que contemplasse as especificidades do campo. Com isso, os direitos dos/das estudantes do campo foram legalmente garantidos através do artigo 28 que estabeleceu o reconhecimento da diversidade e da singularidade do campo determinando que as ações referentes à Educação do Campo deveriam ser tomadas visando ao atendimento da realidade local respeitando as suas singularidades.

Obviamente, tais conquistas só foram possíveis graças às incessantes lutas dos povos do campo, em busca de uma educação escolar de qualidade na esfera da legalidade. Em linhas gerais, as lutas no meio rural se traduziram num avanço das políticas públicas educacionais, em especial, àquelas voltadas ao atendimento da população compreendida como do campo, uma vez que os currículos, as metodologias, o calendário escolar, bem como as próprias escolas deveriam, segundo a lei, respeitar as necessidades dos educandos e das educandas. Além disso, ao Estado coube, em todas as suas esferas de poder, cumprir o seu dever de ofertar a Educação Básica, de qualidade a toda população, de maneira universal e isto inclui a população do campo.

No bojo da escalada do MST, diversos espaços foram sendo abertos e ocupados, no decorrer dos anos 1990. O movimento defendia que, além da justa luta pelo acesso à terra, a partir da reforma agrária, seria necessário se apropriar do território do conhecimento. Nesta perspectiva, foram organizados uma série de eventos no intuito de se discutir projetos que envolvessem reflexões em torno da educação das pessoas do campo.

Entre esses espaços destacaram-se o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, o I ENERA, ocorrido em 1997 e organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o apoio da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo deste evento foi o de aprofundar os questionamentos sobre a implementação de políticas públicas educacionais voltadas ao atendimento da população do campo.

Em consequência dos trabalhos realizados, logo no ano seguinte, em 1998, foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, onde foram debatidos temas relevantes ao desenvolvimento da qualidade (ou da necessidade da qualidade) da educação no campo. Foram discutidos os problemas relativos ao acesso, as condições dos/as estudantes e dos/as profissionais da educação, a qualidade na oferta de ensino e da formação docente, além da discussão de metodologias pedagógicas que valorizassem a Educação do Campo, num sentido amplo, e não somente numa visão reducionista de ensino rural ou para o meio rural, as quais desconsideram as “histórias, sonhos, desejos, limites e possibilidades dos povos do campo” (Santos, 2017, p. 215).

O conjunto de mobilizações dos movimentos sociais, legitimados na figura do MST, resultou em diversos ganhos que fortaleceram a Educação do Campo. Ainda no ano de 1998, diversos programas educacionais voltados para os/as estudantes do campo foram institucionalizados. Em decorrência deste momento, cabe destacar a implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no objetivo de se constituir

(...) como mecanismo em favor da democratização da educação para os trabalhadores/as da reforma agrária, respeitando as particularidades dos sujeitos sociais e, paralelamente, contribuindo para a permanência dos agricultores no campo, tendo o desenvolvimento sustentável como principal resultado desse processo (Santos; Silva, 2016, p. 138).

Esse processo foi um marco, pois resultou na conquista de políticas públicas, por meio do movimento social visto que o entendimento sobre o conceito da Educação do Campo se distanciou da concepção construída historicamente, sob a visão da educação rural. Vale lembrar que esta idealização foi responsável pela estigmatização do campo e seus sujeitos, pois desenvolvera no imaginário coletivo da sociedade brasileira a ideia de atraso, pobreza, falta de conhecimento, hostilidade territorial, ou seja, uma cultura de rechaço do rural e tudo aquilo que o representasse, em detrimento da ‘supervalorização’ do meio urbano e suas estruturas.

A Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Inúmeras vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico ou na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste cenário de exclusão, a educação para os povos do campo é trabalhada a partir de discursos, identidades, perfis e currículos, marcados, essencialmente, por conotações urbanas (Santos, 2017, p. 215).

Romper com esta estrutura foi significativo para o movimento, porquanto que a conquista dos espaços acadêmicos foi essencial para fortalecimento de uma identidade segundo a compreensão dos seus próprios sujeitos, por meio das suas experiências, dos seus saberes, das suas práticas, ou seja, das suas memórias coletivas (Halbwachs, 1990; Caldart et. al, 2012).

Ressalta-se que a apropriação mnemônica foi essencial para a fundamentação epistemológica da palavra ‘Campo’. A sua compreensão passou a ser interpretada e ressignificada pelos movimentos sociais, principalmente os vinculados à luta pela terra, para romper o estereótipo de atraso e buscando, pela constante e histórica luta por direitos, um alcance maior no protagonismo das lutas sociais. Com isso, o significado do vocábulo ‘campo’ se transformou, sendo proferida em todos os ambientes, como aquele que abarca e representa a identidade de múltiplos sujeitos (agricultores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e sem-terra) produtores de conhecimento (memória coletiva). Assim, em substituição e em superação do arcaico modelo de educação rural ou educação ‘no’ campo, foi proposta uma reflexão entorno da adoção de um modelo, que possui na educação ‘do’ campo paradigmas sensíveis às demandas de uma educação popular e igualitária (Arroyo; Fernandes, 1999).

Em decorrência deste momento, se destacou o PRONERA. Devido à importância, foi incorporado, em 2001, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão integrante do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Observa-se que este período resultou num avanço na formulação de leis e programas voltados para a educação escolar do campo, concretizando a ocupação de um espaço importante, viabilizado a partir da luta dos movimentos sociais do campo em associação com diversos setores e entidades civis, por uma educação de qualidade, em meio a um contexto de avanço das políticas de desmonte e desmobilização causados pelo neoliberalismo.

Outro resultado significativo foi a aprovação, em 2002, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Por meio delas firmou-se um compromisso legal do Estado com a Educação Básica do campo, tornando-se um marco histórico para a educação brasileira, em especial para os sujeitos camponeses em articulação com o artigo 28 da LDBEN no que se refere à oferta da Educação Básica do campo. O referido artigo define

que os sistemas de ensino deverão promover as adaptações necessárias observando as especificidades da vida rural, conforme cada região no que se refere aos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às necessidades e interesses dos/a alunos/as do campo; organização escolar própria, incluindo adequação às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho no campo, rompendo com arcaísmo da concepção de escola e de educação rural.

No caso da Educação do Campo, a diversidade territorial, de sujeitos, de comunidades e de culturas que, historicamente, configuram uma realidade que necessita da compreensão diferenciada, quando se trata de elaboração e execução de políticas públicas que fossem pensadas tanto na implementação da escolarização como na formação profissional. Pensando nisso, foi lançado, em 2007, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), através do Ministério da Educação, pela iniciativa da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), contando com o apoio das parcerias firmadas com as Instituições Públicas de Ensino Superior, o programa buscava viabilização de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, visando promover a formação de professores e professoras, por área de conhecimento, para lecionarem na Educação Básica e em escolas do campo (Santos; Silva, 2016).

Tempos depois, o referido programa, assim como as demais medidas sobre a Educação do Campo, alcançaram um maior amparo legal, por meio da Resolução n.º 2, de 28 de abril de 2008 que estabeleceu as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, em todas as suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio (Bicalho; Macedo; Rodrigues, 2021).

Essa conjunção de fatores propiciou avanços significativos em torno de políticas voltadas à escolarização da população do campo, sendo possível graças ao histórico das mobilizações e das diversas lutas de classes que resultaram “das forças presentes nessa condensação das relações sociais que faz o Estado agir, ou seja, que o faz conceber e executar essa ou aquela política pública” (Molina, 2012, p. 591).

Nesse ponto, os debates avançaram no sentido da estruturação das metodologias e projetos, como os Políticos-Pedagógicos, que representassem as múltiplas identidades culturais da população do campo, bem como a formação acadêmica das professoras e dos

professores através da efetivação de cursos universitários de licenciaturas diversas e, em especial, àquelas que envolvem os saberes da Educação do Campo.

O Decreto n.º 7.352/2010 também é um importante instrumento de orientação para elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas do campo. Ele estabelece os princípios da Educação do Campo, tais como: respeito à diversidade, em seus aspectos socioculturais, ambientais, políticos e econômicos; formulação de projetos referenciados na realidade local, sem excluir a diversidade de saberes historicamente acumulados; desenvolvimento de políticas de formação dos educadores e educadoras, destacando a ampliação das Licenciaturas em Educação do Campo (LEC) e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais populares do campo (Bicalho; Macedo; Rodrigues, 2021, p. 49).

Esse momento foi importante para a consolidação da Educação do Campo haja vista que a conjunção de fatores expressos por meio dos avanços legais conferiu significativa transformação na implementação dos processos educativos e nas políticas públicas relativas ao campo, tendo sido construída, mediante o “grande esforço por parte dos movimentos sociais populares e educadores na constituição da Educação do Campo atenderam aos interesses das comunidades campesinas” (Bicalho; Macedo; Rodrigues, p. 48).

O campo configura-se, no Brasil, num espaço historicamente marcado pela disputa territorial. Esse contexto não pode ser desconsiderado, pois qualquer medida que vislumbre algum tipo de ganho ou investimento que beneficie a população trabalhadora e mais empobrecida campesina tende a receber uma ação contrária advinda das classes dominantes, mais especificamente àquelas ligadas aos setores vinculados ao capital latifundiário, o agronegócio. Nessa perspectiva, os educadores e educadoras do campo necessitam, durante a sua formação, refletir e compreender as dinâmicas e disputas pertinentes à formação da concepção de consciência de classe e a função assumida frente aos embates sociais.

A formação específica dos/as educadores/as do campo pode significar garantias de práticas coerentes com os valores e princípios da Educação do Campo, reconhecendo as relações sociais que ali se estabelecem e tantos outros aspectos que apontam o território campesino, não como extensão da cidade, e sim de valorização das formas de vida, desejos e trajetórias. Por outro lado, não se pode analisar tal formação somente na perspectiva de valorização dos saberes da comunidade. É preciso compreendê-la, especialmente, na dimensão da autonomia e na organização de outra sociedade que enfrente qualquer forma de opressão (Santos; Silva, 2016, p. 141).

Desse modo, do ponto de vista da formação profissional, os educadores e educadoras do campo, além de valorizarem os aspectos culturais do campo, deveriam ser formados

também no sentido de resistirem (próprio da essência dos movimentos sociais) às diferentes formas de opressão que marcam a realidade do campesinato brasileiro.

Dentro dessa realidade em que o campo se encontra pressionado por um sistema neocapitalista excludente, foi necessário que os seus representantes (homens e mulheres, educadores e educadoras, juventude e lideranças dos movimentos sociais) desenvolvessem, por meio da resistência, os parâmetros necessários à própria sobrevivência.

Como exemplo da expansão, a partir da resistência político-educacional advinda da Educação do Campo, temos a implementação do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Lançado em março de 2012, contudo, foi instituído quase um ano depois, no dia 1º de fevereiro de 2013 com base no Decreto nº 7.352, por meio da Portaria nº 86. Tinha como objetivo oferecer apoio financeiro e técnico para viabilização de políticas públicas no campo. Estruturado sob quatro eixos que visavam à efetuação de medidas direcionadas na melhoria da Gestão e Práticas Pedagógicas, da Formação de Professores, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Profissional e Tecnológica e da Infraestrutura Física e Tecnológica das escolas do campo.

Entretanto, mesmo com todo o progresso obtido, desde a redemocratização, da promulgação da Constituição Federal de 1988, da LDBEN de 1996, da consolidação da organização dos movimentos sociais (em especial, para esta pesquisa, o MST), não foi possível instaurar o estabelecimento pleno das políticas públicas educacionais do campo que esbarraram em inúmeros obstáculos.

O avanço das políticas neoliberais, a burocrática dos sistemas de ensino, a falta de infraestrutura (abastecimento, saneamento básico, acesso, acessibilidade, espaços escolares e transportes), o desinteresse dos/as gestores/as do poder público, bem como a própria resistência presente nos espaços acadêmicos.

No entanto, vale considerar que o espaço acadêmico ainda apresenta inúmeras resistências a tal interação. Muitas universidades apresentam dificuldades para aceitar a presença de estudantes vinculados aos movimentos sociais. Este território foi, historicamente, institucionalizado para servir à elite econômica e intelectualizada (Santos; Silva, 2016, p. 139-140).

A resistência por parte da intelectualidade acadêmica somada aos inúmeros entraves de fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, arraigados em nosso contexto histórico, faz-nos refletir e permite-nos compreender que as investidas dos projetos hegemônicos pautados nas agendas que representam os organismos neoliberais se capilarizaram por dentro

dos sistemas educacionais, brasileiro, em especial, da Educação Básica e do campo. Numa outra frente, as demandas educacionais, de modo geral, conseguiram ocupar espaços relevantes dentro da política vigente com substancial destaque para os debates sobre a Educação do Campo.

Desde a redemocratização, o país tem vivenciado momentos de avanços significativos sobre a obrigatoriedade do Estado na garantia dos direitos aos/às cidadãos/às (sobretudo nos processos educacionais), seguidos de retrocessos e/ou rupturas tão (ou mais) expressivos, por parte dos grupos dominantes, ao ponto de ocasionar a fragmentação ou até mesmo a retirada dos ganhos conquistados pela classe trabalhadora. Esta realidade afeta diretamente os rumos da sociedade, atestando as disputas entre os setores dominantes contrários aos setores que representam a classe trabalhadora.

Tão logo assumiu a presidência, o atual governo editou dois Decretos que representaram uma importante derrota para promoção da política de Educação do Campo. O Decreto nº 9.645, de 2 de janeiro de 2019, substituiu a então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). A exclusão da SECADI acompanha os retrocessos verificados já no governo de Michel Temer (2016-2018), quando por meio da Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016, extinguiu a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), atualmente vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH). Importante ressaltar a não dissociação entre SECADI e SEPPIR (Bicalho; Macedo; Rodrigues, 2021, p. 52).

O desmonte das políticas públicas que beneficiavam a população avançou aceleradamente após o processo de *impeachment* (impedimento) que estabeleceu a derrubada, em agosto de 2016, do governo da presidenta Dilma Rousseff. A política, em tese progressista, foi substituída pelo conservadorismo, alinhado às agendas neoliberalistas, que determinaram medidas de diminuição da atuação do Estado em favor do patrocínio de empresas privadas tanto na oferta quanto no atendimento dos serviços públicos.

Em relação à Educação do Campo, as secretarias no âmbito do governo federal foram extintas ou realocadas, desestruturando segmentos e concepções construídas por meio de intensas lutas como a alfabetização, a diversidade, a inclusão, os direitos humanos e tantas outras (instituições, princípios, normas e projetos) implementados há décadas como fruto da mobilização social.

Essa realidade pode ser vista em diferentes territórios brasileiros, conforme as suas especificidades, tendo acarretado diversas mobilizações ou readequações de ações que transformaram a realidade escolar. As escolas periféricas e, em especial, do campo foram

diretamente impactadas por este processo de desmonte adotado por muitas secretarias educacionais dos estados e municípios alinhadas à política descrita e as concepções neoliberais, que buscam a lucratividade privada em detrimento da precarização dos serviços público, pois tornam a educação um território de disputas que expressam as disputas da nossa sociedade representando a histórica luta dos oprimidos contra os opressores.

4 CAPÍTULO IV

O JARDIM DA MEMÓRIA: HISTÓRIA DO BAIRRO E DA ESCOLA MUNICIPALIZADA JARDIM MONTEVIDÉO

Nova Iguaçu encontra-se interligada às incontáveis conexões históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais, enfim, por inúmeras correlações que marcaram o seu

território como vital para existência não somente local, como município, mas, também, regional, quando conferida a sua importância ao nível estadual, uma vez que as terras iguaçuanas desempenhavam uma posição relevante antes mesmo da chegada dos exploradores europeus.

Em linhas gerais, a colonização portuguesa, responsável pela imposição da cultura agroexportadora e escravagista, gerou disputas pelo acesso às terras no Brasil. Este fator pode ser utilizado para compreender e justificar os elos entre os grandes proprietários de terras e grandes comerciantes, em especial de pessoas africanas escravizadas, de gêneros agrícolas e de recursos minerais, bem como a Igreja Católica detentora de incalculáveis extensões de terras.

Os representantes do papado conseguiam interferir nas decisões políticas e sociais, por meio da influência da moral cristã imposta aos habitantes das terras coloniais, enquanto os latifundiários e mercadores mantinham conexões políticas tanto locais quanto centrais segundo a lógica do mandonismo obtido através do acúmulo de terras.

Em contrapartida, o nexos causal que resultou na desmedida acumulação territorial, nas mãos de uma parcela minoritária de pessoas brancas de origem europeia, foi responsável por acarretar e difundir a maior forma de resistência contra a escravidão no Brasil: os quilombos. As comunidades quilombolas representavam um contrassenso à estrutura firmada pelos portugueses, pois reuniam em seus territórios (não reconhecidos, não aceitos e opositores à governança vigente) pessoas, majoritariamente, excluídas da sociedade colonial: negras africanas e seus descendentes (libertos/as e/ou fugitivos/as), indígenas, mulheres, homens, crianças, famílias pobres, pequenos comerciantes, ou seja, sujeitos que tinham o objetivo de sobreviver dignamente, mantendo as suas ancestralidades diante de um contexto de profunda opressão.

A complexidade desta conjuntura leva-nos a ilimitadas observações sobre as maneiras com que as desigualdades desencadearam em inúmeras mobilizações de grupos marginalizados e oprimidos que se encontravam em condições de acentuada exploração ou que buscavam sobreviver diante das adversidades do tempo presente ou sofridas há gerações.

Nessa perspectiva, os estudos da memória dessas populações explicitam a relevância que a pesquisa sobre a coletividade, por meio da reminiscência, pode apontar face aos caminhos para a interpretação ou reinterpretação da história por meio da memória coletiva, pois, segundo Halbwachs (1990):

Não é uma simples harmonia e correspondência física entre o aspecto dos lugares e das pessoas. Mas cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembra-nos uma maneira de ser comum a muitos homens, e quando analisamos este conjunto, fixamos nossa atenção sobre cada uma de suas partes, é como se dissecássemos um pensamento onde se confundem as relações de uma certa quantidade de grupos (*Ibid.*, p. 132).

Por este entendimento, podemos perceber também como os espaços e territórios vão se moldando conforme as disputas vão se processando no decorrer do tempo. Deste modo, diversas linhas de raciocínio podem ser traçadas no intuito de contribuir acerca das reflexões e compreensões sobre um determinado objeto e como o mesmo relaciona-se com o meio, conforme a sua temporalidade.

Com isso, observar os territórios, entender a função desempenhada pelas instituições que fazem parte deste espaço e compreender as memórias dos diversos sujeitos que participaram, direta ou indiretamente, na composição das estruturas relativas às concepções sociais, históricas, culturais, antropológicas e de outros saberes de um determinado grupo ou localidade (seja ele espontâneo ou intencional, num sentido de conceito histórico) torna-se fundamental à investigação.

A análise metodológica da memória pode revelar uma infinidade de processos históricos, desvelando as disputas entre as narrativas que apresentam a contradição entre a história tida como ‘oficial’, fundamentada nos desígnios teóricos dos agentes colonizadores responsáveis pela exploração, via a imposição eurocentrista, por meio do conhecimento proveniente do velho continente e do indivíduo de fenótipo branco, oriundo das metrópoles europeias que exaltavam os seus valores mediante o emprego da violência e da opressão.

Por outro lado, os sujeitos oprimidos, mesmo em desvantagem (política, econômica e bélica), foram responsáveis pela construção de conhecimentos significativos necessários à sobrevivência dos sujeitos responsáveis pela edificação da história tida como ‘não-oficial’, ou seja, aquela que não era representada na historiografia, nos símbolos, nos monumentos e baluartes oficiais, mas que estava presente em todos os espaços com o enaltecimento dos povos ameríndios e africanos. Entretanto, eram silenciados, invisibilizados, apropriados e/ou ressignificados em cumprimento dos interesses dominantes.

A história da cidade de Nova Iguaçu foi construída por uma incontável edificação de sujeitos, os quais a todo o momento interagiam em consonância aos seus interesses, transformando tanto a memória quanto a historicidade conforme as disputas relativas à heterogeneidade dos diversos espaços — sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais, educacionais, territoriais e ambientais — constitui-se como um elemento central de análise.

Este último, em se tratando da Educação do Campo, constituiu-se, no município, em mais um exemplo de disputa e resistência, uma vez que a sua afirmação necessitou (e ainda necessita) de ações que reafirmem a sua importância, não só para os sujeitos do campo, como também para a própria cidade iguaçuana.

A região do Tinguá, que atualmente corresponde ao bairro de maior extensão territorial de Nova Iguaçu, como vimos, esteve sempre presente tanto na história iguaçuana quanto na do Brasil, devido às interações e conexões que eram materializadas pelas pessoas que viviam e/ou transitavam por suas terras. Além de toda a questão econômica que o território representou — com as fazendas produtoras de gêneros agrícolas, como o aipim, a cana-de-açúcar, o café e a laranja — os seus povoados desempenharam uma função estratégica nacional para o escoamento da produção mineral, resultante da extração aurífera do interior de Minas Gerais, e para a comercialização dos diversos artigos transportados pelos tropeiros, que embarcavam seus produtos nos portos locais rumo à capital (Rio de Janeiro).

Igualmente, o território do Maciço do Tinguá era vital, pois correspondia às terras dos povos originários que aqui habitavam antes da invasão portuguesa, como os tamoios e os tupis. Foi essencial a existência das comunidades quilombolas que se fixaram na região, abrigando, como forma de resistência, pessoas que conseguiam fugir da condição de escravidão, além de servir de residência de posseiros, pequenos e médios agricultores que viviam da terra por meio da agricultura e da comercialização de suas mercadorias.

Nesse sentido, Tinguá corresponde a um território repleto de conjunturas que podem ser investigadas no intuito de desvelar as memórias e histórias que ainda não emergiram ou que estejam em disputa, como, por exemplo, a história das escolas que tiveram origem ou influência das comunidades e povoados que não fizeram ou fazem parte dos sistemas educacionais implementados pelos programas governamentais, mas desempenhavam uma função de formação das populações locais. Esses locais, surgidos como forma de suprir necessidades educacionais, se constituíam em forma de representação da identidade, dos saberes, das vivências e da cultura das populações oprimidas e acabaram por suprir um papel que caberia ao Estado. Tais ambientes correspondem a símbolos de resistência, na busca por igualdade de direitos, em termos de acesso à educação.

Mesmo que, em seu percurso temporal, tenha passado por um processo de incorporação aos sistemas educacionais públicos — por meio da estatização ou municipalização — ou tenha sido diretamente pensada e construída para fixar algum equipamento governamental no território, neste caso, uma instituição de ensino, percebe-se

que as escolas municipais do território que corresponde à reserva de Tinguá, pertencentes a Nova Iguaçu, carregam especificidades que as caracterizam e as englobam no conceito de Escolas do Campo, legalmente consagrado pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Educação do Campo, e definidas no artigo primeiro como: “Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (Brasil, 2010).

Para além dos dados estatísticos e geográficos, fundamentais para a compreensão do conceito de ‘Campo’, não somente como área rural ou de produção, as Escolas do Campo, segundo o ‘Dicionário da Educação do Campo’, nasceram conjuntamente aos movimentos sociais de luta pela terra.

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da EDUCAÇÃO DO CAMPO, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo (Molina; Sá, 2012, p. 326).

Por essa análise, compreende-se que a visão estigmatizada de Escola do Campo correspondente à escola apenas rural é substituída por uma concepção de escola intrinsecamente ligada ao processo histórico da luta da classe trabalhadora frente à lógica capitalista. Portanto, a luta no campo reflete nas lutas de classes por acessos distintos que lhes foram negados ou retirados, sendo o acesso ao conhecimento, por meio da garantia do direito à escolarização, uma das pautas dos sujeitos do campo em suas reivindicações.

Dessa forma, as Escolas do Campo iguaçuanas assemelham-se ao contexto descrito de luta pelo direito à escolarização na qual a resistência de seus sujeitos pode ser observada por diversos aspectos em que, mesmo sendo o território de Tinguá, oprimido pela lógica dominante, influenciado pelos processos de expropriação territorial e agroextrativista; da consolidação da industrialização; da urbanização; da concentração política e econômica nas mãos dos grupos dominantes, mantiveram-se, há gerações, características culturais e saberes camponeses, que diferenciavam-se (e ainda diferenciam-se) das áreas centrais.

Nesse sentido, cabe lembrar as localidades próximas à Estrada de Ferro D. Pedro II expostas ao processo de ‘modernização’ idealizado pelo capital, assumindo padrões urbanos devido às transformações do final do século XIX, endossados pela política imperial que impôs uma reorganização de parte do território iguaçuano aos moldes urbanocêntricos. Tinguá,

numa lógica menos urbana e mais rural, configurou-se num território, onde as características do campo demonstram-se presentes em diversos aspectos que, para além do económico-produtivo, remetem aos culturais, científicos, afetivos, populares, crenças, valores, experiências, ou seja, à visão de mundo.

Foi diante dessa conjuntura que as Escolas do Campo surgiram em Nova Iguaçu como uma proposta alternativa educacional a fim de garantir aos sujeitos do campo a possibilidade de acesso à educação, porém que fizesse sentido à realidade campesina, oposta à realidade urbana. Assim, neste capítulo, analisaremos o surgimento da Escola Municipalizada Jardim Montevideo⁴⁰, situada no bairro de mesmo nome, que faz parte do espaço territorial da Reserva Biológica de Tinguá.

4.1 Sobre Tinguá

Como mencionado no primeiro capítulo, Nova Iguaçu corresponde à macrorregião do Estado do Rio de Janeiro conhecida como Baixada Fluminense. Além de ser o maior município em dimensão territorial desta região, desempenha uma função estratégica devido à sua proximidade à capital, a cidade do Rio de Janeiro. Com uma população estimada em 843.046 pessoas e uma densidade demográfica de 1.509,60 habitante por quilômetro quadrado, tornando-o, proporcionalmente, no quarto maior município do Estado⁴¹ (Ferreira, 2013).

A posição geográfica de Nova Iguaçu propícia a sua integração com os demais municípios da Baixada Fluminense. Essa aproximação pode ser percebida na formação do relevo e da vegetação dos municípios da Baixada Fluminense, muitas deles estão presentes no contexto de várias regiões, como a Reserva Biológica de Tinguá que tem os seus elementos encontrados tanto no território de Nova Iguaçu quanto nos municípios de Duque de Caxias, Queimados e Japeri, além dos municípios que não fazem parte da Baixada Fluminense como Miguel Pereira e Petrópolis.

⁴⁰ Caro/a leitor/a, deste ponto em diante, vocês verificarão algumas variações na grafia da nomenclatura Montevideo, a qual pode aparecer escrita de formas diferentes. 1) Geralmente, quando se refere à antiga fazenda da família Fischer e ao loteamento, a escrita utilizada será: 'Montevideo', conforme os documentos analisados. 2) Quando refere-se ao bairro, os documentos oficiais mais recentes e o site da prefeitura de Nova Iguaçu escrevem 'Montevideu', provavelmente, devido às atualizações dos acordos da Língua Portuguesa e a grafia original. 3) Já a escola, foi nomeada, pelo menos desde a reinauguração, em 2016, como 'Montevideo', por motivo desconhecido, mas por hipótese, pode ser uma composição entre o primeiro e o segundo nome, visto a presença do acento agudo (´) na segunda letra (e).

⁴¹ Informações contidas no site do IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>>. Acesso: 22 de janeiro de 2025.

Figura 4. A Serra do Tinguá



Fonte: acervo do próprio.

A imagem a retrata uma parte da Serra do Tinguá, este nome de origem indígena proveniente do idioma Tupi-Guarani (*Tin-gua*), significa pico pontiagudo, em forma de nariz. A denominação comprova como os povos originários possuíam um elevado conhecimento, pois além de conhecerem e nomearem todos os elementos que faziam parte de sua existência, possuíam um conhecimento técnico sobre o manejo do que construía, bem como daquilo que era obtido da natureza. A percepção dos tupis-guaranis foi fundamental para a alcunha do maciço, uma vez que o mesmo se assemelha ao formato fisionômico do rosto, mas que também é constituído por uma espécie rocha alcalina, conhecida por tinguaitó⁴² (Ibama, 2006).

As características geográficas da Serra do Tinguá foram favoráveis à abertura de diversas rotas comerciais terrestres e fluviais. A Região da Baixada Fluminense teve o seu território recortado por vários caminhos, a princípio no intuito de interiorização do território pelos exploradores portugueses em busca de riquezas extrativistas e indígenas para serem perseguidos e escravizados e, mais tarde, em consonância com as demandas tanto locais quanto político-administrativas da Coroa Portuguesa, pautadas nas transações comerciais, agroexportadoras, mineradoras e de tráfico de pessoas de origem africana.

Esse modelo de ocupação, que se caracterizou pela intensa exploração por um longo período em Tinguá, foi prejudicial ao contribuir para o proeminente desgaste dos recursos

⁴² De origem indígena Tupi-Guarani, *Tin-gua* que significa pico em forma de nariz (Ibama, 2006, p. 2 - 30).

naturais, da extinção das espécies nativas e do assoreamento de lagos e dos rios que formavam a bacia hidrográfica da região.

Desde a utilização do modelo colonial português, agrário-exportador, passando pelas fases do país independente (1822-1930) e urbano industrial (a partir de 1930), nota-se as características dos diferentes processos de ocupação, provocadores do esgotamento dos mesmos recursos naturais que facilitaram a ocupação. Ou seja, cinco séculos de ocupação dessas terras, tendo como consequência uma ocupação sem limites e sem a preocupação com a proteção do meio ambiente (Ibama, 2006, p. 2 - 30).

Devido às condições favoráveis, provenientes do relevo da região de serra e das áreas inundadas, desenvolveu-se um investimento em atividades extrativistas, agrícolas, de transporte e de moradia, tornando acentuada a ocupação e as disputas territoriais. Contudo, cabe lembrar que o crescimento populacional, principalmente no período de apogeu, mais precisamente a partir da segunda metade do século XIX, deu lugar a um declínio habitacional, durante das primeiras décadas do século XX, após a transferência da sede municipal para a região de Maxambomba, conferindo as cercanias do Tinguá uma característica agrícola.

Diante desse contexto de preservação ambiental e de manutenção dos vestígios naturais remanescentes da vegetação de Mata Atlântica existentes em Tinguá, foi criada em 23 de maio de 1989 a Reserva Biológica do Tinguá através do Decreto Federal n.º 97.780. A Unidade de Conservação (UC)⁴³, denominada Rebio Tinguá, possui uma extensão territorial de 26.136 hectares abrangendo o Maciço do Tinguá, as Serras do Couto, da Estrela e do Macuco. Localiza-se no extremo norte da Baixada Fluminense, alcança uma pequena porção dos municípios de Japeri, Miguel Pereira e Petrópolis, além de uma grande porção dos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

Figura 5. Área da Reserva do Tinguá

⁴³ Em 18 de julho de 2000 foi sancionada a Lei nº 9.985 com o objetivo de regulamentar o artigo 225 da constituição brasileira, e instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc. (Ibama, 2006, p.1).



Fonte: Ferreira (2013).

A área destacada no mapa, caracterizada pela cor verde, reforça a relevância de se elaborar um documento visando delimitar áreas de preservação, uma vez que a reserva abriga uma variedade de espécies típicas da cobertura vegetal que se estende, apesar da devastação, pelo litoral brasileiro. O mapa demonstra a distribuição da mata por vários municípios, que foram orientados a adequar suas regulamentações.

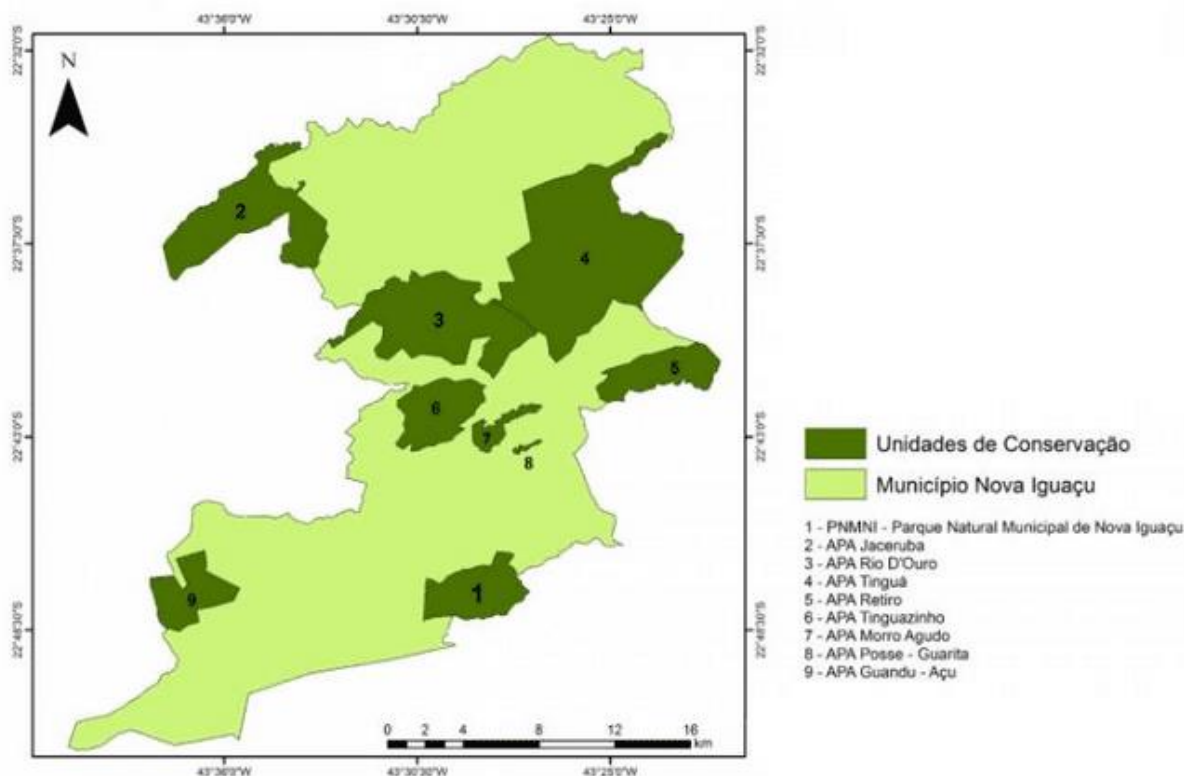
A câmara de vereadores de Nova Iguaçu aprovou, através do decreto municipal n.º 6.491, de 05 de julho de 2002, a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Iguaçu/Tinguá. A institucionalização desta área teve como objetivo delimitar uma área de transição entre o espaço urbano e o espaço rural.

A APA do Iguaçu/Tinguá foi estabelecida pela necessidade de criação de uma zona de amortecimento entre as áreas urbanas e a Reserva Biológica do Tinguá. Esta APA tem por objetivo central a preservação do conjunto natural e paisagístico local, com ênfase para as necessidades de proteção e preservação do conjunto florestado e na qualidade das águas e mananciais que formam a Bacia do Rio Tinguá (Ferreira, 2013, p. 80).

Em 07 de julho de 2004, a câmara de vereadores, através da lei número 3.587, aprovou a instituição da Área de Proteção Ambiental de Tinguá com uma área total de 5.331,975 hectares. Os debates legislativos orientaram a delimitação dos espaços e limites entre as áreas de proteção ambiental, as zonas urbanas e as zonas temporárias ou de amortecimento. Para atender às decisões do marco regulatório que estabeleceu o Código Florestal do Município de

Nova Iguaçu, alinhado ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), sancionado, em 18 de julho de 2000, pela lei n.º 9.985.

Figura 6. Unidade de Conservação do território de Nova Iguaçu



Fonte: Base Cartográfica Contínua do RJ – IBGE Versão 2016 – Limite do Município. Banco de Dados CGAPB – SEMADETTUR – UCs. Elaborado por Cristilene Delfino. Em: <<https://www.novaiaguacu.rj.gov.br/semam/wp-content/uploads/sites/20/2024/09/design-sem-nome-1.png>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

No mapa acima, estão destacados, na cor verde-claro, os limites territoriais do município de Nova Iguaçu. Na cor verde-musgo estão numeradas as áreas que representam as Unidades de Conservação. A APA Tinguá, identificada com o nº 4, corresponde à maior UC, sendo parte integrante da Reserva Biológica de Tinguá. Esta extensão configura-se num espaço de preservação ambiental onde o manuseio de seus recursos é normatizado pelo Poder Público, este, assim como as demais APAs, segue uma normatização legislativa voltada à preservação ambiental, tendo a sua ocupação controlada, por lei. Desta maneira, área sujeita à ação humana, restringem-se as implicações legais de planejamento por se tratar de uma Área de Proteção Ambiental que requer um maior cuidado e conscientização com a preservação dos espaços naturais que designam as zonas de transição entre os territórios urbanos, rurais e as reservas florestais.

Nesse contexto espaço-temporal, surgiu a Escola Municipalizada Jardim Montevideó. Essa unidade escolar tem nos acontecimentos histórico-sociais, que foram apresentados e debatidos até o momento, construções mnemônicas, presentes na instituição e ligadas aos seus sujeitos, à arquitetura, à organização dos espaços escolares, aos eventos internos e externos, aos materiais didáticos, às documentações, às fotos, aos desenhos, às falas dos/as estudantes e ex-estudantes, às vozes dos funcionários/as e de ex-funcionários/as, aos planos de aula, ao Projeto Político Pedagógico, enfim tanto dentro quanto fora dos muros que envolvem o seu espaço físico.

Dessa maneira, o estudo a partir da memória dos sujeitos que fizeram e/ou fazem parte da história do estabelecimento de ensino citado busca apresentar reflexões acerca da História da Educação e da Educação do Campo em Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, bem como no Brasil, por meio dos movimentos que buscavam e exigiam a garantia do acesso ao escolarização pública, gratuita e de qualidade.

4.2 Distribuição territorial das escolas de Nova Iguaçu

Para a compreensão da disposição das escolas públicas municipais no território iguaçuano é interessante analisar o Plano Diretor, revisto no ano de 1997, que foi responsável pela fragmentação espacial do município em Setores de Planejamento Integrado (SPI), este foi subdividido em segmentos denominados de Unidade Regional de Governo (URG) para alocarem os bairros.

No total, foram definidos, inicialmente, seis SPIs e doze URGs. Entretanto, estes números foram alterados, em 1999, por conta da emancipação do antigo SPI sudeste que correspondia aos bairros de Mesquita, Banco de Areia e Chatuba. Esta emancipação deu origem ao atual município de Mesquita e a divisão territorial iguaçuana ajustou-se, desde então, conforme o quadro abaixo.

Tabela 3. Unidades Regionais de Governo do Município de Nova Iguaçu (URGs)

SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO	UNIDADE REGIONAL DE GOVERNO
I – CENTRO	URG – I (CENTRO)
	URG – II (POSSE)
	URG – III (COMENDADOR SOARES)
II – SUDOESTE	URG – IV (CABUÇU)
	URG – V (KM 32)
III – NOROESTE	URG – VI (AUSTIN)
IV – NORDESTE	URG – VII (VILA DE CAVA)
	URG – VIII (MIGUEL COUTO)
V – NORTE	URG – IX (TINGUÁ)

Fonte: Tabela inspirada na Lei Complementar nº 06 de 12 de dezembro do Município de Nova Iguaçu de 1997.

A respeito da Unidade Regional de Governo – IX, ou seja, a que corresponde ao território de Tinguá (URG – Tinguá), é constituída por cinco bairros: Adrianópolis, Jaceruba, Jardim Montevideu (objeto desta pesquisa), Rio D’Ouro e Tinguá, correspondendo a uma área de 89. 9626 km², com 13.768 habitantes, segundo o senso de 2022⁴⁴.

As discussões acerca da efetivação do horário integral nas escolas da rede municipal contribuíram para a transformação da dinâmica das escolas, em especial, as escolas que compunham a URG – Tinguá. Em 2007, com a evolução dos debates sobre o aumento da carga-horária das unidades escolares, houve a inclusão do tema para as escolas que ofertavam o ensino em áreas rurais ou recebiam estudantes oriundos/as de localidades campesinas. Neste

⁴⁴ Fonte: Censo Demográfico. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

contexto, foi prevista, via lei municipal, a implementação do horário integral no campo, através do Plano Municipal de Educação que abordou, pela primeira vez, a temática da Educação do Campo, definindo-a como uma modalidade de ensino no município.

No ano seguinte, em 2008⁴⁵, foi aprovado o Plano Municipal de Educação e a proposta de efetivação do horário integral no campo foi essencial ao resultar na designação das escolas do campo em Nova Iguaçu, possibilitando-as ao acesso das políticas públicas advindas do Governo Federal como verbas voltadas às escolas do campo para aquisição de mobiliários e materiais didáticos, à parceria com as Universidades na formação de professoras, professores, gestores e profissionais da rede atuantes nas unidades escolares do campo, à parceria com outras redes de ensino do país, no fortalecimento da agricultura familiar, através do fornecimento da merenda escolar e a institucionalização da concepção de Educação do Campo, na realidade do município, por força de lei e por intermédio das escolas do campo, fator primordial para as conquistas dos sujeitos camponeses.

O primeiro Plano Municipal de Educação de Nova Iguaçu, previsto para implementação entre os anos de 2008 e 2018, trouxe, primeira vez na História da Educação do município, os debates relativos à realidade camponesa, através dos objetivos e metas das Escolas do Campo. No documento, sancionado pela Lei n.º 4.791, de 12 de setembro de 2018, destacamos as seguintes metas: “Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem (...)”, mediante ao desenvolvimento de “currículos e propostas pedagógicas, específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiência”.

A adoção de medidas específicas aos sujeitos que foram historicamente excluídos dos sistemas educacionais como pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e camponeses reforça tanto a mudança de paradigma da política vigente, nos diversos níveis e demarca território de luta e de conquista dos movimentos sociais que buscam o direito, o acesso e a garantia de uma educação pública e de qualidade. No momento em que o plano municipal iguaçuano contempla a adoção e implementação de diretrizes curriculares específicas para a Educação do Campo, por meio de propostas pedagógicas que respeitem a cultura, os seus

⁴⁵ Em 2008, foi aprovada a Lei n.º 3.881, de 05 de novembro de 2008, que foi responsável pela instituição do Sistema Municipal de Educação de Nova Iguaçu-RJ, entre outras medidas, determinou a valorização da especificidade das escolas do campo, sendo necessário o desenvolvimento de políticas próprias conforme o art. 5, inciso VIII, que traz o seguinte: ‘desenvolver políticas educacionais diferenciadas para as escolas do campo’.

saberes, os direitos das pessoas, em especial dos/as estudantes do campo, foram, legalmente, assegurados e legitimados, enquanto houve o reconhecimento das especificidades relativas às concepções da Educação do Campo. Embora, saibamos que os marcos regulatórios são frutos de lutas incessantes e de que os movimentos sociais devem permanecer atentos à transposição do exposto na letra da lei para o cotidiano.

Ao considerar a Educação do Campo uma modalidade de ensino, a Prefeitura de Nova Iguaçu passou a demonstrar a relevância no reconhecimento das especificidades educativas, de modo a contribuir para o fortalecimento dessa modalidade de educação, todavia, tanto na época das discussões, quanto atualmente, existia uma distância entre o marco legal e a execução de suas metas, na prática, por conta das inúmeras dificuldades da realidade campesina.

A realidade do ensino nas escolas do Campo em Nova Iguaçu se assemelha a dos demais municípios vizinhos, como podemos compartilhar e observar nesses cursos de formação com nossos pares. Muitos fatores como ausência de concurso específico dificulta o seu envolvimento e participação dos profissionais nas questões pedagógicas fora da sala de aula na escola e com comunidade e compromete a qualidade de seu trabalho. Temos que considerar também que as instruções normativas se orientam na organização e no funcionamento das escolas centrais, não considerando a diversidade da educação no município. Não é dado um tratamento diferenciado para o campo considerando a especificidade da educação e do ensino que acontece nas escolas, dependendo estritamente da boa vontade da coordenação e das chefias. A falta de um currículo próprio voltado para a realidade local que atenda às expectativas dos sujeitos do campo ainda é um desafio a ser superado nas escolas. Apesar de se verificar práticas inovadoras e muitas estarem em processo de reelaboração de seus Projetos Políticos Pedagógicos, a grande maioria ainda continua reproduzindo o currículo urbano (Leite, 2020, p. 89).

A citação expõe alguns fatores que dificultam ou até mesmo inviabilizam o pleno desenvolvimento das propostas políticas voltadas à escolarização dos sujeitos do campo em Nova Iguaçu. Somadas às razões apresentadas, podem ser incluídos os projetos hegemônicos montados com o intuito de privatizar os sistemas educacionais brasileiros, precarizando o trabalho dos/as profissionais da educação, que atingem diretamente todas as modalidades de ensino, como a Educação do Campo.

O que podemos ver na década de 90 são políticas públicas educacionais, com fortes tendências do projeto neoliberal, alinhado com os norte-americanos, dentre outras empresas transnacionais Europeias. Além do desenfreio e fechamento das escolas do campo, fortes tendências de segregação e nucleação, para atender as grandes montadoras de veículos. A educação é tratada como mercadoria, os movimentos sociais e a sociedade civil são

suprimidos, perante o poder econômico do Banco Mundial e FMI (Guimarães, 2017, p. 25-26).

A influência das organizações e instituições que representam o capital privado tem contribuído, há décadas, com a precarização e empobrecimento no campo. O avanço do agronegócio, dos latifúndios, dos desmatamentos, das queimadas e da grilagem são fatores que devem ser observados, por contribuírem com o êxodo rural que esvazia e desmobiliza as políticas públicas para o campo voltadas para a oferta da educação pública.

Mesmo diante dessa conjuntura complexa, de intensas disputas e resistências dos atores do campo, houve avanços traduzidos em políticas públicas que reconheceram as escolas do campo, logo, a Educação do Campo em Nova Iguaçu. As doze escolas tiveram as suas especificidades legitimadas, garantindo, assim, a possibilidade, a despeito de todos os ataques, da população do campo ou com características camponesas, preservar a sua identidade, a sua cultura, seus costumes, seus saberes, bem como a possibilidade de sobreviver dignamente por meio das suas atividades produtivas. O mapa a seguir mostra como as escolas do campo se encontram distribuídas no território de Nova Iguaçu.

Figura 7. Localização das Escolas do Campo de Nova Iguaçu



Fonte: Google Earth/Paulo Siliprandi.

A imagem do satélite identifica as Escolas do Campo presentes no município de Nova Iguaçu, inseridas em suas respectivas Unidades Regionais de Governo. No total, a cidade possui doze escolas definidas como do campo, são elas: E. M. de Adrianópolis, E. M. Barão de Guandu, E. M. Barão de Tinguá, E. M. Campo Alegre, E. M. Dr. José Brigagão Ferreira, E. M. Jaceruba, E. M. Jardim Montevideu, E. M. Prof^a. Lúcia Vianna Capelli, E. M. Professora Therezinha de Jesus Araújo Hermida, E. M. Shangri-lá, E. M. de Agroecologia Vale do Tinguá e E. M. Visconde de Itaboraí.

Cabe ressaltar que no universo das doze escolas do campo, três são pertencentes à URG Cabuçu, somente uma corresponde à URG Vila de Cava e oito fazem parte da URG Tinguá, que compreende o espaço da Área de Proteção Ambiental (APA) Tinguá. Foi neste espaço, limítrofe à reserva, que floresceu a Escola Municipal de Jardim Montevideu.

4.3 Conhecendo o bairro Jardim Montevideu

Essa seção é, especialmente, relevante nesta tese, já que descreve o Bairro Montevideu, local de origem das observações que motivaram a presente proposta. A história local, também, é apresentada nos tópicos 4.2 a 4.6. Ao se contar a história de um determinado lugar, pode-se promover diferentes análises sobre sua formação cultural ao carregar inúmeras especificidades (hábitos, valores, costumes etc.). Tal visão pode servir para reflexão das características culturais, bem como apresentar elementos úteis para a desconstrução de eventuais preconceitos, tendo por base o conhecimento da historicidade que forjou a memória individual e coletiva. Conforme comentado, a Baixada, infelizmente, é vista por muitos como um lugar violento. Tal denominação é estigmatizante, ao retratar somente o recorte de um horizonte simplista e preconceituoso. É possível que a perspectiva pela qual busco apresentar contribua para o desenvolvimento de novas reflexões mais positivas e amplas sobre Nova Iguaçu.

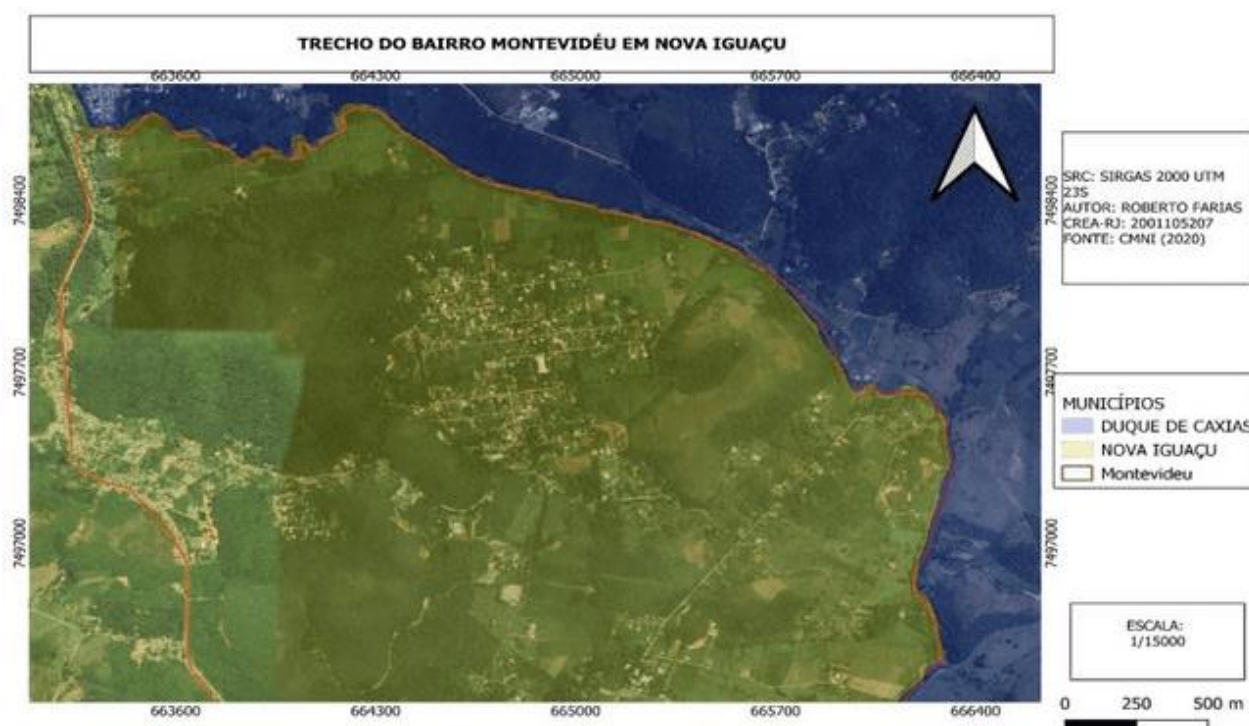
Nesse sentido, na medida em que os sujeitos se apropriam dos saberes, por meio de suas próprias experiências, podem-se propiciar caminhos que promovam a libertação. Tendo por base o pensamento de Paulo Freire, que nos instiga à necessidade de ler o mundo, por intermédio das diversidades que o compõem, a fim de que juntos possamos nos libertar e, assim, superarmos o jugo do opressor.

Assim, nas referidas seções serão apresentados elementos que permitiram um aprofundamento do conhecimento do bairro Jardim Montevideu e da luta pela escolarização da população, como: a configuração geográfica do bairro; seus limites; seu surgimento, a

partir do processo de loteamento; a chegada dos primeiros moradores e sua luta por sobrevivência; o crescimento de caráter urbanocêntrico e seus problemas; a luta pela escolarização; o protagonismo dos atores e suas ações de resistência, entre outros pontos.

Jardim Montevideu é um bairro do município Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, que faz limites com os bairros de Iguaçu Velho, Tinguá e com o distrito de Xerém, que pertence ao município de Duque de Caxias.

Figura 8. Localização do bairro Jardim Montevideu



Localizado nos limites da Reserva Biológica de Tinguá, a história da formação do bairro remonta a um processo recente, porém bastante complexo. Vale lembrar que as terras iguaçuanas foram intensamente disputadas por fazendeiros, pequenos proprietários, posseiros e quilombolas. Desta maneira, a luta pela terra expunha o cenário conflituoso entre os que controlavam as propriedades e a produção e os que trabalhavam para sobreviver na lógica de imposta.

Nesse contexto, destacarei como marco inicial o período da citricultura e o seu papel econômico, político, social e simbólico para o município de Nova Iguaçu. O cultivo da laranja foi significativo para a economia iguaçuana, pois, como entoado no décimo segundo verso do

hino municipal, ‘Dos dourados laranjais’⁴⁶, representava a expressiva riqueza alcançada pela cultura da laranja. Seguindo a esteira da pujança econômica, Nova Iguaçu destacou-se como a cidade com potencial agroexportador, fazendo com que proprietários de terras e políticos alcançassem *status* no cenário nacional durante a primeira metade do século XX.

Os ruralistas locais passaram a exigir melhores condições de estrutura e investimento (como transporte, maquinário e ensino), ao ponto de pactuarem, junto ao governo federal, presidido por Nilo Peçanha, acordos voltados ao saneamento e incentivos comerciais que beneficiassem, a partir de 1915, os seus interesses. Conforme a produção aumentava, as articulações entre produtores e esferas governamentais foram assumindo novos arranjos entre a Associação Rural de Nova Iguaçu⁴⁷, fundada em 1939, e o Ministério da Agricultura que patrocinava ações e verbas públicas para a produção dos laranjais.

A visibilidade desse período foi marcante e simbólica para Nova Iguaçu. De certa maneira, a produção acarretou uma diversificação econômica no setor de serviços, ofertando a empregabilidade direta ou indireta ligada à laranja, como no caso dos armazéns, denominados construídos às margens da rede ferroviária Central do Brasil, antiga D. Pedro II, para estocar os frutos. A citricultura fez com que o mercado de trabalho se expandisse oferecendo novas formas de emprego, como os meeiros, que eram agricultores que trabalhavam em terras particulares e dividiam os seus rendimentos com o proprietário, marceneiros que faziam os caixotes para armazenar os frutos, operários da construção civil, operadores de máquinas, costureiros/as e ambulantes. Enfim, toda atividade auxiliar e interdependente da monocultura da laranja.

Centenas de famílias dependiam diretamente dos serviços secundários da citricultura: da fabricação de caixas, do transporte das frutas desde os pomares aos portos de embarque, passando pelos barracões, do tratamento e acondicionamento das laranjas e outros serviços (Pereira, 1977, p. 140).

O investimento na citricultura tornou Nova Iguaçu uma das maiores produtoras e exportadoras do gênero. A propaganda sobre o momento foi utilizada para atrair cada vez mais investidores para explorarem as terras iguaçuanas, comprando ou arrendando propriedades no município com o intuito de promover a ilusão do enriquecimento rápido, à população mais pobre e trabalhadora, conforme conclamava o título da matéria do jornal de

⁴⁶ O Hino de Nova Iguaçu foi composto por Tereza Stella de Queiroz Pinheiro Lopes e Paulo Costa Navega e instituído pelo Decreto-Lei n.º 102 de 19 de junho de 1979.

⁴⁷ Anteriormente denominada de Associação dos Fruticultores de Iguaçu (Pereira, 1977, p. 136).

maior circulação da época, em Nova Iguaçu, O Correio da Lavoura, que trazia o título: ‘O benefício dos pomares e da pequena lavoura’.

Acentuava-se cada vez mais a vantagem, para o pobre, de ter um pomar e um terreno plantado. Ninguém pode calcular, senão depois de tê-lo experimentado, o lucro que um chefe de família pode tirar de seu pomar e da horta sobre tudo se ele de acordo com os preceitos dos mestres abalizados nesta matéria⁴⁸.

Esse panorama permite-nos compreender os motivos que fizeram com que muitos proprietários de terras, empresários, pequenos e médios produtores investissem capital e trabalho na produção das laranjas. O ciclo, como visto pela matéria jornalística da época, foi tão marcante para Nova Iguaçu a ponto de determinar mudanças estruturais, não somente no padrão econômico, mas na ocupação territorial e na distribuição populacional tanto no distrito-sede⁴⁹ quanto nas demais regiões, em especial, a de Tinguá que sofria o acentuado processo de abandono, desde a surgimento da Vila de Maxambomba (atual região central).

Foi nesse contexto que as terras de Jardim Montevideo passaram a ser exploradas para a obtenção do lucro auferido pela citricultura. Neste momento, cabe destacar a figura do empresário chamado Carl Fischer ou Carlo, como era conhecido popularmente, segundo a fala dos moradores. De origem alemã, Fischer, como também era conhecido, nasceu em Bentheim, uma pequena vila ao norte da Alemanha. Aos 19 anos, por influência das consequências causadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), decidiu imigrar para a América.

Foi então que, em 1928, após a tentativa frustrada de adentrar em solo estadunidense, desembarcou no Brasil, pelo porto de Santos, e passou a trabalhar em diversas atividades como apontador, comerciante, funcionário de olaria e bancário, profissão com a qual passou a adentrar o mundo dos negócios. Fischer fez fortuna por meio de empréstimos secretos, realizados em nome de clientes estrangeiros, e que eram investidos em diversos negócios particulares, principalmente em terras, laranjas e embarcações.

Quando o esquema financeiro foi descoberto, seus negócios já haviam prosperado, investindo efetivamente no ramo de exportação de frutas, com destaque para a laranja. De ex-funcionário, tornou-se um dos principais clientes da instituição em que trabalhava. Tendo fundado uma *holding* de empresas, dentre elas a Citrosuco, atualmente uma das maiores empresas no ramo, e a empresa de navegação Aliança, também uma das maiores do setor, na

⁴⁸ Correio da Lavoura, 25/06/1931, p. 5.

⁴⁹ Região que correspondia à sede Nova Iguaçu, antiga Maxambomba, e os atuais municípios de Belford Roxo e Mesquita.

atualidade, juntas eram responsáveis pelas exportações do grupo Fischer. Seus negócios alcançavam, desde a década de 1930, diversos países além do Brasil, como os EUA, o Japão e Bélgica, chegando a ser proprietário de estaleiros no Rio de Janeiro, na cidade de Niterói, em São Paulo, na cidade de Santos e em outras nações⁵⁰.

4.4 A Lógica de Loteamento das Áreas Rurais Igaçuanas

Desse ponto em diante, a história do bairro Jardim Montevideu imbrica-se com a do empresário Carl Fischer. Segundo os relatos dos moradores, o alemão havia adquirido uma extensa propriedade em Nova Iguaçu no distrito de Vila de Cava. Essa propriedade foi adquirida no início dos anos 1930 pelo empresário, no intuito de cultivar gêneros agrícolas, mais especificamente laranjas. Aproveitando o crescimento do potencial econômico de Nova Iguaçu na citricultura, bem como a experiência adquirida nos negócios de produção e exportação dos frutos e do suco da laranja, Fischer investiu na extensa propriedade da denominada Fazenda Montevideo.

Figura 9. Entrada da atual sede campestre da Fazenda Montevideo



Fonte: Acervo de Silva (2022).

⁵⁰ No Anexo A estão contidas algumas informações sobre Carl Fischer. Fonte: Revista Veja, nº 1013, do dia 3 de fevereiro, 1988, p. 65 e Memória, p. 72 e 73.

A foto revela a entrada da Sede Campestre da Fazenda Montevideo que era utilizada pelo empresário e, quando autorizado, tanto pelos/as trabalhadores/as da fazenda quanto pelos familiares do estaleiro Aliança, situado na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro. Contando com esta área destinada ao lazer, a extensa propriedade, continha 1.587.217,00 m², constituída por uma ampla área de cultivo voltada para a monocultura da laranja, um sítio exclusivo ao uso da família Fischer, além de dormitórios destinados aos/às funcionários/as.

Contudo, a transição dos anos 1940 para os anos 1950 impeliu à queda do preço da laranja no mercado externo, em decorrência do pós-guerra. A crise na produção iguaçuana, motivada pela expropriação das terras, pelo esgotamento dos terrenos, pelo assoreamento dos rios e mananciais e pela praga da mosca-do-mediterrâneo que acarretou, para o seu combate, no uso indiscriminado de agrotóxicos, ocasionando a contaminação dos/as produtores/as, de parte dos recursos hídricos e do solo, ocasionando a falência de proprietários, empresários e trabalhadores/as.

Aos mais pobres, restavam duas opções: permanecerem resilientes, sobrevivendo à própria sorte, ou então, buscarem outros redutos de moradia e de empregabilidade, migrando para as áreas adjacentes ao distrito-sede de Nova Iguaçu. Os mais abastados possuíam alternativas privilegiadas e passaram a renegociar frações de suas propriedades pela anistia de suas dívidas, como, por exemplo, a quitação de impostos atrasados na prefeitura e o montante maior das terras restantes, dividir em loteamentos e lucrar através da especulação do valor da venda dos terrenos.

Esse foi o caso de Carl Fischer, com a desvalorização da produção, bem como a queda nos rendimentos provenientes da expropriação dos recursos agrícolas e naturais, a fazenda Montevideo foi desmembrada e colocada à venda a partir de 1957. Uma parte bastante ampla da propriedade foi doada à Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu⁵¹, num total de 100.760 m². Cabe destacar que este dado reforça a hipótese de que a doação de uma fração generosa de terrenos à prefeitura poderia assumir alguns significados como o estreitamento das relações entre o empresários e os políticos locais, a solvência de dívidas do proprietário com a própria prefeitura ou ainda a ideia da benignidade, pois o ato de ceder terras particulares à administração pública reforçava o imaginário de generosidade, bastante presente e comumente praticado por grupos familiares que pertenciam à alta sociedade iguaçuana que utilizavam-se de ações de cunho filantrópico e político como forma de amearhar benesses

⁵¹ Anexo B. Planta; Nova Iguaçu; Cidade Jardim Montevideo; Estrada de Montevideo; Montevideo; Parada de Barreira; Estrada Morcego; Estrada Cachoeira; Estrada Graúna; Barreira; Vila de Cava; Zona Rural. Disponível em: < <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/16922>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

políticas, econômicas e/ou sociais e a ascensão ou a manutenção do *status* social entre as elites iguaçuanas.

Sobre esta estreita relação, Amália Dias, analisa a atuação dos setores agrícolas e dos políticos iguaçuanos na aproximação com o governo Vargas.

É importante notar que o evento, com uma extensa agenda de inaugurações no distrito-sede, acenava para a possibilidade de manutenção da importância das atividades econômicas dos setores agrários fluminenses na correlação de forças do pós-1930. Pelos sujeitos envolvidos, representantes do Ministério da Agricultura, ficavam patentes as relações mantidas entre as agências estatais que representavam os interesses dos setores agrários menos privilegiados durante a Primeira República e os grupos políticos e econômicos locais defensores da citricultura (Dias, 2014, p. 324).

Após o golpe que levou Getúlio Vargas à junta provisória de governo em 1930, os proprietários pertencentes à Associação dos Fruticultores de Iguaçu se organizaram entorno de um evento que conseguisse chamar a atenção do atual chefe da nação para a produção da laranja. A empreitada foi bem-sucedida, em junho de 1931, a comitiva presidencial esteve presente nas terras iguaçuanas, aproximando, assim, os vínculos e compromissos político-econômicos entre as partes.

Essa breve análise permite-nos compreender a estreita relação entre políticos e proprietários, na medida em que os seus interesses são convergentes. Além disso, a prosperidade dos seus negócios dependia de alianças em diferentes níveis. Foi nesse contexto que, após a crise que decretou o fim da citricultura em Nova Iguaçu, houve uma mudança de paradigma no mercado. A monocultura da laranja foi sendo substituída pelo mercado imobiliário da terra. Ou seja, o mesmo apoio político e econômico que era dado aos proprietários e empresários para expropriar terras e expandir suas lavouras foi atribuído para que pudessem implantar um outro modelo de desapropriação, porém voltado à venda direta de frações de terrenos em loteamentos.

A autorização dos loteamentos em Nova Iguaçu, segundo investigação realizada nos arquivos do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos da UFRRJ (RIMA), teve início no final da década de 1930. Os rumores e o princípio da Segunda Guerra Mundial podem ser entendidos como centrais para que a produção da laranja entrasse em decadência, visto que a maior parte da produção tinha como destino o mercado europeu.

Com a escalada da guerra na Europa, a solução mais rápida encontrada pelos donos da terra foi reconfigurar o acúmulo de capital por meio da especulação imobiliária dos terrenos fracionados de suas grandes propriedades agrícolas. Com isso, as notícias de que grandes

terrenos estavam sendo vendidos em Nova Iguaçu se espalharam não só pelo município, como também por outras cidades, estados e até mesmo nações. Pessoas e famílias inteiras de diversas regiões — principalmente naturais do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo, de estados nordestinos como a Bahia e de outros países, como Portugal e Japão — buscaram nas terras iguaçuanas uma oportunidade de vida melhor e de sobrevivência por meio da agricultura, adquirindo uma propriedade que pudesse ser utilizada como moradia, trabalho e renda.

Entretanto, o fracionamento da propriedade seguia, na verdade, a lógica do capital especulativo-imobiliário de comercialização de terrenos, que substituiu as grandes propriedades agrícolas e monocultoras — neste caso, os laranjais — por propriedades menores voltadas à produção de alimentos como o aipim, o jiló, o quiabo, a banana, a goiaba e outros gêneros, além da criação de animais para corte, produção de leite e derivados.

Dessa forma, os setores mais capitalizados, vinculados aos proprietários de terras e grileiros, utilizavam a sua influência especulativa — desde o auge dos lucros advindos da citricultura até o seu declínio — na negociação das terras. Subordinado ao processo de metropolização definido por Alentejano (2005), o qual acarretou modificações tanto na ruralização quanto na desruralização das grandes e médias propriedades, bem como das chácaras, que antes seguiam a lógica da agro-monocultura exportadora e que foram alterando os seus perfis produtivos, assumindo aspectos mais congêneres às características urbanas.

A negociação de frações territoriais, isto é, dos lotes pertencentes a empresas ou a grandes e médios proprietários, em consonância com os interesses do mercado imobiliário, eram estimulados pela propaganda falaciosa, da ideia capitalista, de ‘progresso’ associada às concepções de urbanização. A utilização destes princípios pode ser identificada na própria planta do loteamento, intitulado Cidade Jardim Montevideo, com os quais contribuíam para impulsionar a venda de terras, propiciando, assim, o que proponho denominar de ‘Lógica de Loteamento das Áreas Rurais Iguaçuanas’⁵².

Para comprovar a proposta conceitual, foram levantadas, do acervo do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos da UFRRJ (RIMA), aproximadamente, cento e vinte plantas de loteamentos do município de Nova Iguaçu, entre os anos de 1937 e 1973, que traziam nos registros as denominações: ‘Cidade’, ‘Jardim’ e ‘Parque’. Esta busca reforça a tese, a qual aprofundarei adiante, de que a seleção desses nomes ocorria intencionalmente, pois, seus proprietários, utilizavam-nos, também, como uma espécie de propaganda para

⁵² Ver o Apêndice A, elaborado com o auxílio da coordenadora do PVNC - NI, Nathalia Santos de Farias.

designar tanto o agrupamento de áreas quanto impulsionar as vendas delas, que inauguravam-se em abundância, numa ‘Lógica’ que atendia os interesses financeiros (capitalistas) da época, por meio do fracionamento de terras, em ‘Loteamentos’, em especial das ‘Áreas Rurais’, espalhadas pelas imensuráveis terras ‘Iguaçuanas’. Durante esse recorte, de quase quatro décadas, observa-se que esse tipo de publicidade, traduzida em nome de ‘conjunto de lotes’, visava atrair compradores/as ávidos/as para adquirir algum pedaço de terra, oriundo, em grande parte, das propriedades agrícolas, paralelamente às áreas produtoras de laranjas. Obviamente, com a decadência da citricultura os loteamentos aumentaram, porém ambas atividades eram implementadas em harmonia com os interesses dos proprietários e da especulação imobiliária.

O loteamento, em questão, encontrou na conjuntura político-econômica tanto no Estado quanto no município favoráveis desdobramentos que resultaram no acelerado fracionamento territorial. Essa lógica, bastante acentuada desde os anos de 1940, como apontava um dos principais veículos de comunicação de Nova Iguaçu, o *Jornal Correio da Lavoura*⁵³, era orientada no sentido exclusivo de atrair compradores, sem que houvesse uma preocupação governamental, muito menos empresarial, com a elaboração de um planejamento que garantisse as condições mínimas de sobrevivência e moradia dos compradores. A ausência de investimentos em infraestrutura dos bairros que surgiam nas plantas aprovadas pela prefeitura, de oferta de serviços (como escolas, postos de saúde, iluminação e transporte) à população, que crescia gradativamente, e de proteção ambiental, que visassem à preservação das áreas de reserva (Serra do Tinguá) e de lavoura, não eram nem mesmo indicadas pelo poder público.

Assim, a omissão da função pública contribuiu para um crescimento urbano desorganizado, numa área de aspectos rurais, causando transformações (sociais, ambientais, econômicas e culturais), significativas pelo modelo de produção urbano-industrial imposto pelos representantes da classe dominante, em associação aos gestores públicos (Federal, Estadual e Municipal), sobre as classes dominadas, impactando diretamente na reorganização territorial de Nova Iguaçu.

Aberta ao tráfego em 1951, a rodovia Presidente Dutra foi responsável pela incorporação de diversas áreas à malha urbana carioca. Nas suas margens instalaram-se várias indústrias, atraídas pelos incentivos fiscais (impostos mais baratos) oferecidos pelo antigo estado do Rio de Janeiro, que pretendia

⁵³ Anexo C. Edital de compra e venda de lotes. *Jornal Correio da Lavoura*, edição do dia 14 de março, página 03, 1948. Fonte: Repositório Institucional de Múltiplos Acervos da UFRRJ (RIMA). Disponível em: <<http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/2633>>. Acesso em: 15 fev. 2025. _

com isso reverter à queda da receita tributária que se seguiu a crise da citricultura. Embora afugentados das margens da rodovia pela valorização excessiva do solo, os loteamentos residenciais multiplicaram-se nos locais mais afastados do eixo rodoviário, especialmente no distrito sede de Nova Iguaçu que, não mais contando com a laranja, integrou-se definitivamente a onda urbanizadora que varria a Baixada a mais de uma década (Abreu, 1997, p. 121).

A referida diretriz de ocupação dos espaços, que seguia a ‘Lógica de Loteamento das Áreas Rurais Iguaçuanas’, inspirada na concepção do capitalismo urbano-industrial, foi modificando também a ruralidade⁵⁴ dentro dos limites territoriais do município, intensificando a luta pela terra como forma de resistência e de sobrevivência, em meio à realidade vivida pela população mais pobre que buscava na agricultura a viabilidade do seus sustento.

O avanço dos loteamentos, na carona da abertura de rodovias e das estradas centrais no município, contribuiu para a ressignificação produtiva e operacional do manejo da terra que foi sendo imposta aos produtores e produtoras, segundo os interesses políticos, econômicos e imobiliários, centrados na comercialização em feiras e/ou nos grandes centros de abastecimento⁵⁵. Ou seja, a conjuntura descrita apresenta a necessidade dos compradores dos lotes em buscar a sobrevivência, por meio das atividades agrícolas, sem que houvesse incentivos públicos para a permanência e carregando a responsabilidade de quitar as dívidas contraídas com a compra das propriedades, com a aquisição dos insumos, com os cuidados com os animais e com o provimento familiar, mediante os próprios recursos, provenientes do extenuante trabalho na terra.

Essa realidade, mesmo sendo predominante, foi intensamente rechaçada por setores reacionários da sociedade iguaçuana, que ignoravam, descredibilizavam ou tentavam apagar as reivindicações populares vinculadas aos movimentos sociais da terra, aos sindicatos, aos partidos políticos, às associações de bairro e aos movimentos eclesiásticos que se

⁵⁴ (...) trata-se de um conceito cuja abrangência transborda a difusão de atividades não-agrícolas no meio rural, pois inclui uma noção de desenvolvimento regional fundado na integração sistêmica de atividades de distintos setores da economia e envolve a noção de desenvolvimento com base nos recursos locais (Laurenti, 2000, p. 2).

⁵⁵ Os centros de abastecimentos foram idealizados em 1962, a partir da criação da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), no governo do então presidente João Goulart, no intuito de abastecer, com alimentos produzidos nas denominadas zonas rurais, as regiões centrais, de maior poder aquisitivo, da cidade do Rio de Janeiro. Em 1971 foi inaugurada a primeira unidade, no bairro do Humaitá e, em 1972, outras três, uma no Leblon, sendo estas duas na Zona Sul área de classe média alta da cidade, outra no bairro do Méier e a última no Campinho, ambos localizado na região suburbana e periférica (Lopes; Rocha, 2013). Mais tarde, a partir de 1974, com o inauguração da Central de Abastecimento do Rio de Janeiro (CEASA – RJ), no bairro de Irajá, ocorreu uma maior centralização e distribuição regional da produção, na medida em que os produtores/as de municípios vizinhos, em especial os da Baixada Fluminense como: Duque de Caxias, Magé, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti, entre outros, comercializavam neste local destinado à compra e a venda de produtos agrícolas.

posicionavam contra a forma com que os loteamentos avançavam conforme a omissão, a permissão e/ou a participação do poder público e seus diversos agentes.

A própria imprensa da época atuava dubiamente: ao mesmo tempo em que propagandeava a compra e a venda dos loteamentos, tecia duras críticas ao modelo adotado pelos governos estadual e municipal, os quais estimulava a venda de terras em Nova Iguaçu, no intuito de transformá-las numa espécie de celeiro agrícola para abastecimento de alimentos para população da capital, dos bairros mais elitizados e dos subúrbios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O jornalista Azevedo Rolim escreveu, na primeira página do jornal *Correio da Lavoura*, em 13 de outubro de 1957, uma nota especial, sobre os ‘Loteamentos Rurais’⁵⁶. Nela, o redator descreve a passividade com que as autoridades do Estado do Rio de Janeiro se colocavam a respeito do avanço dos loteamentos. Para ele este formato era uma nova roupagem, à época, do avanço do latifúndio, e como ele expulsava a população camponesa para outras regiões do Brasil, obrigando-a, com pouco ou nenhum recurso, endividar-se na compra de lotes, muitas das vezes improdutivos ou até mesmo ilegais (fruto de invasão, expropriação ou grilagem), e que não representavam o valor cobrado pelos grandes proprietários, empresários, corretores e especuladores, os quais queriam somente lucrar, a qualquer custo, com a venda das terras.

Além disso, a nota trazia também diversos fatores importantes a serem analisados e que, infelizmente, ainda se mantêm presentes na nossa contemporaneidade. Por exemplo, quando se referia aos grandes proprietários como “monopolizadores da terra” e à estreita relação política que exerciam, como no projeto de lei, elaborado pelo deputado Jayme Bittencourt, que tramitava na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A proposta buscava coibir a comercialização desenfreada dos loteamentos no estado, porém encontrava-se parado e, nas palavras de Rolim, dormia um “sono letárgico”, pois contrariava os interesses dos donos de terras, sendo urgente, segundo ele, a “reforma agrária em moldes estritamente democráticos”.

A argumentação do jornalista estava alinhada aos movimentos de luta pela terra dos anos 1950, organizada pelas Ligas Camponesas, corroborando, desta forma, com as justificativas que comprovam a nocividade que as negociações desequilibradas das grandes

⁵⁶Anexo D. Loteamentos Rurais. *Jornal Correio da Lavoura*, edição do dia 13 de outubro, páginas 01 e 07, 1957. Fonte: Repositório Institucional de Múltiplos Acervos da UFRRJ (RIMA). Disponível em: <<https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5990>>. Acesso em: 21 fev. 2025.

propriedades particulares afetava as populações mais pobres, bem como o meio ambiente, que sofria com a nefasta ‘Lógica de Loteamento das Áreas Rurais Iguaçuanas’.

Além disso, essa lógica representava a estrutura com que o capital se estruturava no território. A tendência de análise cíclica em que os loteamentos surgiriam após o declínio da citricultura pode ser rechaçada, pois tanto a monocultura das laranjas quanto a especulação dos lotes faziam parte do mesmo contexto. Contudo, a decadência da atividade agrícola incentivou a negociação de terrenos, bem como a luta pela terra.

Na verdade, assistia-se na Baixada, juntamente com a transformação do espaço rural em urbano, à valorização da terra nua em detrimento da produtiva, à imposição de uma visão da terra enquanto ativo financeiro e não enquanto meio de produção (Grynszpan, 2009, p. 42).

Essa conjuntura, associada aos demais acontecimentos como os investimentos do Estado, que estabeleceu um amplo investimento em saneamento e infraestrutura, o desenrolar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que dificultou as exportações das laranjas, o avanço das pragas que intensificaram o uso de agrotóxicos, contaminando o solo, os rios e os mananciais e a queda do preço dos produtos agrícolas, foram alguns fatores que contribuíram para ampliação do capital na comercialização de lotes. Com isso, o número de famílias à procura de terrenos na Baixada Fluminense, especialmente, em Nova Iguaçu, expandiu propiciando um fluxo migratório bastante acentuado que causou tanto o enriquecimento dos investidores (proprietários e negociadores) quanto a expulsão⁵⁷ e a disputa dos lavradores e posseiros contra os proprietários e grileiros pelo acesso à terra.

4.5 A chegada das primeiras famílias ao Loteamento Jardim Montevideo e a luta pela escolarização

Foi nesse contexto de disputas que o Loteamento Jardim⁵⁸ Montevideo floresceu, seguindo parte das dinâmicas dos anos de 1960, sendo cruciais à história do bairro, na medida

⁵⁷ De fato, o loteamento foi uma das atividades que, a partir de então, mais se expandiram na Baixada. Todavia, se, a princípio, ele contribuiu para alimentar a perspectiva de acesso à terra, aliando-se às propostas governamentais de colonização da região, já a partir de meados dos anos 40 se constituiu no principal móvel das tentativas de expulsão de lavradores que ali se estabeleceram (Grynszpan, 2009, p. 41-42).

⁵⁸ Conforme analisado, observa-se que as terminologias como ‘Cidade’, ‘Parque’ e, especialmente, ‘Jardim’ possuíam, à época, um apelo comercial sob o ponto de vista imobiliário, sendo constantemente utilizadas na nomeação dos futuros loteamentos, principalmente, o nome ‘Jardim’. Estes nomes surgiram como uma espécie de requisito à concepção de novidade ou de inéditas oportunidades que trariam a esperança de um ‘futuro’ próspero aos vindouros compradores. ‘Jardim’, ‘Parque’ ou ‘Cidade’ tiveram, na verdade, o propósito exclusivo de compra e de venda de terras, tendo na construção de um imaginário de ‘florescimento’, ao vinculá-los a elementos da natureza, a fórmula de atração de compradores, ocultando, na realidade, às concepções capitalistas (‘progresso’ e ‘futuro’) de exploração.

em que marcaram a chegada dos primeiros grupos familiares que procuravam nos terrenos da região as novas perspectivas e oportunidades de vida. Este foi o caso da família Marques, oriundos da região da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, da cidade de Manhuaçu. Maria de Lourdes Marques, mais conhecida como Dona Lourdes, uma das moradoras mais antigas do bairro, conta que chegou com o seu esposo, Renan Francisco Marques, conhecido como Mineiro, no dia 08 de outubro de 1963, trazendo a filha, Beatriz Helena Marques da Silva, que tinha apenas 10 meses.

Na cidade natal, a matriarca da família relembra que viviam do trabalho rural, por meio da criação de gado e do cultivo do café. Entretanto, naquele período a produção cafeeira, na região em que moravam, atravessava um período de baixa produtividade, fazendo com que muitos moradores de sua cidade buscassem novas oportunidades de trabalho, renda e de moradia em outros estados da Região Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, e da Região Sul.

Por causa dessa crise, o pai de Renan desejou vender a fazenda da família, uma propriedade de aproximadamente 35 alqueires e mudar-se de Manhuaçu para Engenheiro Beltrão, no Paraná. Porém, como já havia casado com a Dona Lourdes, declinou da ideia, pois ambos consideravam ser um deslocamento complexo, além disso, parte da família da sua esposa, todos mineiros, já havia fixado residência no Rio de Janeiro, na cidade de Volta Redonda, interior do estado, onde trabalhavam no ramo do comércio e na indústria como operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)⁵⁹.

O casal possuía familiares residentes tanto em Volta Redonda quanto em Nova Iguaçu, no bairro de Morro Agudo. Estes trabalhavam como vendedores em lojas do comércio varejista e vendiam legumes, frutas e verduras, provenientes da produção tanto nas próprias quitandas quanto nas feiras e nas residências espalhadas pelo município. Deles partiu a ideia que incentivou Renan a comprar um pedaço de terra para plantar e vender nas feiras. Como o preço do café havia caído muito em Minas Gerais, dificultando a sobrevivência de toda família em Manhuaçu, decidiu conhecer as terras do loteamento Jardim Montevideo.

⁵⁹ O contexto descrito remonta o efeito da conjuntura política, econômica e social, dos projetos governamentais adotados, a partir da segunda metade dos anos 50, pela presidência de Juscelino Kubitschek, com qual, devido ao forte investimento em programas de cunho industrial, resultaram, dentre diversas consequências, no esvaziamento populacional de regiões interioranas e rurais, seguido pelo aumento habitacional das regiões que centralizavam as atividades industriais, localizadas, sobretudo, em cidades dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O denominado Plano de Metas, pautado, principalmente, no incentivo da produção industrial, proporcionou o avanço de obras de infraestrutura, em especial, nas áreas urbanas, enquanto promoveu a mecanização das áreas rurais (tratores e máquinas pesadas), acentuando a competitividade desproporcional entre os grandes, os médios e os pequenos produtores.

A visita durou cerca de quinze dias e visitou diversas propriedades tanto do loteamento quanto do entorno no intuito de buscar as melhores terras para o plantio e a criação de gado. Após retornar da viagem e ter demonstrado interesse pela compra de uma propriedade, decidiu informar aos pais que pretendia se mudar com a família para Nova Iguaçu em busca de novas oportunidades. Segundo Dona Lourdes, a chácara onde mora foi a segunda residência a se instalar no local. Inicialmente, começaram a lida na terra seguindo os passos de seus parentes que chegaram anteriormente ao município, produzindo legumes, verduras e criando animais. O resultado do trabalho era comercializado nas feiras e, anos mais tarde, nos centros de abastecimento, em especial, o Ceasa.

Essas circunstâncias relatadas por uma das moradoras mais longevas do bairro, comprovam a hipótese de que o povoamento da localidade tenha iniciado a partir dos anos 1960, momento em que o fluxo de pessoas em busca de terrenos mais baratos, mais fáceis de serem comprados, por meio de longas prestações ou até mesmo pelo usucapião⁶⁰, impulsionaram a especulação fundiária e imobiliária na região. Contudo, a ideia da prosperidade propagandeada pelos corretores das terras, associado ao discurso de esperança de uma vida melhor naquela localidade serviam para atrair mais pessoas a investirem seus poucos recursos, seus vigorosos esforços, bem como seus valorosos sonhos de uma melhor oportunidade de vida no loteamento Cidade Jardim Montevideo. Porém, a expectativa contrastava com a realidade, pois o desinteresse do poder público com a região tornava invisíveis os moradores que chegavam na medida em que eram ínfimas as intervenções e os investimentos governamentais a ponto de lançá-los/las à própria sorte de sobrevivência, obrigando-os/as a buscarem alternativas próprias para solucionar as adversidades.

A falta de saneamento básico, de coleta de lixo, a dificuldade de captação e distribuição de água, o alto custo na aquisição de materiais para a construção, a carência de insumos para a produção, a falta de infraestrutura e de transporte, a inexistência de posto de saúde (até hoje) e a falta de escola, são alguns exemplos do descaso com a população que ali se formava e que se refletia na realidade dos demais loteamentos que se espalhavam na velocidade com que os interesses do capital especulativo da terra avançam pelo município, determinados pela ‘Lógica de Loteamento das Áreas Rurais Iguaçuanas’.

Com respeito à escolarização, o loteamento, segundo os primeiros moradores, era desprovido de qualquer atuação municipal, estadual ou federal. Para conseguir estudar, muitas famílias matriculavam os seus filhos no município vizinho, Duque de Caxias, onde havia a

⁶⁰ Usucapião é uma forma legal de adquirir a propriedade de um bem, como um imóvel ou um bem móvel, através da posse prolongada e sem contestação.

Escola Estadual Getúlio Vargas, que ofertava, à época, o primário.

Beatriz Helena Marques da Silva, filha de Dona Lourdes e do Senhor Renan, vulgo ‘Mineiro’, conta a saga e as dificuldades enfrentadas no deslocamento de casa para a escola. Alguns anos após chegarem ao loteamento, perto de completar quatro anos, seus pais decidiram matriculá-la na escola para alfabetizar-se. Porém, havia todo um percurso, cheio de obstáculos, a serem superados, pois todo o caminho era feito a pé ou a cavalo. Seu pai era o responsável por cuidar dela durante o trajeto pelas ruas do Jardim Montevideo, em direção ao rio Tinguá; juntos atravessavam uma passagem que havia no leito, utilizada para acessar a única ligação entre os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Importante destacar que, durante a sua lembrança, Dona Beatriz enfatiza que não houve nenhum tipo de intervenção do poder público, de ambos os municípios, no sentido de facilitar o acesso de pedestres, como na construção de pontes ou abertura de vias (estradas). Ela afirma que, se houvesse alguma construção nesse sentido (como não houve até hoje), possivelmente ela e muitas outras crianças não abandonariam os estudos naquele momento, pois, segundo ela, esta e outras passagens foram sendo desfeitas devido à invasão de proprietários que se apossavam irregularmente das terras.

Além disso, os próprios fatores naturais impediam que os/as estudantes chegassem à escola. No período de chuvas, as cheias dos rios e a queda de barreiras, por exemplo, comuns nas áreas rurais, dificultavam o trajeto. Muitas vezes, as pessoas mais velhas (adultas, jovens ou crianças) tinham que carregar os mais novos nas costas pelos caminhos enlameados, escorregadios e alagados, pois ofereciam riscos, inviabilizando tanto o acesso quanto a permanência delas (e de outras crianças que moravam no lado de Nova Iguaçu) na escola de Duque de Caxias. Ressaltando que a falta de infraestrutura, a baixa qualidade do transporte e a descontinuidade dos programas educacionais para o campo são alguns, dentre vários exemplos, causadores do elevado número de abandono estudantil, sendo esta realidade utilizada como justificativa para o fechamento de escolas do campo pelo Brasil.

O desmonte de vários direitos dos povos do campo foi uma prática recorrente nos últimos anos. Dentre esses retrocessos, destacam-se a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que aconteceu no ano de 2019, com cortes de verbas no Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) e em vários outros projetos e programas. Esse cenário exigiu que organizações, movimentos e educadores caminhassem a partir da perspectiva de resistência e luta, na construção de um projeto que avançasse em diferentes territórios de atuação (Oliveira; Silva; Silva, 2023, p. 332).

A realidade atual ainda reflete os históricos problemas político-sociais da população campestre. A falta e/ou a descontinuidade de políticas públicas acarretam o aumento das desigualdades no campo, dificultando o acesso à escolarização.

Retornando ao período de formação de Beatriz, na Escola Estadual Getúlio Vargas, este durou apenas um ano, pois correspondia apenas ao ciclo de formação da primeira série. As dificuldades acarretadas pelas intempéries fizeram com que seus pais a matriculassem na escola Municipal Parque Estoril, que funcionava num armazém situada no conjunto Jardim Parque Estoril⁶¹.

Na E.M. Parque Estoril, Beatriz permaneceu até a conclusão da quarta série primária, tendo a sua família que procurar uma nova instituição de ensino para matriculá-la, pois o colégio não ofertava turmas de 5ª a 8ª série. Ela destaca que a escola era pequena, possuía poucas salas e, por isso, era inviável a oferta de mais turmas, sendo assim, seus pais, decidiram, por falta de escola pública na região onde moravam, fazer a sua matrícula numa escola particular do Distrito de Vila de Cava, denominada de Coração de Jesus. Apesar do nome, a instituição de ensino não possuía vínculo com a Igreja Católica, porém tinha um forte laço religioso haja vista que os proprietários eram católicos.

O trajeto de casa para a nova escola era bastante exaustivo, uma vez que não havia transporte público que passasse por dentro da Cidade Jardim Montevideo e que conduzisse os moradores/as a outras localidades dificultando o deslocamento para outros bairros próximos em busca de postos de saúde, de hospitais ou de escolas. Para chegar à escola, em Vila de Cava, seu pai, que nesta época havia conseguido adquirir uma caminhonete antiga, conforme lembra, a levava ao ponto de parada mais próximo, que ficava às margens da Estrada Federal de Tinguá, que não era pavimentada, cerca de 5 km de distância da propriedade que residiam. Quando a caminhonete quebrava ou não funcionava por algum motivo, como falta de combustível, o deslocamento era feito de charrete. O relato sobre este período evidencia o descaso dos gestores públicos com a população periférica que era ignorada ou precarizada em relação à oferta de serviços básicos para sobrevivência digna: os serviços de saúde, de transporte, de empregabilidade e de escolarização.

⁶¹ Sobre este conjunto, é interessante perceber a sua semelhança com criação do Cidade Jardim Montevideo, uma vez que ambos, além de seguirem a 'Lógica de Loteamento das Áreas Rurais Iguaçuanas', a partir do fracionamento de terras que pertenciam a um grande proprietário ou empresa, carregavam no nome as palavras 'Cidade' e 'Jardim'. Segundo a planta do loteamento, Cidade Jardim Parque Estoril, aprovada no dia 03 de maio de 1945, pertencia a Empresa Urbanizadora Fluminense Limitada e, de igual modo, teve o terreno fracionado, no intuito de satisfazer os interesses especulativos do capital imobiliário. Anexo E. Planta Parcial do Loteamento Cidade Jardim Parque Estoril. Disponível em: < <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/3891> >. Acesso em: 24 fev. 2025.

A ausência do papel do Estado fazia com que algumas profissões como parteira, pelo fato de que o único hospital que fazia este procedimento, o Hospital de Iguassú⁶², ficava muito distante e, por isso, podendo acarretar risco à vida da gestante e do bebê, e professora alfabetizadora, visto às dificuldades na escolarização dos habitantes da região, fossem comuns e necessárias nas regiões periféricas e campesinas, evidenciando as incontáveis maneiras com que a população oprimida resistia frente à realidade imposta pelas classes e grupos hegemônicos.

Essa realidade serviu de estímulo para que dona Beatriz, após concluir o seu curso ginásial, desse sequência aos seus estudos, ingressando no curso de Pedagogia da Universidade Iguazu (UNIG)⁶³, concluindo em 1991. Em seguida, no mesmo ano, foi aprovada no concurso para o cargo de professora da rede municipal. Entretanto, destaca que, concomitante, à atividade como servidora pública, sempre atuou alfabetizando as crianças, os jovens e os adultos da localidade, pois a carência de uma escola, bem como as dificuldades de transporte, não permitiam que a maioria dos moradores/as conseguisse conciliar o trabalho com os estudos. Além disso, as crianças, mesmo quando não trabalhavam diretamente com os pais, com familiares próximos ou com pessoas da vizinhança, muitas vezes, não tinham alguém que as levasse à escola, aumentando ainda mais a evasão e o analfabetismo entre os residentes do Jardim Montevideo.

A iniciativa era tão comum e necessária que a sua irmã caçula, Sueli Angélica Marques Viana, teve que ser matriculada sem ser alfabetizada, para que pudesse, em seguida, mediante uma avaliação de nivelamento, ser matriculada na Escola Estadual Nilo Peçanha. Ela destaca que a realidade enfrentada pelos/as jovens e adultos/as de hoje, infelizmente, se assemelha com a vivenciada por ela durante a sua trajetória estudantil, entre as décadas de 1960 e 1970.

Ainda há uma grande dificuldade de deslocamento, mesmo com o atual programa de transporte escolar, o abandono é bastante elevado, pois a falta de investimento público em

⁶² O hospital de Iguassú foi inaugurado em 31 de março de 1935, notícia amplamente divulgada no Correio da Lavoura nas edições dos dias 04/04/1935 e 11/4/1935 (Neves, 2017, p. 29).

⁶³ Iniciando suas atividades, em 1970, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Nova Iguaçu foi a primeira unidade de ensino superior da Baixada Fluminense. Tal pioneirismo se deu com a implantação dos cursos de Letras (Habilitações: Português-Literatura e Português-Inglês), Matemática, Física, (História Natural) Ciências Biológicas, reconhecidos em 1974. Quatro anos depois, em 1974, com a quase totalidade dos cursos iniciais já reconhecidos, ocorreu a implantação da Faculdade de Direito, legítima aspiração da comunidade iguaçuana. Em 1976, o curso de Pedagogia também foi reconhecido contribuindo significativamente para a educação básica da região. Fonte: Site da Universidade Iguazu. Disponível em: < <https://institucional.unig.br/a-instituicao/>>. Acesso em: 26 fev. 2025.

outros projetos, como de empregabilidade e renda, faz com que as famílias se mantenham num quadro de pobreza constante, obrigando as pessoas a trabalharem desde cedo, substituindo o tempo de aprendizagem escolar pela lida no campo ou no comércio. Segundo suas palavras, parte dos/as moradores/as não tem a oportunidade de sair do bairro para ter um momento de lazer ou de trabalho, logo, estudar seria algo distante ou ‘desnecessário’, pois o tempo investido nos estudos na visão de muitos deveria ser revertido a outros tipos de atividades mais rentáveis.

Como exemplo, ela cita a realidade de um dos funcionários da propriedade, de 16 anos, que trabalha numa escala de meio período durante o dia e estuda à noite, numa escola estadual, no bairro de Vila de Cava, pois não existe uma escola pública de Ensino Médio próxima com a qual possa conciliar ambas atividades. Para se deslocar, o jovem estudante e trabalhador anda muitos quilômetros de bicicleta ou a pé, tendo que enfrentar as intempéries, bem como um transporte coletivo de péssima qualidade para ir à escola e voltar.

O presente relato leva-nos à reflexão sobre as diversas maneiras com que setores da sociedade civil ou seus representantes se posicionavam frente às adversidades, reivindicando a garantia de direitos básicos, como o acesso à escolarização. Apesar da demora, as conquistas não podem ser descredibilizadas, pois comprovam a mobilização dos moradores e moradoras pela conquista de melhorias ao bairro. Foi nesta perspectiva que a atuação da Dona Beatriz, como moradora e professora propiciou a convergência com história de outros/as personagens locais que buscavam na escolarização a possibilidade de desenvolvimento de cidadania, de promoção de oportunidades, de ascensão social e de outros direitos básicos para a população da Cidade Jardim Montevideo.

Em meados dos anos 1970, o processo de alfabetização e escolarização na localidade contou com a importante participação da Igreja Católica. A Paróquia de Tinguá, subordinada à Paróquia Nossa Senhora da Conceição, de Tinguá e a Diocese de Nova Iguaçu, havia inaugurado a Capela da Comunidade Católica Nossa Senhora de Aparecida, no início dos anos 1980⁶⁴, que reunia periodicamente os frequentadores da região, principalmente, nas missas dominicais e nas datas comemorativas dos festejos religiosos e tradicionais. Este movimento incluía-se num período em que ocorria um amplo movimento de organização dos moradores que lutavam por melhores condições ou resolução de problemas práticos. Esse

⁶⁴ Segundo Dona Lourdes, seu esposo, Renan Francisco Marques, o Mineiro, além de ter trabalhado como um dos voluntários durante as obras de construção da capela da Comunidade Católica Nossa Senhora de Aparecida do Jardim Montevideo, exerceu, também, no momento inaugural, como tesoureiro. A partir das anotações feitas à mão por ele, e das memórias de sua esposa, pode-se concluir que as atividades se iniciaram no primeiro dia do ano de 1984, conforme consta no anexo F.

contexto foi influenciado pelo movimento de diversas organizações das associações de bairro que marcaram a luta na Baixada e, em especial, em Nova Iguaçu, assim como o movimento religioso inspirado nas concepções da Teologia da Libertação, propagadas nas Comunidades Eclesiásticas de Base, como a do Jardim Montevideo, que teve a atuação marcante do bispo da Diocese do município, Dom Adryano Hypolito⁶⁵.

Figura 10. Capela da Comunidade Católica Nossa Senhora de Aparecida do Jardim Montevidéu



Fonte: fotos cedidas pela Profª Elizabethe Cristina Ramos Corrêa.⁶⁶

O conjunto de imagens registra o atual prédio que abriga a única igreja Católica do bairro. Segundo Dona Lourdes, mãe da professora Beatriz, a construção foi fruto da mobilização comunitária, pois quando queriam frequentar a igreja e assistir às missas

⁶⁵ Dom Adriano Hypólito foi bispo da cidade de Nova Iguaçu no estado do Rio de Janeiro. Nasceu em 1918 em Sergipe e recebeu o nome de Fernando Polito. Se tornou franciscano em 1937 e em 1942 foi ordenado sacerdote na cidade de Salvador. Participou do Concílio Vaticano II (1962 – 1965), quando foi indicado como bispo auxiliar da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Nomeado pelo papa Paulo VI chegou à Nova Iguaçu como bispo em 1966, onde ficou até 1994. Dom Adriano faleceu em 1996. Na conflituosa cidade de Nova Iguaçu, mesmo perseguido pela ditadura militar, pelas elites locais e enfrentando oposição dentro da Igreja, Dom Adriano desenvolveu uma pastoral que o converteu em uma figura de grande expressão nacional (...). Era um seguidor da Teologia da Libertação, mas tal posicionamento era perigoso em um período em que a América Latina era dominada por regimes autoritários (Kronemberger, 2019, p. 126).

⁶⁶ Companheira de militância e de profissão, educadora do Campo, mestra em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Especialista em Educação do Campo pela mesma universidade e Especialista em Ensino de Geografia pelo Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica (CESPEB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Falaremos, mais adiante, sobre as suas memórias acerca da Escola Municipalizada Jardim Montevidéu.

dominicais tinham que se deslocar, por um longo e cansativo trajeto, até a Paróquia de Tinguá ou então esperar a chegada das freiras que realizavam o trabalho missionário na localidade.

As visitas eram periódicas e contavam com a presença de várias religiosas, entretanto existiam algumas que tiveram, em suas palavras, uma presença mais expressiva em razão do envolvimento com as questões relacionadas à melhoria do local. As irmãs, como eram carinhosamente chamadas, Eva, Solange (de nacionalidade Suíça), estas duas freiras, e Josefina, visitavam as residências, realizavam celebrações nos lares, atuavam no apoio educacional das crianças e ainda promoviam o recolhimento, a doação de alimentos, de roupas e de materiais escolares entre os/as moradores/as.

Figura 11. As irmãs da Comunidade Católica Nossa Senhora de Aparecida do Jardim Montevideu



Fonte: fotos do acervo da Professora Beatriz. À esquerda, a Freira Eva, ao centro a Freira Solange e à direita a Irmã Josefina.

Geralmente, as cerimônias ocorriam na casa de uma vizinha conhecida como Dona Silvia, onde as famílias se reuniam em torno das preces, dos círculos bíblicos, dos seminários, das novenas, das músicas e das confraternizações, como mostram as fotos.

Os encontros, como o tempo, foram se regularizando, atraindo mais adeptos, promovendo mais festejos (com comidas preparadas com produtos cultivados na comunidade

como aipim, milho, leite, queijo e outros) e fortalecendo os laços comunitários ao ponto de decidirem construir uma estrutura que abrigasse, adequadamente, os fiéis e os representantes responsáveis pela condução das missas. Com o apoio da comunidade, foram reunidas doações de materiais de construção. Dona Lourdes lembra que o falecido esposo havia doado as janelas, um amigo, chamado Oseas, contribuiu com a porta e muitos da vizinhança haviam comprado e/ou feito tijolos, contando com o trabalho das pessoas envolvidas na empreitada, a capela foi erguida. Com muita satisfação, recorda que o dia da inauguração foi marcado por uma missa celebrada pelo Bispo de Nova Iguaçu à época, Dom Adriano Hypólito, clérigo que possuía um histórico de militância na luta contra as desigualdades, nas causas sociais e que, frequentemente, visitava a comunidade no caminho à Paróquia de Tinguá.

Sobre a capela, rememora que o seu esposo exerceu, voluntariamente, a função de secretário, tendo a responsabilidade de administrar as despesas, organizar os eventos, agendar as datas de casamento e batismo, por exemplo, bem como coordenar os espaços para as cerimônias e estudos bíblicos. Foi a partir daí, que a igreja passou a desempenhar um papel social bastante relevante para a comunidade, uma vez que o seu espaço passou a ser utilizado, também, para oferta de aulas, possibilitando o acesso aos estudos, mediante a formação de classes de alfabetização e de formação de jovens e adultos.

A escolarização sempre foi um problema no território. Desde que o loteamento foi autorizado pela prefeitura e os primeiros lotes de terra passaram a ser negociados, a população tendeu a crescer exponencialmente, pois o aumento no volume de venda de terrenos atraía uma grande quantidade de famílias em busca de melhores condições de sobrevivência. Consecutivamente, a ideia de evolução, por intermédio da educação, passou a ganhar força entre as pessoas que viviam na Cidade Jardim Montevideo. Ter uma escola no loteamento tornou-se um desejo coletivo que agregava a população em torno de um ideal de mobilização.

Além de uma escola pública, os moradores e moradoras eram desprovidos dos demais serviços, como saneamento, água encanada, rede de distribuição de energia elétrica, transporte de qualidade e posto de saúde, que obstaculizavam a subsistência e a permanência no local escolhido para viverem. Destaca-se que o projeto do loteamento não fazia menção a espaços coletivos, como praças, áreas de lazer, posto de saúde e uma escola.

Embora houvesse, na planta, espaços doados à prefeitura, esta, durante anos, realizou poucas ações efetivas que visassem à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da comunidade, ainda que suas produções desempenhassem uma função estratégica e importante no cultivo de alimentos, tanto para Nova Iguaçu quanto para o Estado do Rio de Janeiro.

O desamparo por parte do poder público serviu de mote para que algumas lideranças alcançassem destaque na comunidade. Eram pessoas que buscavam resolver problemas práticos, que iam desde uma simples capina de terrenos ou retirada de entulho das ruas até questões mais complexas, como a vacinação dos recém-nascidos, das crianças e dos jovens, bem como a construção de uma escola.

Nesse contexto, a mobilização popular em torno da escolarização no loteamento convergiu com o apoio da Diocese de Nova Iguaçu, sob a liderança do bispo Dom Adriano Hypólito, pois a concessão do espaço na igreja local evidenciou a necessidade da construção de um espaço escolar apropriado.

Essa junção de fatores, segundo os moradores, contou com a ação de uma pessoa que surge na fala de muitos/as moradores/as, a Dona Denise. Interessante perceber como este nome encontra-se vivo na memória dos/as entrevistados/as, em especial nos relatos da professora Beatriz e da sua mãe Dona Lourdes.

Segundo elas, Denise era uma mulher bastante combativa no loteamento, pois lutava pela garantia de direitos básicos à comunidade como limpeza das ruas, a regularização dos lotes, a escolarização dos/as moradores/as, a vacinação das crianças e até mesmo a construção de uma escola. As duas lembram que, na questão da vacinação, as crianças corriam da ‘Tia Denise’, como diziam, com medo da imunização, pois ia de casa em casa, com os agentes da prefeitura, para aplicar as doses.

O protagonismo de Dona Denise era tão relevante que, de acordo com Beatriz, resolveu lutar, com a comunidade, pela construção de uma escola pública. Foi então que teve a ideia de elaborar um documento, uma espécie de censo demográfico-educacional, contendo um quantitativo de estudantes que estavam sendo alfabetizados/as. Portanto, solicitou os dados quantitativos de alunos/as, anotando seus nomes, de seus familiares e o endereço de suas residências e, com isso, foi redigido um documento para ser entregue aos representantes públicos da Prefeitura de Nova Iguaçu e do Governo Estadual do Rio de Janeiro.

Como se nota, o protagonismo dos sujeitos, em especial das mulheres, foi um fato marcante no desenvolvimento do Jardim Montevideo. Nesse contexto, a luta e a resistência desses sujeitos foram fundamentais para garantia de acesso a direitos básicos como educação, saúde e saneamento básico. Os relatos da professora Beatriz e de sua mãe Dona Lurdes, a partir da memória, forneceram dados valiosos para conhecimento do processo de formação do bairro.

4.6 O bairro e a escola

Desde o início do processo de loteamento, o bairro de Jardim Montevideo não deixou de crescer em relação ao número de habitantes. Entretanto, o crescimento desordenado revelava a falta de investimento, principalmente público, que dificultava a sobrevivência dos/as moradores. Essas adversidades são presentes até os nossos dias tanto materialmente, concretamente, quanto subjetivamente, presente na memória das pessoas, como descreveu Silva (2022)⁶⁷:

Em consultas à comunidade escolar, realizadas com os educandos ao longo desses anos, observou-se que os moradores se referiram ao Jardim Montevideu como um lugar tranquilo, mas esquecido pelo poder público. Segundo o relato de uma moradora, após seu casamento ficou assustada quando se mudou para o bairro, porque o lugar não tinha ‘nada’! E os moradores sentiam-se esquecidos pelas autoridades municipais (*Ibid.*, p. 49).

O relato evidencia que o bairro assumia diversas características até mesmo controversas, pois era um lugar calmo e tranquilo de se viver, sofria com o abandono do poder público municipal, pois não havia interesse de investimento na região fazendo com que os moradores/as dependessem da junção dos seus próprios esforços, particulares e/ou coletivos para adquirirem recursos básicos à sobrevivência, como o acesso à água e à coleta de lixo “Havia uma ‘biquinha’ onde os moradores utilizavam a água para o consumo, terrenos baldios que acumulavam o lixo, mas que na maioria das vezes, eram queimados na casa dos próprios moradores” (*Ibid.*, p.49).

Sobre a ‘biquinha’, como é mais conhecida, continua presente na memória do bairro. Mesmo tendo sido desativada, no início dos anos 2000, após a chegada da rede de distribuição de água (ainda precária e que não atende a todas as residências do bairro), permanece como um monumento patrimonial da história local, ao constar como uma referência entre os/as moradores/as de um período que remonta a conjuntura do processo de organização do bairro.

⁶⁷ Simone Pinheiro da Silva exerce, atualmente, a função de Diretora Geral da Escola Municipalizada Jardim Montevideu, além disso, é pesquisadora e mestra em Geografia formada pelo Instituto de Geociências/Instituto Multidisciplinar Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ. Mais informações: < <http://lattes.cnpq.br/9190534548185554> >. Acesso em: 11 jun. 2025.

Figura 12. Fonte de captação de água “Biquinha”



Fonte: acervo de Silva (2022).

Segundo Silva (2022), esta estrutura serviu durante anos como a primeira e única fonte de água potável, não férrica, da região. Segundo os/as moradores/as, a ‘biquinha’ foi construída pelas primeiras pessoas que compraram os lotes, o que nos leva à hipótese de que o seu funcionamento deva ter durado por quase meio século. Esse longo período de uso, desempenhando uma função estrutural para a sobrevivência dos/as habitantes do bairro, pode explicar o porquê dela estar tão presente na memória coletiva da população local até os dias atuais.

O exemplo da ‘biquinha’ demonstra que a organização coletiva da comunidade correspondia a um caminho viável para a conquista de suas necessidades básicas. No mais, somente através da provocação ao poder público seria acessível o alcance da oferta de água, transporte, iluminação e escolarização. Foi nesse panorama que a Escola Municipalizada Jardim Montevideó começou a ser construída, em 1984 (*Ibid.*).

Conforme rememorado pela professora Beatriz e confirmado pela sua mãe, Dona Lourdes, um grupo de moradores/as coordenado pela Dona Denise, aproveitou o momento em que foi organizada uma manifestação na rodovia Presidente Dutra, nas proximidades da região conhecida como Morro Agudo, para entregar às autoridades locais o censo de

estudantes do bairro, junto a um abaixo-assinado que exigia a construção de uma escola no bairro. Segundo contam, após o evento, a referida documentação chegou às mãos do governador, à época Leonel Brizola, do seu vice Darcy Ribeiro ou do secretário de educação, o professor João Batista de Araújo. Esse período coincidiu como um momento marcado por uma série de mobilizações populares que reivindicavam a garantia de direitos, como a construção de escolas, por exemplo, num período em que a presença e a organização das Associações de Moradores e de Bairro na Baixada Fluminense, durante os anos de 1980, foi fundamental na luta pelos direitos básicos.

O movimento social serviu de inspiração para que outros tipos de coletivos se mobilizassem no intuito de cobrar do poder público a garantia de seus direitos. Seguindo esta onda da mobilização social, representantes do bairro Jardim Montevideo se organizaram em torno do objetivo de cobrarem a construção de uma escola num evento de grande visibilidade, para o Governo Estadual e, assim, pressionar os seus representantes a respeito da necessidade de uma instituição que lhes garantisse o acesso à educação.

Essa conjuntura derivou de um processo mais amplo de abertura política que ganhou força a partir do final da década de 1970 quando os debates sobre o retorno da democratização figuravam como um reflexo de esperança no horizonte sombrio do regime militar. As expectativas que eram construídas em torno das distintas mobilizações sociais, com grande aderência e participação popular, ecoaram ao ponto de cultivar e propagar um sentimento coletivo em favor da abertura política e o retorno do governo civil. Com o passar dos anos, o ânimo popular se enraizou de forma vigorosa, saindo das ‘periferias’ para o centro dos debates políticos, culminando com a redemocratização em 1985, tendo como marco a promulgação da Constituição Federal, em 1988.

O Governo Estadual do Rio de Janeiro optou, nessa mesma época, por amplo investimento da implementação e expansão dos sistemas escolares baseados nos princípios educacionais que garantissem um amplo acesso ao ensino, em horário integral, às crianças e aos/as jovens. Tratava-se de um momento marcado por uma disputa política do contexto de redemocratização do Estado brasileiro no qual, de um lado, havia os defensores do autoritarismo e das políticas conservadoras e, de outro, os defensores da democracia, ainda embrionária.

Cabe destacar que o governo Brizola se insere em um contexto marcado pela ideologia do desenvolvimentismo, pelo populismo e pelo conflito acirrado entre grupos que defendiam diferentes projetos de sociedade e de futuro para o estado e para o país (Quadros, 2001, p. 1).

Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), segundo a citação, desempenharam, dentre as diversas funções sociais e educacionais, o papel político de afirmação do governo Brizola, confirmado pela memória do pseudônimo com que as estruturas, até hoje conhecidas como ‘brizolão’. Esta experiência adotada por Brizola, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, apelidados de ‘brizoletas’, marcou a sua política educacional, servindo de base, anos mais tarde, para os CIEPs, bem como na construção do imaginário do ideal de educação diretamente associado à imagem de Leonel Brizola.

De 1959 a 1963, o estado do Rio Grande do Sul foi governado por Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse período, o governo do estado implementou o projeto educacional ‘Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul’. Tal projeto resultou em significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público do estado. Construíram-se prédios escolares – que ficaram conhecidos como brizoletas ou escolinhas do Brizola – contrataram-se professores e um significativo número de novos alunos foram matriculados. Este processo ainda sobrevive na memória de grande parcela da população do estado e marcou positivamente o imaginário de realizações de Brizola (Quadros, 2001, p. 1).

Desde quando governou o Rio Grande do Sul, Leonel Brizola fazia o uso político das medidas governamentais, nas concepções populistas. Como destacado, as ações positivas, que tinham um apelo e impacto social entre as camadas populares, como a construção de escolas, fixavam-se no imaginário coletivo a ponto de arvorá-lo como uma espécie de representante central das medidas necessárias ao desenvolvimento de educacional. Estes fatores nos auxiliam a compreender os motivos que levaram a população do bairro Jardim Montevideo a se mobilizar em torno da oportunidade de entregar nas mãos dos governantes locais ou de algum de seus representantes a documentação que atestava os anseios acerca da necessidade de uma escola pública para o bairro.

A crença, praticamente messiânica, de que Leonel Brizola fosse o único capaz de garantir os seus direitos, alimentava a subjetividade dos/das moradores/as, por isso, e não por mero acaso, que até hoje a escola, mesmo sendo gerenciada pela prefeitura, é chamada, também, de ‘brizolinha’. Numa alusão à memória tanto do governador quanto do símbolo, numa escala menor, que representavam os CIEPs, conhecidos popularmente em quase todo o Estado do Rio de Janeiro como ‘Brizolão’.

Após a mobilização popular, as obras da Escola Estadual Montevideo foram iniciadas em 1984, porém só foram concretizadas em 1991, quando o espaço foi entregue à comunidade, como aponta Silva (2022):

No entanto, a escola era e ainda é o único equipamento sob a responsabilidade do poder público no bairro. E é por meio dessa instituição com função educativa e formadora, que se pode iniciar uma transformação na vida da comunidade. A Escola Municipal Jardim Montevideo foi construída em 1984, como escola da rede estadual de ensino, e levou sete anos para ser efetivamente inaugurada e colocada em funcionamento (Silva, 2022, p. 50).

A atual diretora descreve, na sua dissertação de mestrado, a importância da escola para o bairro, mesmo tendo demorado sete anos para ser inaugurada e colocada a serviço da população, a instituição representava, em suas palavras, o único equipamento do poder público, na época estadual, que oferecia algum tipo de atendimento aos/as cidadãos/as naquele território. Em seguida, a escola foi municipalizada e, desde 1996⁶⁸, a sua gestão “passou a ser de competência do município de Nova Iguaçu” (*Ibid.*, p. 50). O prédio foi erguido numa área central do bairro, num terreno cedido ao Estado.

Figura 13. Localização da Escola Municipalizada Jardim Montevideo

⁶⁸ Anexo G: Lei nº 2.739, de 10 de junho de 1996, que cria a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu nas escolas recém-municipalizadas, entre elas a Escola Jardim Montevideo, que era estadual. Disponível em: < <https://pgm.novaiguacu.rj.gov.br/Documentos/LeisOrdinarias/Leis-Ordinarias-1990-1999/Lei%20n%C2%B0%202.739%2C%20de%2010.06.1996%20-%20Cria%20na%20estrutura%20organizacional%20da%20Secretaria%20Municipal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20doze%20cargos%20comissionados%20que%20especifica.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2025.



A imagem retrata, ao centro, a atual estrutura da escola, definida como do campo pela prefeitura. Observa-se que ela se destaca das demais construções, sendo referência no bairro. Situada na Rua Dona Erica, sem número, na região do Tinguá, município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, a Escola Municipalizada Jardim Montevideo atualmente é composta por 142 estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 3 funcionários que cuidam limpeza, 2 responsáveis pela portaria, 2 cozinheiras, 5 estagiárias e 15 professoras/es.

Estruturalmente, a unidade escolar conta com 10 salas de aula, sala de direção, sala de orientação pedagógica, sala para professores/as, sala de leitura, biblioteca, quadra poliesportiva, parquinho, área verde, horta, refeitório e um pátio amplo.

Apesar do presente quadro funcional e da estrutura serem satisfatórios, a instituição de ensino atravessou momentos complexos e bastante conturbados, desde a inauguração até a municipalização, na medida em que não havia um desejo, principalmente político, de investir na escola, pois se apoiavam da sua condição de encontrar-se situada num território afastado da região central do município e de ser constituída, predominantemente, por aspectos rurais para justificar a falta de investimento.

O primeiro contato com a escola - ministrando aulas nas séries iniciais e recém concursada - não foi nada fácil, devido a aparência de abandono da unidade escolar. Cercas enferrujadas, carteiras com cupins, paredes e chão

mal cuidados; poucos funcionários: dois da cozinha, três da limpeza, a diretora e secretária (Silva, 2022, p. 50).

Segundo o relato da atual diretora, no momento em que assumiu a matrícula como concursada em 2007, a escola sofria há anos com o abandono e a falta de manutenção. Além disso, por se tratar de uma área rural, de difícil acesso, sofria com a falta de políticas e investimentos públicos.

A escola, assim como as demais instituições periféricas, padecia com a carência de quase tudo que era necessário para o desenvolvimento de um ensino de qualidade como espaço adequado, higiene, material escolar, segurança, funcionários de apoio, e professores/as.

Em relação à carência dos/as professores/as, por se tratar de uma função central (sem menosprezar os demais problemas), a falta destes profissionais dificultava a dinâmica da escola, pois, por ser pública, necessitava do envio de profissionais concursados/as para lecionar as disciplinas regulares. No entanto, a E.M. Jardim Montevideo carregava diversos estigmas, em especial aos/às recém-concursados/as que ingressavam em seu quadro funcional.

Nesse sentido, podem ser destacados pelo menos seis eventos considerados pontos negativos que dificultam o desenvolvimento dos processos educativos dessa unidade.

Primeiro: havia os/as profissionais que viam na instituição somente uma possibilidade de acréscimo salarial devido ao pagamento de auxílio de difícil acesso e dobra de carga-horária (hora-extra) pagos pela prefeitura.

Segundo: a posição do concurso fazia com que a escola, assim como as demais escolas periféricas, estivesse entre as últimas opções a serem selecionadas pelos/as recém-empossados/as, ou seja, por conta da distância e da ordem de chamada dos/as classificados/as, este critério de escolha e distribuição prejudicava a sua dinâmica funcional.

Terceiro: a incompatibilidade de adaptação e/ou empatia dos/as profissionais com o trabalho nas escolas rurais, como não havia nenhum tipo de formação (lembrando que os debates acerca da Educação do Campo ainda estavam em discussão neste período) os/as profissionais que chegavam não possuíam nenhum apoio pedagógico da secretaria municipal (nem mesmo estadual, antes da municipalização) que contribuísse para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e de permanência.

Quarto: a imposição dos conteúdos que privilegiavam os aspectos urbanos e distanciavam os/as estudantes dos saberes locais, desestimulando a vivência campesina e influenciando o ideal de repulsa do campo em detrimento da valorização da cidade.

Quinto: devido à distância e às adversidades no acesso, a escola, como outras do município, era utilizada para penalizar algum desafeto, servindo como uma espécie de punição geográfica.

Sexto: a falta de investimento em infraestrutura que dificultava o deslocamento dos/as profissionais, dos/as estudantes e de todos aqueles/as que necessitam chegar à escola.

Tais fatores, com as demais particularidades cotidianas do ambiente escolar, corroboraram para que a instituição fosse se adaptando, mediante as inúmeras adversidades, em busca da manutenção das suas particularidades, da sua autonomia administrativa e educacional, bem como do cumprimento do seu papel social, conforme lembra Silva (2022).

Naquele momento minha função era integrar o quadro de professores, que até então trabalhavam no regime de dobra de carga horária, ou seja, com contratos de hora extra oferecidos àqueles com matrícula na rede, fazendo com que houvesse um menor comprometimento profissional, em detrimento da sua escola de origem (onde estava a matrícula). Algumas turmas eram multisseriadas, e o quarto e quinto anos concentravam a maior parte dos alunos, resultado da retenção nesses períodos, havendo assim, sérios problemas de distorção idade-série (*Ibid.*, p. 50).

A realidade descrita demonstra como as problemáticas relativas à falta de investimento público na educação prejudica parte da população que depende exclusivamente da escola pública.

Nas regiões periféricas, no contexto do campo, esta realidade de abandono é ainda mais evidente, pois além de todas as pechas que alijam a classe trabalhadora, ocorrem os desígnios da histórica luta pela terra em que grandes proprietários, empresários e seus herdeiros, ainda concentram em suas mãos a maioria das terras produtivas do Brasil.

Num de seus relatos, a diretora Simone Pinheiro da Silva rememora o dia em que chegou pela primeira vez em Jardim Montevideo e do trajeto até a escola. As ruas que cortavam o bairro não recebiam nenhum tipo de patrolamento⁶⁹, dificultando o acesso de veículos, obrigando a todos a caminharem por trilhas empoeiradas ou enlameadas.

Apenas duas linhas de ônibus circulavam pela estrada principal (Estrada Federal de Tinguá), tanto o traslado quanto o tempo de espera no ponto eram extremamente demorados, pois ambas tinham como destino a praça de Tinguá, sendo que uma partia do centro de Nova Iguaçu e a outra da Pavuna, subúrbio do Rio de Janeiro.

⁶⁹ Termo utilizado para se referir ao nivelamento ou uniformização do solo. Este sistema de terraplanagem é muito comum em áreas rurais através da utilização da tração animal ou de máquinas conhecidas como motoniveladoras (patrol). Exemplo: “Limpar ou nivelar estradas com patrol, máquina utilizada em serviços de terraplanagem: a prefeitura chegou a patrolar a via”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/patrolar/>>. Acesso em: 04 mai. 2025.

Havia uma Kombi, cedida pelos/as moradores/as, que auxiliava no transporte até a estrada. Quando chovia muito, geralmente, as aulas eram suspensas, pois era impossível entrar ou sair do bairro. Antes de se apresentar na escola, Simone lembra da necessidade de imunizar-se contra possíveis doenças. Por orientação da prefeitura, todos/as os/as funcionários/as da escola eram obrigados/as a se vacinarem contra a febre-amarela para evitar o contágio e a disseminação da doença.

Como morava longe, em Vila Isabel, e estudava à noite na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no Maracanã, ambos na Zona Norte do Estado, e à tarde ainda lecionava no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, pela rede estadual, era necessário acordar muito cedo, pegar o metrô até a Pavuna, em seguida o ônibus em direção à Tinguá, depois saltar na entrada do bairro Jardim Montevideo e, finalmente, pegar a Kombi, ou então caminhar a pé até a escola para iniciar sua aula por volta das sete e vinte da manhã.

Ademais, havia outras adversidades que atrapalhavam o desenvolvimento da escola, uma delas era a falta de recursos para a manutenção, lembrando que, nesta época a escola correspondia a um ambiente, segundo Simone, ‘fúnebre’, ‘feio’ e ‘perigoso’.

Figura 14. E. M. Jardim Montevideo (2010)



Fonte: imagens cedidas pela coordenação da E. M. Jardim Montevideo.

A situação de abandono sobrecarregava os/as funcionários/as da limpeza, professores/as, além dos/as responsáveis que procuravam ajudar, voluntariamente, na manutenção do espaço, na tentativa de solucionar os problemas que não atrapalhassem tanto a

rotina. A situação se agravou de tal maneira que ocasionou no final do ano de 2009 a interdição temporária do prédio pela Defesa Civil para que fossem feitas reformas emergenciais durante o recesso escolar. No entanto, o serviço nem mesmo havia iniciado efetivamente. Enquanto isso, as estruturas se deterioravam cada vez mais, causando uma revolta entre os/as moradores/as e funcionários/as. O quantitativo de alunos/as diminuiu por causa desta realidade, a escola foi ameaçada de fechamento à revelia da comunidade. A conjuntura adversa propiciou a formação de uma comissão de professores/as, de pais, mães e responsáveis que se uniram no intuito de reivindicar o direito à manutenção da escola no bairro. Após a mobilização, a prefeitura, evidenciando a falta de planejamento, deslocou a escola para o Sítio Dona Dalva, situado próximo à unidade, completamente inadequado, improvisado, inseguro, sem qualquer estrutura para o desenvolvimento do ensino de qualidade.

Diante do caos, a direção foi exonerada, em seu lugar, a atual diretora, Simone Pinheiro da Silva, foi nomeada para o cargo de diretora-geral da Escola Municipalizada Jardim Montevideo⁷⁰. Após um amplo movimento coletivo, que contava com o apoio de professoras/es, funcionários/as, mães, pais e responsáveis, ela assumiu o cargo com a incumbência de administrar e, junto aos demais sujeitos da comunidade escolar, solucionar os vastos problemas que prejudicavam o andamento do ano letivo. Todavia, a tarefa era bastante complexa, pois tratava-se, principalmente, de transformar um espaço totalmente inadequado (um sítio), numa escola, até o término das obras do prédio principal.

Figura 15. E. M. Jardim Montevideo improvisada nas dependências do sítio Dona Dalva

⁷⁰ Durante a entrevista, Simone Pinheiro da Silva lembrou com orgulho e precisão a data da sua nomeação, no Diário Oficial da Prefeitura de Nova Iguaçu, ocorrida no dia 26 de abril de 2010.



Fonte: imagens cedidas pela coordenação da E. M. Jardim Montevideo.

Com o auxílio dos/as professores/as, funcionários/as e da comunidade escolar, os espaços do terreno improvisado foram sendo adaptados no decorrer do ano letivo de 2010, porém sem a qualidade devida, para atender as demandas necessárias de uma escola. Por exemplo: o muro da fachada teve que ser pintado para poder identificar a escola, ao invés do sítio, a direção foi acomodada no espaço onde antes era um canil. O computador e a impressora pertenciam à diretora, o armário e as mesas foram retirados da escola que estava em obras, o galpão foi utilizado para alocar as turmas que ficavam separadas por divisórias. Para piorar, os ambientes não possuíam ventilação, nem iluminação adequada. As mobílias das ‘salas de aula’ (carteiras, mesas e cadeiras) foram reaproveitadas ou cedidas por outras unidades escolares.

A situação de abandono prolongou-se por todo o ano de 2010. No ano seguinte, as obras foram concluídas, contudo, a escola não havia recebido, por parte da prefeitura, os recursos necessários para a realização das atividades do ano letivo que estava prestes a iniciar-se. A diretora relembra que não havia mesas, nem cadeiras e nem armários para o trabalho da secretaria; não foram enviadas mesas e cadeiras para os/as estudantes; faltavam utensílios na cozinha, como panelas e pratos, ou seja, o cenário se repetia, em 2011, a diferença era o espaço recém-reformado e não mais o sítio improvisado.

A precariedade das instalações improvisadas no sítio e, em seguida, o retorno às antigas dependências, agora reformadas, ocasionaram a perda de muitos documentos devido às águas das chuvas que se infiltravam nos arquivos. Mesmo com toda a preocupação e o profissionalismo dos/as funcionários/as não foi possível resgatar toda a documentação, resultado do extremo descaso da administração à época que, praticamente, abandonou a escola à própria sorte, sob a responsabilidade, quase que exclusiva dos seus profissionais e da comunidade.

O telhado não estava concluído, algumas salas sem terminar, faltavam mobílias, além disso, os móveis antigos e restos de entulhos da obra, que deveriam ser recolhidos pela prefeitura, atrapalhavam a rotina diária. A escola, que havia sido designada como escola de tempo integral, teve o horário de atividade estendido até o final da tarde. A celeridade das obras, que demandavam pressa devido ao retorno das aulas, cooperou para muitos ambientes estarem mal reformados ou inacabados. Para mitigar os inúmeros revezes, a diretora recorreu aos/às moradores/as e a outras instituições públicas e privadas no intuito de adquirir doações de todo tipo para a escola.

Foram obtidas telhas, para diminuir a sensação térmica de calor e evitar que as turmas tivessem aula embaixo das árvores, bem como evitar infiltrações e goteiras nos dias de chuva. Mesas e cadeiras, doadas por uma escola particular tradicional⁷¹ no Rio de Janeiro, que acabara de encerrar as suas atividades e até mesmo brinquedos para o espaço de lazer.

4.7 A Educação do Campo na Escola Municipalizada Jardim Montevideó

As condições degradantes, vivenciadas neste momento, infelizmente refletiam e ainda refletem na realidade de inúmeras escolas públicas brasileiras. As regiões periféricas, onde as instituições do campo se fazem presentes, encontram ainda mais dificuldades, pois além do descaso das autoridades que veem estas unidades como dispendiosas ao erário, há também o interesse privado dos grandes proprietários e especuladores em expulsar a população mais pobres de suas terras no intuito de aumentar o controle tanto fundiário quanto sobre a exploração do trabalho daqueles/as que são, constantemente, desapropriados/as.

⁷¹ A Moderna Associação Brasileira de Ensino (MABE), localizava-se no número 124 da Rua do Riachuelo. A escola encerrou as suas atividades em 2011, ano em que completaria nove décadas de existência. Disponível em: <http://www.jornalfolhadocentro.com.br/index.php?edicao=181&pagina=3&id_noticia=634>. Acessado em: 10 mai. 2025.

O fechamento das escolas do campo tornou-se uma prática vinculada a concepções políticas que se fundamentam nos moldes neoliberais, cujos alicerces se sustentam historicamente na negação dos direitos camponeses. Pesquisas apontam que, nas últimas duas décadas, entre os anos de 1997 e 2018, foram fechadas mais de 80 mil escolas no campo. De acordo com um levantamento realizado a partir de estudos mais recentes, pode-se observar na (...) que, só entre os anos de 2018 a 2021, foram fechadas um total de 4.052 escolas do campo no Brasil. O recorte temporal apresenta um panorama da realidade que o campo brasileiro vive hoje, situação esta que continua avançando consideravelmente e que, conseqüentemente, tem levado o território do campo a permanecer sendo historicamente relegado a uma cultura de expulsão de camponeses (Oliveira; Silva; Silva, 2023, p. 333).

Essa realidade permite-nos compreender que, sem terra, sem trabalho, sem escola e sem perspectiva, a alternativa mais comum de muitas famílias é rumar em direção à cidade. Aos que resistem, a realidade árdua é vista em, praticamente, todos os âmbitos, entre eles, o educacional, na medida em que, além da carência de espaço físico para a prática das atividades e vivências escolares, os/as estudantes do campo esbarram com a falta de profissionais (professores/as, gestores/as, mediadores/as merendeiros/as, porteiros/as, etc.), de mobílias adequadas, de recursos pedagógicos, de material didático, de merenda, de rede de conexão à internet entre outros infortúnios.

Outro fato que deve ser considerado são as turmas multisseriadas, esta modalidade que consiste na junção de estudantes de séries variadas e idades diferentes, é utilizada pelas secretarias educacionais como recurso para alocar o maior número de alunos/as possível num mesmo espaço, desconsiderando as especificidades locais, como a distância e as possíveis barreiras naturais (travessia de rios, de mares, de florestas, de matas, de estradas, de lugares de difícil acesso), além da própria especificidade do processo educativo, que é distinto para cada série.

Sem a existência de transporte escolar ou de uma unidade próxima, em que não haja a necessidade de transitar por percursos longos e/ou inseguros, as soluções mais fáceis e interessantes são aglutinar as turmas, reduzir o número de funcionários, precarizar as unidades escolares e, por fim, fechá-las, conforme os interesses da política neoliberal (Oliveira; Silva; Silva, 2023).

Semelhantemente à conjuntura vivenciada em inúmeras regiões campesinas do Brasil, a realidade no bairro Jardim Montevideu foi alcançada por questões relativas ao descaso. Em meio aos desafios administrativos, causados pela negligência da prefeitura no que se refere às instalações da Escola Municipalizada Jardim Montevideo, a rede passava por um processo de reestruturação pedagógica a respeito da implementação da Educação do Campo. Pois, como

abordado anteriormente, desde 2008, o município estava num movimento de adequação do Plano Diretor que, naquele momento, passou a reconhecer pessoas e territórios que antes não eram enxergados pelo poder público, entre elas, os povos do campo.

O Plano Diretor de 2008 foi elaborado numa perspectiva de reconhecimento das áreas rurais, contando com a colaboração de grupos sociais diversos, privilegiando não só os investimentos nas áreas rurais, como também, a inclusão e o atendimento das necessidades deste setor da população. Este representa para o município um marco nas políticas públicas voltadas para as questões sociais, para os movimentos sociais rurais e, principalmente, para os agricultores que então ganharam maior representatividade política (Leite, 2020, p. 63).

O plano trazia uma série de novidades, como a abertura à participação de diferentes sujeitos tanto na sua elaboração quanto na sua execução. Todavia, a realidade da Escola Municipalizada Jardim Montevideó estava distante da legislação. As dificuldades vividas pela comunidade escolar e do bairro revelam a contradição entre o discurso, expresso no plano diretor e a prática vivenciada por todos/as que faziam parte do cotidiano da referida unidade escolar.

A despeito dessa e de outras controvérsias entre o ideal (discursos, planos e legislações) e o real (abandono do poder público, descaso governamental e des/interesses políticos), o ano de 2011 foi marcado por um significativo avanço político-pedagógico acerca da implementação da Educação do Campo em Nova Iguaçu. Com a reorganização implementada nas escolas municipais, que passaram a se recompor em Unidades Regionais de Governo (URGs), oito das doze Escolas do Campo estavam no território pertencente à URG – IX (Tinguá). Esta denominação foi essencial ao permitir com que a prefeitura de Nova Iguaçu, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED – NI) firmasse uma série de contratos e convênios com diversas instituições públicas e privadas, em especial àquelas ligadas ao governo federal.

Foi nesse contexto que a E. M. Jardim Montevideó, assim como as demais escolas, foi contemplada com uma série de formações promovidas pela secretaria de educação em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Apesar de a política de Formação Continuada na Rede de Ensino ser baseada na educação urbana, em 2009 começou um projeto nas Escolas do Campo para atender às necessidades de formação de seus/suas professores/as. O trabalho iniciou-se na Escola Municipalizada Campo Alegre, em 2011. Nos anos seguintes, essa iniciativa se expandiu, com formações continuadas implementadas em outras escolas (Leite, 2020).

Nesse momento, a diretora Simone relembra dos cursos de formação continuada promovidos pela professora Marília de Lopes Campos⁷², os quais, segundo ela, foram fundamentais para a compreensão da concepção da Educação do Campo como as atividades de cultivo de hortas e fitoterápicos como, também, as formações na própria SEMED/NI.

A atuação da professora Marília e a militância dos demais sujeitos/intelectuais do campo, que participavam da promoção coletiva das concepções campesinas em Nova Iguaçu, eram muito mais amplas do que o relato acima. Logicamente, sem o desmerecer, mas compreendendo que este, no entanto, inclui o abrangente processo que marcou um período relevante em que o protagonismo do campo e de seus sujeitos foram incorporados à política pública educacional iguaçuana, fruto da luta dos movimentos sociais que resultou em políticas públicas convergentes entre as esferas de poder (federação, estados e municípios).

Como debatido no capítulo anterior, os programas nacionais voltados ao desenvolvimento da Educação do Campo, como o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) foram essenciais para reformulação dos planos de governos municipais referentes ao campo, pois vinculados às universidades federais, fomentaram inúmeros projetos educacionais.

Em Nova Iguaçu, foram realizadas diversas ações como seminários, palestras, congressos e formações no intuito de sistematizar a Educação do Campo entre os profissionais que atuavam nas escolas do campo.

⁷² Atualmente, aposentada do quadro funcional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atuou desde 2000 no ensino superior, trabalhando com formação de professores, partindo da perspectiva da Educação Popular, tendo atuado também na Educação Básica pública por mais de 10 anos, como professora de história e gestora. Desde 1983, atua como educadora popular em diversas instâncias de educação popular e comunitária. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1992, mestrado em Educação na Área de Movimentos Sociais e Políticas Públicas pela mesma instituição, em 1997, doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2005 e Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2017. Partindo da Educação Popular e Comunitária, desenvolve em espaços escolares e não escolares atividades de ensino/pesquisa e extensão, voltadas, em especial, para os conhecimentos populares em diálogo com outros conhecimentos, trabalhando no intercâmbio campo/cidade. Lecionou em diversos cursos na Rural, destacando, o curso de Licenciatura em Educação do Campo/LEC (Instituto de Educação), sendo responsável por inúmeras formações, além de ter orientado diversos/as estudantes de graduação e pós-graduação, inclusive me orientando, entre 2016 a 2018, no curso de mestrado em educação, no programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA – UFRRJ). A professora Marília é uma intelectual orgânica da classe trabalhadora, excepcional educadora popular e dona de uma história tão vasta que é impossível descrevê-la apenas numa nota de rodapé. Quem quiser aprofundar um pouco mais sobre a sua carreira profissional e acadêmica basta acessar o endereço do seu Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4058430310291204>> ou o site do SIGAA da UFRRJ: <<http://sigaa.ufrj.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=2310577>> de onde foram retiradas algumas destas informações.

Figura 16. Folder do III Seminário de Educação do Campo em Nova Iguaçu



Fonte: acervo próprio.

Os debates e os materiais informativos, com seus logotipos que remetiam ao campo, bem como as várias parcerias, em especial entre a prefeitura e a UFRRJ, que foram estabelecidas nesse período se revelaram essências à Educação do Campo, como mostra o folder do III Seminário de Educação do Campo em Nova Iguaçu, realizado em 2011.

Cabe destacar que o objetivo foi a valorização dos saberes dos indivíduos no campo, desenvolvendo-os por meio das práticas pedagógicas que fossem próximas à realidade do campo de Nova Iguaçu, reconhecendo as memórias da sua população campesina. De outro, se tinha, também, o debate político-social em torno da manutenção destes saberes (memórias) na luta contra os interesses dominantes do capital que busca, historicamente, apagar, invisibilizar, ressignificar e/ou se apropriar do conhecimento popular e, assim, manter o controle sobre as populações periféricas e do campo. A organização dos seminários e fóruns foi, sem dúvida, um reflexo de todo o esforço conjunto que começou em 2005, envolvendo diferentes atores da sociedade civil, instituições públicas e a luta histórica dos movimentos sociais.

Com essa conexão de eventos, uma nova ação foi desenvolvida em favor da Educação do Campo em Nova Iguaçu. Em 2012, foi oferecido um curso de capacitação aos professores das escolas rurais da rede municipal, o I Curso de Extensão em Educação do Campo. Esse

curso, em colaboração com a UFRRJ/LEC e movimentos sociais, visava fortalecer a política educacional por meio da cooperação entre os profissionais que atuam nas escolas rurais.

O curso de formação tinha como temas abordados: o fortalecimento das escolas rurais, através do reconhecimento da agroecologia, da história das instituições do campo, do histórico da luta pela terra, do aprimoramento das parcerias entre as escolas da rede municipal, da relevância da Licenciatura em Educação do Campo/UFRRJ e dos movimentos sociais, do encorajamento da troca de experiências entre as escolas (oferecendo mais profundidade às pesquisas sobre as realidades locais), da elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos com foco em uma educação contextualizada, da criação e compartilhamento de materiais didáticos que se ajustassem às realidades das escolas e da produção coletiva por meio de atividades realizadas em colaboração com as comunidades escolares.

Foi nesse universo de formações continuadas que, além da diretora da Escola Municipalizada Jardim Montevideó, Simone Pinheiro da Silva, outros/as profissionais passaram a se envolver, epistemologicamente, com a Educação do Campo. Entre elas, destacaram-se o trabalho e a militância da professora Elizabethe Cristina Ramos Corrêa⁷³ que teve um papel relevante nas reflexões acerca das concepções e saberes do campo na escola.

Bethe, como é conhecida entre os/as estudantes e companheiros/as de profissão, lembra que passou a fazer parte do corpo docente da escola em 2016, mesmo período em que a instituição encontrava-se em fase final de reforma e prestes a ser reinaugurada.

Figura 17. Obras de Reforma (2016)

⁷³ Companheira de militância e de profissão. Professora Elizabeth é mestra em Geografia e especialista em Educação do Campo pela UFRRJ. Pós-graduada pela UFRJ/ CESPEB, para ênfase em ensino de geografia; políticas públicas e projetos socioculturais nos espaços escolares. Docente/Tutora presencial na disciplina de extensão, curso EAD de licenciatura em Geografia da UERJ/CEDERJ pela fundação CECIERJ. Trabalha na Educação Básica pública, do ensino fundamental II, com crianças, jovens e adultos, na ‘periferia’ urbana e no Campo da Baixada Fluminense. Promove a formação de Professores em instituições formais e nos movimentos populares do Estado do Rio de Janeiro. Parte destas informações foram acessadas no endereço: < <http://lattes.cnpq.br/6544118511515157>>. Acesso em: 11 jun. 2025.



Fonte: imagens cedidas pela coordenação da E. M. Jardim Montevideo.

O conjunto de imagens mostra um período bastante desafiador, mas que trazia esperança à comunidade. As obras, que ocorreram durante o ano de 2016, foram fundamentais para a qualidade e conforto de todos/as que frequentavam a escola. A maioria dos trabalhos se concentrava na área externa, com a construção de uma nova fachada, da quadra poliesportiva, do novo telhado e da biblioteca. Apesar de trazer diversos transtornos devido ao barulho, a poeira, a sujeira entre outros percalços que obrigavam isolar algumas áreas redobrando a atenção com a segurança de todos/as, principalmente, dos/as estudantes, a reforma trouxe um conforto que outrora não havia à comunidade escolar, possibilitando um maior desenvolvimento das atividades educacionais.

As obras realizadas ainda em 2010, as quais obrigaram a E. M. Jardim Montevideo ser alocada no Sítio Dona Dalva, nunca foram concluídas plenamente, segundo funcionários/as e moradores/as, diversos espaços ficaram incompletos, pinturas sem retoque, falta de revestimentos, enfim, uma série de reparos que impossibilitavam a utilização de algumas salas que poderiam ser direcionadas às atividades escolares, estando a escola funcionando, mesmo após a reforma daquele período, graças à força de vontade da comunidade escolar e de doações. A escola foi reinaugurada, após uma série de reformas estruturais e de manutenção,

no dia 19 de maio de 2016, mesmo período em que a instituição encontrava-se em fase final de reforma e prestes a ser reinaugurada.

Figura nº 18 – Conclusão das obras de reinauguração da E. M. Jardim Montevideo (2016)



Fonte: imagens cedidas pela coordenação da E. M. Jardim Montevideo.

Nesse mesmo período, de comemoração pela entrega de um espaço mais confortável e acolhedor, tanto para os/as estudantes e seus familiares, quanto para os/as funcionários da unidade recém-inaugurada, Bethe, relembra, também, o primeiro contato que tivera com a formação de educadores e educadoras do campo, oferecida pela prefeitura em parceria com a UFRRJ.

Durante os trabalhos, rememora que conheceu o Professor Ramofly Bicalho da Silva⁷⁴ e a Professora Marília Lopes de Campos no qual, segundo ela, foram estreitados os laços entre ambas, na medida em que a professora da Universidade Rural, desde então, passou a ser considerada amiga, mentora espiritual e ‘orientadora’ popular e do campo. No momento em

⁷⁴ Professor Titular na UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Educação, atua no Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade – DECAMPD, com as seguintes temáticas: Educação do Campo e Movimentos Sociais. Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular. Educação Escolar Indígena. Educação Quilombola. Sou professor do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola - PPGEA e Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC), ambos na UFRRJ. Além de ser um grande amigo, professor e coorientador desta tese. Parte destas informações foram acessadas no endereço: < <http://lattes.cnpq.br/3815218617988955>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

que chegou à escola, Bethe foi incumbida da tarefa de participar do curso de formação promovido pela UFRRJ. Tudo começou no dia em que Marília Campos apresentou ao corpo docente da escola o projeto de extensão referente à rememoração das escolas do campo de Nova Iguaçu. O trabalho consistia na elaboração coletiva de um livro. Cada grupo de professores/as, que representava uma das doze unidades escolares do campo, ficaria responsável pela organização do seu material, sob a orientação da professora da Rural, tendo como perspectiva metodológica a Educação do Campo, as concepções freirianas, os estudos referentes à memória e à educação popular.

Foi a partir destes encontros que a professora Bethe, conforme conta, tomou conhecimento, também, do curso Licenciatura em Educação do Campo no qual ingressou, posteriormente, na Universidade Rural⁷⁵. O Curso de Aperfeiçoamento: ‘Escolas do Campo da Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu produzindo materiais didáticos a partir das suas realidades’ em parceria com o Instituto Multidisciplinar da UFRRJ e as doze escolas de Educação do Campo da Rede Municipal de Nova Iguaçu, como dito, tinha, entre inúmeros objetivos, o de aperfeiçoar os/as profissionais das escolas segundo as reflexões metodológicas da Educação do Campo, popular e freiriana.

No ano de 2015, foi dada continuidade à parceria com a UFRRJ na formação ‘Escolas do Campo da Rede Municipal de Nova Iguaçu produzindo materiais didáticos a partir das suas realidades’. Os encontros foram respaldados nas seguintes temáticas: Currículo das escolas do campo e sua relação com a realidade local; História da luta pela terra na Baixada Fluminense; Hortas Escolares e SAF – Sistema Agroflorestal; Interfaces da Agroecologia com os bairros das escolas; Sistematização do estudo da realidade e construção de material didático. As escolas procuraram registrar suas experiências/suas práticas e selecionar materiais didáticos/experiências pedagógicas realizadas no “chão da escola”, com o propósito de oportunizar a compreensão de que produzem processos didático-pedagógicos singulares e significativos, misturados com elementos curriculares tradicionais. A Formação realizou o estudo de realidades, a partir da identificação e interpretação do discurso ético contido nas proposições pedagógicas de Paulo Freire e as suas implicações para a prática educativa, que se estendeu nos anos de 2016 e início de 2017. A proposta final dessa formação culminou na produção de livros didáticos que foram construídos por cada equipe escolar incluindo toda sua comunidade. Para tanto, a equipe em questão juntamente com a professora doutora Marília Campos, realizou ao longo do ano de 2017 visitas às escolas, encontros de Formação e de socialização das impressões das escolas acerca do diagnóstico e

⁷⁵ Relembrando que, no decorrer do ano de 2014, os esforços acerca da criação da proposta educacional para o campo estavam em pleno desenvolvimento e em alinhamento ao Plano Municipal de Educação 2008/2018 (Lei n.º 3.881, datada de 5 de novembro de 2008), o qual reconhecia a Educação do Campo como uma modalidade de ensino. Na carona deste processo de implementação da modalidade do campo, ainda em 2014, efetivaram-se os trabalhos relativos à formação profissional, dos quais diversos profissionais do campo participaram, conforme relembrou a professora.

sistematização do material do estudo de realidade (Leite, 2020, p. 80-81).

A formação prosseguiu até 2017, no propósito de instrumentalizar os/as profissionais da educação, aproximando-os/as aos saberes do campo e acadêmicos, além de estimular a produção coletiva com a culminância do livro referente a cada unidade escolar. Vale destacar, mais uma vez, a atuação permanente da professora Marília Campos, que foi essencial para o desenvolvimento das reflexões acerca de toda a temática abordada durante todo o percurso da formação.

Para além de contribuir com a formação de inúmeros/as profissionais durante este período, Marília, manteve-se (e ainda se mantém) como fonte de inspiração e referência como educadora popular, sendo citada em diversos trabalhos acadêmico, produções práticas do cotidiano escolar e nas rodas de conversas, pois a sua atuação como professora formadora foi contundente durante a sua trajetória, principalmente extensionista, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro⁷⁶.

Apesar do dedicado trabalho, a formação atravessou um significativo processo de esvaziamento, motivado pela falta de investimento, tanto por parte da prefeitura (que não dava o devido valor à Educação e as Escolas do Campo) quanto por parte da UFRRJ (que não financiou a edição dos livros das Escolas do Campo).

Somado a isso, a escassez profissional, devido à rotatividade de professores/as, a incompatibilidade de horários, pois a carga horária excessiva dos/as participantes da formação dificultava o alinhamento dos debates, o distanciamento geográfico entre as escolas, as quais são afastadas umas das outras no território iguaçuano, a irregulares entre os encontros, entre outros entraves, foram responsáveis pela descontinuidade do programa de formação. Contudo, mesmo com todas as adversidades, felizmente, as escolas conseguiram concluir a produção dos seus materiais coletivos.

Sobre livro produzido pelo grupo da E. M. Jardim Montevideo, Leite (2020) descreveu o seguinte:

⁷⁶ A professora Marília Campos foi a minha orientadora durante o período em que cursei o mestrado, de 2016 a 2018, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da UFRRJ. Sob sua orientação, defendi a dissertação, em 2018, intitulada: “Escolas do Campo, Memórias, Paisagem Geográfica de Nova Iguaçu de Reserva Biológica de Tinguá”, onde tive contato e aprofundei as minhas pesquisas sobre as escolas e a Educação do Campo. A minha pesquisa desenvolveu-se no momento em que corriam as formações, onde a participação nos encontros e nas escolas foi essencial à minha investigação. Além disso, o trabalho coletivo, sempre defendido por ela, me fortaleceu tanto como militante quanto pesquisador das causas do campo e da educação popular, sempre me proporcionando o contato com uma rede de companheiros/as de luta, como a professora Elizabete Cristina Ramos Corrêa, parceira na produção desta tese.

Escola Municipal Jardim Montevideó: Laboratório vivo em Educação do Campo. Também realizado durante a formação supracitada, o livro é uma produção coletiva, realizada no recorte temporal de 2015 a 2017. O livro trabalha com temas atuais e importantes e se pauta numa proposta de valores coletivos para uma melhor vida em sociedade. Começam com o rico histórico local, as lutas e mudanças pelo espaço escolar e tem um desdobramento único, com a proposta do livro, houve a construção da bandeira e do hino da escola municipal pelos alunos e professores. O livro é um divisor de águas para o processo de mudança para uma escola do campo, que pensa no campo como um lugar de direitos (*Ibid.*, p. 81-82).

Os livros que contam a história de uma parte das escolas do campo de Nova Iguaçu, infelizmente, não foram publicados por nenhuma editora, podendo, com isso alcançar novos espaços e visibilidade, porém constam nos arquivos digitais das unidades participantes, servindo de fonte para futuras pesquisas.

Como citado, a Escola Municipalizada Jardim Montevideó elaborou um material denso, de bastante qualidade, destacando parte das atividades desenvolvidas pela escola, entre os anos de 2015 e 2017, onde salientaram-se as ações pedagógicas, que envolviam a comunidade escolar, na proposta do curso de formação, baseado na educação popular e do Campo. A seguir, observa-se a imagem ilustrativa da capa do livro produzido pelos/as profissionais da Escola Municipalizada Jardim Montevideó, após o processo de formação e de extensão ofertada pela Secretaria Municipal de Nova Iguaçu (SME – NI) em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Figura 19. Livro da E. M. Jardim Montevideo



Fonte: acervo da Escola Municipalizada Jardim Montevideo.

A capa do livro destaca a localização geográfica da Escola Municipalizada Jardim Montevideo, a sua fachada e o título, ‘Escola Municipal Jardim Montevideo: Laboratório vivo em Educação do Campo. Experiências no entorno da Rebio Tinguá’, que enfatiza o quanto a formação docente foi essencial na valorização da relação identitária entre a escola e o território, ao trazerem elementos que fazem referência aos saberes do campo e a integração do seu pertencimento junto à comunidade, comprovado na justificativa.

Nossas atividades aqui exemplificadas são uma seleção, difícil de fazer, em meio a tantas, num recorte temporal entre 2015 a 2017. Demonstrando nossa proposta ideológico-metodológica pautada em valores de coletividade, respeito, igualdade e da valorização do espaço vivido com consciência da localização estratégica em que estamos inseridos, numa perspectiva de desmitificação do senso comum de indivíduos que acreditam ser sempre melhor algo de fora de suas realidades e não o que possuem. A partir da compreensão da importância da nossa localidade para toda dinâmica do município de Nova Iguaçu e de seus vizinhos, nas diversas questões:

ambiental, aquífera, alimentar, turística e de lazer. Valorizamos, portanto, nosso lugar e fomos buscar em nossas rugosidades os seus significados, já desejando as resignificar no futuro num movimento de desenvolvimento cultural de nossa comunidade escolar. Conscientes da importante mudança, necessária, na educação referente a Educação Ambiental, com seus diversos temas e inúmeras possibilidades metodológicas, caminhamos discutindo e em formação contínua para uma mudança de hábitos, atitudes e práticas educacionais, sempre articulando a teoria e prática. Objetivando aprofundamento maior nas discussões e atuações no processo de reflexão na realidade complexa na ânsia de construir uma comunidade crítica na busca de sua sustentabilidade e emancipada politicamente. A partir das diversas formações e cursos de extensão que os docentes vivenciaram no cotidiano dessa comunidade escolar na busca de maior qualidade do ensino público e do campo o grupo está construindo uma modificação relevante em suas formações individuais e do Projeto Político Pedagógico da escola (Carvalho et.al., 2018, p. 4).

Nota-se que a comunidade escolar se envolveu no projeto de visibilidade das ações que ocorrem diariamente no cotidiano escolar. Além disso, verifica-se o estímulo entre os/as profissionais com a formação continuada e a sua aplicabilidade na prática docente, bem como a compreensão de que esta ocorre decorre da aprendizagem, das relações inter-pessoais e das experiências cotidianas.

Essas experiências podem ser observadas do início à conclusão do livro que nas suas sessenta e quatro páginas apresenta uma quantidade significativa de atividades que articulam temáticas como a valorização da identidade com a composição (com partitura) do Hino e da bandeira que representam a E. M. Jardim Montevideo; a vivência, através da visita das casas dos/as estudantes e de seus familiares no intuito de aproximar a escola e comunidade; a reflexão sobre educação ambiental, visando à preservação do próprio território; incentivo à produção agrícola (manejo da terra, germinação de sementes, produção agroecológica) e cuidados com a horta tanto na escola quanto em casa ('Laboratório Vivo'); orientação acerca da importância da reciclagem e a conscientização da preservação do planeta; uso de ervas medicinais (capim-limão, erva-cidreira, erva-mate, etc.); a importância do brincar junto à natureza; a culinária orgânica; a abertura de espaços e rodas de leitura; o desenvolvimento de atividades tecnológicas, enfim, as incontáveis ações que ocorrem num espaço escolar.

Apesar do desmonte das formações continuadas, da retirada dos espaços relativos à Educação do Campo na Secretaria de Educação de Nova Iguaçu e da grande rotatividade na referida área, as ações referentes às escolas do campo ainda permanecem. Mesmo que pontualmente, o trabalho desenvolvido durante o período em que os coletivos se organizavam serviu, periodicamente, de base para o enraizamento das concepções da Educação do Campo e da Educação Popular no universo das escolas do campo e suas comunidades escolares.

Essas características podem ser vistas tanto na construção dos Projetos Políticos-Pedagógicos, que foram sendo repensados a partir da realidade comunitária na qual as instituições estavam localizadas, segundo suas territorialidades, tendo, nos saberes de seus sujeitos, a base epistemológica para a elaboração das atividades cotidianas a serem abordadas dentro e fora da sala de aula, segundo os ensinamentos de Paulo Freire.

Dessa forma, desde a formação continuada, que reuniu diversas profissionais da educação de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense, a escola passou a investir em ações pedagógicas voltadas à educação transformadora. Este princípio possui ampla conexão com as realidades históricas, sociais e culturais dos sujeitos ao buscar a valorização da memória coletiva e o diálogo com a Educação do Campo, por meio das propostas da educação popular, sendo fundamental na compreensão e no desenvolvimento de práticas pedagógicas que reconheçam a importância dos saberes da ‘periferia’ e do campo como formas de resistência contidas na constituição de saberes emancipatórios.

A proposta freiriana de uma pedagogia libertadora, centrada no diálogo e na problematização da realidade, encontrou, nos diversos movimentos sociais, espaço para o desenvolvimento de experiências. Elas fizeram da educação popular, pelo país afora, um modelo que reforça a perspectiva da defesa de uma pedagogia feita nos territórios da vida — território que trouxe a reflexão sobre o protagonismo dos saberes das comunidades rurais e periféricas, colocando-as no centro do processo educativo.

Na Baixada Fluminense, o processo se assemelha. Visto também como um território de luta, no qual a educação foi (e permanece), historicamente, marcada pela exclusão social, precarização e negligência estatal, ela possui um contexto de efervescência de disputa política e educacional. Nessa perspectiva, as práticas inspiradas em Paulo Freire e na educação popular têm a função de abrir caminhos para a construção de propostas voltadas à valorização da memória local, das identidades periféricas e comunitárias, como as iniciativas de Educação do Campo em áreas rurais e assentamentos, reforçando o vínculo entre educação, território e resistência.

Assim, a Escola Municipalizada Jardim Montevideó segue estimulando a construção, no interior dos grupos de estudantes e da comunidade escolar, da memória coletiva através da mobilização e organização de um espaço escolar agregador e acolhedor, no qual as diversas identidades possam se encontrar e se relacionar, propiciando, desta maneira, a valorização das histórias locais, das tradições, das experiências de luta e, com isso, permitindo a construção de uma educação crítica, significativa e emancipadora — princípios fundamentais para uma

escola pública que vise ao comprometimento com os sujeitos, através da formação pautada na ética, na cidadania e na justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre memória coletiva e Educação do Campo revela um horizonte pedagógico profundamente vinculado à construção de sujeitos históricos críticos e comprometidos com a transformação social. Nesse contexto, tais conceitos não apenas dialogam entre si, mas se entrelaçam numa perspectiva de educação enraizada na realidade concreta dos sujeitos, em suas territorialidades, seus pertencimentos e suas lutas por dignidade.

Segundo Maurice Halbwachs (1990), a memória não é um ato individual isolado, mas uma construção coletiva mediada pelas relações sociais. Para o autor, recordar é um ato social, pois só conseguimos lembrar porque pertencemos a grupos que nos fornecem estruturas e marcos para a rememoração. A memória, portanto, é socialmente situada e, nesse sentido, ela não apenas preserva o passado, mas o interpreta à luz do presente, sendo constantemente rememorada.

Essa concepção de memória é fundamental quando falamos em educação como prática situada, especialmente no campo e nas práticas populares, pois evidencia que os sujeitos não aprendem a partir do vazio, mas, sim, de narrativas e experiências que constituem sua identidade coletiva e histórica. E nela se encontra a Educação do Campo, na medida em que se trata de um movimento amplo, no qual as bases pedagógicas rompem com a lógica urbanocêntrica e hegemônica impostas pelo sistema capitalista.

O rompimento ocorre uma vez que há o reconhecimento dos sujeitos do campo (camponeses, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos tradicionais etc.) como detentores de saberes legítimos, produzidos a partir de sua experiência com a terra, com a coletividade e com modos de vida próprios. Assim, a Educação do Campo se configura como uma resistência às práticas de invisibilização e marginalização que, historicamente, marcaram esses sujeitos. Ao valorizar a memória coletiva do campo, essa educação se ancora no território não apenas como espaço físico, mas como espaço simbólico e político de resistência e recriação da vida.

Nesse ponto, a memória se mostra essencial. Ao reivindicar a Educação do Campo como um processo pedagógico que respeita as culturas locais e as histórias de vida dos sujeitos, estamos reafirmando a importância da memória como fundamento da identidade e da luta. A escola do campo, quando orientada por essa perspectiva, torna-se um espaço de rememoração crítica, de resgate das tradições orais, dos saberes agrícolas, das lutas por reforma agrária e da organização comunitária. A memória aqui não se trata puramente de

lembranças, mas de uma ferramenta para compreender e transformar o presente.

Foi nessa dimensão transformadora que a Educação do Campo, inspirada nos ensinamentos freirianos, pode ser entendida como uma mobilização política de prática voltada à liberdade, que possibilita a construção coletiva do conhecimento entre educadores/as e educandos/as, a partir da realidade concreta, com o objetivo de compreensão do mundo, através da problematização da vida cotidiana, da tomada de consciência da opressão e da construção de caminhos coletivos de emancipação.

Essas concepções encontraram, na Baixada Fluminense, mais especificamente no caso desta pesquisa, em Nova Iguaçu, um território ideal de análise, pois dialogam diretamente com as inúmeras conjunturas de disputas que ocorreram na história do Brasil. O contexto rural iguaçuano mostrou-se um campo fértil para o florescimento das contradições históricas que envolvem as relações humanas, sendo assim, repleto de elementos centrais à disputa dos oprimidos contra os opressores.

Nesse cenário, o objeto de estudo desta tese, a Escola Municipalizada Jardim Montevideo, traz, na sua memória, como instituição pública, a memória coletiva e histórica da população camponesa e dos grupos populares urbanos, responsáveis pela constituição das bases para a compreensão das diversas disputas relativas à História da Educação no Brasil. Assim sendo, a luta pela escolarização e pela escola no bairro, mais do que lembranças, significou um movimento político-social responsável pela memória das histórias silenciadas, pela denúncia contra as injustiças, pelo fortalecimento das identidades e pela inspiração dos atos de resistência.

Quando a escola reconhece essa memória (seja do camponês, do indígena, do quilombola ou do trabalhador urbano), ela deixa de ser instrumento de reprodução cultural e passa a ser instrumento de emancipação. Contudo, exige-se que sejam abertos espaços que busquem a reflexão acerca da atividade docente e da própria instituição. Estando a comunidade escolar compromissada com a escuta, o respeito e a abertura ao diálogo de saberes, tende-se a caminhar para o rompimento da lógica do modelo tradicional curricular, centrado em conteúdos e saberes urbanocêntricos, que contribuem para a precarização do ‘campo’ e a repulsa da sua população em detrimento do imaginário falacioso de prosperidade da ‘cidade’.

Nesse processo, a memória coletiva atua como fio condutor, permitindo que a história de vida de cada educando/a seja valorizada e conectada aos conteúdos escolares de maneira significativa, enraizando-se profundamente na realidade social dos sujeitos, sensíveis às suas

memórias e atentas aos seus territórios, com o compromisso de sua libertação. Trata-se de uma educação que reconhece os/as educandos/as como detentores/as de histórias e saberes que partem da vida concreta para construir conhecimento e transformar a escola em espaço de resistência e de esperança.

A memória coletiva e a Educação do Campo se assentam em bases epistemológicas de uma ação educativa-transformadora, ao consistirem num projeto de reconstrução da escola a partir de uma perspectiva de educação popular. O horizonte ético-político de emancipação contraria os conhecimentos que controlam e transformam os indivíduos, alienados, em mão de obra. Dessa forma, ambas dialogam e contribuem na formação humanista, fortalecendo suas comunidades, projetando, assim, a perspectiva de construção de uma nação mais justa, plural e democrática.

6 REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN, 1997.
- AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. **Educação popular, resistência e memória: o caso de Pedra Lisa na Baixada Fluminense**. Seropédica: Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola), 2018.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A Evolução do Espaço Agrário Fluminense. Rio de Janeiro: **GEOgraphia**, ano 7, nº 13, 2005.
- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.
- ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardes Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo: Coleção Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, nº 2, 1999.
- AZEVEDO, André Nunes de. A Reforma urbana do Rio de Janeiro pelo Presidente Rodrigues Alves: o progresso como forma de legitimação política. São Paulo: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, julho 2011, p. 1 – 22.
- BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. **Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu-RJ: Câmara Municipal, 1ª Ed., 2000.
- _____. A Vila de Iguassú. In: Gênesis Torres (org.). **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. São João de Meriti – RJ: IPAHB Editora, 2004, p. 96 – 108.
- _____. **De Iguassú a Nova Iguaçu: 170 anos (1833 – 2003)**. Nova Iguaçu – RJ: Secretaria de Cultura e Turismo / SABCINI, 2ª Ed., 2003.
- BARROS, José Costa D' Assunção. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. Dourados: **Revista História em Reflexão**, vol. 4 n. 8, jul/dez, 2010, p. 1 - 29.
- BATISTELLA, Alessandro. A Era Vargas e o Movimento Operário e Sindical Brasileiro (1930-1945). Joaçaba: **Unoesc & Ciência – ACHS**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2015, p. 21 – 34.
- BEISIEGEL, C. de R. **Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.
- BORGES, Angélica; DIAS, Amália. Fazer História da Educação fazendo-se periferia: reflexões, experiências e possibilidades de ensino, pesquisa e extensão. In: Ariadne Lopes Ecar; Surya Aaronovich Pombo de Barros (orgs.). São Paulo: **História da Educação, formação docente e a relação teoria-prática, FEUSP**, 1ª ed., v. 1, 2022, p. 91 – 117.
- BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. **Lei de 12 de agosto de 1834** – faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: Coleção das Leis do Império do Brasil de 1834. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866, Parte Primeira, p.16 – 42.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.** Brasília: Ministério da Educação, Diário Oficial da União, 2010.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A Luta Camponesa e a Repressão Durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964 -1985). Rio de Janeiro: **Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, v. 13, n. 1, 2015, p. 72 – 87.

BRITTO, Ana Lucia; QUINTSLR, Suyá; PEREIRA, Margareth da Silva. Baixada Fluminense: dinâmicas fluviais e sociais na constituição de um território. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 39, nº 81, 2019, p. 47 – 70.

BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, 15, 43, 2001, p. 207 – 224.

_____, Roseli Salete [et. al]. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANCIAN, R. Augusto Comte revisitado: positivismo, teoria sociológica e intervenção social. Araraquara: **Revista sem Aspas**, v. 10, jan./dez., 2021.

CARVALHO, Dilma Ladeira de; FIGUEIRA, Rosana Siqueira Medina; RODRIGUES, Cilda Simone Fraga; RODRIGUES, Suelen Saragoça da Silva; SILVA, Simone Pinheiro da. **Escola Municipal Jardim Montevideo: Laboratório vivo em Educação do Campo. Experiências no entorno da Rebio Tinguá.** (Mimeo), 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP (online)**, v. 39, n. 1, 2020, p. 19 – 36. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>>. Acesso em 22 mar. 2024.

DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj, 1 Ed., 2014.

_____. Amália. Pelo salutar manejo da enxada e do arado? O Correio da Lavoura e a Causa da instrução em Nova Iguaçu (1917-1950). **Recôncavo Revista de História da UNIABEU**, v. 4, 2014-b, p. 91-111.

FARIA FILHO, L. M. História da educação e história regional: experiências, dúvidas, perspectivas. In: MENDONÇA, A. W. C. P.; ALVES, C.; GONDRA, J.; NACIF, L.; BONATO, N. (Orgs.). **História da educação: desafios teóricos e empíricos**. Niterói: Ed. UFF. 2007, p. 57-66.

FERNANDES, Gabriela da Silva Ramos. **7 de Abril: usos políticos e representações na Regência (1831-1840)**. Juiz de Fora – MG: UFJF – Dissertação de Mestrado, 2013.

FERREIRA, Felipe José Silva. **Lazer, meio ambiente e a (in)sustentabilidade: o caso da área de proteção ambiental do Tinguá - Baixada Fluminense, RJ**. Belo Horizonte. Dissertação (mestrado), UFMG, 2013.

FORTE, José Mattoso Maia. **Memórias da fundação de Iguassu**. Rio de Janeiro: Typ do Jornal do Comercio, 1933

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 47ª ed., 2005.

FRIAS, Renato Coimbra. **Abastecimento de água no Rio de Janeiro joanino: uma Geografia do passado**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Dissertação (Mestrado), 2013.

FRIDMAN, Fania. Freguesias Fluminenses ao final do Setecentos. Rio de Janeiro: **Revista IEB**, n 48, mar., 2009, p. 91 – 143.

GIOPPPO, Christiane. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação. Curitiba: **Revista Educar**, dez, 1996. p. 167 – 180.

GOMES, Flávio dos Santos. "Para Matar a Hidra": uma História de Quilombolas no Recôncavo da Guanabara - Séc. XIX. Brasília: **Revista Textos de História - UnB**, n. 2, 1994, p. 1-31.

_____. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 1ª Ed., 2015.

GONDRA, José Gonçalves; UEKANE, Marina Natsume. Em nome de uma formação científica: um estudo sobre a Escola Normal da Corte Educação. **Revista do Centro de Educação**, vol. 30, n. 2, jul-dez, 2005, p. 55 – 70.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais na Gestão do Intelectual Anísio Teixeira: da consolidação do declínio institucional (1955-1964). **Revista Periferia**, v.7, n.1, jan-jun, 2015, p. 140 – 159.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª Ed., 1989.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRYNSZPAN, Mario. **Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro: 1950-1964**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Dissertação (Mestrado), 1987.

_____. Ação Política a Atores Sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 35 – 56.

GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz; GONDRA, José Gonçalves. No Recôncavo da Guanabara: apontamentos sobre escolas, mestres e alunos na Vila de Iguassú (1838-1860). Natal – RN: **Revista Educação em Questão**, v. 36, n. 22, 2009. p. 139 – 163.

GUIMARÃES, Fábio de Oliveira. **Políticas públicas e fechamento das escolas do campo no Brasil**. Seropédica - UFRRJ: dissertação, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HENRIQUES, Ricardo; MARANGON, Antonio; DELAMORA, Michiele; CHAMUSCA, Adelaide. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2007.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Impérios**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 3. Ed., 1994.

IBAMA. **Plano de Manejo da Reserva Biológica de Tinguá**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

JARA, Isabela Bolorini. Os “Tropeiros” da Instrução: experiências de itinerância em trajetórias docentes no Estado do Rio de Janeiro (1895-1925). Uberlândia - UFU: **VI Encontro de História da Educação do Centro-Oeste, Educação em Tempo de Pandemia: Ensino e Pesquisa em História da Educação**, 2022, p. 1 – 9.

KRONEMBERGER, Adriana Bastos. Dom Adriano Hypólito e a Teologia da Libertação: Do mundo para Nova Iguaçu. Quito: Religación. **Revista De Ciencias Sociales Y Humanidades**, vol 4, nº 14, abril, 2019, p. 125-135.

LAURENTI, Antonio Carlos. Terceirização dos trabalhos agrários e o “novo rural”. In: IAPAR (Org.). **Ocupações rurais não-agrícolas: anais: oficina de atualização temática**. Londrina: IAPAR, v.1, 2000, p. 1-33.

LEITE, Isabella de Mello. **A Formação Docente nas Escolas do Campo de Nova Iguaçu – RJ. Um estudo sobre a formação continuada UFRRJ-Semed/NI.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEduc. – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ – RJ, 2020.

LOPES, Ricardo Ferreira; ROCHA, Josielle Cíntia de Souza. Morte e vida dos espaços públicos de sociabilidade: o caso COBAL no Rio de Janeiro. Uberlândia: **IV CINCCI**, 2013, p. 1 – 19.

LOPES, W. de M. **A Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos: um tribunal de antigo regime na Corte de Dom João (1808-1821).** Niterói: Dissertação de Mestrado, UFF, 2009.

MAIA, Aline Borghoff. Conflitos fundiários em Duque de Caxias e Nova Iguaçu: repressão e formas de resistência. In: **Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).** Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2015.

MARTINS, Joel. **A Pesquisa Qualitativa** in: **Metodologia da Pesquisa Educacional**, 6ª Ed., São Paulo, Cortez, 2000.

MATUS, Moduan. **História de Nova Iguaçu:** recorte de uma cronologia ilustrada de 510 anos. Nova Iguaçu – RJ: Edgard Vieira Matos Editora, 1ª Ed., 2018.

MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 2ª Ed, 1998.

MEDEIROS, Sabrina Lourenço. Impactos das inundações na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, **Políticas Públicas, Meio Ambiente Desenvolvimento, ANPOCS**, 46º Encontro Anual, set, 2022, p. 1 – 21.

MENESES, Antônio Lacerda de. **Dom Adriano Hypólito.** Apontamentos biográficos, 2010. Disponível em: <http://domadrianohypolito.blogspot.com.br>. Acesso em 03 mar. 2025.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salete. et. al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NATAL, Jorge Luiz Alves. Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectivas. Porto Alegre: **Ensaio FEE**, 1991, p. 291 – 307.

NEUFELD, Paulo Murillo. A Revolta da Vacina. **Revista RBAC**, 53(4), 2021, p. 328-336.

NEVES, Cristiana de Souza B. M. de Andrade. **O Hospital da Laranja: Saúde e Política em Nova Iguaçu.** Nova Iguaçu: UFRRJ – RIMA, Monografia, 2017.

NIMA. **Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente Educação Ambiental: formação de valores étnico-ambientais para o exercício da cidadania no Município de Nova Iguaçu.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

OLIVEIRA, Lanna Cecília Lima de; SILVA, Luana Patrícia Costa; SILVA, Matheus Ferreira da. Fechamento das Escolas do Campo: entre os territórios de articulação, resistência e luta. Rio de Janeiro: **Revista Teias**, v. 24, n. 72, jan./mar., 2023, p. 330-342.

OLIVEIRA, Sônia Maria Soares de; SILVA, Carlos Diogo Mendonça da; BENIGNO, Gabriela Gomes Freitas. Privatizar é preciso: o ataque neoliberal à educação pública brasileira. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2021. p. 1–10. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6662>. Acesso em: 25 set. 2024.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PEIXOTO, Afrânio Ruy. **História cronológica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Ed. Autor, vol. 1, 1968.

PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja: História Econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

PERES, Guilherme. As Vilas de Magé, Estrela e Iguassú. In: **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. Gênesis Torres (Org.). São João de Meriti – RJ: IPAHB Editora, 2004, p. 91 – 96.

_____. A chegada do homem branco e a dizimação indígena. In: **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. Gênesis Torres (Org.). São João de Meriti – RJ: IPAHB Editora, 2004, p. 14 - 17.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. **Lei Complementar nº 06 de 12 de dezembro do Município de Nova Iguaçu de 1997**. Disponível em: <https://www.cmni.rj.gov.br/legislacao/cod_trib/lei_complementar/lc006.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. **Lei n.º 3.881, de 05 de novembro de 2008**. Disponível em: <https://www.cmni.rj.gov.br/legislacao/leis_mun/lei_3881.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. **Lei nº 4.791, de 12 de setembro de 2018**. Disponível em: <<https://informacao.novaiguacu.rj.gov.br/esiclivre/leis/documentos/lei-13-09.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2025.

PREZIA, Benedito Antonio Genofre. Os Guaianá de São Paulo: uma contribuição ao debate. São Paulo: **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 1998, p. 155 – 177.

QUADROS, Claudemir. Brizoletas: a ação ao governo de Leonel Brizola na Educação Pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). Rio de Janeiro: **TEIAS**, ano 2, nº 3, jan/jun, 2001, 1 – 12.

REVEL, Jacque (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBAS, Marcos C. **A história do caminho do ouro em Paraty**. Paraty – RJ: Contest Produções Culturais, 2003.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Martha Valente Domingues dos; LIMA; Marcela Francis Costa; GOUVÊA Fernando César Ferreira. Reflexões sobre a trajetória da Educação Popular no Brasil. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura**, v. 3, 2017, p. 128 – 142.

SANTOS, Ramofly Bicalho; SILVA, Marizete Andrade da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, 2016, p. 135-144.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2ª Ed., 2008.

SHARPE, J. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39 – 62.

SOUZA, Sonali Maria de. A Memória dos Laranjais na Cidade dos Loteamentos: considerações sobre os efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970. In: **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. São João de Meriti – RJ: IPAHB Editora, 2004, p. 138-147.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela História. Rio de Janeiro: **Recôncavo – UNIABEU**, Vol. 3, n 5, julho – dezembro, 2013, p. 47 – 63.

SILVA, **Mapa Mental como Proposta Metodológica a Partir da Realidade Local e Vivências do Cotidiano na Escola Municipal Jardim Montevideó em Nova Iguaçu, RJ**. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dissertação (Mestrado), 2022.

SIMÕES, Manoel R. **A Cidade Estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita – RJ: Editora Entorno, 2007.

_____. Processo de Produção do Espaço da Baixada – Década de 1930/1970. In: **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. Gênesis Torres (Org.). São João de Meriti – RJ: IPAHB Editora, 2004, p. 148 – 155.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231 – 270.

SOUZA, Sonali Maria de. **Da laranja ao lote: Transformações sociais em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: UFRJ - Dissertação de Mestrado, 1992.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. Quando ensinar a ler virou subversão: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo. Mariana – MG: **ANPHU**, 2012, p. 1 – 10.

THOMPSON, Edward Palmer. **History from Below**. Times Literary Supplement, 7 april, 1966.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado - História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Gênesis. As Vias de Comunicação e o Relato dos Viajantes sobre a Baixada. In: **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. Gênesis Torres (Org.). São João de Meriti – RJ: IPAHB Editora, 2004. p. 35 – 47.

_____. O Processo de Urbanização. In: **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. Gênesis Torres (Org.). São João de Meriti – RJ: IPAHB Editora, 2004, p. 118 – 135.

VERDÉRIO, Alex; BORGES, Liliam Faria Porto; SILVA, Janaine Zdebski da. A Educação do Campo e a Educação Popular. **IX ANPED Sul**, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012, p. 1 – 13.

XAVIER, Libânia Nacif; BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha; SOARES, Jefferson da Costa. Por uma História da Educação Fluminense. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, 2019, p. 4 – 13.

XAVIER, Lola Geraldes. A língua portuguesa em evolução: os Acordos Ortográficos. **Actas do I EIELP**: n.9, março, 2010, p. 175 – 184.

Anexo A. Entrevista da Revista Veja sobre Carl Fischer



Fischer: discreto, tenaz e autodidata



Armazém da Citrosuco em Santos: um terço das exportações de...

MEMÓRIA

A saga do pioneiro

Aos 79 anos, morre Carl Fischer, dono de um império erguido com frutas, sucos e navios

A trajetória do empresário Carl Fischer é idêntica ao clássico modelo de outros fundadores de grandes conglomerados brasileiros. Discreto como Sebastião Camargo, dono da maior fortuna do país e da construtora Camargo Corrêa, obstinado como Valentim dos Santos Diniz, que ergueu de uma confeitaria o maior grupo varejista brasileiro, o Pão de Açúcar, e autodidata como Amador Aguiar, proprietário do Bradesco, Fischer começou do nada — explorou cada oportunidade de negócio que lhe surgiu e levantou, com comando no Rio de Janeiro, um império de 34 empresas calcado sobre dois pilares: a exportação de suco de laranja, ancorada na gigantesca Citrosuco Paulista, e a navegação marítima, representada pela Aliança. Na segunda-feira passada, durante um cruzeiro marítimo pela Europa e sudeste asiático, Fischer teve uma parada cardíaca e faleceu, em Cingapura. Ao morrer a milhares de quilômetros do Brasil, aos 79 anos, numa viagem que deveria ser de férias, ele estava empenhado em fazer o que sempre fez. Procurava expandir seus negócios, vendendo sucos de frutas produzidos pela Citrosuco, sua maior empresa, aos chineses.



A sede, no Rio: o 11.º andar vazio

Teria sido mais uma aventura pioneira deste filho de camponeses nascido em Bentheim, um pequeno vilarejo ao norte da Alemanha, que aos 19 anos decidiu imigrar "para fazer o mundo", como gostava de dizer. Queria ir aos Estados Unidos, mas não preenchia os requisitos exigidos e o visto lhe foi negado. Tentou o Canadá — e a cena se repetiu. "Há pessoas que não desanimam frente a obstáculos, mas se excitam com eles. Fischer era um homem assim", diz o ex-ministro do Planejamento e deputado federal Antônio Delfim Netto, um de seus antigos mais íntimos. O empresário optou, então, pela Argentina e embarcou com alguns trocados e uma passagem de terceira classe na carteira. Quando o navio fez uma escala em Santos, Fischer desceu ao porto para ver os navios, uma de suas paixões.

Tal esticada de pernas mudou o destino final de sua viagem e foi a gênese de um dos 100 maiores grupos privados nacionais com 15 000 funcionários e um faturamento anual de 1 bilhão de dólares administrado pela holding Tapajós. A estrela dessa constelação de empresas é a Citrosuco, responsável por quase a metade das vendas do grupo e por 35% de todas as exportações brasileiras de suco de laranja — só perde para a Sucocitric, do empresário paulista José Cutrale, seu amigo, concorrente e sócio. Instalada em Matão, no interior paulista, a Citrosuco surgiu da sociedade de Fischer com o grupo Eckes, um dos maiores fabricantes de bebidas da Alemanha, e é a empresa-mãe de dezenas de outras indústrias e fazendas, onde há de tudo e em



...suco de laranja do país Aliança: o outro braço de seu negócio



grandes quantidades — 2 milhões de pés de laranja, mais de 1 milhão de pés de maçã, café, cacau, arroz, madeiras para serrarias e perto de 30 000 cabeças de gado.

Do outro lado do grupo Fischer, os negócios correm pelo mar. A Empresa de Navegação Aliança, uma das maiores do setor, com catorze navios próprios e outros catorze fretados, faz as exportações do grupo e estende por outras quatro empresas controladas todo tipo de serviços marítimos comerciais, da manutenção de contêineres ao transporte de equipamentos e às plataformas de petróleo que a Petrobrás tem em alto-mar. Esse império familiar agora passa às mãos de seus dois filhos, o primogênito Carlos Guilherme Eduardo, de 49 anos e presidente da Aliança, e Pedro Alberto, dois anos mais novo, que trabalhou no grupo, acabou se desentendendo com o pai e montou, no Rio, um pequeno negócio de exportação — seguindo, a rigor, a mesma trilha de Carl Fischer. "Pedro e o pai eram como dois irmãos de pólos iguais", diz Denis Bruce Boggius, assessor da diretoria da Tapajós. "A qualquer contato se repeliam, embora se quisessem muito."

PAIXÃO E ASTÚCIA — Carlos é o sucessor natural ao comando do grupo, que ao lado de sucos de marcas conhecidas, como Laranja e Tanjal, fabrica bebidas alcoólicas como vodcas, steinhä-

ger e licores. É Pedro, no entanto, quem detém o maior número de ações do conglomerado, por ser solteiro — Carlos dividiu sua parte com a mulher, Maria do Rosário, e suas quatro filhas. "Carlos tem o mesmo carisma do pai", diz o superintendente da Aliança, Paulo Sérgio de Melo Cotta, referindo-se ao filho mais velho de Fischer, o mais cotado para ocupar a solene sala no 11.º andar do edifício-sede do grupo, em Botafogo, de onde Carl Fischer comandava a organização que construiu mesclando paixão, astúcia e senso de observação.

Foi um longo e duro caminho, nestes últimos sessenta anos. Ao desembarcar em Santos, Fischer passou a trabalhar numa pequena olaria. Dormia no galpão da sede

do Clube de Regatas Saldanha da Gama, onde arranjara uma vaga na equipe de remo, o que lhe garantia também o café da manhã e as refeições nos fins de semana. O empresário logo conseguiu um emprego na área externa de um banco alemão e foi lá que, valendo-se de um expediente ardiloso, deixou de ser um imigrante pobre para transformar-se num dos cinco homens mais ricos do país.

Observando o preço baixo das frutas, pensou em exportá-las e começou a escrever cartas de crédito a importadores alemães copiando seus nomes nas listas que conseguia no próprio banco. "Fazia isso sem ter o que exportar e nem dinheiro para comprar as tais frutas", conta Boggius. A diretoria do banco descobriu o embuste e o demitiu — mas antes cedeu-lhe um empréstimo para tocar seus negócios. "Ele foi um dos primeiros a exportar frutas e sucos neste país", diz o ex-diretor da Caneira de Comércio Exterior, a Cacex, Carlos Viacava. "Era um pioneiro, e não só em laranjas. Ao morrer estava vendendo maçãs para a Europa, algo que ninguém fez antes."

Tal como todo grande empreendedor, Fischer estava sempre atento às oportunidades de ampliar seus negócios e, com tal propósito, aliava-se até aos concorrentes. Fez assim com o arqui-rival Currale, um homem de origens tão humildes quanto as suas, associando-se a ele em várias empresas e na recente iniciativa de vender suco de laranja à União Soviética. Fez o mesmo com o armador carioca Paulo Ferraz. Fischer apresentou a Ferraz o projeto de um navio versátil e barato, que se transformaria no maior sucesso de vendas da Companhia Comércio e Navegação. "Foi a melhor sociedade de meu pai", diz Helo Paulo Ferraz, filho do armador, que se suicidou há quatro anos.

Outro amigo de Fischer, o presidente do conselho de administração da Vale Internacional, subsidiária da Vale do Rio Doce no exterior, Eliezer Batista, diz que o maior prazer do empresário era abrir novos mercados, não importa onde nem em que situação. Era exatamente o que Fischer estava fazendo enquanto viajava com a mulher, Lily, na semana passada. "Meu pai pensava em trabalhar 24 horas por dia", diz Carlos Guilherme. Em sua última viagem, Fischer queria realizar dois sonhos — conhecer a Índia e vender sucos à China. Não chegou à Índia, mas fez contatos para fechar negócios futuros com os chineses. Conseguiu "fazer o mando", como pretendia. ●



Carlos (à esq.), Fischer e Pedro: donos de 34 empresas



Civita recebe a comenda de Lucena

Datas

AGRACIADO: o diretor-presidente da Editora Abeil, **Victor Civita**, 80 anos, com a **Medalha de Ordem do Mérito do Congresso Nacional** no grau de Grande Oficial, em reconhecimento a sua contribuição no campo da comunicação social e da divulgação da cultura no país. A comenda foi entregue pelo presidente do Senado, **Humberto Lucena**. "Espero que, passado esse período da Constituinte, sejam tomadas medidas para que a palavra educação fique bem gravada no coração dos brasileiros", disse Victor Civita. Dia 28, no Senado Federal, em Brasília.

CASARAM-SE: o cirurgião sul-africano **Christiaan Bernard**, 65 anos, primeiro a realizar um transplante de coração, há duas décadas, e **Karin Setzkorn**, 24 anos. E o terceiro casamento do cirurgião. Dia 24, em Newlands, na África do Sul.

ANUNCIADA: pelo Palácio de Buckingham, a gravidez de **Sarah Ferguson**, 28 anos, mulher do príncipe Andrew da Inglaterra e duquesa de York. Dia 25, em Londres.

MORRERAM: **Klaus Fuchs**, aos 76 anos, físico nuclear e espião alemão que de 1943 a 1946 trabalhou, nos Estados Unidos, em pesquisas que levaram ao desenvolvimento da bomba atômica e passou segredos nucleares aos russos. Em 1950, confessou ser um espião comunista e passou nove anos numa prisão inglesa. Assumiu a direção do Instituto de Pesquisas Nucleares da Alemanha Oriental. Dia 28, em Berlim.

■ **Carl Fischer**, aos 79 anos, empresário alemão, radicado no Brasil desde 1928, presidente do Grupo Fischer. Dia 25, de ataque cardíaco, em Singapura, na Indonésia. (Veja a reportagem na página 72).

■ **Charles Glen King**, aos 91 anos, nutricionista e químico americano que em 1932 isolou a vitamina C. Dia 24, de ataque cardíaco, em West Chester, na Pensilvânia.

VEJA, 1 DE FEVEREIRO, 1988

GERENTE DE OPERAÇÕES

PRODUTOS INDUSTRIAIS

Empresa de âmbito internacional de porte, fabricando, transacionando e comercializando produtos químicos, procura homem dinâmico e capaz para dirigir o seu Departamento de Operações. Pede-se formação superior em Engenharia Química acompanhada de outro título em Administração de Empresas ou Economia. Conhecimento do idioma inglês é imprescindível. Deve ter acima de 35 anos de idade.

A personalidade do candidato deve integrar-se a qualificativos tais como: Liderança, Estabilidade sob pressão, Positividade, Senso de "Follow-up", Rentabilidade, Iniciativa e Criatividade.

A sua vida profissional deverá incluir pelo menos 4 anos de experiência em nível gerencial, em um ou alguns dos seguintes setores: A) Sistemas de Aplicações de Resinas para Fundições; B) Adesivos Industriais, incluindo "Hot Melt"; C) Emulsões Acrílicas ou Vinílicas; D) Resinas Fenólicas Industriais; E) Resinas Poliéster.

A remuneração será estipulada conforme critérios justos e compensadores, incluindo automóvel e benefícios especiais atinentes ao cargo.

Todas as negociações serão mantidas sob sigilo absoluto. Pedimos aos interessados dirigir Curriculum Vitae detalhado para "OPERAÇÕES" a/c da Caixa Postal 6076 - 01051 - São Paulo.

ABRIL MARKETING DIRETO

ALUGAM-SE LISTAS

Você tem na Abril 7 milhões de clientes potenciais para enviar sua MALA DIRETA.

- A mala direta é a mais seletiva de todas as mídias: permite uma extrema segmentação do seu mercado e a certeza de enviar sua mensagem ao cliente certo.
- A Divisão de Marketing Direto da Editora Abril tem um cadastro de 7 milhões de nomes de pessoas físicas para sua mala direta.
- Você pode selecionar como quiser: por quantidade, por tipo de produto comprado anteriormente pelo cliente, por sexo, pela região geográfica, por cargo, pelo poder aquisitivo. Seleções especiais de acordo com suas necessidades.
- Assessoria gratuita na seleção do mailing ideal para sua oferta de venda ou promoção.
- A Abril oferece também o único serviço automático de lettershop existente no Brasil, permitindo etiquetagem automática e envelopamento mecânico de até 6 inserções por envelope.

Telefone para contato: (011) 831-0599 ramal 281
Falar com Carmen Muzikis ou Eliot Rogério
Rua do Curume, 571 Bico A - Lapa
São Paulo - SP

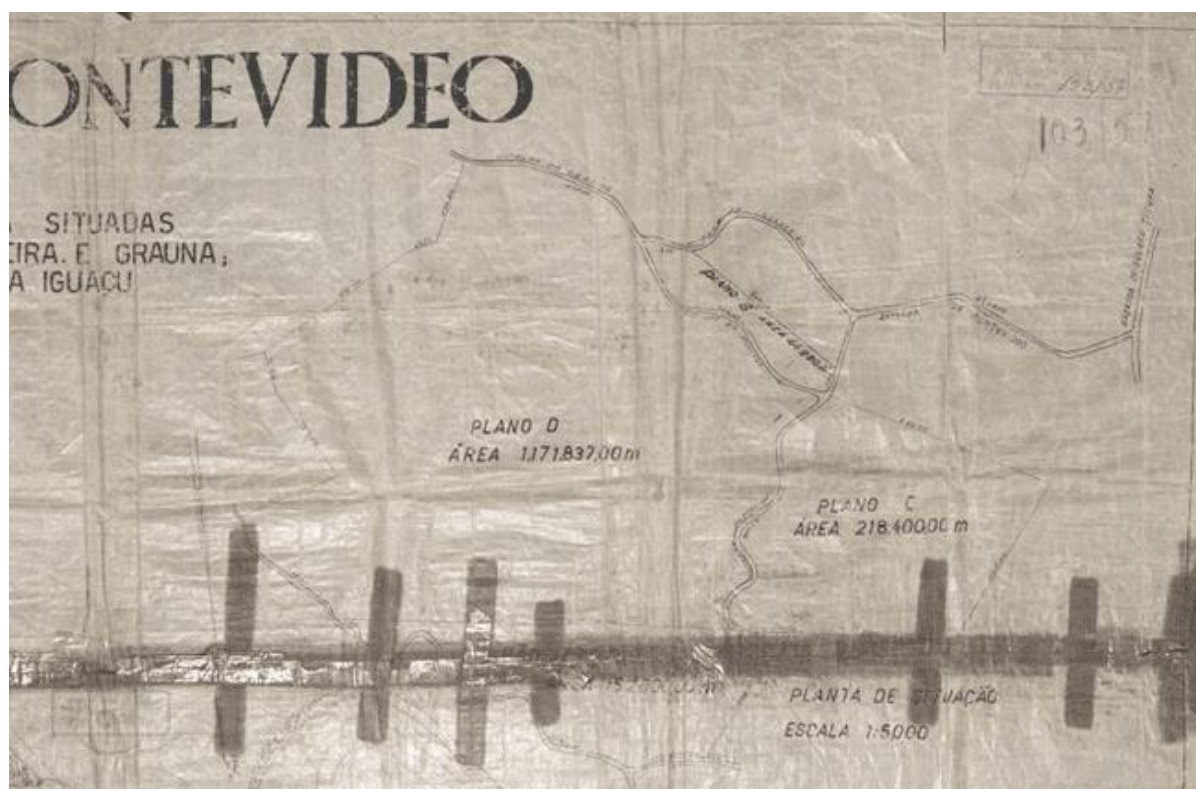
PUBLICIDADE

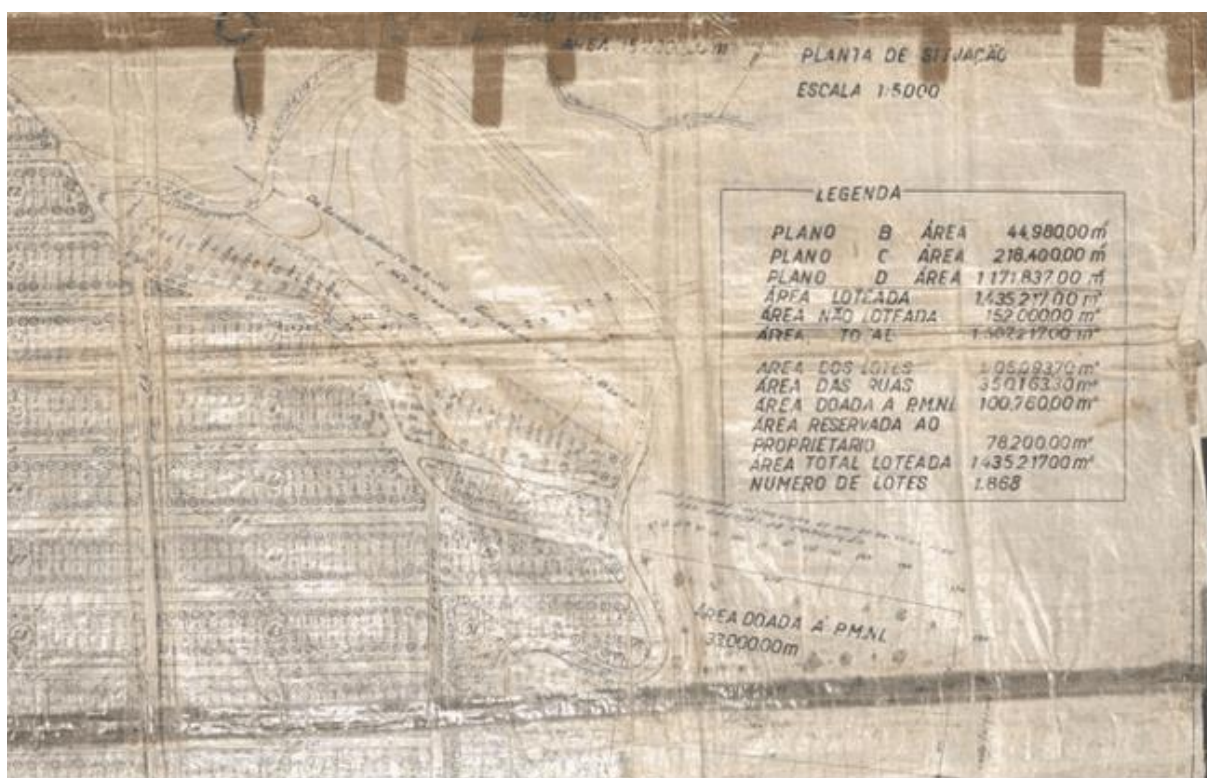
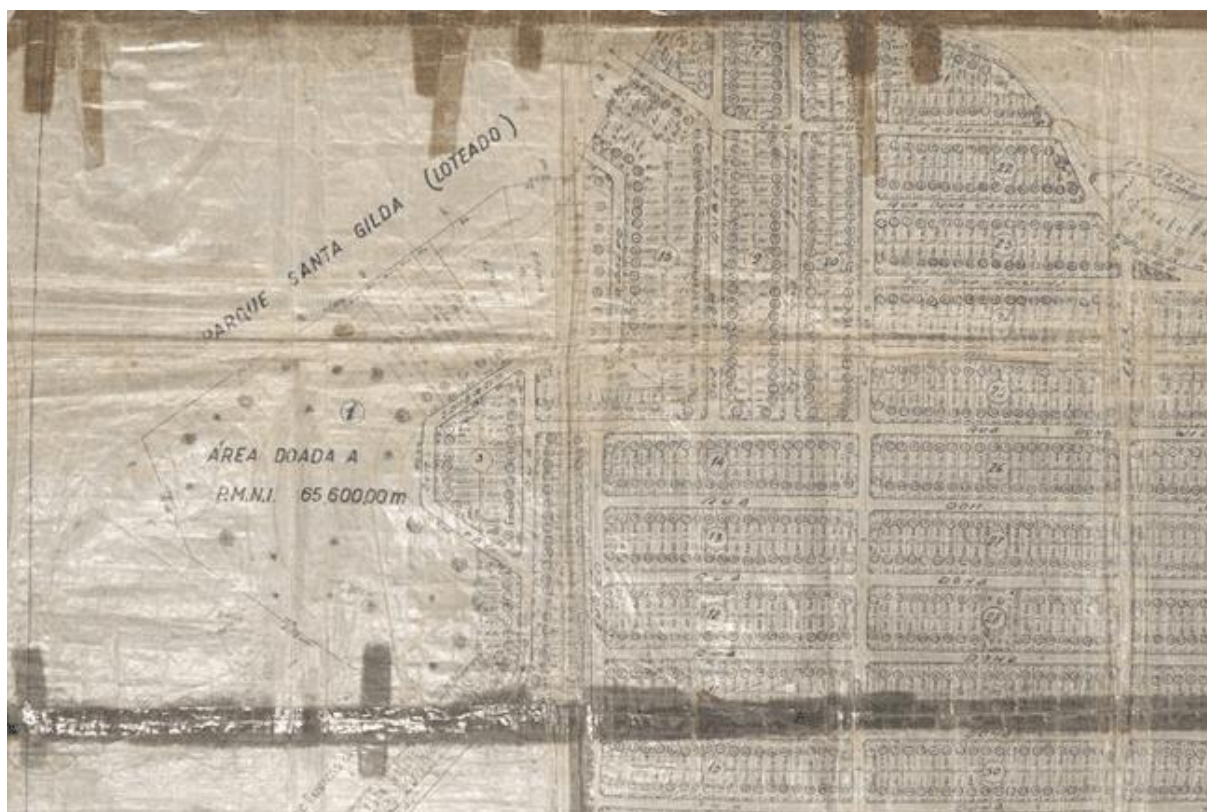
Você sabia que:

Numa cidade de 100.000 habitantes há em média 8.800 pessoas com varizes e 750 com úlceras nas pernas.

- A hemorróida é um tipo de varizes.
- Em média as pessoas entre 40 e 55 anos são as mais atacadas de varizes.
- As varizes são devidas a insuficiência da circulação.
- A sensação de peso nas pernas, dores, leve edema, alterações cutâneas, são sintomas de varizes.
- As varizes quando tratadas muito tarde ou inadequadamente levam a complicações graves.
- Bem, então agora você deve saber que NOVARRUTINA ZURITA (líquido ou comprimidos), à base de plantas medicinais e a venda nas farmácias e drogarias, normaliza a circulação, elimina a dor e aumenta a resistência dos vasos, combatendo de forma eficaz varizes e hemorróidas.

Anexo B. Planta do Loteamento Cidade Jardim Montevideo

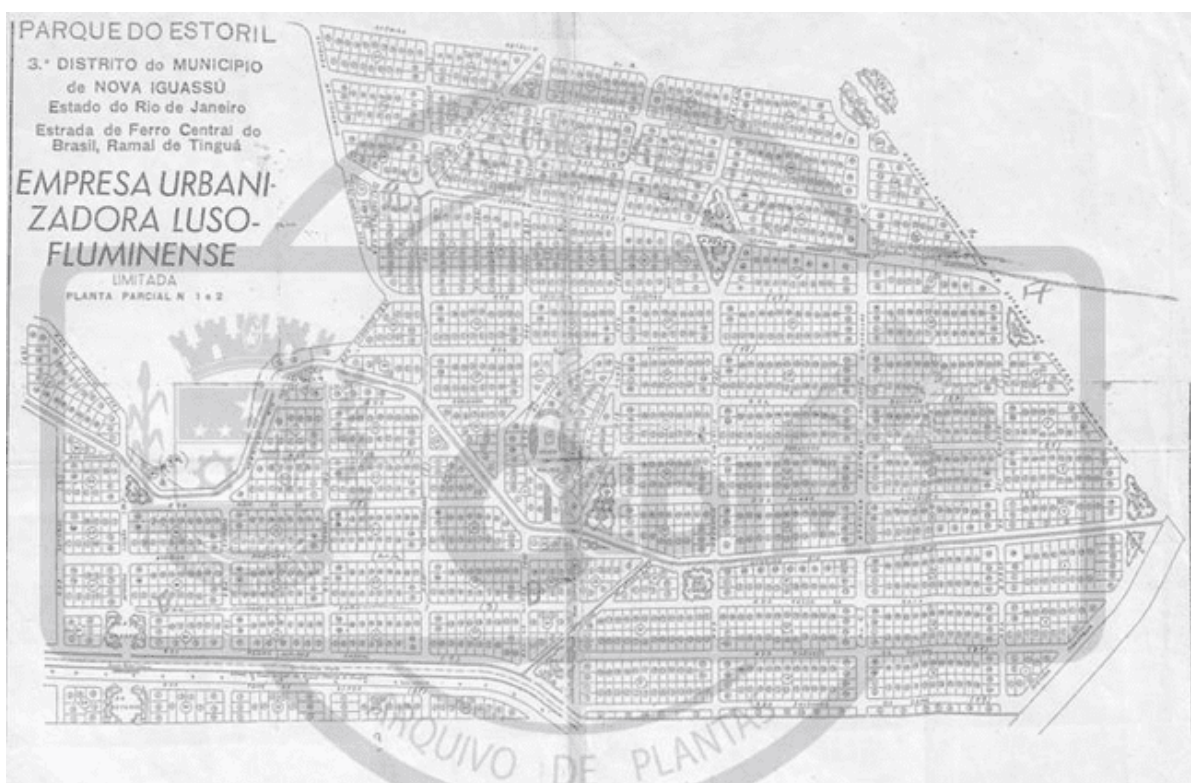




Anexo E. Planta do Loteamento Jardim Parque Estoril



* Na etiqueta branca observa-se, escrito à mão, a abreviação 'JD' que faz referência ao nome Jardim.



Anexo F. Anotações feitas por Renan Marques Da Silva sobre as primeiras atividades da Comunidade Católica Nossa Senhora de Aparecida do Jardim Montevideu

1-1.84 - Celebração com a irmã Beatriz e irmã Ana e a comunidade.

21-1.84 Missa com Dom Emílio e a irmã Beatriz

18-2.84 Missa com Dom Emílio e a irmã Beatriz

~~3.3.84 Não teve celebração~~

17-3.84 Missa com Dom Emílio e a irmã Ana, teve um batismo do filho de Orlando e levou os papéis para o Sr. Oliveira e Sr. Maria.

31.4.84 Celebração com irmã Ana e a comunidade, irmã Ana parou sobre a capela da fraternidade

15-4.84 Procissão de saídas da casa do Sr. Roman e D. Clotilde até a capela com a participação da irmã Ana e a comunidade, de um pequeno grupo do Adventistidel, no final da procissão houve missa, com o frei - - - e mas a irmã Ana e duas irmãs visitantes.

Durante a quaresma a comunidade fez a Via Sacra, os quarenta e seis e Domingo.

3.4.84 dia em que ligou a luz na capela o dinheiro da luz foi Dom Emílio, grupo da igreja, quando que levou a capela de Adventistidel crucifixos e

17:05

Anexo G. Lei nº 2.739, de 10 de junho de 1996, que cria a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu nas escolas recém-municipalizadas

LEI Nº 2.739, DE 10 DE JUNHO DE 1996.
"Cria na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação doze cargos comissionados que especifica".
Autor: PREFEITO MUNICIPAL
A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º - Ficam criados, nas Escolas Estaduais Municipalizadas abaixo relacionadas os seguintes Cargo Comissionados:
- Escola Estadual Viva João Correia - 1 cargo de Diretor - símbolo CC-2 e 1 de Secretário, símbolo CC-5.
- Escola Estadual Engenho Pequeno - 1 cargo de Diretor - símbolo CC-3 e 1 de Secretário, símbolo CC-5.
- Escola Estadual Nova Era - 1 cargo de Diretor - símbolo CC-3 e 1 de Secretário, símbolo CC-5.
- Escola Estadual Jardim Montevideo - 1 cargo de Diretor - símbolo CC-3 e 1 de Secretário, símbolo CC-5.
- Escola Estadual Campo Alegre - 1 cargo de Diretor - símbolo CC-4.
- Escola Estadual Barão de Guandú - 1 cargo de Diretor - símbolo CC-4.
- Escola Estadual Adrianópolis - 1 cargo de Diretor - símbolo CC-4.
- Casa da Criança, Anexo ao CIEP Nº 22 - 1 cargo de Diretor - símbolo CC-4.
Art. 2º - A despesa decorrente da presente Lei correrá por conta da dotação orçamentária prevista para o corrente exercício.
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, 10 DE JUNHO DE 1996.
ALTAMIR GOMES MOREIRA PREFEITO

PROJETO Nº 33 / 96

Mensagem 16/96

PUBLICADO 11 / 06 / 96

Jornal de Hoje

Apêndice A. Planilha contendo os loteamentos de Nova Iguaçu iniciados com os nomes: ‘Cidade’, ‘Jardim’ e/ou ‘Parque’ entre os anos de 1937 e 1973

ANO	LOTEAMENTOS	LINKS
2-mar-1937	Parque Brasil	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16795/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_65.51_001.pdf
18-set-1945	Parque Estoril	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_002.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/3/COMPILA%c3%87%c3%83O_003.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/4/COMPILA%c3%87%c3%83O_004.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/5/COMPILA%c3%87%c3%83O_005.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/6/COMPILA%c3%87%c3%83O_006.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/7/COMPILA%c3%87%c3%83O_007.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/8/COMPILA%c3%87%c3%83O_008.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/9/COMPILA%c3%87%c3%83O_009.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/10/COMPILA%c3%87%c3%83O_010.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/11/COMPILA%c3%87%c3%83O_011.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/12/COMPILA%c3%87%c3%83O_012.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/13/COMPILA%c3%87%c3%83O_013.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/14/COMPILA%c3%87%c3%83O_014.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/15/COMPILA%c3%87%c3%83O_015.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/16/COMPILA%c3%87%c3%83O_016.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/17/COMPILA%c3%87%c3%83O_017.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16605/18/COMPILA%c3%87%c3%83O_018.pdf
2-fev-1948	Parque Flora	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16026/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_18.48_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16026/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_18.48_002.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16026/3/COMPILA%c3%87%c3%83O_18.48_003.pdf
27-set-1948	Parque Estoril	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16040/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_39.48_001.pdf
1-dez-1948	Jardim América	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16029/1/C

		OMPILA%c3%87%c3%83O_24.48_001.pdf
17-mai-1949	Parque Santa Therezinha de Jesus	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16141/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_73.49_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16141/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_73.49_002.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16141/3/COMPILA%c3%87%c3%83O_73.49_003.pdf
19-jul-1949	Parque Brasil	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4094/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_17.49.pdf
27-set-1949	Jardim da Prata	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16136/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_68.49_001.pdf
18-out-1949	Jardim Guanabara	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4101/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_20.49.pdf
18-out-1949	Jardim Carioca	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16168/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_121.49_001_002.pdf
20-nov-1949	Jardim Americano	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16733/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_98.50_001.pdf
25-nov-1949	Parque do Laranjal	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16123/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_48.49_001.pdf
12-mai-1950	Parque da Saúde	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16692/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_32.50_001.pdf
31-mai-1950	Jardim São João	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16781/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_46.51_001.pdf
14-ago-1950	Jardim Cabuçu	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_002.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/3/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_003.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/4/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_004.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/5/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_005.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/6/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_006.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/7/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_007.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/8/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_008.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/9/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_009.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/10/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_010.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/11/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_011.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/12/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_012.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/13/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_013.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/14/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_014.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/15/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_015.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/16/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_016.pdf

		COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_016.pdf https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/17/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_017.pdf https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/18/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_018.pdf https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/19/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_019.pdf https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/20/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_020.pdf https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/21/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_021.pdf https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/22/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_022.pdf https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/23/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_023.pdf https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/24/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_024.pdf https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16341/25/COMPILA%c3%87%c3%83O_127.50_025.pdf
26-set-1950	Jardim Javari	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16680/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_10.50_001.pdf
1-dez-1950	Parque Renascença	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16849/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_162.51_001.pdf
26-dez-1950	Parque da Saudade	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16704/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_53.50_001.pdf
29-jan-1951	Parque Pêra-Flor	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16765/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_02.51_001.pdf
5-mai-1951	Parque São José de Calazans	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16797/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_68.51_001.pdf
26-jul-1951	Jardim Narazeth	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16792/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_001.pdf
14-set-1951	Parque do Laranjal	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16825/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_113.51_001.pdf
6-nov-1951	Jardim São José	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16840/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_143.51_001.pdf
20-nov-1951	Jardim Campo Alegre	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16347/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_002.pdf
11-dez-1951	Parque São Tiago	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16245/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_215.52_001.pdf
22-dez-1951	Jardim Vila Rica	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16764/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_01.51_001.pdf
3-fev-1952	Parque Marau	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16181/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_08.52_001.pdf
12-fev-1952	Parque Antártica	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16231/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_173.52_001.pdf
7-mai-1952	Jardim Cachoeira	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16500/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_45.55_001.pdf
16-mai-1952	Parque São José	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16198/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_82A.52_002_003_004_005.pdf https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16198/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_82A.52_006_007.pdf
19-mai-1952	Jardim Universal	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/3840/1/PLANTA_001_101.52.pdf

18-jun-1952	Jardim Moderno	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16834/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_133.51_001_002.pdf
27-jun-1952	Jardim Sameiro	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/3842/5/COMPILA%c3%87%c3%83O_112.52_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/3842/6/COMPILA%c3%87%c3%83O_112.52_002.pdf
11-jul-1952	Parque Todos os Santos	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16219/5/COMPILA%c3%87%c3%83O_139.52_002.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16219/6/COMPILA%c3%87%c3%83O_139A.52_001.pdf
13-jul-1952	Jardim Boa Esperança	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16328/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_76.65_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16328/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_76.65_002.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16328/3/COMPILA%c3%87%c3%83O_76.65_003.pdf
22-jul-1952	Jardim Santo Inácio	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16196/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_76.52_001.pdf
4-set-1952	Parque Biquinha	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16193/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_61.52_001.pdf
11-set-1952	Parque Três Corações	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16266/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_271.52_001.pdf
15-out-1952	Parque Ambaí	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16265/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_269.52_001.pdf
4-dez-1952	Parque Rio D'Ouro	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16225/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_155.52_001.pdf
5-dez-1952	Jardim Natal	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16234/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_182.52_001.pdf
17-dez-1952	Jardim São Vicente	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16217/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_136.52_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16217/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_136.52_002.pdf
20-dez-1952	Jardim São João Batista	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16257/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_251.52_001.pdf
29-dez-1952	Parque Princesa Isabel	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4963/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_37.53_001.pdf
30-dez-1952	Jardim Rodovia	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16261/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_263.52_002.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16261/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_263.52_001.pdf
1952	Jardim Imperial	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/3815/1/PLANTA_002_82.52.pdf
1952	Jardim da Viga	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/3866/1/PLANTA_001_224.52.pdf
15-fev-1953	Parque Rosa do Sertão	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16321/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_144.53_001.pdf
11-jun-1953	Parque São Francisco	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16301/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_89.53_001.pdf
6-out-1953	Jardim São Jorge	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16577/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_77.54_001_ABCD.pdf
30-out-1953	Jardim do Planalto	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16544/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_05.54_001.pdf

17-dez-1953	Jardim Sagrado Coração de Jesus	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4960/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_30.53_001_AB.pdf
31-dez-1953	Parque do Rosário	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16314/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_115.53_001_002.pdf
19-fev-1954	Jardim Ideal	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16561/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_46.54_001.pdf
25-mai-1954	Parque Horizonte	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16562/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_48.54.pdf
3-jun-1954	Parque São Francisco	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16344/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16344/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_002.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16344/3/COMPILA%c3%87%c3%83O_003.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16344/4/COMPILA%c3%87%c3%83O_004.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16344/5/COMPILA%c3%87%c3%83O_005.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16344/6/COMPILA%c3%87%c3%83O_006.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16344/8/COMPILA%c3%87%c3%83O_008.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16344/9/COMPILA%c3%87%c3%83O_009.pdf
14-jul-1954	Jardim Feliz	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/3926/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_113.54.pdf
23-ago-1954	Parque Iguaçu	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/3837/1/PLANTA_001_95.52.pdf
27-set-1954	Jardim Vera	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4313/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_42.56_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4313/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_42.56_002.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4313/3/COMPILA%c3%87%c3%83O_42.56_003.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4313/4/COMPILA%c3%87%c3%83O_42.56_004.pdf
nov-1954	Jardim Itapoa	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16547/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_11.54_001.pdf
8-dez-1954	Jardim Nova Esperança	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16596/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_141.54_001.pdf
14-fev-1955	Parque Bom Jardim	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/5012/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_33.55_001.pdf
1-mar-1955	Jardim Colonial	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16445/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_139.58_001.pdf
5-mai-1955	Jardim Santa Fé	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16512/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_68.55_001.pdf
13-mai-1955	Jardim Lila-Léa	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16659/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_65.55_002.pdf
14/05/1955	Jardim Real	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16533/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_108.55_001.pdf
7-nov-1955	Parque Santa Barbara	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16537/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_116.55.pdf
19-nov-1955	Jardim União	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4980/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_11.55_001.pdf

27-jun-1956	Jardim Iguaçu	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4321/1/CO_MPILA%c3%87%c3%83O_103.56_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4321/2/CO_MPILA%c3%87%c3%83O_103.56_002.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4321/3/CO_MPILA%c3%87%c3%83O_103.56_003.pdf
7-ago-1956	Jardim Dona Cirene	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4316/1/CO_MPILA%c3%87%c3%83O_52.56_001.pdf
6-set-1956	Jardim Lisacampo	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16880/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_37.57_001.pdf
13-set-1956	Parque Ipiranga	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16661/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_70.56.pdf
25-set-1956	Parque Marabá	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16669/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_93.56.pdf
28-dez-1956	Parque Fontes	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16866/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_21.57_001.pdf
1956	Parque Nossa Senhora da Conceição	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4311/1/CO_MPILA%c3%87%c3%83O_36.56_001.pdf
30-jan-1957	Jardim Laranjeiras	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16869/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_26.57_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16869/2/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_26.57_002.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16869/3/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_26.57_003.pdf
3-fev-1957	Parque Tupiara	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16855/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_01.57_001.pdf
1-mar-1957	Parque Maria da Fonte	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16899/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_65.57_001.pdf
9-jul-1957	Parque Cachoeirinha	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16894/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_58.57_001.pdf
30-jul-1957	Cidade Jardim Montevideo	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16922/2/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_103.57_002.pdf
3-set-1957	Parque da Glória	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16913/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_90.57_001.pdf
4-ago-1958	Jardim São Vicente	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16348/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16348/2/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_002.pdf
25-ago-1958	Parque Olimpia	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16352/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_101.58_001.pdf
8-nov-1958	Parque Presidente Dutra	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16362/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_127.58_001.pdf
14-abr-1959	Jardim Aimorés	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16617/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_37.59_001.pdf
14-jul-1959	Parque das Bandeiras	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16630/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_80.59_001.pdf
30-jul-1959	Jardim Oriental	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16631/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_78.59_001.pdf
30-jul-1959	Parque Paulicea	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16621/1/C_OMPILA%c3%87%c3%83O_51.59_002.pdf

26-ago-1959	Jardim Laranjeiras	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16627/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_62.59_001.pdf
14-dez-1959	Jardim Antartica	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16633/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_93.59_001.pdf
1959	Jardim Irajá	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16619/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_45.59_001.pdf
1959	Jardim Regional	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16626/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_61.59_001.pdf
1959	Jardim 1° de Maio	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/4579/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_77.59.pdf
29-jan-1960	Parque Boa Ventura	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16369/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_10.60_001.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16369/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_10.60_002.pdf
17-mai-1960	Jardim Vitória	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16438/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_17.61_001.pdf
4-ago-1960	Jardim Nova Era	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16495/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_77.60_001.pdf
7-nov-1960	Jardim Aimorés	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16416/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_84.60_001.pdf
2-dez-1960	Jardim Santa Eugênia	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16429/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_04.61_001.pdf
5-jan-1961	Jardim Valparaíso	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16474/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_63.61_001.pdf
18-abr-1961	Jardim Jasmin	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16462/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_36.61_001.pdf
1961	Jardim Guandu	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/19806/1/planta_139-61_01.pdf
1961	Parque Cuiabá	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/19810/1/planta_143-61_01.pdf https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/19810/2/planta_143-61_02.pdf
1961	Jardim Mirasol	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/19805/1/planta_136-61_01.pdf
1961	Cidade Jardim Santa Rita	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/19786/1/planta_107-61_01.pdf
1962	Jardim Vera Lúcia	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/20448/1/planta_133-62_01.pdf
1962	Jardim Nova Era	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/20359/1/planta_75-62_01.pdf
1963	Parque dos Coqueiros	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/20659/1/planta_96-63_01.pdf
1964	Parque Ipiranga	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/20697/1/planta_41-64_01.pdf
1964	Parque São Carlos	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/20840/1/planta_112-64_01.pdf
1964	Jardim Ulisses	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/20696/1/planta_39-64_01.pdf
10-fev-1965	Jardim Boa Esperança	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16329/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_82.65_001.pdf
1965	Parque Amorim	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/21162/1/planta_86-65_03.pdf
1965	Jardim Dona	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/21166/1/planta_86-65_03.pdf

	Antônia	anta_88-65_01.pdf
1966	Jardim São Vicente	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16351/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_002.pdf
27-nov-1969	Parque Ipiranga	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16686/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_17.50_001.pdf
29-jan-1973	Parque Alvorada	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16335/2/COMPILA%c3%87%c3%83O_003.pdf
	Jardim Boa Esperança	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/15883/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_56.46_003.pdf
	Parque São Carlos	https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/16813/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_97.51_001.pdf

Apêndice B. Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

Beatriz Helena Marques Da Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Departamento de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada "Educação do Campo: História e Memória das Escolas do Campo de Nova Iguaçu - RJ". O objetivo desta pesquisa é estabelecer reflexões acerca do relevante histórico das escolas do campo situadas no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, ressaltando que este histórico é intensamente marcado pela resistência dos seus sujeitos. Para a viabilidade desta pesquisa, considerou-se essencial uma profunda pesquisa mnemônica visando a compreensão dos processos históricos-sociais presentes nas práticas cotidianas dos sujeitos que compõem a comunidade das escolas, definidas como camponesas, a serem pesquisadas. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Clodoaldo Ferreira de Oliveira, ele é Professor, da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a). (Basear-se na Resolução CNS 510/2016, Art. 9, V e Art. 17, IV sobre identificação dos participantes).

As informações serão obtidas da seguinte forma: apresentação da proposta de trabalho, coleta de dados por meio de entrevista individual, aberta, sobre as histórias e as experiências pessoais, sem limite de tempo determinado, em que as perguntas serão gravadas, apenas por áudio, com o uso do aplicativo de gravação do celular, a ser realizada na Escola Municipal Jardim Montevideo, localizada na cidade de Nova Iguaçu - RJ. A sua participação não envolve riscos previsíveis. A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor os estudos sobre história e memória, pois representam a maneira pela qual (ou as maneiras pelas quais) a humanidade desenvolve mecanismos de conservação das informações, isto é, a forma com que armazenamos, individual ou coletivamente, os conhecimentos selecionados que representa um período determinado tanto de maneira concreta, através da análise documental, por exemplo, quanto de forma subjetiva, a partir das investigações mnemônicas, ou cognitivas, pessoais ou por grupos, essenciais aos estudos da história da educação como para a Educação do Campo.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que serão compartilhados através da tese de doutoramento e artigos científicos relacionados ao tema em questão.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o pesquisador através do telefone (21) 97998-3876, pelo e-mail: clodoaldohistoria@gmail.com e endereço profissional/institucional: Rua Ângico, sn - Jardim - Boa Esperança, Nova Iguaçu - RJ, 26023-100.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE _____. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Rodovia BR 465, Km 07 - Ufrj, Seropédica - RJ. CEP: 23890-000
Telefone: (21) 2681-4852
prograd_dra@ufrj.br

 Rubrica do Pesquisador Principal	 Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
--	---



de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: BEATRIZ HELENA MARQUES DA SILVA

Assinatura: Beatriz H. Marques da Silva local e data: N3 / 26/07/24

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: CLORANDO FERREIRA DE OLIVEIRA

Assinatura: [Assinatura] Local/data: N3 / 26/07/24

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____

Assinatura: _____ Local/data: _____

Elizabethe Cristina Ramos Corrêa

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada "Educação do Campo: História e Memória das Escolas do Campo de Nova Iguaçu - RJ". O objetivo desta pesquisa é estabelecer reflexões acerca do relevante histórico das escolas do campo situadas no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, ressaltando que este histórico é intensamente marcado pela resistência dos seus sujeitos. Para a viabilidade desta pesquisa, considerou-se essencial uma profunda pesquisa mnemônica visando a compreensão dos processos históricos-sociais presentes nas práticas cotidianas dos sujeitos que compõem a comunidade das escolas, definidas como camponesas, a serem pesquisadas. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Clodoaldo Ferreira de Oliveira, ele é Professor, da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a). (Basear-se na Resolução CNS 510/2016, Art. 9, V e Art. 17, IV sobre identificação dos participantes).

As informações serão obtidas da seguinte forma: apresentação da proposta de trabalho, coleta de dados por meio de entrevista individual, aberta, sobre as histórias e as experiências pessoais, sem limite de tempo determinado, em que as perguntas serão gravadas, apenas por áudio, com o uso do aplicativo de gravação do celular, a ser realizada na Escola Municipal Jardim Montevideo, localizada na cidade de Nova Iguaçu - RJ. A sua participação não envolve riscos previsíveis. A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor os estudos sobre história e memória, pois representam a maneira pela qual (ou as maneiras pelas quais) a humanidade desenvolve mecanismos de conservação das informações, isto é, a forma com que armazenamos, individual ou coletivamente, os conhecimentos selecionados que representa um período determinado tanto de maneira concreta, através da análise documental, por exemplo, quanto de forma subjetiva, a partir das investigações mnemônicas, ou cognitivas, pessoais ou por grupos, essenciais aos estudos da história da educação como para a Educação do Campo.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que serão compartilhados através da tese de doutoramento e artigos científicos relacionados ao tema em questão.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o pesquisador através do telefone (21) 97998-3876, pelo e-mail: clodoaldohistoria@gmail.com e endereço profissional/institucional: Rua Ângico, sn - Jardim - Boa Esperança, Nova Iguaçu - RJ, 26023-100.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE _____. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/UFRRJ
BR-465, Km 07 - Zona Rural, Seropédica - RJ, CEP: 23897-000.
Telefone: (21) 2682-1220 - Ramais: 3204 / 3205 / 3206.

 Rubrica do Pesquisador Principal	 Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
---	---



de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: Elizabethe Cristina Ramos Corrêa

Assinatura: Elizabethe Cristina Ramos Corrêa local e data: Ni- 25/03/25

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: Claudio Ferreira de Oliveira

Assinatura: Claudio Ferreira de Oliveira Local/data: Ni- 25/03/25

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____

Assinatura: _____ Local/data: _____

Lucia Reane Marques

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada "Educação do Campo: História e Memória das Escolas do Campo de Nova Iguaçu - RJ". O objetivo desta pesquisa é estabelecer reflexões acerca do relevante histórico das escolas do campo situadas no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, ressaltando que este histórico é intensamente marcado pela resistência dos seus sujeitos. Para a viabilidade desta pesquisa, considerou-se essencial uma profunda pesquisa mnemônica visando a compreensão dos processos históricos-sociais presentes nas práticas cotidianas dos sujeitos que compõem a comunidade das escolas, definidas como camponesas, a serem pesquisadas. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Clodoaldo Ferreira de Oliveira, ele é Professor, da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a). *(Basear-se na Resolução CNS 510/2016, Art. 9, V e Art. 17, IV sobre identificação dos participantes).*

As informações serão obtidas da seguinte forma: apresentação da proposta de trabalho, coleta de dados por meio de entrevista individual, aberta, sobre as histórias e as experiências pessoais, sem limite de tempo determinado, em que as perguntas serão gravadas, apenas por áudio, com o uso do aplicativo de gravação do celular, a ser realizada na Escola Municipal Jardim Montevideo, localizada na cidade de Nova Iguaçu - RJ. A sua participação não envolve riscos previsíveis. A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor os estudos sobre história e memória, pois representam a maneira pela qual (ou as maneiras pelas quais) a humanidade desenvolve mecanismos de conservação das informações, isto é, a forma com que armazenamos, individual ou coletivamente, os conhecimentos selecionados que representa um período determinado tanto de maneira concreta, através da análise documental, por exemplo, quanto de forma subjetiva, a partir das investigações mnemônicas, ou cognitivas, pessoais ou por grupos, essenciais aos estudos da história da educação como para a Educação do Campo.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que serão compartilhados através da tese de doutoramento e artigos científicos relacionados ao tema em questão.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o pesquisador através do telefone (21) 97998-3876, pelo e-mail: clodoaldohistoria@gmail.com e endereço profissional/institucional: Rua Ângico, sn - Jardim - Boa Esperança, Nova Iguaçu - RJ, 26023-100.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE _____. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/UFRRJ
BR-465, Km 07 - Zona Rural, Seropédica - RJ, CEP: 23897-000.
Telefone: (21) 2682-1220 - Ramais: 3204 / 3205 / 3206.

 Rubrica do Pesquisador Principal	 Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
--	---



de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: Lucia R. MAZOWES

Assinatura: [assinatura] local e data: NI / 26 / 07 / 24

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: Clayton F. F. de OLIVEIRA

Assinatura: [assinatura] Local/data: NI / 26 / 07 / 24

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____

Assinatura: _____ Local/data: _____

Maria De Lourdes Oliveira Marques

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Departamento de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada "Educação do Campo: História e Memória das Escolas do Campo de Nova Iguaçu - RJ". O objetivo desta pesquisa é estabelecer reflexões acerca do relevante histórico das escolas do campo situadas no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, ressaltando que este histórico é intensamente marcado pela resistência dos seus sujeitos. Para a viabilidade desta pesquisa, considerou-se essencial uma profunda pesquisa mnemônica visando a compreensão dos processos históricos-sociais presentes nas práticas cotidianas dos sujeitos que compõem a comunidade das escolas, definidas como camponesas, a serem pesquisadas. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Clodoaldo Ferreira de Oliveira, ele é Professor, da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a). (Basear-se na Resolução CNS 510/2016, Art. 9, V e Art. 17, IV sobre identificação dos participantes).

As informações serão obtidas da seguinte forma: apresentação da proposta de trabalho, coleta de dados por meio de entrevista individual, aberta, sobre as histórias e as experiências pessoais, sem limite de tempo determinado, em que as perguntas serão gravadas, apenas por áudio, com o uso do aplicativo de gravação do celular, a ser realizada na Escola Municipal Jardim Montevideo, localizada na cidade de Nova Iguaçu - RJ. A sua participação não envolve riscos previsíveis. A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor os estudos sobre história e memória, pois representam a maneira pela qual (ou as maneiras pelas quais) a humanidade desenvolve mecanismos de conservação das informações, isto é, a forma com que armazenamos, individual ou coletivamente, os conhecimentos selecionados que representa um período determinado tanto de maneira concreta, através da análise documental, por exemplo, quanto de forma subjetiva, a partir das investigações mnemônicas, ou cognitivas, pessoais ou por grupos, essenciais aos estudos da história da educação como para a Educação do Campo.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que serão compartilhados através da tese de doutoramento e artigos científicos relacionados ao tema em questão.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o pesquisador através do telefone (21) 97998-3876, pelo e-mail: clodoaldohistoria@gmail.com e endereço profissional/institucional: Rua Ângico, sn - Jardim - Boa Esperança, Nova Iguaçu - RJ, 26023-100.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE _____. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Rodovia BR 465, Km 07 - Uirapuru, Seropédica - RJ. CEP: 23890-000
Telefone: (21) 2681-4862
prograd_dra@ufrrj.br

 Rubrica do Pesquisador Principal	 Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
--	---



de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: MARIA DE LOURDES OLIVEIRA MARQUES

Assinatura: Maria de Lourdes Oliveira Marques Local e data: NJ - 26/07/24

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: Cláudia Ferreira de Oliveira

Assinatura: Cláudia Ferreira de Oliveira Local/data: NJ / 26/07/24

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____

Assinatura: _____ Local/data: _____

Simone Pinheiro Da Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada "Educação do Campo: História e Memória das Escolas do Campo de Nova Iguaçu - RJ". O objetivo desta pesquisa é estabelecer reflexões acerca do relevante histórico das escolas do campo situadas no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, ressaltando que este histórico é intensamente marcado pela resistência dos seus sujeitos. Para a viabilidade desta pesquisa, considerou-se essencial uma profunda pesquisa mnemônica visando a compreensão dos processos históricos-sociais presentes nas práticas cotidianas dos sujeitos que compõem a comunidade das escolas, definidas como campesinas, a serem pesquisadas. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Clodoaldo Ferreira de Oliveira, ele é Professor, da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a). (Basear-se na Resolução CNS 510/2016, Art. 9, V e Art. 17, IV sobre identificação dos participantes).

As informações serão obtidas da seguinte forma: apresentação da proposta de trabalho, coleta de dados por meio de entrevista individual, aberta, sobre as histórias e as experiências pessoais, sem limite de tempo determinado, em que as perguntas serão gravadas, apenas por áudio, com o uso do aplicativo de gravação do celular, a ser realizada na Escola Municipal Jardim Montevideo, localizada na cidade de Nova Iguaçu - RJ. A sua participação não envolve riscos previsíveis. A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor os estudos sobre história e memória, pois representam a maneira pela qual (ou as maneiras pelas quais) a humanidade desenvolve mecanismos de conservação das informações, isto é, a forma com que armazenamos, individual ou coletivamente, os conhecimentos selecionados que representa um período determinado tanto de maneira concreta, através da análise documental, por exemplo, quanto de forma subjetiva, a partir das investigações mnemônicas, ou cognitivas, pessoais ou por grupos, essenciais aos estudos da história da educação como para a Educação do Campo.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que serão compartilhados através da tese de doutoramento e artigos científicos relacionados ao tema em questão.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o pesquisador através do telefone (21) 97998-3876, pelo e-mail: clodoaldohistoria@gmail.com e endereço profissional/institucional: Rua Ângico, sn - Jardim - Boa Esperança, Nova Iguaçu - RJ, 26023-100.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE _____. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/UFRRJ
BR-465, Km 07 - Zona Rural, Seropédica - RJ, CEP: 23897-000.
Telefone: (21) 2682-1220 - Ramais: 3204 / 3205 / 3206.

 Rubrica do Pesquisador Principal	 Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
--	---



de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: Simone Pinheiro da Silva

Assinatura: Simone Pinheiro da Silva local e data: NI- 25/01/25

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: Clodoaldo F. de Oliveira

Assinatura: Clodoaldo F. de Oliveira Local/data: _____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____

Assinatura: _____ Local/data: _____